

**FACULDADE JESUÍTA
DE
FILOSOFIA E TEOLOGIA**

**PLANO
DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2026-2030**

Aprovado pela Congregação da FAJE no dia 06/11/2025

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA PARA O QUINQUÊNIO 2026-2030		7
1	PERFIL INSTITUCIONAL.....	8
<i>1.1</i>	<i>BREVE HISTÓRICO.....</i>	<i>8</i>
<i>1.2</i>	<i>IDENTIDADE E MISSÃO</i>	<i>12</i>
<i>1.2.1</i>	<i>Identidade</i>	<i>12</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Missão e Visão</i>	<i>13</i>
<i>1.2.3</i>	<i>Valores e Princípios.....</i>	<i>13</i>
<i>1.2.3.1</i>	<i>Valores fundamentais</i>	<i>13</i>
<i>1.2.3.2</i>	<i>Valores de ordem acadêmica</i>	<i>14</i>
<i>1.2.3.3</i>	<i>Valores de ordem organizacional</i>	<i>15</i>
<i>1.2.3.4</i>	<i>Síntese dos valores institucionais</i>	<i>16</i>
<i>1.3</i>	<i>OBJETIVOS E METAS.....</i>	<i>16</i>
<i>1.3.1</i>	<i>Objetivos gerais e permanentes</i>	<i>16</i>
<i>1.3.2</i>	<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>17</i>
<i>1.3.2.1</i>	<i>Formação de lideranças juvenis</i>	<i>17</i>
<i>1.3.2.2</i>	<i>Eclesialidade e espiritualidade.....</i>	<i>19</i>
<i>1.3.2.3</i>	<i>Compromisso e incidência social</i>	<i>20</i>
<i>1.3.1.1</i>	<i>Cultura da ecologia integral</i>	<i>22</i>
<i>1.3.2.4</i>	<i>Gestão institucional.....</i>	<i>23</i>
<i>1.4</i>	<i>ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....</i>	<i>26</i>
2	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	27
<i>2.1</i>	<i>INSERÇÃO REGIONAL</i>	<i>27</i>
<i>2.2</i>	<i>FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO JESUÍTA DE EDUCAÇÃO.....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.1</i>	<i>Fonte inspiradora: os Exercícios Espirituais e a Ratio studiorum</i>	<i>29</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Atualização do projeto inaciano: características da educação da Companhia de Jesus</i>	<i>30</i>
<i>2.3</i>	<i>PRINCÍPIOS INSPIRADORES DA EDUCAÇÃO JESUÍTA SUPERIOR.....</i>	<i>30</i>
<i>2.3.1</i>	<i>Perspectiva cristã</i>	<i>30</i>
<i>2.3.2</i>	<i>Formação integral</i>	<i>31</i>
<i>2.3.3</i>	<i>Educação personalizada.....</i>	<i>32</i>
<i>2.3.4</i>	<i>Método ativo</i>	<i>32</i>
<i>2.3.5</i>	<i>Dinamismo do “magis”</i>	<i>33</i>
<i>2.4</i>	<i>A INSPIRAÇÃO INACIANA NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA FAJE</i>	<i>33</i>
<i>2.4.1</i>	<i>Atividades curriculares.....</i>	<i>33</i>
<i>2.4.2</i>	<i>Seleção de conteúdos</i>	<i>34</i>
<i>2.4.3</i>	<i>Processo de avaliação</i>	<i>35</i>
<i>2.5</i>	<i>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....</i>	<i>35</i>
2.5.1	Evolução dos cursos e inovações significativas	36
<i>2.5.1.1</i>	<i>Graduação</i>	<i>36</i>
<i>2.5.1.2</i>	<i>Pós-Graduação stricto sensu</i>	<i>37</i>
<i>2.5.1.3</i>	<i>Pós-Graduação lato sensu e atividades de extensão</i>	<i>39</i>

2.5.2	<i>Oportunidades diferenciadas de integralização do currículo</i>	40
2.5.2.1	Graduação em Filosofia	40
2.5.2.2	Graduação em Teologia	40
2.5.2.3	Obtenção de Novo Título	41
2.5.3	<i>Atividades práticas</i>	41
2.5.3.1	Estágio curricular obrigatório	41
2.5.3.2	Atividades curriculares de extensão	43
2.5.4	<i>Desenvolvimento de material pedagógico</i>	44
2.5.5	<i>Incorporação de avanços tecnológicos</i>	44
2.6	POLÍTICAS ACADÊMICAS INSTITUCIONAIS	45
2.6.1	<i>Ensino, Aprendizagem, Pesquisa, Extensão e Inovação</i>	46
2.6.1.1	Ensino e Aprendizagem	46
2.6.1.2	Pesquisa	47
2.6.1.3	Extensão	51
2.6.1.4	Inovação	53
2.6.2	<i>Setor de Publicações e Divulgação</i>	54
2.6.2.1	Periódicos	54
2.6.2.2	Coleções	54
2.6.3	<i>Enciclopédia Digital</i>	55
2.7	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	55
2.7.1	<i>Orientação geral</i>	55
2.7.2	<i>Desenho curricular para a EaD da FAJE</i>	56
2.7.3	<i>Dinâmica da oferta</i>	57
2.7.4	<i>Atores na formação</i>	58
2.7.5	<i>Equipe multidisciplinar</i>	58
2.7.6	<i>Cenários formativos</i>	58
2.7.7	<i>MAGIS Personalização - retomada dos princípios com foco na EaD</i>	58
2.7.8	<i>Excelência da Educação Jesuíta</i>	59
2.8	POLÍTICAS DE GESTÃO	59
2.8.1	<i>Instrumentos de gestão</i>	59
2.8.2	<i>Gestão de pessoas</i>	60
2.8.3	<i>Desempenho institucional</i>	60
2.8.4	<i>Comunicação interna e com a sociedade</i>	61
2.8.5	<i>Sustentabilidade financeira</i>	61
2.8.6	<i>Responsabilidade socioambiental</i>	62
2.8.7	<i>Internacionalização</i>	62
2.8.8	<i>Infraestrutura</i>	64
2.8.9	<i>Acervo acadêmico em meio digital</i>	64
3	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FAJE E DOS CURSOS	65
3.1	MODALIDADE PRESENCIAL, SEMIPRESENCIAL E A DISTÂNCIA	65
3.1.1	Graduação	65
3.1.2	Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	67
3.1.3	Pós-Graduação <i>lato sensu</i> e Educação continuada	68

4	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TUTORIAL	70
4.1	CATEGORIAS.....	70
4.1.1	Corpo Docente.....	70
4.2	POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	71
4.3	CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO E PROMOÇÃO	72
4.4	REGIME DE TRABALHO	73
4.5	EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR.....	75
4.6	EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE	75
5	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	75
5.1	ORGANOGRAMA DA FAJE	76
5.2	ÓRGÃOS COLEGIADOS	77
5.2.1	Congregação.....	77
5.2.2	Conselho Departamental	77
5.2.3	Colegiado de Curso	77
5.3	ÓRGÃOS EXECUTIVOS	77
5.3.1	Reitoria	77
5.3.2	Diretoria dos Departamentos Acadêmicos e Coordenação do ISE	77
5.3.3	Diretoria Administrativa.....	78
5.3.4	Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais	78
5.3.5	Secretaria Geral	78
5.3.6	Coordenações Centrais.....	78
5.3.7	Coordenações de Curso.....	79
5.4	ÓRGÃOS DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	79
6	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	79
6.1	PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO PARA O INGRESSO NA FAJE	79
6.2	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA	80
6.3	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	82
6.4	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	82
7	INFRAESTRUTURA.....	82
7.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	82
7.1.1	Áreas internas.....	82
7.1.2	Áreas externas.....	84
7.2	BIBLIOTECA.....	84
7.2.1	Breve Histórico.....	84
7.2.2	Infraestrutura física	84
7.2.3	Acervo	85
7.2.4	Conservação e Segurança do Acervo	86
7.2.5	Recursos.....	86
7.2.5.1	Corpo Técnico Administrativo	86
7.2.5.2	Informática.....	86
7.2.6	Serviços.....	87
7.2.7	Usuários.....	87
7.2.8	Memorial Jesuítas.....	87

7.2.9	<i>Projetos futuros.....</i>	88
7.2.10	<i>Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo</i>	88
7.3	<i>LABORATÓRIO.....</i>	90
7.4	<i>RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL</i>	90
7.5	<i>PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS</i>	92
7.6	<i>CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA.....</i>	93
8	<i>AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</i>	93
8.1	<i>PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</i>	93
8.2	<i>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....</i>	93
8.3	<i>AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS PROFESSORES.....</i>	94
8.4	<i>AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS.....</i>	94
8.5	<i>AVALIAÇÃO GLOBAL.....</i>	94
8.6	<i>A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA.....</i>	95
8.7	<i>AVALIAÇÃO EXTERNA.....</i>	95
9	<i>ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....</i>	96
9.1	<i>ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</i>	96
9.2	<i>PLANOS DE INVESTIMENTOS</i>	96
9.3	<i>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS).....</i>	97
	<i>ANEXO 1 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA: LINHAS, PROJETOS DE PESQUISA E GRUPOS DE PESQUISA.....</i>	98
	<i>ANEXO 2 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA: LINHAS, PROJETOS DE PESQUISA E GRUPOS DE PESQUISA</i>	106
	<i>ANEXO 3 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA</i>	120
	<i>ANEXO 4 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</i>	124
	<i>ANEXO 5 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</i>	127
	<i>ANEXO 6 - POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL</i>	130
	<i>ANEXO 7 - POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL</i>	133
	<i>ANEXO 8 – POLÍTICA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....</i>	136
	<i>ANEXO 9 – NORMAS DE TRATAMENTO ESPECIAL AOS DISCENTES</i>	140
	<i>ANEXO 10 – NORMAS PARA PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA.....</i>	142
	<i>ANEXO 11 – NORMAS PARA COIBIR A PRÁTICA DO PLÁGIO</i>	144
	<i>ANEXO 12- CUSTEIO DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE EM ATIVIDADES EXTRACLASSES</i>	146
	<i>ANEXO 13 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO PSICOPEDAGÓGICO (NAP)</i>	148
	<i>ANEXO 14 - POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....</i>	150
	<i>ANEXO 15 – POLÍTICA DE APOIO À PESQUISA DOCENTE</i>	152
	<i>ANEXO 16 - A POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E REcredenciamento</i>	154
	<i>ANEXO 17 - ESTATUTO DA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	159
	<i>ANEXO 18 – NORMAS PARA POLÍTICA EXTENSÃO DA FAJE.....</i>	168
	<i>ANEXO 19 - POLÍTICA DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</i>	170

ANEXO 20 – POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA FAJE	173
ANEXO 21 – POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	177

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA PARA O QUINQUÊNIO 2026-2030

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que, a cada ciclo, reafirma o projeto de futuro e o compromisso da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) com a sociedade, delineando metas, ações e estratégias em sintonia com sua missão.

A presente edição, o PDI 2026-2030, marca o início de um novo quinquênio de desenvolvimento, consolidando a continuidade e o aprimoramento da visão estratégica estabelecida no ciclo anterior (PDI 2021-2025). O processo de elaboração para este novo período iniciou-se ao longo de 2025 e pautou-se fundamentalmente na avaliação e no êxito da implementação do plano precedente.

Reconhecendo a robustez daquele planejamento — elaborado em 2020 e pautado por uma ampla escuta da comunidade acadêmica (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo, egressos e sociedade) —, o PDI 2026-2030 mantém a essência de sua metodologia. Naquela ocasião, foram ouvidas lideranças eclesiais e acadêmicas de destaque cujas contribuições foram cruciais para o diagnóstico e a definição dos Fatores Críticos de Sucesso.

A Comissão responsável por esta nova etapa, teve como foco principal o balanço da execução dos Projetos, Metas e Ações do período 2021-2025. Este diagnóstico revelou o avanço significativo no âmbito da Cultura da Ecologia Integral e a superação das metas de formação de lideranças, validando a Missão, Visão e Valores então reformulados.

Desta forma, os Objetivos Estratégicos definidos para o quinquênio anterior — (1) Formação de lideranças juvenis; (2) Eclesialidade e espiritualidade; (3) Compromisso e incidência social; (4) Cultura da ecologia integral; (5) Gestão institucional — continuam a ser os âmbitos prioritários. Eles permanecem plenamente alinhados com as "Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus": **Mostrar o caminho para Deus, Caminhar com os excluídos, Acompanhar os jovens e Cuidar da casa comum**, representando a fidelidade da FAJE ao seu carisma fundacional.

O PDI 2026-2030, é formulado em um cenário de consolidação de novas modalidades de ensino, do aprofundamento das vulnerabilidades sociais e dos desafios eclesiais advindos da sociedade contemporânea, desafios que foram incorporados à reflexão institucional e à redefinição das metas.

Fiel à sua espiritualidade inaciana, que nos move a "buscar e encontrar a Deus em todas as coisas", o novo PDI reafirma a esperança e convoca toda a comunidade acadêmica à criatividade, inovação e protagonismo. Este plano não é apenas um guia de gestão, mas uma expressão renovada da missão da FAJE de incidir, por meio da Filosofia e da Teologia, na construção de um futuro mais justo, fraterno e ecologicamente sustentável.

Outubro de 2025.

Elton Vitoriano Ribeiro, SJ – Reitor da FAJE

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO

A Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) teve seus inícios em Belo Horizonte (MG), em 1982. Ela é o resultado da transferência para a capital mineira, da Faculdade Eclesiástica de Filosofia, criada em Nova Friburgo (RJ), em 1941, com breves passagens por São Paulo e Rio de Janeiro, e da Faculdade Eclesiástica de Teologia, criada em São Leopoldo (RS), em 1949. A junção das duas instituições deu origem ao Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (CES), reconhecido pela Congregação para a Educação Católica (CEC), que, desde 2023 compõe o Dicastério para a Cultura e a Educação (DCE), do Estado Vaticano. Em 1995, o MEC reconheceu a Faculdade de Filosofia com o nome Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus, cujo Regimento foi alterado em 2005 para compor a FAJE, credenciada pelo MEC através da Portaria nº 3.383, de 17/10/2005 (D.O.U. 18/10/05), recredenciada em 2013 e em 2020, pelas Portarias nº 724, de 08/08/2013 (D.O.U. de 09/08/2013), e nº 429, de 28/04/2020 (D.O.U. de 30/04/2020) sendo o ato do último recredenciamento prorrogado pela Portaria nº 874, de 28/11/2025 (D.O.U. de 01/12/2025). Várias alterações foram introduzidas no Regimento da FAJE em 2018 e em 2020, tendo em vista as mudanças na legislação nacional, seu credenciamento na Educação a Distância (EaD), que se deu em 2022, através da Portaria nº 563, de 02/08/2022 (D.O.U. de 04/08/2022), retificada em 01/08/2023 (D.O.U. de 01/08/2023), e sua qualificação como Instituição Comunitária de Ensino Superior, ocorrido em 2024, através da Portaria SERES/MEC nº 219, de 05/06/2024 (D.O.U. 06/06/2024). Enquanto instituição civil, A FAJE é constituída pelos Departamentos de Filosofia e Teologia.

Os Departamentos acadêmicos da FAJE equivalem, sob o aspecto canônico, às Faculdades Eclesiásticas de Filosofia e de Teologia, que, enquanto tais, continuam a constituir o CES, instituição autorizada a conceder títulos acadêmicos em nome da Santa Sé (Estado do Vaticano). A instituição oferece formação acadêmica a jesuítas, a estudantes do clero diocesano e de congregações religiosas, a leigos de ambos os sexos, de várias confissões religiosas, nessas duas áreas do saber. Em 05/12/1983 a CEC aprovou os Estatutos do CES por quatro anos, ratificando-os em 25/07/1989. O Decreto de 2011, emitido pela CEC, que previa a reforma dos estudos eclesiais de Filosofia, levou a uma primeira atualização desses Estatutos, aprovada em 2013. Uma nova atualização dos Estatutos e do Plano de Estudos do CES foi feita em 2019, tendo em conta as exigências da Constituição apostólica *Veritatis gaudium*, do Papa Francisco, de 2017. Aprovados *ad quinquennium experimenti gratia*, em 28/02/2020, os Estatutos sofreram novos ajustes em 2024, com a reforma da Cúria Romana, feita pela Constituição *Praedicate Evangelium*, tendo sido aprovados em 19/02/2025 *ad alterum quinquennium*.

A FAJE mantém cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia e Teologia.

Do ponto de vista eclesial, o bacharelado em Filosofia, criado em 1941, segue as orientações da CEC, atual DCE, atualizadas em 2019, pela Constituição apostólica *Veritatis gaudium*. Do ponto de vista civil, junto com a licenciatura, o curso foi autorizado pelo decreto de 31/01/1992 (D.O.U. 03/02/1992), e reconhecido pela Portaria ministerial nº 164, de 22/02/1996 (D.O.U. 23/02/1996), reconhecimento renovado pelas Portarias nº 286, de 21/12/2012 (D.O.U. 27/12/2012), nº 1.093, de 24/12/2015 (D.O.U. 30/12/2015) e nº 917, de 27/12/2018 (D.O.U. 28/12/2018).

O mestrado em Filosofia, reconhecido pela Portaria nº 1.919, de 03/06/2005, possibilitou seu início em 2006. Os resultados das avaliações da CAPES, de 2008, 2012, 2017, 2020 e 2025, confirmaram o reconhecimento pelas seguintes Portarias nº 524, de 29/04/2008; nº 1.077, de 31/08/2012; nº 656, de 22/05/2017 (D.O.U. de 23/05/2017, republicada em 27/07/2017; nº 609, de 14/03/2019 (D.O.U. de 18/03/2019); nº 398, de 29/05/2025 (D.O.U. de 02/06/2025). O resultado da avaliação quadrienal de 2017-2020 levaram ao pedido de credenciamento do curso de doutorado, reconhecido pela Portaria nº 2.149, de 26/12/2023 (D.O.U. de 27/12/2023), tendo seu início em 2024.

Em 2007, foi criado o Instituto Superior de Educação (ISE), que tem como principal finalidade a oferta e o acompanhamento do curso de licenciatura em Filosofia. Esse Instituto é responsável pela coordenação do curso de licenciatura em Filosofia na sua dimensão específica, enquanto formação que prepara docentes para atuarem nesta área nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

O bacharelado eclesiástico em Teologia oferecido pelo CES é reconhecido pela Santa Sé desde sua criação, em 1949, seguindo as orientações da CEC (atual DCE), atualizadas em 2017. Do ponto de vista civil, o curso é regulado pelos princípios fixados nos Pareceres CNE/CES nº 583/2001 e nº 67/2003, fundamentados no Parecer CNE/CES nº 60/2014, homologado pela Resolução nº 4, do CNE/CES, de 16/09/2016, homologada pelo Ministro da Educação e publicada no D.O.U. de 08/09/2016. Na modalidade presencial, o curso foi autorizado pela Portaria nº 264, de 19/06/2006 (D.O.U.20/06/2006) e reconhecido pela Portaria ministerial nº 146, de 14/06/2011 (D.O.U. 15/06/2011), renovada pelas Portarias nº 269, de 03/04/2017 (D.O.U. 04/04/2017); nº 208, de 25/06/2020, (D.O.U de 07/07/2020); nº 386, de 13/08/2024, (D.O.U de 14/08/2024). Na modalidade a distância, o curso foi autorizado pela Portaria MEC nº 977, de 25/11/2022, (D.O.U. de 29/11/2022).

No âmbito da Pós-Graduação, a Faculdade de Teologia criou, em 1986, um programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, com cursos de mestrado e doutorado, outorgando os títulos eclesiásticos em nome da Santa Sé. O reconhecimento desses cursos junto a CAPES deu-se em 1997, para o Mestrado, através da Portaria nº 1.432, de 02/02/1999 (D.O.U. 03/02/1999). O triênio seguinte confirmou o reconhecimento do curso de Doutorado, através da Portaria nº 2.530, de 04/09/2002 (D.O.U. 06/09/2002). O reconhecimento do mestrado e do doutorado foi confirmado nos anos seguintes através das Portarias nº 2.878, de 24/08/2005 (D.O.U. 25/08/2005); nº 524, de 29/04/2008; nº 1.077, de 31/08/2012; nº 656, de 22/05/2017 (D.O.U. 23/05/2017), republicada em 27/07/2017 (Portaria nº 609, 14/03/2019, publicada D.O.U. 18/03/2019); nº 398, de 29/05/2025 (D.O.U. de 02/06/2025).

A FAJE adquiriu lugar de destaque no cenário filosófico e teológico nacional e internacional através da irradiação do pensamento dos membros de seu corpo docente, divulgado em livros e artigos de caráter científico, em textos publicados em jornais, revistas e portais de diversas instituições acadêmicas, eclesiais e sociais, em eventos organizados por seus Programas de Pós-Graduação e seus Grupos de Pesquisa, em conferências, cursos, assessorias e reuniões realizadas no país ou no exterior. Seus egressos, através da docência, de escritos e presença nos debates candentes da Filosofia e da Teologia, e seus discentes, através de atividades acadêmicas diversas, também contribuem para difundir o pensamento elaborado pela Faculdade. Os periódicos *Síntese – Revista de Filosofia*, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, criado em 1959 e indexado por Crossref, e *Perspectiva Teológica*, do Programa de Pós-Graduação em Teologia, criado em 1969 e indexado por Crossref, Web of Science, Scopus e Scielo, são canais privilegiados de divulgação da produção intelectual dos docentes e egressos da Faculdade, e de outras instituições do país e do exterior, nessas duas áreas do saber. Além desses periódicos, em 2010, foi criado o periódico *Pensar. Revista Eletrônica da FAJE*, voltado para a publicação de artigos de discentes, egressos e docentes da instituição e de outros centros de pesquisa em Filosofia e Teologia, e, em 2016, *Annales FAJE*, periódico voltado, sobretudo, para a publicação de artigos resultados de eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa dos dois Programas de Pós-Graduação da instituição e de artigos de seu Programa de Iniciação Científica (PIBIC). A Faculdade é responsável pelas seguintes coleções publicadas por Edições Loyola: Filosóficas: *Filosofia, Estudos Vazianos, Obras inéditas de Henrique Cláudio de Lima Vaz*; Teológicas: *Bíblica Loyola, Bíblia Passo-a-Passo, FAJE*. Em 2013, o Programa de Pós-Graduação em Teologia criou *Theologica Latinoamericana*. Enciclopédia Digital, iniciativa em parceria com a Unisinos, a UNICAP e a PUC Rio. A partir de 2021, a Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá) também entrou na parceria, e, em 2025, a Université Laval (Québec). A enciclopédia oferece, em acesso livre, verbetes da área da Teologia em português e espanhol. Em 2025, com recursos da FAPEMIG, os verbetes começaram a ser traduzidos para o inglês. A obra agrupa os conteúdos da teologia ao redor oito eixos: Bíblia, Liturgia e Sacramentos, Teologia Sistemática, Teologia Fundamental, Ética Teológica, História da Teologia e

do Cristianismo, Mística e Espiritualidade, Teologia Prática ou Pastoral. Em 2018, num esforço de maior presença no ambiente virtual, foram implementadas duas novas iniciativas: *Nós Humanos*: vídeos postados pelo canal YouTube da FAJE, com temas relevantes da atualidade pensando em chave filosófica ou teológica; *Passo a Pensar: Podcasts* postados em várias redes sociais. A esses programas acrescentou-se, em 2020, a coluna *Palavra e Presença*, com textos de opinião sobre temas candentes da atualidade, postados nas mídias digitais, escritos por docentes, discentes e egressos da Faculdade.

Os anos que se seguiram à implantação do CES em Belo Horizonte privilegiaram a formação de quadros para a Companhia de Jesus e para algumas congregações religiosas, bem como para seminaristas diocesanos e de leigos de ambos os sexos, com ensino de excelência, pesquisa relevante, publicada em artigos e livros importantes. Vários docentes se destacavam pela assessoria oferecida a diversos organismos eclesiais e acadêmicos do país e do exterior. Com o pedido de autorização civil do curso de Filosofia, em 1992, iniciou-se o percurso que daria origem ao credenciamento, em 2005, da FAJE, enquanto instituição civil habilitada a conferir os vários graus acadêmicos em Filosofia e em Teologia. Os PDIs elaborados nesse período (2005-2010; 2011-2015; 2016-2020; 2021-2025) testemunham o longo processo que fez com que a Faculdade, sem perder seu caráter de instituição eclesiástica e confessional, ingressasse, pouco a pouco, no cenário intelectual brasileiro. Isso se traduziu, como se pode ver no caminho trilhado nesse período, na progressiva inserção da instituição nas instâncias legais, pedagógicas, administrativas e intelectuais do complexo mundo acadêmico do país.

De fato, os PDIs desse período são marcados pelas seguintes preocupações:

1. Separação progressiva das instâncias acadêmicas e religiosas, levando à saída das comunidades de estudantes e professores jesuítas do *campus*, à distinção entre espaço acadêmico e espaço jesuíta, o que tornou possível, no último quinquênio, a elaboração de um Plano Diretor, com várias etapas de implementação, conferindo ao *campus* da Faculdade um caráter totalmente acadêmico;
2. Definição de competências e processos, profissionalizando as atividades do corpo técnico-administrativo, do corpo docente, dos administradores e coordenadores de cursos, melhorando a relação da Faculdade com o público interno (estudantes) e o público externo (fornecedores, visitantes);
3. Modernização da infraestrutura física do *campus* da FAJE: reforma de banheiros, salas de aula, gabinetes dos professores, climatização de alguns ambientes, troca de cadeiras, adaptação dos espaços para acessibilidade, unificação das secretarias, aprimoramento do cuidado do jardim e da limpeza; melhoria da infraestrutura tecnológica: redes elétrica e telefônica, fibra ótica, computadores, provedores, *softwares* administrativos e acadêmicos; maior atenção à sustentabilidade, com coleta seletiva de resíduos sólidos, supressão progressiva do uso de plástico, controle biológico de pragas;
4. Escuta das várias instâncias da comunidade acadêmica, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Ouvidoria, dos Diretórios Acadêmicos, da Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais (DACP), em vista de um processo interno permanente de autoavaliação e aperfeiçoamento;
5. Esforço, por parte dos docentes, discentes e egressos, em assegurar uma presença da FAJE nos debates filosóficos e teológicos nacionais e internacionais, através dos Grupos de Pesquisa dos dois Programas de Pós-Graduação; da participação em eventos das duas áreas; da organização de jornadas, seminários, colóquios e simpósios; da publicação de livros, capítulos de livros, verbetes e artigos em periódicos, jornais, enciclopédias e revistas; da presença em redes sociais, com textos, áudios e vídeos;
6. Investimento na pesquisa docente e discente, através do tempo concedido pela Faculdade a seus docentes permanentes para estágios pós-doutorais; da criação do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) para a graduação; do apoio aos dois Programas de Pós-Graduação, assegurando a renovação e a capacitação do quadro docente, o acompanhamento dos mestrandos e doutorandos; do incentivo aos Grupos de Pesquisa; da criação de um programa de acompanhamento de egressos; da acolhida de pesquisadores para o estágio pós-doutoral; da atualização contínua do acervo da Biblioteca Padre Vaz;

7. Ampliação da oferta de formação da Faculdade para outros públicos, através da criação de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização (pós-graduação *lato sensu*), e de uma presença mais significativa no ambiente digital, com ofertas de minicursos de extensão, de palestras e ciclos de debates propostos em eventos, de textos de opinião com conteúdos mais acessíveis ao grande público;

8. Ampliação de convênios de cooperação com instituições nacionais e internacionais, viabilizando iniciativas como as do mestrado interinstitucional (FAJE-FADISI, FAJE-FATEO); a Enciclopédia digital (implicando FAJE, PUC-Rio, UNICAP, Unisinos, Javeriana, Laval); o intercâmbio de docentes como professores visitantes; a participação em grupos interinstitucionais de pesquisa (Grupo de Santiago); o apoio, supervisão e certificação, por parte da Coordenação Central de Atividades de Extensão, das iniciativas de formação feitas por instituições conveniadas com a FAJE.

O ingresso da FAJE na modalidade de Educação a Distância (EaD), previsto no PDI de 2016-2020, viabilizou-se no período compreendido pelo PDI 2021-2025, através do credenciamento institucional, ocorrido com a Portaria nº 563, de 02/08/2022, que tornou possível a proposta de oferta do curso de bacharelado em Teologia na modalidade EaD, que foi autorizado pela Portaria nº 977, de 25/11/2022, e a oferta de atividades de atualização, aperfeiçoamento e especialização nesta modalidade, com as seguintes iniciativas: os cursos de atualização “Cidadãos para o mundo” e de especialização “Ensino religioso, formação cristã e espiritualidade inaciana na Rede Jesuíta de Educação (RJE)”, oferecidos à RJE; o curso de aperfeiçoamento “Ensino Religioso”, oferecido à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, através do Edital “Trilhas do Futuro”; o curso de Especialização “Ensino religioso e formação cristã”, oferecido a instituições de educação interessadas.

Os investimentos em tecnologia educacional, realizados entre 2018-2020, modernizando a infraestrutura, adquirindo equipamentos e formando os profissionais da Tecnologia da Informação (TI) da FAJE, capacitaram os membros da comunidade acadêmica nas ferramentas administrativas, acadêmicas e didáticas utilizadas pela instituição, como as do sistema Totvs, da Plataforma Moodle e da Plataforma Teams. Isso permitiu que no período da pandemia a Faculdade passasse imediatamente ao ensino remoto síncrono, criando seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), assegurando a realização de atividades de caráter administrativo, pedagógico, de ensino-aprendizagem e pesquisa. Os aprendizados desse período viabilizaram o ingresso da FAJE na EaD, além de terem criado uma dinâmica nova na instituição, ampliando as formas de interação e o alcance de sua oferta de formação.

A FAJE sempre recebeu estudantes de todas as partes do território nacional e de países da América Latina e Caribe, América do Norte, Europa, África e Ásia. Em 2008, a instituição foi escolhida pela Companhia de Jesus como um dos centros de formação teológica para seus efetivos na América Latina, podendo também acolher estudantes de outros continentes. Nos últimos anos, não só jesuítas de várias nacionalidades têm sido enviados à Faculdade, mas também os de outras congregações religiosas, tendência que tende a crescer com o fechamento, em 2024, do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), que funcionou durante muitos anos em Belo Horizonte. O ambiente criado por essa diversidade de procedências é de grande riqueza e estimula um diálogo intercultural, **capacitando** os que dele participam a valorizarem a diferença e a reconhecerem sua importância. Muitos egressos que fizeram seu percurso na Faculdade, quando continuam seus estudos em outra instituição, nacional ou internacional, são unânimes em reconhecer a solidez da formação acadêmica recebida na Instituição.

Além da avaliação interna e contínua, a Faculdade também é submetida à avaliação externa. Na graduação isso se dá através do ENADE. Em 2005, 2008, 2014, o curso de Filosofia Licenciatura obteve nota 5; em 2017 e 2021, obteve a nota 4; em 2025 obteve a nota 5. A Filosofia Bacharelado, em 2011, 2014 e 2017, obteve a nota 5 e em 2021 obteve a nota 4. A Teologia, em 2015, obteve nota 4, e em 2018, nota 5; em 2023, nota 4. O EaD em Teologia, autorizado em 25/11/2022, obteve nota 5 atribuída pelos Avaliadores do MEC. Na última quadriênal, 2021-2024, o mestrado em Filosofia obteve nota 4, levando à abertura, em 2024, do doutorado, que também obteve nota 4. Para o mesmo quadriênio, o mestrado e o doutorado em Teologia mantiveram a nota 6, desde o triênio 2009 a 2011.

Essas notas asseguraram a nota 5 da FAJE no Índice Geral de Cursos/INEP- IGC desde 2007. No último Conceito Institucional – CI de 2019 a FAJE obteve a nota 5

Em junho de 2024, através da Portaria Seres/MEC nº 219, de 05/06/2024, a FAJE se tornou uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES). Sua sede na Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127, B. Planalto, Belo Horizonte, estado de Minas Gerais (Brasil). Sua mantenedora é a Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social (AJEAS), entidade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, sediada em Belo Horizonte, através de sua filial, a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (CNPJ 17.211.202/ 0003-47). Esta mantenedora é uma entidade civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, criada em 1953 e sediada em Belo Horizonte. Até 2003, era denominada Sociedade de Educação e Assistência Social (SEAS). A mudança de nome deveu-se à sua adaptação ao novo Código Civil brasileiro. Com a criação, em 2014, da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA), fez-se a opção de reduzir as antigas mantenedoras das Províncias que compõem a BRA, incorporando suas obras em duas grandes entidades: a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS) e a Associação Antônio Vieira (ASAV). A FAJE deverá ser incorporada pela ASAV, mas o processo ainda não foi concluído.

1.2 IDENTIDADE E MISSÃO

1.2.1 Identidade

A Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia é uma instituição acadêmica de ensino e pesquisa de orientação católica, inserida no contexto sociocultural brasileiro e latino-americano, que atua fundamentalmente nas áreas de Filosofia e Teologia, e se inspira na tradição cristã e na herança espiritual e pedagógica da Companhia de Jesus.

a. Enquanto *instituição de ensino superior*, a Faculdade tem como razão de ser a busca constante da verdade, a promoção do saber e da cultura, e sua transmissão, mediante a formação integral de novas gerações de homens e mulheres, capazes de pensar de maneira crítica e criativa, de assumir livremente o seu destino pessoal e de empenhar-se no serviço do conjunto da sociedade. O caráter interativo da investigação e do ensino universitários requer clima de respeito e liberdade, e atitude de responsabilidade e discernimento, que implicam a abertura tanto aos vários campos do saber, numa perspectiva inter e transdisciplinar, quanto às diversas posições e expressões culturais e religiosas.

b. A *identidade cristã* da Faculdade corresponde a uma base comum de valores e atitudes, que proporciona a construção de verdadeira comunidade acadêmica. Trata-se do humanismo solidário, inspirado no Evangelho, que conjuga a afirmação da dignidade inalienável da pessoa humana com a abertura ao Transcendente, senso agudo da justiça e da responsabilidade socioambiental com a esperança de uma plenitude de vida e comunhão, para além dos limites de nossa condição histórica, apreço incondicional à razão com a experiência de sua autossuperação na fé. Longe de conflitar com a autêntica liberdade acadêmica e com o pluralismo de opiniões, esta convergência básica entre os que livremente se comprometem com o ideário da instituição, fundamenta o diálogo autêntico e fecundo entre seus membros, bem como a ampla participação, de acordo com as próprias funções, na elaboração do projeto institucional e na determinação de suas linhas de ação.

c. Por sua própria natureza filosófico-teológica e por sua posição singular no cenário eclesial, a atuação da Faculdade, embora se exerça no âmbito regional no qual está situado seu *campus* (Belo Horizonte e Minas Gerais), pretende desenvolver-se em um horizonte nacional e internacional. Em virtude da *inserção na realidade brasileira* e latino-americana, a reflexão que ela desenvolve e a formação que proporciona, sem perder a universalidade e a radicalidade do humano, situam-se no atual contexto histórico, respondendo aos problemas e às preocupações dos homens e das mulheres de hoje, levando em conta as peculiaridades de nossa índole, de nossa sociedade e de nossa herança cultural.

À luz dessas características básicas, a FAJE se define ainda como uma *instituição comunitária*:

a. Enquanto reflete os valores de uma determinada tradição cultural e está ligada a um grupo social, que aceita a visão humanístico-cristã característica da Igreja Católica;

b. Enquanto promove em todas as dimensões da vida da instituição, tanto no plano acadêmico e administrativo, como no relacionamento interpessoal, o espírito comunitário, manifestado no diálogo, como instrumento de compreensão mútua e de superação de conflitos, na sinceridade e simplicidade do agir, na primazia do bem comum sobre os interesses individuais, no desenvolvimento do espírito de solidariedade e de cooperação e não de competição, na sensibilidade às necessidades do outro, para que reine na comunidade acadêmica um ambiente fraterno, de respeito e confiança, amizade e ajuda mútua;

c. Enquanto se concebe, não simplesmente como entidade privada, mas como prestadora de um serviço de interesse público, não pretendendo ser fim em si mesma, mas buscando aperfeiçoar-se para cumprir cada vez melhor a missão de serviço à pessoa e à sociedade. Para isso, fomenta entre docentes, discentes, egressos e membros do corpo técnico-administrativo a consciência de sua responsabilidade diante da instituição e da comunidade nacional, manifestada na honestidade e diligência com que assumem suas atividades e no compromisso de utilizar os recursos de que dispõem para o crescimento intelectual e humano dos destinatários de seu serviço, voltado, não simplesmente ao proveito pessoal, mas em vista da própria capacitação para promover o desenvolvimento integral de todos, especialmente, dos que não gozam das mesmas oportunidades.

1.2.2 Missão e Visão

A missão e a visão reelaboradas no Planejamento Estratégico da FAJE de 2021-2025 são confirmadas no Planejamento Estratégico de 2026-2030, sendo assim definidas:

Missão: Formar pessoas com excelência acadêmica em Filosofia, Teologia e Ciências afins, promovendo o diálogo entre a fé e a cultura contemporânea à luz do humanismo cristão, da amizade social e da ecologia integral.

Visão: Ser um centro de excelência acadêmica de projeção nacional e internacional, em consonância com a Tradição Cristã e Jesuítica e com sustentabilidade econômica, inovação e responsabilidade socioambiental.

1.2.3 Valores e Princípios

Os valores e princípios fundamentais, acadêmicos e organizacionais que permearam o PDI 2021-2025 são igualmente conformados para o próximo quinquênio e são definidos da seguinte maneira:

1.2.3.1 Valores fundamentais

a. Fé no mistério de Deus, revelado em Jesus Cristo, e na mensagem sempre nova e fascinante do seu Evangelho, como fonte permanente de inspiração, em vista de sua encarnação crescente na vida da Igreja e da humanidade, como resposta livre à oferta do amor gratuito de Deus;

b. Consciência da responsabilidade de anunciar esta mensagem a toda criatura, nas formas mais adequadas, com a vida e a palavra, indo ao encontro sobretudo dos que estão distantes e mais necessitam da luz e conforto do Espírito de verdade e amor;

c. Integração plena na vida da Igreja e da Companhia de Jesus pela fidelidade às suas orientações, acolhida de suas preferências apostólicas e disponibilidade para responder às suas solicitações;

d. Afirmação da dignidade inalienável da pessoa humana, no seu projeto histórico e na sua vocação transcendente, com a promoção e a defesa dos direitos universais contra todo tipo de discriminação, marginalização e opressão de indivíduos e grupos humanos, em razão do gênero, etnia, condição física, nacionalidade, classe social, religião, idade, opção política e ideológica;

e. Respeito e cuidado da natureza como casa comum da humanidade a ser tratada, inclusive nas atitudes e comportamentos quotidianos, de modo responsável, que proporcione a preservação de sua originalidade e a restauração contínua dos recursos que põe à disposição do ser-humano;

f. Apreço pela razão humana na busca da verdade e compreensão do sentido da existência através do conhecimento da realidade e de seu fundamento último pelos vários ramos do saber, enquanto contribuem também para orientar as decisões dos indivíduos e comunidades humanas na sua caminhada histórica;

g. Valorização dos produtos culturais da humanidade na sua diversidade espaço-temporal e na sua especificidade nos campos da religião, arte, ética, direito, técnica, ciência, comunicação e instituições sociopolíticas e econômicas;

h. Vigência das liberdades civis e da ordem constitucional no Estado democrático de direito;

i. Vivência da fraternidade universal no amor atuante e comprometido, que leva tanto a promover a justiça e a solidariedade no plano institucional, como a procurar como seu próprio bem a plena realização do outro, especialmente dos mais carentes de recursos e oportunidades para uma vida digna;

j. Reconhecimento de que a unidade do gênero humano nos diversos níveis não se dá pela supressão das diferenças, mas na riqueza da tensão resultante da confluência das parciais em um todo comunicativo, em que cada qual conserva sua originalidade sempre aberta às outras;

k. Fomento da paz e harmonia nos grupos humanos desde a família até as relações internacionais, resolvendo as divergências pelo diálogo, fundado na justiça e na compreensão recíproca dos interesses em questão;

l. Busca da excelência em todas as dimensões da atividade individual e corporativa, procurando o que mais contribui para o aperfeiçoamento próprio e da instituição, não simplesmente em termos de realização pessoal ou prestígio social, mas em vista da capacitação de todos para o maior serviço da família humana;

m. Hábito do discernimento pessoal e coletivo, à luz dos critérios evangélicos, na tomada das decisões e no estabelecimento das prioridades, para que sejam a expressão mais sábia do amor e desejo de ajudar o próximo em cada situação concreta;

n. Prática de todos esses valores no âmbito da instituição, de modo a constituir uma comunidade universitária, animada pelo propósito de cumprir a sua missão em espírito de responsabilidade e colaboração, num ambiente amigável, de modo que os que dela participam, em diversos níveis, procurem colocar tudo o que são e o que têm à sua disposição, a serviço da promoção humana integral dos destinatários imediatos de seu trabalho e do conjunto da sociedade.

1.2.3.2 Valores de ordem acadêmica

a. Projeto formativo que mira o desenvolvimento integral da pessoa livre e responsável, privilegiando o estudo sistemático, nos diversos campos do saber, a assimilação dos conteúdos mais do que a multiplicidade de informações, o despertar do espírito crítico e do pensamento criativo, na relação pessoal entre docentes e discentes e na conexão mútua entre experiência e reflexão;

b. Consciência de que vivemos uma época de ruptura cultural radical, caracterizada por uma crise antropológica e socioambiental de âmbito global, que exige criatividade na elaboração de novos paradigmas, tanto no plano socioeconômico e político, quanto na linha da evangelização, capazes de fundamentar um autêntico humanismo;

c. Rigor metodológico, integridade na pesquisa e alta qualificação da reflexão científica sobre a problemática atual, a partir de seus condicionamentos históricos, e pela eficácia de sua transmissão, unindo indissolivelmente a compreensão da realidade à indicação das vias de sua transformação;

d. Cultivo de um pensamento nunca plenamente satisfeito e completo, mas em contínuo desenvolvimento, aberto ao sempre mais de Deus e da verdade;

e. Promoção da liberdade de expressão no seio da comunidade acadêmica, aliada à responsabilidade, discernimento e adesão aos objetivos institucionais;

f. Diálogo sem reservas com as diferentes culturas, instituições religiosas e correntes de pensamento e com seus representantes na busca do enriquecimento mútuo e da convergência em torno de fundamentos comuns;

g. Inter e transdisciplinaridade na abordagem das diversas questões, não só no interior da própria Faculdade, na convicção da unidade do saber, na distinção e respeito por suas múltiplas e conexas expressões;

h. Participação em redes de instituições acadêmicas de várias regiões e tradições culturais em vista do estudo e solução de problemas de caráter epocal e global.

1.2.3.3 Valores de ordem organizacional

a. Preservação da identidade da Faculdade nas diversas situações, não se deixando levar por qualquer tipo de proposta ou pressão a decisões contrárias à sua autonomia e seus princípios;

b. Utilização sistemática do planejamento, em vista da realização dos objetivos institucionais, mediante a elaboração de projetos e a avaliação de sua execução;

c. Estímulo à apresentação de sugestões de melhoria por parte dos membros da comunidade ou externos, com a disposição de acolhê-las e examiná-las antes que de rejeitá-las, procurando soluções positivas e saídas fecundas para os problemas e impasses que surgem;

d. Atenção à seleção, acompanhamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos destinados a colaborar para a consecução dos fins da instituição na área docente e administrativa;

e. Criação de ambiente propício ao trabalho produtivo no seio da comunidade acadêmica entre docentes, discentes e membros do corpo técnico-administrativo e deles com a sua direção, mediante relações cordiais e cooperativas;

f. Promoção oportuna de atividades de extensão universitária, que vão ao encontro das questões e das necessidades mais prementes da sociedade em cada momento;

g. Empenho na garantia da sustentabilidade da instituição, procurando sistematicamente angariar os recursos econômicos necessários para seu funcionamento e desenvolvimento, seja pela prestação de seus serviços, seja por doações e demais formas de auxílio financeiro;

h. Eficiência administrativa, conjugando os procedimentos técnicos com a absoluta honestidade e transparência no uso dos recursos e seu direcionamento para o cumprimento dos objetivos institucionais;

i. Desenvolvimento de parcerias e intercâmbios com instituições acadêmicas e entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade;

j. Perspectiva internacional, seja quanto à composição do corpo discente e ao intercâmbio de professores e estudantes, seja quanto à reflexão sobre a problemática global e a divulgação de seus resultados.

1.2.3.4 Síntese dos valores institucionais

- a. *Excelência Acadêmica*: formação de alto nível, abrangente e plural;
- b. *Criatividade Intelectual*: diálogo com a cultura contemporânea por meio de pesquisa, novas metodologias didático-pedagógicas e produção científica inovadora;
- c. *Diálogo abrangente*: potencialização do diálogo intercultural, ecumênico, inter-religioso e maior inserção no mundo digital;
- d. *Fé e Razão*: busca da inteligência que se abre à fé e da fé que se põe à prova da razão;
- e. *Humanismo Cristão Solidário*: compreensão do mundo e das sociedades em suas interações, que visa ao entendimento entre os povos e à promoção da dignidade humana;
- f. *Fé e Justiça*: promoção da justiça socioambiental, da democracia e dos direitos humanos como expressão de nosso compromisso com o Reino de Deus;
- g. *Serviço à Igreja e à Sociedade*: formação de discípulos missionários e cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e solidário;
- h. *Espiritualidade Inaciana*: promoção do estudo e da prática dos Exercícios Espirituais e do discernimento como meios para encontrar Deus em todas as coisas.

1.3 OBJETIVOS E METAS

À luz de sua identidade, missão, visão e valores, a FAJE persegue alguns objetivos gerais permanentes, os quais, por sua vez, se traduzem nos objetivos específicos, que foram definidos no Planejamento Estratégico de 2020, que orientou o PDI 2021-2025 e que são confirmados para o quinquênio 2026-2030, com atualizações e ajustes nos projetos, metas e ações a serem implementados.

1.3.1 Objetivos gerais e permanentes

No exercício de sua missão, a Faculdade visa os seguintes *objetivos gerais e permanentes*:

- a. Promover e cultivar a *investigação científica* em Filosofia, Teologia e áreas afins, na perspectiva de um humanismo solidário, radicado na mensagem evangélica, e em diálogo com outras mundivisões e confissões religiosas, a fim de esclarecer o sentido da existência humana pessoal, social e ecológica, em busca de soluções criativas e inovadoras para os problemas gerados pelas mudanças da sociedade, da ciência, da tecnologia, da cultura e da crise socioambiental;
- b. Proporcionar aos seus estudantes uma *sólida formação* nas disciplinas filosóficas e teológicas e em outras com elas conexas, em consonância com as orientações da Igreja Católica, através dos recursos da sólida tradição da pedagogia inaciana e seu enriquecimento com as novas modalidades de ensino-aprendizagem oferecidas pelas pedagogias ativas do mundo digital, em vista do desenvolvimento integral da personalidade, da assimilação pessoal da experiência cristã e da capacitação científica para o desempenho da investigação, a reflexão pessoal, o exercício do magistério, a atividade profissional e outras formas de serviço à sociedade e à comunidade eclesial;
- c. Difundir os resultados da reflexão e pesquisa, através de publicações, cursos, palestras, assessorias, serviços comunitários e outras formas de comunicação e extensão universitária, em nível nacional e internacional, contribuindo, com propostas inovadoras, para o debate público dos problemas emergentes e tendo em vista, em particular, a formação continuada de ministros da Igreja Católica, agentes de pastoral e cidadãos conscientes de suas responsabilidades e capazes de situar-se criticamente ante a realidade.

1.3.2 Objetivos específicos

Dos cinco objetivos específicos definidos para o quinquênio 2021-2025, quatro se inspiravam nas “Preferências apostólicas da Companhia de Jesus”, definidas em 2019 e com vigência de dez anos, a saber: (1) Formação de lideranças juvenis, (2) Eclesialidade e espiritualidade, (3) Compromisso e incidência social, (4) Cultura da ecologia integral. Os dois últimos se alinham também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU. O quinto, Gestão institucional, visava ao aprimoramento dos processos administrativos, acadêmicos e de formação de pessoas. O PDI 2026-2030 mantém os cinco objetivos definidos no período anterior, atualizando seus projetos, metas e ações.

1.3.2.1 Formação de lideranças juvenis

Investir na formação intelectual, pastoral e espiritual de lideranças juvenis, identificando novas necessidades e linguagens pessoais, sociais e eclesiais, atuando em parceria com as várias obras da Companhia de Jesus, da Igreja e da sociedade.

Projeto 1. Investimento na formação intelectual, pastoral e espiritual de lideranças juvenis.

META 1. Enriquecimento da formação teórica oferecida na Faculdade com elementos práticos da tradição pedagógica inaciana e novas epistemologias, particularmente as latino-americanas, possibilitando ampliar o diálogo com o mundo juvenil.

Ação 1: Viabilizar a possibilidade de um estágio social para os estudantes da pós-graduação *stricto sensu*, articulado com os projetos extensionistas da graduação;

Ação 2: Assegurar a oferta periódica de disciplinas optativas, de caráter interdisciplinar, relacionadas às juventudes, num mundo plural e fragmentado;

Ação 3: Fortalecer a Especialização “Juventudes no Mundo Contemporâneo”, em parceria com a Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude e o Programa MAGIS Brasil;

Ação 4: Promover seminários docentes sobre a tradição pedagógica inaciana e novas epistemologias, particularmente as latino-americanas

META 2. Ampliação do serviço às juventudes para além do corpo discente ordinário, com ênfase nas lideranças juvenis das periferias, garantindo a oferta regular de atividades voltadas à formação espiritual e humana de jovens.

Ação 1: Fortalecer e ampliar o GRUFAJE a partir de uma maior divulgação das atividades, a inclusão de cursos de idiomas e a articulação com instituições de capacitação profissional, realizados em parceria com estudantes desta e de outras IES;

Ação 2: Oferecer a formação “Projeto de Vida” e Exercícios Espirituais em etapas para outras instituições de ensino médio e superior, em parceria com o Espaço MAGIS;

Ação 3: Promover cursos e iniciativas de formação litúrgica e pastoral para jovens lideranças eclesiais;

Ação 4: Reestruturar o projeto FAJE Escola, em vista de oferecer capacitação para professores do ensino fundamental e médio em temas humanísticos.

Projeto 2. Identificação de novas necessidades e linguagens pessoais, sociais e eclesiais.

META 1. Promoção de uma escuta qualificada dos jovens e uma permanente autoavaliação na instituição.

Ação 1: Consolidar a participação e apropriação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação liderado pela CPA, visando à maior integração, melhoria do clima organizacional e aumento do senso de pertença;

Ação 2: Incrementar práticas de escuta de sugestões a partir das mediações existentes, a saber: Ouvidoria, Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), reuniões dos colaboradores, representantes de turma, centros acadêmicos e reuniões semestrais com os formadores de congregações;

Ação 3: Garantir a escuta de especialistas em juventudes nos processos de planejamento institucional.

META 2. Ampliação da reflexão, produção, análise e debate sobre as juventudes contemporâneas, por meio do fortalecimento dos grupos de pesquisa e suas produções teóricas, bem como do aproveitamento das atividades de extensão como um laboratório universitário.

Ação 1: Fortalecer, dentre as atividades de extensão, as que promovem o exercício conjunto da pesquisa de docentes, discentes e egressos;

Ação 2: Promover eventos abertos e gratuitos com temática das juventudes e outros temas contemporâneos, com ampla divulgação em ambientes externos à Faculdade;

Ação 3: Criar um grupo de pesquisa interinstitucional em juventudes, favorecendo a entrada de estudantes jovens que tenham interesse nesta área de pesquisa e ampliando a presença de pesquisadores e estudantes da Faculdade nos eventos das associações das áreas de Filosofia, Teologia e ciências afins;

Ação 4: Oferecer cursos diversos para os estudantes e educadores de jovens nas temáticas: pedagogias das juventudes; juventudes e projeto de vida; juventudes e novas mídias; evangelização de jovens; direitos juvenis e participação política.

META 3. Efetivação e estruturação da “Cátedra João Batista Libanio de Juventudes”, com foco na revisão, acompanhamento e avaliação contínuos das ações destinadas ao tema das juventudes na Faculdade.

Ação 1: Nomear um docente de cada Departamento da FAJE para compor a coordenação da “Cátedra João Batista Libanio de Juventudes”;

Ação 2: Estabelecer a Cátedra João Batista Libanio de Juventudes junto à reitoria da FAJE como a curadora do objetivo específico “Formação de lideranças juvenis”;

Ação 3: Consolidar o Memorial João Batista Libanio, dando ênfase à contribuição deste teólogo para pensar as juventudes e seus processos formativos.

Projeto 3. Parceria com as várias obras da Companhia de Jesus, da Igreja e da sociedade.

META 1. Revisão, consolidação e ampliação das parcerias com instituições de valores afins, interessadas em formar lideranças juvenis, de modo a colaborar com iniciativas em curso, implementar novos projetos e dar a conhecer a atuação da Faculdade.

Ação 1: Estimular a colaboração com a Comissão Episcopal para Juventude, da CNBB;

Ação 2: Fortalecer o Simpósio “Aproximações com o Mundo Juvenil”, em parceria com Observatórios de Juventude nacionais e internacionais e outras IES;

Ação 3: Ampliar e estabelecer parcerias da Faculdade com as redes para juventudes (especialmente o Programa MAGIS Brasil, o Observatório de Juventude da UFMG e o Fórum das Juventudes de Belo Horizonte);

Ação 4: Estimular, por meio do Grufaje, a parceria da FAJE com o Centro Universitário Dom Hélder favorecendo a oferta de bolsas de estudo para jovens de periferia.

META 2. Atração de novos perfis de jovens e programas de financiamento, favorecendo a saúde financeira da Faculdade e ampliando a oferta de bolsas de estudos para lideranças jovens das periferias.

Ação 1: Intensificar e qualificar a publicidade das atividades da Faculdade: no âmbito da própria comunidade acadêmica, tornando-a parceira da divulgação dos eventos da instituição; junto às obras da Companhia de Jesus no Brasil; entre provinciais e delegados de formação da Companhia de Jesus de outros países; junto às congregações religiosas e às dioceses que enviam ou possam se interessar em enviar seus efetivos em formação para estudos na Faculdade;

Ação 2: Viabilizar a oferta de cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e extensão no Centro Loyola;

Ação 3: Mapear editais públicos e privados para financiamento de projetos específicos;

Ação 4: Revisar e fortalecer a política de concessão de bolsas de estudos para pessoas jovens das periferias.

1.3.2.2 Eclesialidade e espiritualidade

Atuar na formação acadêmica e humana dos vários atores eclesiais e sociais, na busca criativa de propostas pastorais, de inteligência da fé cristã, de estudo dos Exercícios Espirituais e de outras espiritualidades, em parceria e rede com instituições católicas, de outras confissões cristãs e religiosas e não confessionais.

Projeto 1. Formação acadêmica e humana dos vários atores eclesiais e sociais.

META 1. Estudo da viabilidade da abertura de novos cursos, criando as condições para sua eventual implementação.

Ação 1: Realizar uma análise de mercado acerca da criação de cursos de graduação no *campus* da Faculdade, preferencialmente no período noturno, com apoio de outra IES da Companhia de Jesus;

META 2. Potencialização dos cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento e especialização, em regime misto (EaD e presencial), de caráter interdisciplinar, com expansão de novos modelos.

Ação 1: Promover o estudo e a implantação da metodologia híbrida de ensino, aplicando-a nos cursos já ofertados, a exemplo dos cursos *lato sensu*;

Ação 2: Ampliar a oferta de cursos interdisciplinares de longa duração e especialização *lato sensu*, na modalidade EaD;

Ação 3: Avaliar a oferta de atividades de curta duração em regime virtual em vista de ajustes para um maior alcance de público.

Projeto 2. Aprimoramento das parcerias e do trabalho em rede com instituições católicas, de outras confissões cristãs e religiosas e não confessionais.

META 1. Promoção de “imersões” em espiritualidade e pastoral, em convênio com centros de espiritualidade, paróquias, obras e iniciativas apostólicas da Companhia de Jesus e de outras instituições.

Ação 1: Mapear possíveis atividades de estágios práticos em espiritualidade e pastoral em instituições parceiras;

Ação 2: Aprimorar o projeto de estágio obrigatório pastoral da graduação de Teologia, tornando-o mais próximo do método de uma experiência de imersão;

Ação 3: Realizar um estudo sobre a demanda de formação complementar para egressos no modelo de imersão.

META 2. Participação em projetos de cooperação, em nível da pós-graduação, com instituições católicas, de outras confissões cristãs e religiosas e não confessionais.

Ação 1: Realizar um levantamento das demandas acadêmicas das principais instituições de formação do clero secular, das congregações religiosas, das associações de fiéis leigos da Igreja Católica no Brasil;

Ação 2: Identificar possíveis instituições parceiras e efetivar a implementação de Projetos de Cooperação Interinstitucional (PCI's), com foco nas regiões com menor oferta de formação em filosofia e teologia.

1.3.2.3 Compromisso e incidência social

Oferecer produtos e serviços na área de formação cultural, social e política e atuar em busca de incidência acadêmica em nível nacional e internacional, identificando oportunidades para desenvolver um trabalho em rede com instituições de valores afins.

Projeto 1. Oferta de produtos e serviços na área de formação cultural, social e política.

META 1. Fortalecimento do projeto FAJE Cultura, apoiando e desenvolvendo atividades teóricas e lúdicas ligadas às culturas e às artes, em vista de promover maior integração com a sociedade e favorecer a circulação de outros grupos e linguagens no ambiente da Faculdade.

Ação 1: Potencializar o uso dos auditórios Dom Luciano e Dom Hélder com atividades culturais destinadas ao público do vetor Norte de Belo Horizonte e imediações;

Ação 2: Fortalecer o projeto Filmes para Pensar por meio da articulação com escolas do entorno da FAJE.

META 2. Oferta, por parte dos Grupos de Pesquisa da Faculdade, de atividades formativas (cursos, simpósios, seminários etc.) e participação nos debates sobre os temas da investigação realizada e divulgação do resultado de suas pesquisas (artigos, livros, vídeos etc.).

Ação 1: Avaliar o modo de funcionamento dos Grupos de Pesquisa da Faculdade, em função do aperfeiçoamento da política de pesquisa, publicação e divulgação da produção acadêmica da Faculdade;

Ação 2: Incentivar a organização de eventos acadêmicos, em conjunto com instituições afins, abertos à participação do corpo docente, discente, egressos e pesquisadores de outras IES.

META 3. Criação de cursos e formações multidisciplinares, com foco em lideranças sociais e agentes multiplicadores.

Ação 1: Realizar um estudo sobre a demanda de formação multidisciplinar, no campo da Teologia, Filosofia e ciências afins, por parte de movimentos sociais e instituições da sociedade civil;

Ação 2: Impulsionar a realização de atividades extensionistas, prioritariamente em perspectiva transdisciplinar;

Ação 3: Promover a abertura do *campus* para formações destinadas a grupos com atividades sociotransformadoras relevantes, especialmente os do vetor norte de Belo Horizonte.

Projeto 2. Busca de maior incidência acadêmica em nível nacional.

META 1. Participação ativa em discussões e iniciativas sobre temas candentes e relevantes em nível local, regional e nacional, como os propostos pela ONU nos ODS, de modo a promover e defender os valores democráticos e do humanismo integral de inspiração cristã.

Ação 1: Incentivar o corpo docente a estudar os problemas candentes e relevantes em nível local, regional e nacional, com particular atenção para os estabelecidos pela ONU como ODS, e a pronunciar-se sobre eles, do ponto de vista ético e no espírito evangélico, com publicações nos principais veículos de comunicação impressa e audiovisual;

Ação 2: Criar política de auxílio aos docentes do quadro para participação em eventos nas áreas de Filosofia e Teologia e fortalecer a política de auxílio para participação de discentes em eventos do mesmo gênero;

Ação 3: Promover eventos e debates com temáticas candentes sobre temas políticos e humanísticos.

META 2. Fortalecimento da organização de egressos e estudo da viabilidade da criação de uma associação de ex-alunos da instituição.

Ação 1: Realizar um mapeamento dos egressos da Faculdade, classificando-os segundo os grupos de interesse específicos;

Ação 2: Criar um comitê de egressos, sob a responsabilidade de um docente da Faculdade;

Ação 3: Implementar, mais efetivamente, a política de acompanhamento de egressos, com eventos e atividades específicas para esse grupo.

Projeto 3. Identificação de oportunidades para desenvolver um trabalho em rede com instituições de valores afins, em âmbito nacional e internacional.

META 1. Estímulo à articulação interna dos Grupos de Pesquisa da Faculdade e ao intercâmbio com grupos de outras instituições.

Ação 1: Realizar seminários vinculados às Linhas de Pesquisa da pós-graduação da Faculdade, em vista de aprofundar o diálogo interdisciplinar e favorecer a apresentação das investigações dos pesquisadores da instituição;

Ação 2: Ampliar a interação dos Grupos de Pesquisa da Faculdade com pesquisadores de outras IES.

META 2. Ampliação da parceria com as redes jesuítas e outras redes, a partir de projetos e demandas relacionados com a missão da Faculdade.

Ação 1: Realizar um mapeamento das demandas de instituições (escolas, faculdades, associações, paróquias e outros), nas áreas de Filosofia e Teologia, para possíveis parcerias com a Faculdade, com especial atenção aos bairros do vetor norte da cidade de Belo Horizonte e municípios adjacentes;

Ação 2: Elaborar Termos de Parcerias para execução de projetos que atendam às demandas das novas redes;

Ação 3: Consolidar a parceria com a Rede Jesuíta de Educação no Brasil;

Ação 4: Ampliar a cooperação dos programas de pós-graduação em Filosofia e Teologia das instituições universitárias ligadas à Companhia de Jesus no Brasil;

Ação 5: Assegurar a continuidade da participação da Faculdade em projetos editoriais interinstitucionais.

META 3. Aprofundamento do processo de internacionalização, por meio de redes de pesquisa, intercâmbio de docentes e discentes, cotutelas e publicações em outros idiomas.

Ação 1: Fortalecer os convênios internacionais de cooperação entre a Faculdade e IES da Companhia de Jesus e outras;

Ação 2: Realizar um estudo sobre a viabilidade de programa de mobilidade internacional de discentes da Faculdade, sobretudo com IES da Companhia de Jesus a partir dos Programas da AUSJAL;

Ação 3: Fortalecer e ampliar a participação da Faculdade em redes de pesquisa, projetos editoriais e intercâmbio docente, em âmbito internacional;

Ação 4: Articular a criação de uma nova rede para internacionalização institucional, assegurando sua coordenação e a participação em editais de agências de fomento.

1.3.1.1 Cultura da ecologia integral

Comprometer-se acadêmica e institucionalmente com a criação de uma cultura da ecologia integral, promovendo, em cooperação com outros agentes, uma incidência socioambiental nos vários âmbitos de presença da instituição.

Projeto 1. Compromisso acadêmico e institucional com a criação de uma cultura da ecologia integral.

META 1. Elaboração de um diagnóstico da situação socioambiental da Faculdade para o norteamento de ações a curto, médio e longo prazo.

Ação 1: Criar uma comissão gestora da agenda ambiental da Faculdade, com membros internos e externos à instituição, responsável pela realização do diagnóstico e das ações socioambientais da Faculdade;

Ação 2: Elaborar um Plano de Gestão Ambiental, com base no diagnóstico da situação socioambiental da Faculdade.

META 2. Criação de um Plano de Sensibilização e Mobilização que capacite a comunidade acadêmica e a comunidade local para o cultivo de valores e práticas socioambientais adequados.

Ação 1: Elaborar um sistema de avaliação e monitoramento socioambiental, com mecanismos de acompanhamento, identificação de falhas de execução e desenvolvimento de novas práticas para o aprimoramento de processos;

Ação 2: Sensibilizar e capacitar o corpo docente, discente e técnico-administrativo, criando e consolidando valores que promovam a responsabilidade socioambiental;

Ação 3: Promover a participação da Faculdade em ações e projetos locais ligados à ecologia integral, ampliando sua incidência socioambiental em seu entorno.

META 3. Integração de disciplinas, estágios e pesquisas relacionados à ecologia integral nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Ação 1: Promover cursos interdisciplinares sobre ecologia integral e temas afins, recorrendo a metodologias ativas e inovadoras;

Ação 2: Ampliar a oferta de estágios com atividades relacionadas ao fomento de uma cultura da ecologia integral;

Ação 3: Oferecer atividades de extensão relacionadas à ecologia integral, em parceria entre os departamentos de Filosofia e de Teologia.

Projeto 2. Promoção de uma incidência socioambiental nos vários âmbitos de presença da instituição, em cooperação com outros agentes, tendo em conta o que estabelece a ONU sobre esta questão nos ODS.

META 1. Fortalecimento dos grupos de trabalho já existentes e ampliação das parcerias com instituições universitárias, eclesiais e Organizações da Sociedade Civil (OSC's) envolvidas com pesquisa e produção de conhecimento relacionadas com a criação de uma cultura da ecologia integral, assumindo o que propõem os objetivos dos ODS da ONU a esse respeito.

Ação 1: Consolidar as parcerias institucionais no âmbito da pesquisa acadêmica relacionada às questões socioambientais e à ecologia integral, divulgando os resultados em eventos, publicações etc.;

Ação 2: Fortalecer os laços com a *Red Ambiente y Sustentabilidad* (AUSJAL), com o Secretariado de Justiça Socioambiental da BRA e a Rede Eclesial Panamazônica (REPAM), por meio de propostas comuns;

Ação 3: Divulgar, em linguagem acessível ao grande público, o resultado das pesquisas realizadas, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho através das mídias, despertando interesse de pessoas que queiram colaborar e consolidando a Faculdade como uma liderança na irradiação de valores socioambientais.

META 2. Criação e estreitamento de laços com outras instituições e entidades tendo em vista apreender, fortalecer e tornar mais visíveis os esforços práticos de criação e consolidação de uma cultura da ecologia integral.

Ação 1: Promover a abertura do *campus* da Faculdade e envolver a comunidade acadêmica na realização de eventos, *workshops* e ações visando à comunidade local, com temas ligados à gestão ecológica, agricultura familiar, artesanato, reciclagem, processos migratórios etc., em parceria com entidades eclesiais, governamentais e OSC's;

Ação 2: Promover a participação dos dois departamentos no Observatório Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), contribuindo para a realização de suas atividades;

Ação 3: Contribuir com as atividades promovidas pela articulação entre Franciscanos e Jesuítas em torno do movimento “Revolução *Laudato Si*” Brasil;

Ação 4: Estabelecer redes de cooperação com as IES confiadas à Companhia de Jesus no Brasil e outras IES, especialmente com os departamentos de Filosofia e Teologia dessas instituições, a fim de criar iniciativas comuns de promoção da cultura da ecologia integral.

1.3.2.4 Gestão institucional

Aprimorar o projeto acadêmico, os processos administrativos e as práticas de gestão de pessoas, com o auxílio de colaboradores selecionados, bem formados e identificados com a missão da instituição, fomentando o espírito de equipe, de iniciativa, de criatividade e de profissionalismo, assim como uma cultura de cuidado de pessoas e de planejamento estratégico.

Projeto 1. Aprimoramento do projeto acadêmico institucional.

META 1. Revisão, atualização e robustecimento do projeto educativo da Faculdade, com especial atenção aos métodos, linguagens e cultura de ensino.

Ação 1: Fortalecer o paradigma pedagógico inaciano como método de aplicação e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;

Ação 2: Aprimorar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) presenciais, integrando os temas tratados no ENADE, nos ODS e neste PDI e incorporando disciplinas em EaD, conforme legislação vigente;

Ação 3: Fortalecer a comunidade acadêmica para a utilização de metodologias ativas, com especial atenção para a renovação dos métodos do ensino nos cursos ofertados pela Faculdade;

Ação 4: Viabilizar a oferta de (mini)cursos *Massive Open Online Course* (MOOC) de curta duração e total autonomia do estudante.

META 2. Ampliação da missão educativa da Faculdade, consolidando a modalidade de educação a distância (EaD).

Ação 1: Traçar uma Política Digital e estabelecer um plano de aplicação, em vista de promover a atualização e adaptação física, tecnológica e pedagógica da Faculdade às novas modalidades de ensino;

Ação 2: Avançar na implementação da EaD FAJE ajustando o bacharelado em Teologia nesta modalidade à nova Política EaD do MEC e ampliando as atividades de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) em modalidade totalmente a distância e híbrida;

Ação 3: Capacitar o corpo docente e técnico-administrativo da Faculdade para a educação na cultura digital.

META 3. Promoção da excelência acadêmica dos programas de pós-graduação, criando estratégias para ajustá-los aos melhores critérios avaliativos nacionais e internacionais.

Ação 1: Assegurar a qualidade acadêmica dos programas de pós-graduação da Faculdade, segundo suas especificidades, priorizando o processo contínuo de autoavaliação e planejamento;

Ação 2: Assegurar a constante atualização do Projeto Pedagógico dos PPGs em Filosofia e Teologia segundo os Documentos das respectivas áreas na CAPES

Ação 3: Ampliar a participação dos programas de pós-graduação nos debates acadêmicos em âmbito nacional e internacional.

Projeto 2. Aprimoramento dos processos administrativos e das práticas de gestão de pessoas da instituição.

META 1. Implementação de uma gestão administrativa eficaz, atenta aos desafios relativos à saúde mental e bem-estar da comunidade acadêmica e à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ação 1: Mapear os processos e fluxos de serviços realizados em todos os setores da Faculdade;

Ação 2: Aplicar as orientações da Mantenedora e promover o intercâmbio de experiências nas áreas acadêmica, administrativa e financeira realizado entre as melhores instituições universitárias da Companhia de Jesus e outras, visando a conhecer e aplicar as melhores práticas identificadas.

Ação 3: Criar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Faculdade que contemple a gestão de ameaças psicossociais em todos os âmbitos da comunidade acadêmica;

Ação 4: Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA) na Faculdade;

Ação 5: Fortalecer a política de tratamento e cuidado de dados na instituição conforme a LGPD;

Ação 6: Elaborar e implementar a política institucional de prevenção, proteção e cuidado de pessoas vinculadas à comunidade acadêmica, com especial atenção às questões de gênero e étnico-raciais.

META 2. Modernização, eficácia e efetividade dos serviços de secretaria e atendimentos aos discentes da Faculdade.

Ação 1: Mapear, projetar e implantar o atendimento exclusivo de discentes, integrando todas as solicitações desse público, com pessoal próprio para esse serviço;

Ação 2: Implementar a automatização das solicitações discentes (documentos, matrículas, boletos etc.), a partir da utilização do *Enterprise Resource Planning* (ERP), ou sistema de gestão integrado TOTVS;

Ação 3: Ampliar os processos de digitalização na Faculdade: acervo acadêmico, documentos e diplomas.

META 3. Reposicionamento do setor de comunicação, com especial atenção às demandas e possibilidades da cultura digital.

Ação 1: Atualizar o planejamento estratégico da comunicação institucional, com vistas à consolidação da EaD e de ações de *marketing* digital;

Ação 2: Promover a melhoria dos canais de comunicação da Faculdade, com particular atenção ao portal institucional;

Ação 3: Melhorar as práticas de comunicação interna da instituição.

META 4. Modernização das instalações físicas do *campus*, em vista de favorecer melhores relações socioambientais, culturais e acadêmicas.

Ação 1: Adequar o Plano Diretor da Faculdade aos objetivos deste PDI, tendo em vista o parcelamento do solo do *campus*;

Ação 2: Buscar fontes de recursos financeiros para a Biblioteca, a fim de que ela esteja em condições de atualizar continuamente a bibliografia nacional e estrangeira, e implantar política de aquisição de material bibliográfico e de convênios com Bibliotecas digitais das IES jesuítas do Brasil, priorizando as áreas de atuação da Faculdade e os campos temáticos deste PDI;

Ação 3: Criar um Grupo de Trabalho para verificar a viabilidade da instalação do Espaço Cultural Santo Inácio, no local do atual auditório Dom Luciano.

Projeto 3. Seleção de colaboradores identificados com a missão da instituição, investindo em sua formação e fomentando o espírito de equipe, de iniciativa, de criatividade e de profissionalismo.

META 1. Valorização e potencialização do capital humano da Faculdade, profissionalizando os processos internos.

Ação 1: Identificar e conhecer o perfil dos atuais colaboradores (corpo docente e técnico-administrativo), a fim de reconhecer talentos e buscar seu melhor aproveitamento em função de suas características pessoais e profissionais;

Ação 2: Atualizar a Política de Seleção, Contratação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo, dando preferência aos funcionários nos processos seletivos para novas funções;

Ação 3: Zelar para que haja fortalecimento de vínculo entre colaboradores, gestores, instituição e Companhia de Jesus;

Ação 4: Estabelecer uma cultura de *compliance* para garantir transparência contábil, conduta ética e prevenção a formas degradantes de tratamento ou comportamento dentro da instituição.

META 2. Renovação, qualificação e sensibilização do corpo docente e técnico-administrativo da Faculdade em relação aos objetivos estratégicos previstos neste PDI.

Ação 1: Capacitar os profissionais que já atuam na Faculdade, a fim de conferir-lhes possibilidades de melhoria na entrega dos serviços, motivação e crescimento profissional;

Ação 2: Assegurar a renovação do quadro de colaboradores, segundo o novo posicionamento da Faculdade previsto neste PDI, com especial atenção a uma maior equidade de gênero e étnico-racial;

Projeto 4. Promoção de uma cultura de planejamento estratégico.

META 1. Desenvolvimento de práticas de planejamento, execução e avaliação em todos os âmbitos da instituição.

Ação 1: Criar um GT permanente para assessorar os gestores da Faculdade no acompanhamento, execução e avaliação dos projetos deste PE;

Ação 2: Estabelecer metodologia para o acompanhamento dos processos de gestão;

Ação 3: Consolidar a integração dos protocolos das atividades desenvolvidas pela gestão acadêmica e administrativa da Faculdade;

Ação 4: Realizar anualmente uma pesquisa quantitativa sobre a efetividade do PDI.

META 2. Sustentabilidade financeira, em consonância com as iniciativas propostas neste PDI.

Ação 1: Empreender estudos e parcerias para rentabilizar espaços do *campus*, gerando recursos financeiros com o patrimônio existente;

Ação 2: Ajustar anualmente o valor médio das mensalidades dos cursos oferecidos pela Faculdade, considerando todas as variáveis (acadêmica, logística etc.);

Ação 3: Implementar compras conjuntas com a rede de obras jesuítas, em vista de potencializar parcerias e reduzir custos;

Ação 4: Criar uma comissão para elaborar e acompanhar projetos de captação de recursos, com particular atenção para participação em editais de agências de fomento nacionais e internacionais.

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FAJE tem duas áreas específicas de atuação, com atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, a saber, a Filosofia e a Teologia. As áreas afins, sobretudo as das ciências humanas, também interessam à Faculdade, pela possibilidade de interdisciplinaridade que a Filosofia e a Teologia podem estabelecer com elas. É o caso da Psicologia, da Sociologia, dos Estudos Literários, das Ciências Políticas, da Pedagogia, da História, do Direito, das Ciências da Religião e das ciências que se ocupam da questão ecológica.

O estudo de *Filosofia* tem como finalidade desenvolver em cada estudante a capacidade de pensar por si mesmo na busca da verdade mediante a análise da realidade e a compreensão de seu sentido e de seus fundamentos. Para tanto faz-se mister, por um lado, a inserção do estudante na grande dinâmica do pensar ao longo da história; por outro, a abordagem sistemática dos problemas que emergem da reflexão sobre a existência humana no contexto contemporâneo, em vista da formação de um arcabouço mental articulado, sempre aberto a novos aprofundamentos, que forneça instrumentos para a interpretação da realidade e critérios para a sua avaliação. No nível de pós-graduação, a atenção se concentra em duas grandes áreas do universo filosófico: (1) Ética, Filosofia Política e Sociedade, (2) Filosofia da Religião, Ciências e Cultura, que sintetizam a problemática em torno das relações da pessoa humana no mundo, consigo mesma, com o outro e com seu fundamento último¹.

A *Teologia* forma para a pesquisa em âmbito teológico, em interface com as ciências da religião, capacitando para o exercício do magistério e atividades no campo da pastoral, com ações junto a pessoas, grupos e associações nas quais a fé cristã tem uma presença de serviço, assessoria ou incidência pública (social, política, ecológica). Embora de caráter confessional católico, a teologia está aberta a uma visão e atitude ecumênicas e ao diálogo inter-religioso, pois aprofunda a “fé comum” no universo cristão e em diálogo com outras tradições espirituais e religiosas. As disciplinas são articuladas de maneira sistemática, dando-se especial importância ao estudo da Bíblia e das Fontes da Tradição Cristã. Por outro lado, tem-se sempre em vista os desafios que o mundo atual apresenta para a fé cristã e como esta age nos diferentes contextos em que se encontra (dimensão praxica da fé). Essas duas perspectivas dão origem às duas Áreas de Concentração da pós-graduação (Sistemática e Práxis), cada uma com duas Linhas de Pesquisa, que, por sua vez, se desdobram em vários Projetos de Pesquisa².

¹ Ver Anexo 1, Linhas e Projetos de Pesquisa – Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

² Ver Anexo 2, Linhas e Projetos de Pesquisa – Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Teologia.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

Em 2022, segundo dados do IBGE, a cidade de Belo Horizonte, onde se encontra a sede da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, ocupa uma área de 330 km², contando com uma população de 2.315.560 habitantes, dos quais, de acordo com dados de 2024, 84.654 eram estudantes matriculados no Ensino Médio. Em 2022, a região metropolitana possuía 5.127.694 habitantes, dos quais, também segundo dados de 2023, 161.343 eram estudantes matriculados no ensino médio (dados de 2024).

Os maiores municípios da região metropolitana da capital mineira possuem os seguintes dados, segundo informações censitárias do IBGE: (1) Belo Horizonte: População: 2.315.560 (censo 2022), estimada para 2025: 2.415.872; Matrículas no ensino médio (em 2024): 84.654; Pessoal Ocupado (em 2022): 1.607.613; PIB per capita (em 2021): R\$ 41.818,32; (2) Betim: População (2022): 411.846, estimada para 2025: 431.433; Matrículas ensino médio (2023): 16.507; Pessoal ocupado (2022): 133.323; PIB per capita (2021): R\$ 73.624,78; (3) Brumadinho: População (2022): 38.915, estimada para 2025: 41.090; Matrículas ensino médio (2024): 1.181; Pessoal ocupado (2022): 15.035; PIB per capita (2021): R\$ 112.233,99; (4) Contagem: População (2022): 621.863, estimada para 2025: 651.718; Matrículas no ensino médio (2024): 20.538; Pessoal ocupado (2022): 256.096; PIB per capita (2021): R\$ 54.136,41; (5) Ibirité: População (2022): 170.537, estimada para 2025: 179.582; Matrículas ensino médio (2024): 5.856; Pessoal ocupado (2022): 22.426; Renda per capita (2021): R\$ 17.407,52; (6) Nova Lima: População (2022): 111.697, estimada para 2025: 120.959; Matrículas ensino médio (2024): 3.528; Pessoal ocupado (2022): 74.582; PIB per capita (2021): R\$ 216.092,4; (7) Ribeirão das Neves: População (2022): 329.794, estimada para 2025: 346.971; Matrículas ensino médio (2024): 12.195; Pessoal ocupado (2022): 36.477; PIB per capita (2021): R\$ 15.177,16; (8) Sabará: População (2022): 129.380, estimada para 2025: 134.576; Matrículas ensino médio (2024): 4.059; Pessoal ocupado (2022): 24.985; PIB per capita (2021): R\$ 30.474,55; (9) Santa Luzia: População (2022): 219.132, previsão para 2025: 230.382; Matrículas ensino médio (2024): 8.323; Pessoal ocupado (2022): 35.159; PIB per capita (2021): R\$ 23.863,19; (10) Vespasiano: População (2022): 129.246, previsão para 2025: 138.583; Matrículas ensino médio (2024): 4.502; Pessoal ocupado (2022): 26.216; PIB per capita (2021): R\$ 22.909,06. O total desses dados para essas cidades: População (2022): 4.477.970, e para a população prevista em 2025: 4.691.166; Matrículas no ensino médio (2024): 161.343; Pessoal ocupado (2022): 2.231.912; PIB per capita (2021): 60.773,73.

A FAJE tem sua sede em Belo Horizonte, na Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127, no bairro Planalto. Esse bairro encontra-se na região Norte da cidade e faz limite com as regiões Pampulha, Venda Nova e Nordeste, e os municípios de Vespasiano e Santa Luzia. Sua extensão territorial é de 32,56 km² e sua densidade demográfica de 6.513 hab./km². A topografia da região varia entre 850 e 650 metros acima do nível do mar. Seus limites geográficos são dados pelos córregos Vilarinho, Bacuraus, Isidoro e Onça. Na região existem 87 áreas de matas naturais, 85 praças e logradouros públicos, 12 canteiros centrais e cinco parques ecológicos, 21 córregos. O acesso à região se dá pelas avenidas Cristiano Machado, Pedro I, Antônio Carlos, Rodovia MG 20 e Avenida Risoleta Neves.

Segundo os dados do IBGE, em 2022, a Região Norte de Belo Horizonte possuía uma população de 213.427 habitantes (111.572 mulheres e 101.381 homens). Em 2007 a região possuía 64.396 domicílios particulares permanentes, sendo cerca de 80% casas. A responsabilidade por estes domicílios era 64% compartilhada. A maior parte (51,83%) tem um rendimento entre ½ e 3 salários-mínimos. A região é formada por 48 bairros e vilas, com domicílios do tipo conjunto habitacional para baixa renda. Os bairros/vilas/conjuntos da região formam quatro territórios: **Território 1:** Jaqueline, Juliana, Frei Leopoldo, Etelvina Carneiro, Madri, Xodó-Marize, Zilah Souza Spósito, Conjunto Habitacional Mariquinhas, Vila Nova, Satélite – 34.709 habitantes; **Território 2:** Conjunto Floramar, Granja Werneck, Jardim Felicidade, Maria Tereza, Vila Mirante, Monte Azul, Novo Aarão Reis, Tupi A, Tupi B, Novo Tupi, Lajedo, Ribeiro de Abreu e Solimões – 73.816 habitantes; **Território 3:**

Bacuraus, Biquinhas, Campo Alegre, Floramar, Heliópolis, Jardim Guanabara, Planalto, Vila Clóris, Vila Aeroporto, São Tomás e São Bernardo - 69.659 habitantes; **Território 4:** Aarão Reis, Boa União 1ª seção, Boa União 2ª seção, Conjunto Providência, Guarani, Minaslândia, Providência, Primeiro de Maio, São Gonçalo, Vila Minaslândia e Vila Primeiro de Maio – 34.769 habitantes.

A região Norte possui 18 Escolas Municipais e 20 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's). Conta ainda com três Centros Culturais: Centro Cultural São Bernardo, Centro cultural Jardim Guanabara e Centro Cultural Zilah Spósito, e cinco Espaços BH Cidadania EBHC/CRAS: Providência, Zilah Spósito, Novo Aarão Reis, Vila Biquinhas e Jardim Felicidade. A Região possui também 16 escolas estaduais e 61 escolas particulares de ensinos fundamental e médio. Várias instituições de ensino superior encontram-se na região, como as Faculdades Kennedy, a Faculdade de Minas (FAMINAS, *campus* de Belo Horizonte), a Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS, *campus* de Belo Horizonte). A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) localizam-se relativamente próximas ao *campus* da Faculdade.

Belo Horizonte possui várias instituições universitárias que oferecem formação nas áreas em que atua a FAJE. A graduação em Filosofia no regime presencial é oferecida pela UFMG, pela PUC Minas e pela FAJE. O Claretiano e a Faculdade Pitágoras também oferecem o bacharelado EaD em **Filosofia** nos polos que possuem em Belo Horizonte. A UFMG e a FAJE possuem Programas de Pós-Graduação em Filosofia, com mestrado e doutorado. Na perspectiva católica, o bacharelado presencial em Teologia é oferecido pela PUC Minas e pela FAJE. O bacharelado EaD da FAJE é o único oferecido por uma instituição universitária católica situada em Belo Horizonte, embora o Claretiano tenha polo EaD na capital mineira, no qual também oferece o bacharelado em Teologia nesta modalidade. Apenas a FAJE possui um Programa de Pós-Graduação em Teologia, com mestrado e doutorado. A PUC Minas possui um Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, com mestrado e doutorado, e abriu recentemente um mestrado profissional em Teologia Prática. A Faculdade Batista de Minas Gerais, a Faculdade Pitágoras e a Estácio também oferecem o bacharelado em Teologia na modalidade EaD.

Embora esteja localizada em Belo Horizonte, a Faculdade atende a um público proveniente de quase todos os estados da federação e de vários países da América Latina e Caribe, América do Norte, África, Ásia e Europa. Isso se deve a seu perfil de centro de formação acadêmica para estudantes jesuítas, de outras congregações religiosas, seminaristas diocesanos e leigos e leigas engajados em várias atividades eclesiais. Isso se deve também à qualidade reconhecida do ensino que ela oferece, que atraiu várias casas de formação de religiosos e religiosas, muitas delas com estudantes estrangeiros.

O credenciamento da FAJE para a modalidade de Educação a Distância, ocorrido em 2022, com a autorização do bacharelado em Teologia, ocorrido no mesmo ano, e a oferta de atividades de extensão, atualização, aperfeiçoamento e especialização nesta modalidade de ensino, ampliou o horizonte de atuação da instituição, obrigando-a a assumir outros processos de ensino-aprendizagem e a formar seus colaboradores para atuarem com competência e excelência na EaD. A experiência dos cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, e o início, em 2024, do bacharelado em Teologia, foram as ocasiões favoráveis para a capacitação de docentes, corpo técnico-administrativo e outras pessoas na pedagogia da educação a distância. O crescimento exponencial da oferta de cursos na modalidade EaD no Brasil nos últimos anos levou o MEC a publicar, em 2025, o Decreto nº 12.456/2025 e a Portaria nº 506/2025, dando novas regras para a EaD no país. A FAJE pretende, nos próximos anos, dar continuidade às atividades na modalidade EaD, ampliando suas propostas de formação, adaptando o projeto pedagógico do bacharelado em Teologia às normas da legislação e descobrindo como oferecer sua expertise Filosofia e Teologia através dessa modalidade de ensino.

2.2 FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO JESUÍTA DE EDUCAÇÃO

A Companhia de Jesus surge como instituição religiosa numa época decisiva da história do Ocidente, na passagem da Idade Média à Idade Moderna, caracterizada pelo auge do Renascimento, a

divisão da cristandade entre católicos e protestantes, a descoberta de outros mundos pelas grandes navegações, o desenvolvimento da nova ciência positiva e a constituição dos primeiros Estados modernos centralizados. Foi nesta conjuntura crítica que um grupo de estudantes da Universidade de Paris, de diversas procedências, liderados por Inácio de Loyola, resolveu oferecer à Igreja um novo tipo de organização religiosa, de caráter essencialmente apostólico. Aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540, a Companhia de Jesus tem como finalidade o anúncio do Evangelho por todo o mundo, ajudando as pessoas a crescerem na vida verdadeira segundo o Espírito de Jesus Cristo, para a “maior glória de Deus”. A fundação de colégios e universidades sempre caracterizou a ação dos jesuítas em sua história.

Há mais de quatro séculos, desde 1548, os jesuítas vêm exercendo sua missão nas mais diversas regiões do mundo, e com vários tipos de iniciativas apostólicas, dentre as quais se destacam, em particular, a série de universidades, instituições de ensino superior, colégios e escolas de diversos graus e modalidades, que se inspiram ao *projeto educativo inaciano*. Hoje, a Companhia de Jesus é responsável por 827 colégios, 1.613 unidades de educação popular ligadas à Fundação Fé e Alegria, 61 iniciativas de educação para refugiados e migrantes, 189 instituições de ensino universitário.

2.2.1 Fonte inspiradora: os Exercícios Espirituais e a *Ratio Studiorum*

O projeto educativo inaciano não consiste propriamente em um método pedagógico elaborado sistematicamente por um especialista. Trata-se antes de um patrimônio formado por uma experiência de vários séculos numa perspectiva de futuro, uma série de diretrizes e de observações modeladas coerentemente à luz da fé cristã, conforme vivenciada por Inácio de Loyola e transmitida a seus discípulos num livro *sui generis* denominado *Exercícios Espirituais*. Ao se depararem com a tarefa de dirigir colégios, os primeiros jesuítas assumiram como método, o chamado “*modus parisiensis*”, praticado nos colégios da Universidade de Paris, onde haviam estudado. Aos poucos, porém, foram dando àquelas prescrições uma configuração própria, resultante justamente da experiência que fizeram dos *Exercícios Espirituais*.

O livro escrito por Inácio não é um texto para ser lido e muito menos um tratado de pedagogia ou didática. Os *Exercícios Espirituais* constam de uma série de propostas de diversos gêneros literários e de caráter operativo. Têm como único objetivo apresentar a “quem os dá” e a “quem os recebe” um caminho concreto que levará “quem o recebe” a deixar-se “educar por Deus”, descobrindo o sentido de sua vida, sua missão no mundo presente à luz da esperança de uma existência futura, e fazendo as opções consequentes. Esta experiência pessoal de Deus é transmitida de forma breve e sóbria não para ser copiada, mas para que cada um que a faz, a refaça segundo as características de sua personalidade.

Impregnados pelo dinamismo educativo da proposta inaciana, os jesuítas não tardaram em aplicá-la em sua atividade formativa junto à juventude nos seus colégios, tendo como primeiro princípio de que seu papel no processo educativo é apenas o de um intermediário, que deve iniciar e motivar, sabendo retirar-se para dar lugar ao que é, afinal, o verdadeiro educador, o próprio Deus. Foi assim que, depois de cinquenta anos de prática educativa nas mais diversas regiões em que exerciam sua missão e após algumas tentativas de compilar e avaliar comunitariamente a própria experiência, que publicaram, em 1599, a *Ratio Studiorum*, “organização dos estudos” para os colégios jesuítas.

O texto escrito dessa obra não contém explicitamente um sistema educativo, que focalize o processo da construção da personalidade, nem apresenta propriamente o conteúdo de um programa de estudos. Como indica o próprio título, voltado diretamente para o ensino, ele apresenta a estruturação do currículo dos estudos de nível médio e superior, detendo-se, sobretudo, na determinação precisa de certos tipos de atividades escolares, como aulas, repetições, disputas. Nessas orientações práticas é que se encontram implícitos os princípios pedagógicos que emanam dos *Exercícios Espirituais*, a “pedagogia inaciana”. Não se prevê, por exemplo, a oferta de aulas expositivas (*lectiones*), com a apresentação exaustiva de um ponto da matéria, mas uma breve “preleção”, que prepara o estudante,

mediante “exercícios”, a penetrar no tema em questão por sua atividade pessoal. Equivale ao que propõem os *Exercícios Espirituais*, que levam à meditação dos mistérios da vida de Jesus Cristo.

2.2.2 Atualização do projeto inaciano: características da educação da Companhia de Jesus

As profundas transformações da sociedade e da cultura, próprias da modernidade avançada, e, especificamente, a atualização (*aggiornamento*) da mensagem cristã com o repensamento da relação entre a Igreja e o Mundo, proposta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), levaram a Companhia de Jesus a ajustar o seu projeto educativo às circunstâncias presentes, sempre a partir dos mesmos princípios inacianos. Essa revisão pretendia também atender à necessidade de uma apresentação explícita dos princípios fundantes da proposta educativa jesuítica, que permitisse a sua assimilação, em particular, pelos não jesuítas, sempre mais numerosos nas equipes de suas instituições educacionais.

A nova versão do paradigma pedagógico inaciano, denominada *Características da Educação da Companhia de Jesus* (1986), expõe de maneira precisa, tanto os valores que fundam e orientam o processo educativo, quanto os procedimentos metodológicos que conduzem à sua implementação. Trata-se de formar pessoas, que, tocadas pelo amor de Cristo, “queiram e desejem”, a seu exemplo, “em tudo amar e servir”. O documento propõe assim um humanismo cristão integral a ser vivido no contexto do mundo contemporâneo, marcado por extremas desigualdades e inúmeros conflitos, mediante opções claras que se convertem, como exigência da fé, em ação efetiva em favor da justiça e da libertação de toda forma de opressão. Esta ênfase na dimensão social da proposta cristã e inaciana, em termos não só pessoais, mas também estruturais, tornou-se imperativa no contexto de domínio de um sistema socioeconômico e de práticas políticas radicalmente contrários à dignidade da pessoa humana.

Alguns anos depois, a aplicação de tais princípios na pedagogia das obras educativas dos jesuítas suscitou a necessidade de pôr à disposição dos educadores um modelo pedagógico adequado a essa finalidade. O documento *Pedagogia Inaciana: uma proposta prática* (1993) indica como ajudar os jovens estudantes no próprio processo de ensino/aprendizagem a tomarem consciência da realidade em que hão de viver e atuar, muitas vezes diversa de seu contexto imediato, e dos desafios que ela levanta para a fé cristã. Nesse sentido, o “paradigma inaciano” chama a atenção para três momentos fundamentais de todo crescimento autenticamente humano: o da *experiência*, o da *reflexão* e o da *ação*, complementados por mais dois fatores englobantes: a *contextualização* e a *avaliação*.

Mais recentemente, em face da consciência crescente da crise ambiental, tendo em vista as orientações da Encíclica *Laudato si'* (2015), do Papa Francisco, a concretização do objetivo do projeto educacional inaciano, como formação integral para o maior serviço, assumiu a divisa “responsabilidade socioambiental”. Esta atitude deve impregnar todas as atividades na vida acadêmica: a gestão, a pesquisa, o ensino e a extensão universitária. Isto supõe, por um lado, a discussão do ponto de vista filosófico e teológico da posição do ser-humano no cosmo e de sua relação com a natureza. Por outro lado, a gravidade da situação atual, bem como as medidas necessárias para alcançar um novo equilíbrio nos processos naturais deverão ser esclarecidas e comprovadas mediante argumentação científica. Destarte, tanto professores como estudantes, e toda a comunidade acadêmica, estarão em condições de exercer consciente e competentemente essa responsabilidade em sua vida e exercício profissional.

2.3 PRINCÍPIOS INSPIRADORES DA EDUCAÇÃO JESUÍTA SUPERIOR

2.3.1 Perspectiva cristã

Ainda que aberta a estudantes de todas as confissões religiosas e de todas as tendências ideológicas, as instituições universitárias dirigidas pela Companhia de Jesus não escondem sua identidade cristã e católica. Evidentemente seu objetivo não é a conversão religiosa dos que as frequentam. Trata-se antes de, juntamente com os estudos nas várias áreas de saber e através deles,

promover uma reflexão lúcida e sincera sobre o sentido da existência humana e a missão que cabe a cada um no seio da sociedade.

Pressuposta a adesão a um humanismo solidário, o respeito pelo ideário da instituição e a observância das normas nela vigentes, os membros da comunidade universitária gozam da autêntica liberdade acadêmica na expressão de suas opiniões. Dar-se-á, contudo, especial atenção à reflexão sobre as relações entre Razão e Fé, em geral, e no campo das diversas ciências, insistindo, ao mesmo tempo, na racionalidade da atitude de Fé e na autonomia dos processos racionais.

2.3.2 Formação integral

Trata-se de integrar instrução e educação no âmbito da atividade acadêmica, de modo que esta não se limite à transmissão de conhecimentos, mas abranja todas as dimensões da personalidade, científicas e artísticas, ao esporte e à educação física, à capacidade de comunicação e de liderança, e demais competências, conforme as qualidades e pendores de cada estudante. Nesse sentido, embora atue formalmente apenas nas áreas de Filosofia, Teologia e afins, a FAJE estimula seus alunos e alunas a desenvolverem a sua cultura geral e a abrirem-se às inovações tecnológicas e digitais, a organizarem eventos científicos, artísticos, literários e esportivos, bem como atividades de cunho social.

Com efeito, visa-se com tal perspectiva a formação do caráter, em vista da plena realização do ser-humano. À primeira vista, esta pretensão pode parecer inoportuna, uma vez que os estudantes universitários, mesmo no nível de graduação, como adultos que fizeram sua opção profissional, não buscam nos cursos que frequentam elementos formativos, mas tão somente conhecimentos teóricos e práticos em determinadas áreas que os habilitem a aprofundar-se em suas especialidades e a exercer com competência sua carreira profissional. Tal alegação deve, porém, ser desconsiderada por várias razões.

a. O ensino de qualquer disciplina se confronta de algum modo com a realidade. Por mais que queira permanecer neutro, o professor ou a professora não pode esquivar-se de emitir juízos de valor implícitos ou explícitos. A própria seleção dos fatos que analisa, dos aspectos que focaliza, já implica preferências ditadas por fins e valores assumidos;

b. A omissão de qualquer posicionamento é ainda mais irrealizável nas áreas de Filosofia e Teologia, que abordam sistematicamente a questão do fundamento da realidade e do sentido último da existência;

c. Nesta perspectiva, o projeto educacional inaciano, de modo geral, preconiza expressamente os valores que assume como meta do processo formativo e oferece meios para que sejam compreendidos, assimilados e livremente assumidos pelos destinatários da proposta. Formam-se assim homens e mulheres capazes de oferecer à Igreja e à sociedade um serviço competente e dedicado;

d. Este modo de proceder nada tem a ver com a absolutização de princípios e a imposição de verdades dogmáticas. Os jesuítas partilham com os que acorrem a suas instituições aquilo que consideram a maior riqueza de suas vidas em termos de Fé e de crescimento pessoal. Como já se aludiu a propósito dos valores que orientam o processo educativo, eles estão plenamente conscientes do pluralismo de abordagens da realidade, da importância fundamental do diálogo e da riqueza de viver a unidade na tensão das divergências, não radicalizadas, antes assumidas como pontos de vista complementares;

e. Aliás, é importante sublinhar que o papel educativo do docente não se exerce em primeiro lugar pelo que ensina e pelas posições que assume e transmite, mas por seu comportamento, pelo *ethos* que representa espontaneamente. Certamente a sua competência e o brilho de suas aulas são também determinantes. Mas é, sobretudo, na responsabilidade com que assume a sua missão, na justiça de suas atitudes e decisões, no interesse que manifesta pelo progresso de todos os estudantes, na maneira como se comporta diante dos seus comentários e perguntas e a elas responde, no modo como discute as ideias

discordantes, como apresenta as próprias, que ele realiza o seu papel de educador, deixando por vezes marcas indeléveis e lembranças queridas nos jovens que estão por iniciar as suas carreiras profissionais.

2.3.3 Educação personalizada

Cada vida é estritamente singular e sobremaneira valiosa. Cada ser humano está chamado a dar sua contribuição específica para o bem de seus semelhantes, a ser um presente de Deus ao mundo. Consciente dessa verdade, o educador inaciano volta a sua atenção para cada um daqueles que foram confiados aos seus cuidados, como se fosse único. Procura estabelecer com todos uma relação pessoal, conhecer suas qualidades, sua história, sua situação, compreender seus problemas, descobrir suas potencialidades, apontar caminhos, estar a seu lado nos momentos de crise, mas também de vitória. Sua proximidade não deve gerar, contudo, dependência, antes estimular as iniciativas, favorecer o amadurecimento que leva a decisões pessoais refletidas, especialmente no encaminhamento da própria vida afetiva e profissional, na preparação para as missões concretas que estão reservadas a cada um.

Na prática do ensino, o contato pessoal do professor, através do método de trabalho e da abertura de horizontes de pesquisa, tem lugar sobretudo por ocasião de trabalhos de maior fôlego. O reconhecimento da individualidade de cada estudante deve, porém, marcar o conjunto de sua atuação. Importa respeitar as preferências naturais e o ritmo de cada um na diversificação dos exercícios e de sua avaliação. Apesar da tendência uniformizadora nas práticas e objetivos do sistema educacional vigente, no espírito da educação inaciana, a própria exigência de resultados é, quanto possível, adaptada ao estilo de cada um. A diversidade de talentos não deve levar a classificações rígidas, que provoquem discriminações, pois todos têm qualidades a mostrar desde que se lhes dê um voto de confiança.

2.3.4 Método ativo

Integral e personalizado, o método pedagógico inaciano é antes de tudo ativo. De fato, o ser humano não chega à maturidade sem a intervenção de adultos, seja pela transmissão de saberes, seja no aprendizado do saber agir e do saber viver. No entanto, como se viu a propósito dos *Exercícios Espirituais*, o papel do mestre, ainda que indispensável, consiste em iniciar e motivar em cada novo campo e nível de aprendizagem, apontar metas e fornecer instrumentos, justamente para dar espaço ao estudante, para que abra por si mesmo o seu caminho e atinja os alvos desejados. Nessa perspectiva, a função do docente não consiste apenas em transmitir informações, mas em ensinar o estudante a pensar por si, a arriscar sua reflexão e palavra sobre a realidade, a partir da experiência, agindo em consequência.

Esse método foi sistematizado, como já foi assinalado, em três passos: experiência, reflexão, ação, que pressupõem a explicitação do contexto da experiência e se concluem com uma avaliação:

1. Contextualização: Leva em conta as circunstâncias concretas em que se encontra o estudante, seus conhecimentos prévios, seu ambiente familiar e cultural, a situação sociopolítico-econômica vigente, bem como o modo de proceder da própria instituição, fatores todos que podem afetar decisivamente a reação à experiência;

2. Experiência: A apresentação de qualquer ponto novo de um programa de estudos não pode ser feita de maneira meramente verbal, antes deve pôr o estudante em contato direto ou, pelo menos, indireto, com a realidade em questão, de modo a, além da aquisição de elementos cognitivos, provocar uma reação de ordem afetiva;

3. Reflexão: Corresponde ao processo mental de definição do conteúdo da experiência, compreensão de seu sentido, avaliação das situações nela implicadas e discernimento das ações postuladas pela realidade assim encarada;

4. Ação: Em virtude da compreensão intelectual da experiência e dos sentimentos nela implicados, a vontade sente-se movida a opções e atitudes na linha da interiorização dos valores adotados, que impelem a ações coerentes com as convicções que vão se formando ao longo do processo;

5. Avaliação: O processo conclui-se, a cada vez, com a avaliação do progresso alcançado, não só quanto aos conteúdos, mas também quanto às atitudes, prioridades e modos de proceder de acordo com o objetivo de ser “pessoas para os outros”.

Todos esses passos, ainda que acompanhados pelo docente, dependem inteiramente do envolvimento do discente e de sua participação ativa no processo de crescimento intelectual e humano global. Eles são coerentes com outros princípios inacianos como o que assevera que não é a quantidade de informação que estrutura a mente e torna sábio, mas a realidade experimentada e refletida pessoalmente. Nesse sentido, a pedagogia inaciana exclui qualquer formalismo no processo educativo, insistindo na gradualidade da aprendizagem, com a prática da “repetição”, ou seja, a retomada dos mesmos temas sob diferentes aspectos, não se passando adiante até que sejam satisfatoriamente assimilados e vividos.

2.3.5 Dinamismo do “*Magis*”

A busca da excelência já foi apresentada como um dos valores orientadores da vida da FAJE. Volta aqui como um elemento constitutivo da pedagogia inaciana enquanto impulso a desenvolver ao máximo as diversas dimensões da personalidade. Esse elemento se apoia em um otimismo sustentado pela Fé na obra do Criador e Salvador, atuante em todo ser humano e toda a realidade criada. Na sua existência histórica, nem a pessoa, nem a sociedade humana alcançam a sua perfeição, de modo que sempre podem avançar em humanidade e justiça. O dinamismo do “mais” representa o apelo a sair da mediocridade, da tendência a contentar-se com a mediania, de modo passivo, rotineiro ou inconstante, e a favorecer a iniciativa, a perseverança na realização dos objetivos traçados, a busca do mais perfeito.

Por vezes, essa excelência acadêmica pôde dar a impressão de elitismo, como se a educação jesuíta fosse reservada aos bem-dotados intelectualmente ou às elites mais abastadas. Na verdade, o objetivo é, dentro dos condicionamentos de cada situação, dar uma educação da melhor qualidade a todos, de acordo com a capacidade de cada um. Não se visa, portanto, a excelência do centro educativo ou resultados brilhantes em exames e concursos, mas o verdadeiro proveito dos destinatários do trabalho educacional.

Nesse sentido, o princípio de “procurar em tudo aquilo que mais conduz ao fim que se tem em vista”, para “o melhor serviço de todos”, leva a flexibilizar as práticas e as estruturas conforme as circunstâncias. Não se fica fixado em nenhum modo de proceder específico, podendo adotar, por exemplo, atividades educativas na modalidade presencial ou a distância, ou ainda sob outras formas que se demonstrarem como mais válidas.

2.4 A INSPIRAÇÃO INACIANA NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA FAJE

A inspiração inaciana da educação se traduz em práticas acadêmicas. Na FAJE isso é visível nos tipos de atividades curriculares, na seleção dos conteúdos e na avaliação do ensino-aprendizagem.

2.4.1 Atividades curriculares

Nas atividades didático-pedagógicas se distinguem três tipos de atividades curriculares:

1. Disciplinas teóricas, com aulas de caráter predominantemente expositivo, nas quais, entretanto, o docente não se contenta em apresentar simplesmente os conteúdos da disciplina da qual é responsável, mas se preocupa fundamentalmente com sua assimilação por parte dos estudantes, recorrendo, para isso, a vários tipos de metodologias, que motivem o discente a fazer seu o que aprende;

2. Práticas educativas, que exigem a participação ativa do estudante, por meio de exercícios de vários tipos. Dentre essas práticas, destacam-se: Seminários e Grupos de leitura; Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), acompanhada por um docente; Exame Compreensivo final, que abrange os temas principais do currículo como exercício de síntese pessoal dos conteúdos estudados (existe um

seminário de preparação para esse exame). Os cursos de línguas e de comunicação social, entre outros, também compõem as práticas educativas. Os Estágios Curriculares obrigatórios, exigidos pelo curso de licenciatura em Filosofia e pelo Bacharelado em Teologia também se caracterizam como práticas educativas. A curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do MEC/CNE/CES, igualmente pode ser incluída como uma atividade prática curricular.

3. Atividades Extraclasse, de caráter complementar, realizadas fora do horário escolar, por iniciativa do próprio estudante, mas válidas para a integralização do currículo, desde que aprovadas pela coordenação do curso. Nesta categoria podem incluir-se: notas de leitura pessoal de obras selecionadas; participação em cursos de extensão universitária; participação em eventos científicos e em atividades culturais (exposições, filmes, peças de teatro); publicação de artigos de caráter científico ou de divulgação; serviços regulares de docência (estágio não obrigatório), monitoria e de promoção humana; participação no Programa de Iniciação Científica e de Grupos de Pesquisa dos docentes;

Os dois Departamentos oferecem acompanhamento personalizado de estudos aos discentes, na Filosofia, de caráter optativo, na Teologia, obrigatório. Esta atividade é feita por docentes do quadro permanente e abre espaço para que o processo de ensino-aprendizagem se dê de modo personalizado.

Por outro lado, a personalização da aprendizagem requer, da parte do discente, tempo suficiente para o estudo pessoal. Daí a redução do horário básico a apenas 20 horas/aula semanais, possibilitando aos que frequentam as disciplinas e práticas oferecidas nesse horário a integralização do currículo no prazo normal. Ao mesmo tempo, o controle das matrículas impede que o estudante se sobrecarregue com cursos ministrados noutros horários, com prejuízo da autêntica assimilação pessoal dos conteúdos.

2.4.2 Seleção de conteúdos

É imenso hoje em dia o âmbito da problemática de qualquer setor do conhecimento. Daí a importância essencial da seleção dos conteúdos das diferentes disciplinas e da gradualidade de sua apresentação nos cursos de graduação, isto é, no processo de iniciação do estudante num determinado campo de saber. Mais vale a compreensão autêntica da problemática fundamental, assimilada por quem aprende, do que uma informação vaga sobre muitos assuntos. É importante que o discente não se contente apenas em ouvir falar de muitas coisas, mas procure realmente entender o que lê ou escuta, para chegar, na medida do possível, a tomar posição a seu respeito. Neste sentido, o docente não deve limitar-se a expor os conteúdos do que ensina, mas deve estar atento à sua assimilação pelos estudantes.

Esta limitação ao essencial e a preocupação de facilitar o acesso do estudante à problemática científica não devem, porém, ser confundidas com uma apresentação superficial ou imprecisa das questões que são objeto do ensino-aprendizagem, muito menos com a tentativa de persuasão meramente retórica dos ouvintes. É imprescindível, desde o princípio, a informação exata e o rigor conceitual e argumentativo, como base para a construção ulterior de um pensamento sólido e profundo.

Por outro lado, os currículos dos cursos de graduação não podem ser reduzidos a um amálgama amorfo de disciplinas, cujos objetivos e programas dependam inteiramente das preferências momentâneas de cada professor. Não contribui para a formação do estudante nem uma série de temáticas desarticuladas e de propostas discordantes, nem tampouco a apresentação simplesmente neutra das soluções dadas às várias questões. Sem prejuízo da flexibilidade programática e da diversidade de impositações teóricas e metodológicas na abordagem das questões, faz-se mister que:

1. Os temas básicos sejam tratados de maneira orgânica, de modo que o estudante possa obter uma visão abrangente de cada um deles e de seu conjunto, em vista da própria síntese, que tende a integrar progressivamente a matéria de seu campo de estudos;

2. Os docentes, depois de terem levantado e discutido determinada questão, normalmente manifestem e justifiquem sua opinião sobre o assunto, confrontando-a com outras soluções e deixando aos estudantes a liberdade de fazer uma escolha fundamentada;

3. Haja uma coerência básica entre as posições adotadas pelos docentes nas várias disciplinas, em função do *húmus* comum da experiência cristã e da visão humanista, que os congrega na Faculdade.

Tendo em vista os princípios enunciados, o currículo de cada curso compreenderá disciplinas e práticas de ensino fundamentais e complementares.

1. As disciplinas e práticas fundamentais correspondem ao campo principal de estudos do respectivo curso e fornecem uma visão global articulada da temática respectiva, bem como a oportunidade de adquirir as habilidades requeridas para o estudo e a investigação em tal campo de saber. Seu conteúdo programático abrange de modo sistemático os pontos principais do tema estudado;

2. As disciplinas e práticas complementares destinam-se seja a complementar a formação básica na mesma área, seja a oferecer subsídios de outras áreas de saber, necessários para o estudo e a compreensão da própria área. As disciplinas complementares podem adquirir um caráter mais ou menos monográfico, concentrando-se no estudo de autores ou problemas específicos.

Na pós-graduação, *lato e stricto sensu*, supõe-se que o estudante já domine os conteúdos básicos das áreas em que vai se especializar ou realizar sua pesquisa de mestrado ou doutorado. Há mais liberdade na organização dos conteúdos propostos, embora, seu foco seja o tema da especialização proposto (Acompanhamento espiritual, Juventude no mundo contemporâneo, Pastoral numa Igreja em saída, Ensino religioso, Catequética, Saúde Mental no contexto da Vida Religiosa Consagrada e Presbiteral, etc.), ou as Áreas de Concentração e as Linhas de Pesquisa próprias a cada Programa de Pós-Graduação (Filosofia: (1) Ética, Filosofia Política e Sociedade; (2) Filosofia da religião, Ciência e Cultura; Teologia: (I) Sistemática: (1) Fontes bíblicas da tradição cristã; (2) Interpretação da tradição cristã no horizonte atual; (II) Práxis: (1) Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso, (2) Tendências éticas atuais). Nos dois Programas de Pós-Graduação são ofertadas disciplinas obrigatórias e eletivas. As investigações realizadas pelos discentes se inscrevem nos Projetos de Pesquisa dos docentes.

2.4.3 Processo de avaliação

A avaliação do desempenho é feita por disciplina e prática educativa, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. O aproveitamento dos estudos em cada disciplina e prática educativa é avaliado pelo docente mediante acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares realizados ao longo do curso. A avaliação se dá mediante arguições escritas ou orais, trabalhos individuais ou em grupo, debates, prestação de contas de leituras e outras formas de verificação, constantes do plano de ensino da disciplina ou prática educativa, a critério do docente. Além das aprovações nas disciplinas previstas no respectivo currículo, para obter o grau de Bacharel, o estudante deve elaborar uma monografia (trabalho de conclusão de curso) e, na modalidade presencial ser submetido a um exame oral compreensivo, de caráter abrangente, das disciplinas do campo principal de estudo. Na modalidade a distância, o estudante deve participar dos seminários anuais de integralização e, no final do curso, do seminário de síntese. Na pós-graduação *stricto sensu*, além de aprovação nos créditos previstos, é necessária a realização de uma pesquisa que dá origem a uma dissertação ou a uma tese, defendidas publicamente diante de uma banca constituída para esse fim. Na pós-graduação *lato sensu*, os requisitos para certificação são dados pelo Projeto Pedagógico do Curso, que consta no Edital de seleção e varia segundo a proposta do curso, podendo demandar um trabalho escrito ou um projeto de intervenção na realidade que é foco do curso (pastoral, social etc.).

2.5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica da FAJE está em constante evolução, num processo contínuo de “fidelidade criativa” às instâncias que asseguram sua identidade de instituição confessional católica, num esforço permanente de manter a inspiração inaciana de sua proposta educativa frente aos novos desafios da atualidade, e em consonância com as exigências reguladoras da educação no Brasil.

2.5.1 Evolução dos cursos e inovações significativas

Nos últimos dez anos (2015-2025), os cursos (graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*) e atividades (extensão) da Faculdade conheceram significativa evolução, com inovações importantes.

2.5.1.1 Graduação

1. O bacharelado e a licenciatura em Filosofia, autorizados pelo Decreto de 31/01/1992 (D.O.U. 03/02/1992), foram reconhecidos pelas Portarias ministeriais nº 164, de 22/02/1996 (D.O.U. 23/02/1996) com renovação de reconhecimento pelas Portarias nº 286, de 21/12/2012, nº 1.093, de 24/12/2015 (D.O.U. 28/12/2015, Republicada em 30/12/2015), nº 917, de 27/12/2018 (D.O.U. 28/12/2018). O bacharelado em Teologia, na modalidade presencial, foi autorizado pela Portaria nº 264, de 19/06/2006 (D.O.U. 20/06/2006) e reconhecido pela Portaria ministerial nº 146, de 14/06/2011 (D.O.U. 15/06/2011), renovada pelas Portarias nº 208, de 25/06/2020 (D.O.U. 07/07/2020) e nº 386, de 13/08/2024 (D.O.U. de 14/08/2024). O curso de Teologia na modalidade a distância foi autorizado pela Portaria nº 977, de 25/11/2022 (D.O.U. 29/11/2022).

2. O Instituto Superior de Educação (ISE), criado em 2007, é a unidade acadêmica da FAJE responsável por acompanhar a licenciatura em Filosofia da instituição, formando docentes para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. O ISE é encarregado de oferecer as disciplinas específicas e as atividades de caráter estritamente pedagógico da licenciatura na instituição, além de acompanhar o Estágio Curricular Obrigatório dos estudantes que fazem o curso. Realiza também, desde 2014, o “Colóquio FAJE Escola”, que reúne docentes envolvidos com o ensino da Filosofia nas Escolas e estudantes de licenciatura da Faculdade e de outras instituições de Belo Horizonte. A cada ano é escolhido um tema relevante e para abordá-lo durante o Colóquio é convidado um ou dois especialistas;

3. A aprovação, em 2014, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais de Teologia, (CNE/CES n. 60/14), e sua homologação pela Resolução nº 4 do CNE/CES, de 16/09/2016, feita pelo Ministro da Educação, com publicação no D.O.U. de 08/09/2016, implicou em mudanças na matriz curricular do curso. Dentre as novas exigências, foram inseridas no Plano Pedagógico do Curso (PPC) as 200 horas do Estágio Curricular Obrigatório, as 200 horas de Atividades Complementares, informações sobre o “perfil do egresso”, “competências e habilidades” e a organização curricular ao redor de quatro núcleos: fundamental, interdisciplinar, teórico-prático e complementar. Na matriz curricular dos cursos de graduação foram inseridos também os 10% de créditos em atividades extensionistas, previstos pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do MEC/CNE/CES ;

4. O Programa de Iniciação Científica (PIBIC)³, criado em 2007, através da concessão, pela FAJE, de 4 bolsas, conta, desde 2010 com cotas de bolsas da FAPEMIG e do CNPq, cuja quantidade variou ao longo dos anos. No momento, são concedidas 10 bolsas por cada uma dessas agências. Existe também a IC voluntária, sem nenhum apoio financeiro. A partir de 2019, instituiu-se a figura de avaliadores discentes (mestrandos e doutorandos) para a comissão de avaliação dos projetos enviados para o processo seletivo e os seminários do PIBIC. Além de ser acompanhado por um docente da instituição, quem faz a IC é também acompanhado por ocasião de um seminário mensal do PIBIC;

5. Os cursos de graduação oferecem acompanhamento de estudos para todos os estudantes: opcional para os de Filosofia, obrigatório para os de Teologia na modalidade presencial. Na modalidade a distância, o acompanhamento é assegurado por um tutor. O diálogo mensal que se instaura entre discente e docente contribui para que o estudante possa realmente “fazer” Filosofia e Teologia;

6. Os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Filosofia (Bacharelado e Licenciatura), Teologia (Bacharelado) e Teologia (Bacharelado) EaD avaliam continuamente os PPCs.

³ Ver Anexo III, Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da FAJE.

7. A monitoria existe como atividade opcional para os que encontram dificuldades em certas disciplinas, nas quais podem ser ajudados por colegas que já as cursaram em anos anteriores. Em geral, é oferecida no início do semestre, só se concretizando se houver estudantes interessados. Quem oferece a monitoria e quem dela se beneficia, pode validar as horas utilizadas como Atividade Complementar;

8. Há alguns anos a Faculdade vem modernizando a infraestrutura do campus, substituindo telhados de amianto por telhas sanduíche, reformando as salas de aula e os gabinetes para professores, melhorando a acessibilidade, substituindo a rede elétrica antiga, investindo na criação de uma usina fotovoltaica, criando infraestrutura de controle das águas pluviais, equipando as salas de aula com computadores, telas retráteis, microfones, rede *wireless*, que permitem o uso de recursos multimídia. Além dessa modernização do campus, investiu-se também na infraestrutura tecnológica, em parceria com a área de tecnologia da educação da Associação Antônio Vieira (ASAV), através da aquisição de softwares administrativos e acadêmicos que permitem o uso das tecnologias da informação aplicadas aos processos de ensino-aprendizagem. Grande parte dos procedimentos acadêmicos foi digitalizada, como os processos de inscrição, matrícula, rematrícula, diário online, emissão de boletos, diplomas. A Plataforma *Moodle*, adotada em 2016, foi redesenhada em 2019 com identidade institucional, dando origem ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através do qual o material didático-pedagógico e a interação entre docente e discente pode se estabelecer. A Plataforma Teams tornou-se uma das principais ferramentas para atividades online síncrona (aulas, reuniões etc.) reduzindo distâncias e facilitando a comunicação entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo, público em geral..

2.5.1.2 Pós-Graduação stricto sensu

1. Os Programas de Pós-Graduação possuem percursos distintos. O da Teologia, autorizado pela CAPES, em 1997, e reconhecido em 1999 (mestrado) e em 2002 (doutorado), organiza-se ao redor dos Projetos de Pesquisa de suas duas Áreas de Concentração, cada uma com duas Linhas de Pesquisa: I. Teologia Sistemática: (1. Fontes bíblicas da tradição cristã; 2. Interpretação da tradição cristã no horizonte atual); II. Teologia da Práxis Cristã: 1. Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso; 2. Questões éticas atuais. Na avaliação quadrienal 2021-2025, manteve a nota 6. O da Filosofia, autorizado pela CAPES em 2005 e reconhecido em 2008 (mestrado) e em 2024 (doutorado), organiza-se ao redor dos Projetos de Pesquisa de sua Área de Concentração (Filosofia), com duas Linhas de Pesquisa: Ética, Filosofia Política e Sociedade; Filosofia da Religião, Ciência e Cultura. Na avaliação quadrienal 2021-2024, obteve a nota 4;

2. Além das Coordenações de Pós-Graduação de cada Departamento, a Faculdade possui uma Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPP), responsável por coordenar os processos administrativos relacionados à pesquisa nos dois Departamentos, através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da FAJE. A CCPP representa a Instituição junto aos órgãos oficiais de educação superior responsáveis pela pesquisa (CAPES) e junto aos órgãos de fomento (CAPES, CNPq e FAPEMIG). A CCPP atua junto à Coordenação do PIBIC e junto às Coordenações dos cursos de Pós-Graduação na realização das seguintes tarefas: (1) participar dos seminários de abertura e conclusão do PIBIC e elaborar, juntamente com a Coordenação do PIBIC, a prestação de contas e a elaboração de projetos de renovação e concessão de bolsas de iniciação científica junto às agências de fomento; (2) acompanhar a Secretaria da Pós-Graduação nos processos de implementação das cotas de bolsas concedidas pelas agências de fomento para cada Programa (CAPES, através do PROSUC, para a Filosofia, e do PROEX, para a Teologia, CNPq e FAPEMIG); (3) assessorar a Secretaria e as Coordenações dos cursos no preenchimento da Plataforma Sucupira, cujos dados são fundamentais nas avaliações quadrienais da CAPES; (4) estimular os Grupos de Pesquisa a ampliarem o diálogo interdisciplinar, interinstitucional e internacional, na perspectiva da criação de redes conjuntas de pesquisa sobre temas afins; (5) acompanhar os convênios da Faculdade com instituições nacionais e internacionais que se dedicam ao ensino, pesquisa e publicação em Filosofia e Teologia; (6) acompanhar editais de agências de fomento nacionais e internacionais e

elaborar projetos de captação de recursos, tendo em vista o intercâmbio docente e discente, a realização de eventos e investigações comuns, a parceria em projetos editoriais e em projetos de investigação em rede; (7) auxiliar na organização da Tarde de Integração, no início de cada semestre acadêmico, e dos Encontros de Pesquisa da FAJE, assegurando a interação entre docentes e discentes, e a divulgação de pesquisas; (8) elaborar projetos para aquisição de material bibliográfico às agências de fomento;

3. Dois periódicos da FAJE são destinados a estimular a produção de discentes e a publicar textos apresentados em eventos promovidos pelos Grupos de Pesquisa da Faculdade: *Pensar*. Revista eletrônica da FAJE, que publica, sobretudo, textos de discentes da pós-graduação, não só da FAJE, mas também de outras instituições universitárias; *Annales FAJE*, que publica produções acadêmicas resultantes dos eventos organizados pelos Programas de Pós-Graduação da Faculdade e pelo PIBIC;

4. O foco principal da pós-graduação em Filosofia é dado por suas duas Linhas de Pesquisa: (1) Ética, Filosofia Política e Sociedade; (2) Filosofia da Religião, Ciência e Cultura. Para obter o título de mestre, o estudante deve cursar 20 créditos, 8 obrigatórios, correspondentes às Linhas de Pesquisa do Programa; 10 optativos, correspondentes à Linha de Pesquisa em que está inscrito; e 2 correspondentes a “leitura orientada”. Para obter o título de doutor, o estudante deve obter 42 créditos, 30 dos quais podem ser aproveitados do mestrado, sendo mais 6 de disciplinas obrigatórios e 6 de disciplinas eletivas. O Programa possui nove Grupos de Pesquisa certificados no CNPq. O foco principal da pós-graduação em Teologia é dado pelas duas Linhas de Pesquisa da Teologia Sistemática: (1) Fontes bíblicas da tradição cristã; (2) Interpretação da tradição cristã no horizonte atual; e pelas duas Linhas de Pesquisa da Teologia da Práxis Cristã: (1) Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso; (2) Tendências éticas atuais. Para titular-se, os estudantes de mestrado devem cursar 30 créditos, 12 obrigatórios, 12 eletivos e 6 seminários de leitura, 2 dos quais podem ser substituídos pela participação em eventos da área, com publicação nos anais; os estudantes de doutorado devem obter 42 créditos, 30 dos quais podem ser aproveitados do mestrado em Teologia, sendo mais 6 de disciplinas obrigatórios e 6 de disciplinas eletivas. O Programa possui 9 Grupos de Pesquisa certificados no CNPq e já realizou dois Mestrados Interinstitucionais, um com a Faculdade Diocesana São José (FADISI), Rio Branco, AC, e outro com a Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO), Brasília/DF;

5. O PPG de Teologia foi contemplado, entre 2013-2015, com recursos da CAPES, no quadro do edital da FAPEMIG “Programa de Apoio a Cursos Cinco, Seis e Sete” (PACSS). Esses recursos contribuíram para que o Programa realizasse as seguintes atividades: (1) Mestrado Interinstitucional FAJE-FADISI; (2) criação de *Theologica Latinoamericana*. Enciclopédia Digital; (3) eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa; (4) passagens e hospedagens para professores visitantes estrangeiros. A nota 6 obtida pela segunda vez em 2014 pelo Programa, fez com que fosse contemplado com recursos do PROEX (Programa de Excelência), que têm sido utilizados nas seguintes atividades: (1) passagens e diárias para professores visitantes estrangeiros atuarem no Programa; (2) participação de discentes e docentes em eventos da área no Brasil e no exterior; (3) apoio à publicação de textos de membros do Programa em língua estrangeira; (4) apoio aos eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa do Programa; (5) apoio ao trabalho de tradução e revisão dos verbetes da enciclopédia digital; (6) publicação de obras organizadas por docentes do Programa ou escritas por eles; (7) criação de uma sala de videoconferência. Em 2023, a CCPP apresentou, no quadro da Chamada FAPEMIG 009/2023 – Fomento à Internacionalização das ICTMGs, um Projeto junto à agência de fomento do Estado de Minas Gerais e foi contemplada com recursos que, desde 2024, têm sido utilizados nas seguintes atividades: (1) diárias de um semestre para pós-doutorado no exterior para um docente do PPG de Filosofia e um para o PPG de Teologia; (2) passagens e diárias de um semestre para doutorado sanduíche de um doutorando do PPG de Teologia no exterior; (3) passagens e diárias para 6 professores visitantes atuarem nos PPGs de Filosofia e Teologia da Faculdade; (4) passagens e diárias para participação de docentes e discentes dos dois Programas em eventos acadêmicos internacionais; (5) passagens e diárias para conferencistas estrangeiros participarem em eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa: REPHIL, Fé e Contemporaneidade, Teologia e Pastoral, Interfaces da antropologia na

teologia contemporânea; (6) aquisição de material bibliográfico em língua estrangeira para os dois Programas; (7) tradução de verbetes da Theologica Latinoamericana para o inglês. Por sua vez, o PPG de Filosofia tem sido beneficiado, desde 2024, com recursos de custeio do PROSUC, que são utilizados para apoio à participação de docentes e discentes em eventos da área ou em projetos editoriais. Dois docentes do PPG de Teologia foram contemplados com Bolsas de Produtividade na Pesquisa, do CNPq (Afonso Tadeu Murad, Geraldo Luiz De Mori), e um docente do PPG de Filosofia (Daniel de Luca) foi contemplado, em 2020, com uma bolsa de pesquisa em Filosofia da Religião pela Fundação Templeton. Duas bolsas de pós-doutorado foram concedidas ao PPG de Filosofia entre 2024-2025, no quando do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico, e uma bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) beneficiou, desde 2025, uma pesquisadora no PPG de Teologia. Desde 2024, a FAPEMIG tem concedido uma bolsa de doutorado para estrangeiros para cada Programa, além dos recursos de “taxas de bancada” para os doutorandos, que têm sido utilizados nos processos de editoração de Perspectiva Teológica e Síntese, no auxílio a participação dos doutorandos bolsistas FAPEMIG em eventos acadêmicos ou atividades de pesquisa.

2.5.1.3 Pós-Graduação *lato sensu* e atividades de extensão

Desde o PDI 2011-2015, a Faculdade ingressou de forma mais robusta na oferta de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), orientação confirmada nos ciclos posteriores (2016-2020, 2021-2025) e que é confirmada para o ciclo 2026-2030. Foram criados desde então os seguintes cursos, que são oferecidos na modalidade presencial modular, na modalidade híbrida e na modalidade EaD: (1) Pastoral numa Igreja em saída, organizado pelo Departamento de Teologia da FAJE, oferecido no campus da FAJE, em módulos presenciais durante as férias, ou em parceria com os Regionais da CNBB, em locais definidos pela parceria; (2) Espiritualidade Cristã e Orientação Espiritual (ECOE), inicialmente em parceria com o Centro de Espiritualidade Inaciana (CEI), e, atualmente, com o Secretariado de Colaboração, Fé e Espiritualidade, da Província Jesuíta do Brasil, na modalidade híbrida: dois semestres com aulas online síncronas e um módulo de imersão presencial, nas férias; (3) Juventudes no mundo contemporâneo, em parceria com a Rede de Centros de Pastoral Juvenil do Brasil, na modalidade híbrida, com dois módulos presenciais, nas férias, e um módulo online síncrono; (4) Saúde Mental no contexto da Vida Religiosa Consagrada e Presbiteral, em parceria com a CRB e a CNBB, na modalidade híbrida, com um módulo presencial inicial, aulas online síncronas ao longo de dois semestres, e outro módulo presencial; (5) Catequética, em parceria com o Regional Leste II, da CNBB, em quatro módulos presenciais, em janeiro; (6) Ensino Religioso, Formação Cristã e Espiritualidade Inaciana na Rede Jesuíta de Educação (RJE), em parceria com RJE a na modalidade EaD assíncrona; (7) Ensino Religioso, na modalidade EaD, assíncrona; (8) Liturgia, em parceria com a Rede Celebra, na modalidade presencial, atualmente inativo. A proposta pedagógica desses cursos é elaborada em diálogo com a Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária (CCAEU) da Faculdade, implicando a Direção dos Departamentos. No processo de ensino-aprendizagem são oferecidas várias oficinas ou laboratórios, que permitem que o especialista possa intervir no seu ambiente de trabalho a partir do que estudou. Está em discussão, junto ao Departamento de Filosofia, a criação de dois novos cursos desse tipo: (1) Filosofia e Ciências da Vida; e (2) Filosofia do Direito.

Além dos cursos de especialização, a CCAEU tem oferecido, desde 2024, os seguintes cursos, em geral em parceria com outras instituições: (1) entre 2024-2025, no quadro do Projeto Trilhas de Futuro Educadores, da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, o curso de aperfeiçoamento “Ensino Religioso”, na modalidade EaD; (2) em 2024, em parceria com a CRB, o curso de atualização “Para Acompanhantes vocacionais de jovens para a vida religiosa consagrada e presbiteral”; (3) em 2024, em parceria com a RJE e o Programa Magis Brasil, o curso de atualização “Projeto de vida na educação: uma abordagem transdisciplinar”; (4) em parceria com a CRB e a CNBB, iniciou, em 2025, a preparação do curso de atualização “Fundamentos da prevenção de abusos em ambientes eclesiais”, que será oferecido a partir de 2026. Outras iniciativas no âmbito da formação continuada são ainda acompanhadas pela CCAEU: (1) Curso de Iniciação Teológico-Pastoral (CITEP), em três anos, nas

terças e quintas, das 20hs às 21h40, para lideranças de comunidades eclesiais que vivem na região na qual está situada a Faculdade. O curso é acompanhado por voluntários (estudantes da graduação e da pós-graduação em Teologia, egressos da Faculdade ou do próprio CITEP; (2) Curso de formação teológica, oferecido pelo Centro Loyola de Fé e Cultura, com aulas ministradas duas vezes por semana à noite, com carga horária e proposta pedagógica elaborada em diálogo com a CCAEU, configurando-se, como curso de extensão; (3) GRUFAJE, de preparação para o ENEM, acompanhado por voluntários, em geral estudantes da graduação ou da pós-graduação, com apoio da administração da FAJE; (4) Minicursos, em geral à noite, com carga horária que varia de 6 a 8 horas, abordando temas diversos da Filosofia, da Teologia ou de áreas afins; (5) Organização prática dos eventos propostos pelos Grupos de Pesquisa; (6) *Filmes para pensar e ser mais*, atividade oferecida pela CCAEU para moradores do entorno da Faculdade, com o apoio de estudantes e professores, dinâmica de Cine-fórum.

2.5.2 Oportunidades diferenciadas de integralização do currículo

2.5.2.1 Graduação em Filosofia

Para integralizar o currículo, o estudante do bacharelado em Filosofia deve cursar, além das disciplinas do campo principal de estudos, certo número de disciplinas complementares. Fazem parte desse campo: (1) Disciplinas filosóficas complementares, como: Filosofia da Linguagem, Filosofia da Cultura, Filosofia Política, Estética, Hermenêutica, História da Filosofia Medieval II; (2) Grupos de estudo destinados à leitura orientada e participativa de textos filosóficos (Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Kant, Hegel, autores contemporâneos, etc.); (3) Disciplinas que fornecem subsídios científicos ou técnicos à reflexão filosófica sobre a realidade, como: Psicologia, Sociologia, Teoria da Comunicação, Pedagogia, Análise da realidade brasileira, Questões de biologia conexas com a Filosofia, Questões de física conexas com a Filosofia, Introdução à Teologia cristã, etc.

Com o intuito ainda de oferecer maiores oportunidades de personalização do curso, o estudante pode substituir até 06 créditos de disciplinas ou exercícios práticos optativos do campo complementar de estudos por disciplinas ou seminários cursados com aprovação em instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC, desde que receba autorização prévia da Coordenação do curso.

O estudante deve cursar pelo menos duas terças partes dos créditos na Faculdade para obtenção do título de bacharel ou licenciado. Se vier transferido de outra instituição para a FAJE ou se tiver cursado disciplinas isoladas antes do ingresso oficial no curso, poderá aproveitar até uma terça parte.

2.5.2.2 Graduação em Teologia

Na integralização do currículo do bacharelado civil, na modalidade presencial, o estudante de Teologia tem várias ocasiões de personalização do percurso. Com relação aos créditos filosóficos, orientado pela Coordenação do curso, ele tem a possibilidade de escolher, dentre as 16 disciplinas oferecidas, aquelas que mais lhe interessam ou convenham para preencher o requisito de 30 créditos filosóficos previstos na matriz curricular. No caso em que o estudante já tenha estudos de Filosofia, realizados em outra instituição de ensino superior civilmente reconhecida, os créditos então obtidos podem ser convalidados para o cumprimento daquela exigência. Para o bacharelado eclesiástico, o estudante necessita de 80 créditos, dentre os previstos pela Constituição apostólica *Veritatis Gaudium*.

Nos anos em que se dedicará aos créditos teológicos, o estudante deve frequentar um seminário de leitura à sua escolha (dentre as obras oferecidas naquele semestre), além de ter que cursar, no mínimo, três disciplinas optativas. Essas disciplinas apresentam temáticas escolhidas em diversas áreas da Teologia, variando de ano para ano (sempre duas por semestre) e são entendidas como um modo de propiciar ao estudante o enriquecimento de seu universo teológico e o aprofundamento de temas de seu interesse. Dentre as disciplinas propostas, encontram-se: Ecoteologia, Religiões de matriz africana no Brasil; Acompanhamento Espiritual; Teologia dos Exercícios Espirituais; Psicologia e vida espiritual; Questões de teologia latino-americana; diversas questões de pastoral (catequética, liturgia, paróquia).

O estudante deve cursar pelo menos duas terças partes dos créditos na Faculdade para obtenção do título de bacharel. Se vier transferido de outra instituição para a FAJE ou se tiver cursado disciplinas isoladas antes do ingresso oficial no curso, poderá aproveitar até uma terça parte.

Na modalidade a distância (EaD), a Atividade Acadêmica (disciplina) é elaborada pelo professor autor e disponibilizada, pela Coordenação do curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Cada atividade segue a seguinte dinâmica: Introduções, Aproximações, Aprofundamentos, Sínteses. A oferta das Atividades Acadêmicas é bimestral e o processo de ensino-aprendizagem é acompanhado pelos tutores, prevendo também seminários semestrais de síntese. A integralização do currículo também é feita pelo sistema de créditos, contabilizados a partir do cumprimento das exigências de cada Atividade Acadêmica cursada. As estratégias didático-pedagógicas são distintas da modalidade presencial, e demandam do estudante um empenho diferenciado, que é acompanhado e aferido pelos tutores, segundo as distintas tarefas demandadas ao longo do período pelos autores das Atividades Acadêmicas. A quantidade de créditos filosóficos é prevista pelo Projeto Pedagógico do Curso, como também toda a matriz curricular, que se inspira a proposta da modalidade presencial, oferecendo aos estudantes do curso uma iniciação mistagógica ao saber da fé cristã.

2.5.2.3 Obtenção de Novo Título

A FAJE acolhe para nova titulação em Filosofia e Teologia estudantes que já concluíram um curso de graduação em outra área do saber. Os currículos dos cursos frequentados podem ser apresentados por eles com vistas à solicitação de aproveitamento de disciplinas cursadas. Após análise por parte da Coordenação do curso, essas disciplinas poderão ser aproveitadas, em até uma terça parte dos créditos totais exigidos para a titulação, em duas modalidades:

1. *Equivalência*: quando a disciplina cursada tiver, em conteúdo e duração, desenvolvimento idêntico, igual ou superior, ao da disciplina pretendida;
2. *Equiparação de valor formativo*: quando a disciplina anterior, diferente no todo ou em parte, puder ser aceita como substitutiva de disciplinas auxiliares, seminários;

2.5.3 Atividades práticas

São atividades que levam à assimilação pessoal dos conhecimentos oferecidos bem como ao contato refletido com situações específicas da área da Filosofia ou da Teologia. Assim, o estudante aplicará os conhecimentos obtidos e adquirirá outros provenientes de diferentes experiências.

A dimensão prática é desenvolvida de acordo com a índole de cada disciplina, envolvendo sempre a participação ativa do estudante: debates, grupos de estudo, trabalhos de pesquisa (de campo ou bibliográfica), produções científicas etc. Para que essas atividades contribuam efetivamente para a formação do estudante, cabe aos professores promovê-las e acompanhá-las em suas respectivas disciplinas, dando atenção à participação, ao aproveitamento e ao desempenho dos estudantes.

Dentre as atividades práticas curriculares, se destacam o estágio curricular obrigatório, para a licenciatura em Filosofia e o bacharelado em Teologia, e as atividades curriculares de extensão.

Além das atividades práticas curriculares, a FAJE oferece atividades práticas extracurriculares, como a de participação no Programa de Monitoria e em projetos ligados à CCAEU.

2.5.3.1 Estágio curricular obrigatório

Trata-se do “estágio curricular supervisionado” exigido para a Licenciatura em Filosofia e para o Bacharelado em Teologia.

Na Filosofia, o estágio implica o exercício efetivo da função de professor em unidades escolares e a presença participativa em ambientes educativos, sob a orientação e a responsabilidade de um profissional habilitado, sendo avaliado conjuntamente pela instituição formadora e pela instituição do

campo do estágio. O estágio estrutura-se em três níveis crescentes de complexidade, sendo acompanhado e orientado pela Coordenação do ISE:

Nível I: O estagiário deverá familiarizar-se com a realidade da escola como instituição e com a organização do trabalho escolar;

Nível II: O estagiário aprofundará os estudos sobre os fenômenos educativos em suas inter-relações com a realidade, realizando estudos e pesquisas sobre a possibilidade do ensino na realidade das salas de aula, tendo como referência a disciplina Filosofia, e sobre o lugar da Filosofia na aprendizagem, baseada em problemas reais. Estudará a relação conteúdo-método, empregada no processo ensino-aprendizagem de Filosofia, salientando a concepção didática que orienta a prática pedagógica, os princípios norteadores da seleção e organização do conteúdo e a relação entre tais conteúdos e a proposta pedagógica e curricular. O estagiário deverá elaborar um relatório das atividades neste nível;

Nível III: As atividades deverão proporcionar ao estagiário condições para o envolvimento com a dinâmica da gestão da sala de aula, demonstrando o domínio dos referenciais teóricos e dos instrumentais necessários para as intervenções cabíveis no processo de ensino-aprendizagem da Filosofia. Durante a regência, ele executará parte do seu plano de ação definido com o Coordenador de Estágio, em interação com o responsável pela disciplina Filosofia na escola onde se realizará o estágio.

Na Teologia, o estágio supervisionado é uma atividade acadêmica obrigatória para obtenção do título de bacharel nessa área do saber. Tem uma carga horária total de 210 horas. Seus objetivos são: (1) relacionar o estudo da Teologia com a prática pastoral; (2) integrar o estudante em sua futura atuação profissional; (3) proporcionar ao estagiário um período de vivência prática e pastoral; (4) despertar o senso crítico do estudante, ajudando-o a compreender a realidade onde atua, a relê-la à luz do saber crítico da fé e a atuar nela com as novas pistas que lhe oferece o saber teológico.

O Estágio é sempre uma atividade individual e nunca grupal, realizada a partir do segundo ano do curso (1º ano do curso eclesialístico). Para ajudar o estudante em sua realização, o Departamento criou a disciplina Estágio curricular supervisionado (I/1 e I/2, II/1 e II/2, III/1 e III/2), desenvolvida ao longo dos semestres, à tarde, com acompanhamento de um professor do Departamento.

São campos de atuação para o estágio supervisionado: espaços eclesiais como paróquias, pastorais, movimentos etc., onde o estudante de Teologia exerce atividades de assessoria, organização, ensino etc., e espaços não eclesiais, como entidades, instituições, escolas, organismos onde o estudante exerce a função pública e acadêmica da Teologia. As atividades desenvolvidas podem ser: (1) elaboração e acompanhamento de projetos; (2) formação bíblica ou teológica; (3) acompanhamento de grupos, movimentos e pastorais específicas; (4) assessoria de encontros, grupos, assembleias, retiros, pastorais, movimentos. Além dessas atividades, o estagiário poderá participar de atividades acadêmicas voltadas à pastoral ou à presença pública da Teologia, tais como: elaboração e publicação de livro ou capítulo, artigos para revistas, jornais e sites, resenhas de livros.

O estudante, sob a orientação do Supervisor, elaborará, no início de cada semestre, o projeto de estágio e entregará o relatório de sua execução no fim do semestre. O projeto e o relatório devem ser assinados e carimbados pelo responsável local onde realiza o estágio e pelo professor responsável pelo estágio. Com o intuito de avaliar e analisar o período do estágio, confrontando a teoria com a prática, o estagiário escreverá a conclusão, que é parte integrante do relatório final, sob a orientação e participação do responsável local, entregando-a devidamente assinada e carimbada. No final do estágio ele deve entregar ao professor responsável pelo estágio uma cópia encadernada contendo: Convênio, Termo de Compromisso de Estágio, Inscrição, Projeto Pastoral, Relatórios das atividades mensais com seus anexos, se houver, devidamente carimbados e assinados pelo responsável local e a conclusão final.

O estágio é formalizado pela Secretaria da graduação, que é a unidade competente para a celebração de convênio entre a FAJE e a unidade concedente, bem como para assinatura de Termo de Compromisso de Estágio.

2.5.3.2 Atividades curriculares de extensão

A FAJE concebe a extensão como prática acadêmica e social que efetiva a mediação entre a Faculdade e a sociedade, tendo como finalidade incidir sobre os caminhos da própria sociedade. Nesse sentido, a extensão expressa o caráter ético da pesquisa e do ensino, formando pessoas que se envolvam nos processos sociais, nos aprendizados do “saber-conviver”, mediante a construção dos valores éticos que incidam nas relações intersubjetivas e sociais. A extensão incide igualmente sobre o “saber-fazer”, por meio do “aprender-fazendo”. De fato, a participação de docentes e discentes em atividades de extensão faz desenvolver a capacidade de resolução de problemas relacionados ao conhecimento, presentes nas relações de ensino-aprendizagem, além de suscitar novos problemas e conhecimentos. Por isso, ela implica a interdisciplinaridade, tanto dentro quanto fora da instituição, realizando-se de muitas formas, seja nas várias instâncias em que se dá a pesquisa na FAJE, seja nos processos de ensino-aprendizagem, seja nas atividades múltiplas nas quais a comunidade acadêmica a desenvolve.

A relação entre a Faculdade e a sociedade, estabelecida pela extensão, se dava, sobretudo, através de atividades formativas (cursos, minicursos, eventos) em Filosofia, Teologia e áreas afins, capacitando vários grupos sociais para suas ações nos ambientes em que atuavam. Com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do MEC/CNE/CES, que estabelece a obrigatoriedade da curricularização da extensão, com atividades extensionistas que correspondam a 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação, integrando-se à matriz curricular, ampliou-se a compreensão da extensão da FAJE. A curricularização, exigida por esta Resolução, prevê: (a) Cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão; (b) Articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa; (c) Existência de docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação. Além dessas normas, devem orientar as ações de extensão universitária: (a) A interação dialógica, ou seja, as ações desenvolvidas devem ser baseadas no diálogo e na troca de saberes, onde a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade visa produzir novos conhecimentos; (b) A interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, ou seja, é necessário combinar diferentes modelos, conceitos e métodos de várias áreas de conhecimento e campos de atuação; (c) a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, ou seja, considerar a extensão como a operacionalização do ensino e da pesquisa, visando a formação técnica e cidadã do estudante, dentro e além da universidade; (d) o impacto na formação do estudante, ou seja, enriquecer as experiências discentes e ampliar seu universo de referência por meio de contatos, aprendizados e experiências com questões sociais contemporâneas; (e) O impacto e a transformação social, ou seja, as ações devem contribuir para a solução de problemas sociais relevantes, visando a transformação da sociedade e da própria instituição de ensino superior.

A curricularização dos cursos de graduação, como será indicado na Política de Curricularização da Faculdade, no tópico 2.6.1.3, é organizada em Projetos Extensionistas, oferecidos a cada semestre, sob a orientação de professores do quadro permanente e implicando, em certos casos, doutorandos dos Programas de Pós-Graduação da FAJE. Cada estudante se inscreve num Projeto e, após orientações do professor responsável, deve realizar a atividade proposta junto a um público determinado, como escola, associação de moradores, coletivos juvenis, movimentos de defesa dos direitos humanos, ONGs implicadas em questões ambientais, grupos eclesiais diversos, etc. A atividade implica o aprendizado recíproco com o público envolvido, a interdisciplinaridade, o protagonismo do estudante que propôs a atividade e uma contribuição para a transformação do grupo para o qual a atividade é proposta.

Além da curricularização da extensão nos cursos de graduação, a Faculdade, através da CCAEU, continua oferecendo atividades formativas para o público em geral, como minicursos, além de possibilitar a realização de eventos acadêmicos organizados pelos Grupos de Pesquisa da Pós-Graduação. A maior parte dessas atividades são oferecidas através de suas plataformas digitais, o que

aumenta o alcance desse tipo de ação. Ainda no domínio da extensão, três atividades, realizadas no campus da FAJE, são dirigidas, sobretudo, para o público que vive em bairros próximos à Instituição: o curso que prepara jovens para o ENEM, o GRUFAJE, assumido por estudantes da graduação e da pós-graduação; o Curso de Iniciação Teológica-Pastoral (CITEP), que prepara lideranças para atuarem nas comunidades de fé, assumido por estudantes da graduação e da pós-graduação, e por egressos; o Programa Filmes para pensar e ser mais, com ciclos de filmes que exploram temáticas diversas e são apresentados num dos auditórios da Faculdade, sendo depois debatidos em formato de cinefórum.

2.5.4 Desenvolvimento de material pedagógico

O desenvolvimento de materiais pedagógicos é tarefa assumida pelos professores responsáveis pelas diversas disciplinas, nos cursos na modalidade presencial e pelos professores autores, nos cursos na modalidade a distância. Trata-se, em geral, de material de orientação bibliográfica para complementação e aprofundamento de temas, orientações para pesquisa e elaboração de trabalhos, bem como apostilas entregues aos alunos como subsídio para acompanhamento da disciplina, ou, no caso das Atividades Acadêmicas do EaD, de vídeos, *power point* e podcasts gravados. Há também uma prática crescente entre os professores de prepararem subsídios para o próprio momento do ensino em sala de aula, através do uso de recursos tecnológicos.

Em geral, esse material é disponibilizado aos alunos no setor específico para esse fim na página eletrônica da FAJE, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A bibliografia proposta pelos professores encontra-se na Biblioteca Padre Vaz e, no caso de bibliografia obrigatória, com vários exemplares, podendo ser retiradas para empréstimo. Os convênios da Faculdade com a AUSJAL têm viabilizado o acesso a várias bases de dado de E-books.

Alguns professores, após certo tempo de maturação na aplicação dos materiais em determinada disciplina, encaminham os textos elaborados para publicação em forma de livro, à guisa de manual para acompanhamento da disciplina.

2.5.5 Incorporação de avanços tecnológicos

Nos últimos anos, a FAJE investiu muito na aquisição de equipamentos e *softwares*, e na modernização de sua infraestrutura tecnológica, para oferecer as melhores condições de ensino-aprendizagem a seus docentes e discentes. Dentre as melhorias realizadas, destacam-se:

- a. O equipamento de todas as salas de aula com Computador, Projetor e Telas retráteis;
- b. A criação de uma sala para EaD, com 20 (vinte) computadores, disponibilizada para alunos da EaD por ocasião de atividades presenciais. A sala é também utilizada pelos docentes da FAJE, quando necessitam de vários computadores ao mesmo tempo para suas atividades;
- c. A criação de uma sala de videoconferência, com apoio dos recursos financeiros do PROEX, para reuniões dos Grupos de Pesquisa, defesas de teses, conferências ou aulas síncronas a distância;
- d. Criação de uma estrutura central da rede administrativa e acadêmica com servidores modernos, interligados à rede por meio de *switches* gerenciáveis, através de fibra ótica e fazendo uso de um atualizado *firewall*, uma barreira de proteção, que ajuda a bloquear o acesso de conteúdo malicioso, mas sem impedir que os dados que precisam transitar continuem fluindo. Estes recursos estão localizados em uma sala refrigerada, em temperatura adequada, com *backup* e um *rack* onde estão servidores, com serviço de suporte no local no próximo dia útil após o diagnóstico remoto. A sala dispõe de dois *nobreaks*, ligados a redes elétricas distintas, fornecidas através de uma subestação local para garantia de estabilidade da rede elétrica, além de um *rack* com uma rede estruturada certificada;
- e. Investimento em sistemas acadêmicos e administrativos, integrando *TOTVS*, *Moodle*, *Teams* e *Pergamum*. Esses sistemas estão concentrados em um *Datacenter* da ASAV, em São Leopoldo, RS.

A TI ASAV disponibiliza e mantém os recursos de TI para toda a Rede Jesuíta de Educação e Assistência Social. A concentração dos servidores das aplicações acadêmicas dentro desse *Datacenter* proporcionou alta capacidade de processamento e transmissão de dados, ampliando a mobilidade aplicada à educação e o emprego de ferramentas de colaboração com tecnologia de nuvem;

f. Investimento na rede *Wi-Fi*, disponível para toda comunidade administrativa, acadêmica e visitantes. A Internet é disponibilizada através de 2 *links* dedicados, de empresas distintas, por segurança, com topologia em anel e com atendimento *full time* 7 x 24, com SLA diferenciado de solução de incidentes, investimentos específicos para atendimento à solução de problemas e central de atendimento exclusivo para a instituição. Os equipamentos de acesso à internet (roteadores e proteção de perímetro - *firewall*) são redundantes e dimensionados para atender às demandas da FAJE e da ASAV pelos próximos anos. Servidores e *storages* são atualizados a cada 5 anos, todos adquiridos com suporte do tipo missão, que funcionam em *cluster* e são virtualizados. Todos os *softwares* são devidamente licenciados. A TI ASAV e a TI FAJE possuem uma equipe competente e capacitada para atendimento;

g. A biblioteca dispõe de um laboratório com 15 computadores, para que os usuários possam acessar as bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES no espaço da Biblioteca ou, caso não disponham de computador, realizar pesquisas e trabalhos acadêmicos. O laboratório também é utilizado para atividades acadêmicas por professores, sobretudo os de metodologia de pesquisa. O sistema de tratamento de dados, de consulta e empréstimo para os usuários da Biblioteca é o *Pergamum*;

h. O Portal institucional oferece acesso ao portal acadêmico do ERP da *TOTVs*. Os docentes têm acesso ao diário *on-line* para controle de presenças, inserção do plano de ensino e de notas. Com isso, os discentes têm acesso às notas, às informações sobre sua frequência, histórico escolar, desempenho acadêmico, quadro de horários, emissão de segunda via de boletos, extrato financeiro, podendo realizar sua rematrícula *on-line*. Informações de eventos e inscrições são também divulgadas nesse ambiente;

i, O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da FAJE, através da plataforma Moodle, é um sistema de gerenciamento e apoio para disponibilidade e compartilhamento de documentos e acompanhamento das atividades acadêmicas, como consulta dos materiais das disciplinas em que o estudante estiver matriculado, interação com os colegas e os professores através de fóruns, entrega de tarefas e troca de mensagens. A plataforma Teams permite a realização de reuniões, aulas, defesas de teses e dissertações e outras atividades. Alguns eventos acadêmicos, abertos ao grande público, são veiculados pelo canal YouTube da FAJE, ampliando assim o alcance das discussões e conteúdos elaborados pela Faculdade.

j. Central de Serviços: Implementação de um sistema centralizado para gestão de chamados técnicos de TI, manutenção predial e requisição de compras, incluindo a gestão de reservas de salas multiuso, hospedagem, auditórios e outros espaços. Oferta de serviços de autoatendimento para usuários (Colaboradores e Alunos) via web e aplicativo móvel (celular). A ferramenta proporciona agilidade nos processos para atendimento aos colaboradores e alunos, melhor acompanhamento das demandas e identificação eficiente dos ativos tecnológicos.

I. Canais de Comunicação: Fortalecer os canais de comunicação entre o setor de TI e a comunidade acadêmica, divulgando as novidades, os serviços oferecidos e as dicas de segurança, além de coletar feedback dos usuários para aprimorar continuamente os serviços.

2.6 POLÍTICAS ACADÊMICAS INSTITUCIONAIS

Como parte de seu Projeto Pedagógico Institucional, a Faculdade possui um conjunto de políticas acadêmicas e de gestão que orientam os vários processos de tomada de decisão institucional.

2.6.1 Ensino, Aprendizagem, Pesquisa, Extensão e Inovação

As políticas acadêmicas da FAJE dizem respeito ao ensino e à aprendizagem, que implica a política de atendimento aos estudantes, à pesquisa, à extensão e à inovação. Essas políticas traduzem os princípios inspiradores da educação jesuíta e seguem as normas e orientações da legislação vigente.

2.6.1.1 Ensino e Aprendizagem

O Ensino e a Aprendizagem na FAJE são baseados nos seguintes princípios:

(a) Formação e desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos, potencializando a harmonia e a coerência de todas as suas dimensões: ecológica, corporal, afetiva, espiritual, estética, ética, cognitiva, comunicativa, realização pessoal, social e profissional;

(b) Ensino de excelência em Filosofia e Teologia, atendendo aos vários públicos e necessidades, levando em conta a atualidade científica e tecnológica, e a busca de integração do conhecimento;

(c) Formação e desenvolvimento de pessoas qualificadas nas áreas da Filosofia e da Teologia, com competência para se tornarem uma presença significativa e efetiva nessas áreas, buscando soluções alternativas e inovadoras para os desafios e os problemas com os quais se defrontam;

(d) Atualização contínua dos currículos dos cursos e programas com base nos resultados de avaliações internas e externas, nos avanços científicos e tecnológicos da atualidade, nas transformações resultantes das diversas fronteiras do conhecimento e nas necessidades emergentes da sociedade;

(e) Inovação nas metodologias e recurso de ensino-aprendizagem, fortalecendo o protagonismo discente no processo de aprendizagem, facilitando o desenvolvimento de competências dos sujeitos, preparando-os para a transformação digital e seus impactos na vida das pessoas e na sociedade;

(f) Avaliação da aprendizagem como processo sistemático, continuado e cumulativo, propiciando o acompanhamento do desempenho progressivo do estudante e a explicitação dos resultados parciais e finais, em relação às competências que orientam cada unidade curricular;

(g) Consolidação de ações institucionais destinadas a fomentar a permanência dos estudantes, a minimizar a evasão e a acolher pessoas com necessidades educativas especiais;

(h) Fortalecimento e ampliação das relações com instituições acadêmicas estrangeiras para intercâmbios discentes e docentes, projetos comuns de pesquisa e dupla titulação;

(i) Busca de ampliação da oferta do ensino oferecido pela FAJE, através da EaD.

Esses princípios norteiam os Projetos Pedagógicos da graduação, que são continuamente atualizados pelos NDEs os cursos de Filosofia e Teologia, como também pelos Colegiados dos dois Programas de Pós-Graduação da Faculdade, como também pelos projetos pedagógicos dos cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), aperfeiçoamento, atualização e extensão propostos pela CCAEU e os parceiros neles envolvidos. Além dos conteúdos, a metodologia é continuamente revista e, quando necessário, algumas normas institucionais são estabelecidas. É o caso das resoluções estabelecendo a política de educação em direitos humanos⁴, a da educação das relações étnico-raciais⁵, a de sustentabilidade socioambiental⁶, a da valorização da memória cultural⁷, a da curricularização da extensão⁸, que levaram a vários ajustes na matriz curricular dos cursos. É o caso também das políticas visando diretamente os processos de ensino-aprendizagem, como as normas de tratamento especial aos

⁴ Ver Anexo 4, Política de Educação em Direitos Humanos.

⁵ Ver Anexo 5, Política de Educação das Relações Étnico-Raciais.

⁶ Ver Anexo 6, Política de Sustentabilidade Socioambiental

⁷ Ver Anexo 7, Política de Valorização da Memória Cultural.

⁸ Ver Anexo 8, Política Curricularização da Extensão.

discentes⁹, a de proficiência em língua portuguesa¹⁰, as que visam coibir a prática do plágio¹¹, ou a resolução para custeio de participação do corpo discente em atividades extraclasse¹² e a da criação do Núcleo de apoio psicopedagógico¹³. Além de normas que incidem sobre os conteúdos e a metodologia, e de normas cujo foco é o corpo discente, a Faculdade criou ainda algumas políticas direcionadas ao corpo docente, como a da contratação do corpo docente¹⁴, a de apoio à pesquisa docente¹⁵, e as normas de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento¹⁶, o estatuto do magistério superior¹⁷.

2.6.1.2 Pesquisa

A FAJE considera a pesquisa científica uma de suas máximas prioridades. Com efeito, levando em conta que a pesquisa científica é a base do ensino universitário e a finalidade precípua de uma instituição acadêmica, a FAJE procura desenvolvê-la por todos os meios ao seu alcance. A dimensão da pesquisa insere-se de maneira mais radical e global na vida acadêmica da instituição, enquanto:

(a) Proporciona aos docentes do quadro permanente, na distribuição de suas tarefas, o tempo necessário, bem como as outras condições requeridas para tanto (gabinetes pessoais, biblioteca). A Faculdade oferece ainda aos mesmos docentes a possibilidade de realizarem um semestre de estágio pós-doutoral em outra IES, incentivando-os à contínua atualização e à publicação de suas pesquisas;

(b) Fomenta a criação de Grupos de Pesquisa, dirigidos por seus docentes, com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, egressos e pesquisadores de outras instituições;

(c) Promove a formação de pessoal em cursos de pós-graduação próprios ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras;

(d) Concede bolsas especiais de pesquisa em categorias diversas, inclusive de iniciação científica;

(e) Apoia a elaboração de projetos específicos para a obtenção de recursos de instituições públicas ou privadas;

(f) Firma convênios com instituições acadêmicas, em vista da colaboração e intercâmbio com seus pesquisadores;

(g) Organiza publicações científicas para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em seus Departamentos;

(h) Promove congressos, simpósios, colóquios e seminários para estudo e debate de temas científicos, bem como a participação em iniciativas semelhantes de outras instituições;

(i) Acompanha estágios pós-doutorais, estabelecendo rico diálogo entre pesquisadores da IES e de outras instituições.

As atividades de pesquisa desenvolvidas na Faculdade visam especificamente:

(a) A fundamentação crítica e atualização permanente do ensino pelo acompanhamento da bibliografia e da problemática nas áreas de atuação do docente;

⁹ Ver Anexo 9, Normas de Tratamento especial aos discentes.

¹⁰ Ver Anexo 10, Normas para Proficiência em Língua Portuguesa.

¹¹ Ver Anexo 11, Normas para coibir a prática do plágio.

¹² Ver Anexo 12, Custeio de participação do corpo discente em atividades extraclasse.

¹³ Ver Anexo 13, Portaria de Criação do Núcleo Psicopedagógico (NAP).

¹⁴ Ver Anexo 14, Política de contratação do corpo docente.

¹⁵ Ver Anexo 15, Política de Apoio à pesquisa docente.

¹⁶ Ver Anexo 16, Política de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes.

¹⁷ Ver Anexo 17, Estatuto do magistério superior.

(b) A contribuição para a solução de problemas de caráter atual e de relevante significação para a comunidade nacional ou internacional;

(c) A abordagem puramente científica de questões de caráter histórico ou fundamental, em vista da descoberta da verdade e ampliação sistemática do saber humano.

A pesquisa da Faculdade se guia pelos seguintes princípios:

(a) Excelência, nas áreas de Filosofia e Teologia, e comprometimento com as exigências de unidade e integração do conhecimento, valorizando as perspectivas da inter e da transdisciplinaridade;

(b) Fortalecimento da Faculdade no cenário acadêmico nacional e internacional;

(c) Incremento da produção acadêmica da Faculdade e das condições de reconhecimento de seus periódicos científicos por sistemas de indexação nacionais e internacionais;

(d) Incentivo a uma maior cooperação e diálogo interdisciplinar entre os Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Teologia, e o de áreas afins de outras instituições;

(e) Criação de espaços de interdependência e diálogo que favoreçam a discussão e a análise filosófica e teológica da realidade regional, nacional e mundial;

(f) Divulgação e socialização da produção científica, tornando-a acessível e compreensível nos diferentes seguimentos da sociedade;

(g) Incremento da captação de recursos junto às agências de fomento para a realização de atividades de pesquisa, realização de eventos científicos e apoio à publicação;

(h) Integridade na pesquisa realizada, pelo respeito às normas acadêmicas, assegurando a originalidade, a honestidade intelectual e a interlocução com outras pesquisas similares.

2.6.1.2.1 Ensino e pesquisa na graduação

Os Cursos de Graduação da FAJE destinam-se à formação básica, de nível superior, em Filosofia e Teologia, em vista do desenvolvimento humano e intelectual e da capacitação profissional.

A Faculdade adota o regime de créditos, com o qual assegura maior grau de flexibilidade ao sistema de ensino e possibilita a interdisciplinaridade. Os cursos contemplam o conteúdo necessário à formação, desenvolvendo e incentivando as competências e habilidades dispostas na Resolução n. 4, de 13/07/2020, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

As diretrizes pedagógicas norteiam, junto com as diretrizes do MEC, a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), que possuem uma organização similar, embora contextualizada para cada curso, com variações na sequência da apresentação. Em geral, os PPCs seguem essa estrutura: (1) Dados de identificação do curso; (2) Organização didático-pedagógica do curso; (3) Organização do currículo, periodização e disciplinas; (4) Políticas de atendimento pedagógico dos discentes; (5) Perfil da Coordenação, do Corpo docente e do Núcleo Docente Estruturante; (6) Infraestrutura disponível.

A organização didático-pedagógica é descrita em relação aos seguintes aspectos: justificativa e contextualização do curso; pressupostos; objetivos gerais e específicos; perfil do egresso, suas competências e habilidades; estrutura curricular e disciplinas; metodologias de ensino e avaliação; modalidades do estágio; regulamentação de atividades complementares e de trabalhos de conclusão de curso; modalidades de atendimento dos estudantes; informações sobre o exame compreensivo final.

O PPC introduz e especifica os objetivos, o perfil, a metodologia e concepção do curso de graduação, além de indicar os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa. Essa concepção é concretizada nos currículos dos cursos, que constituem o elenco de disciplinas de vários tipos associadas a cada ênfase acadêmica. Como foi assinalado, as disciplinas são distribuídas entre obrigatórias, optativas e complementares. São oferecidos ainda, sob várias modalidades, os conteúdos

das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação para os Direitos Humanos.

Os métodos avaliativos são variados, podendo recorrer a trabalhos escritos, relatórios, provas orais ou escritas, atividades em grupos com valor avaliativo, apresentações de certos conteúdos. Cada disciplina deve conter entre duas a três avaliações. A média mínima para aprovação na disciplina é 6.

Na graduação, o estudante é iniciado à pesquisa através de uma disciplina de Metodologia da Pesquisa, que o prepara para a prática investigativa, a seleção e o uso da pesquisa bibliográfica, o estudo de casos, a elaboração de trabalhos segundo as normas acadêmicas. Ao longo do curso os processos didático-pedagógicos dos docentes os ajudarão a construir e sistematizar os conhecimentos, que serão fundamentais na prática profissional comprometida e responsável. O estímulo para a investigação é proporcionado ainda pela metodologia adotada nos cursos, pelo tempo requerido para o estudo pessoal, pela exigência de trabalhos científicos, particularmente a monografia de fim de curso, pela oferta institucional da iniciação científica, que motiva o estudante ao hábito da pesquisa, pelo acompanhamento personalizado de estudos e os instrumentos de trabalho necessários. Os cursos e seminários de pesquisa e redação insistem sobre a integridade científica e as boas práticas na pesquisa. A difusão, nos últimos anos, de softwares de Inteligência Artificial (IA), tem demandado novas estratégias para assegurar a honestidade intelectual das pesquisas realizadas, e exigirá da Faculdade, nos próximos anos, a revisão de sua Portaria que coíbe o plágio, que é divulgada todo ano no início dos cursos, mostrando o que é o uso correto da IA e os possíveis desvios do recurso a ela na pesquisa.

A Faculdade criou um Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que conta com bolsas da instituição, do CNPq e da FAPEMIG. É possível ainda realizar a iniciação científica (IC) voluntária. O Programa é gerenciado por um Representante Institucional, um Coordenador Institucional, docentes que acompanham os seminários do PIBIC, e docentes que acompanham os estudantes de IC, a partir dos Projetos de Pesquisa no qual estão engajados, mestrandos e doutorandos que atuam como avaliadores no processo de seleção para as bolsas e nos seminários. Há um comitê que auxilia na seleção dos projetos e participa do seminário de conclusão, que é composto por representantes da Faculdade e representantes externos. Após o seminário de conclusão, os melhores trabalhos são selecionados para publicação em *Annales FAJE*, representando um incentivo à publicação discente.

O atendimento de estudantes com dificuldades de aprendizagem e outras necessidades especiais é realizado pelo Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAP), no qual atua uma profissional que oferece atendimento aos estudantes. Para estudantes com deficiência no uso da língua portuguesa, a Faculdade disponibiliza docentes que auxiliem a resolver essa deficiência. O Acompanhamento de Estudos (obrigatório para estudantes de Teologia e opcional para os de Filosofia) funciona igualmente como um espaço importante de ajuda no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

O PPC também apresenta o perfil do corpo docente vinculado ao curso, a configuração e composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), as atribuições e o perfil do Coordenador de curso, e o perfil, titulação e regime de trabalho do quadro de docentes. O corpo docente é constituído pelas seguintes categorias: Professores do Quadro (com 40, 30 ou 20 horas de dedicação), Associados (oferecem uma ou outra disciplina enquanto horista) e Visitantes. Na pós-graduação distinguem-se as modalidades de professor Permanente e Colaborador, conforme estabelecido pelos dispositivos legais. O PPC descreve ainda a infraestrutura, apresentando os espaços acadêmicos e administrativos da Faculdade, da biblioteca e das ferramentas tecnológicas oferecidas pela instituição para os cursos.

O perfil do currículo por créditos e sua periodização são apresentados nos PPCs, com especificações do total de créditos e periodização das disciplinas (número de créditos de cada uma, tipo e carga horária). As ementas de cada disciplina também constam no final de cada PPC. Para a licenciatura em Filosofia é oferecida a disciplina Libras (Língua Brasileira de Sinais). O tema dos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP n. 1, de 20/05/2012), é abordado nas disciplinas de ética (em

Filosofia ou em Teologia), ou em atividades oferecidas de modo transversal em cada curso. O tema da educação ambiental (Resolução CNE/CP n. 2, de 15/06/2012) é abordado de modo transversal, ou em disciplinas optativas, como o curso de Ecoteologia, oferecido no bacharelado em Teologia. Os temas da educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana (Resolução CNE/CP n. 1, de 17/06/2004) podem ser abordados de modo transversal ou ser tratados em uma disciplina específica, como Religiões de matriz africana ou Diálogo intercultural e Inter-religioso.

2.6.1.2.2 Ensino e pesquisa na Pós-Graduação

Cada Departamento da Faculdade possui um Programa de Pós-Graduação: Filosofia (mestrado e doutorado); Teologia (mestrado e doutorado). Esses cursos visam ao aprofundamento dos estudos superiores nessas duas áreas do saber, em vista da consolidação da formação científica e do domínio das técnicas de investigação, bem como do desenvolvimento da capacidade de criação e produção intelectual e da transmissão de conhecimentos. Esses Programas ocupam um lugar importante na Faculdade, pois levam-na a contribuir na formação de quadros para a docência, a pesquisa e a intervenção filosófica e teológica no país, através de sua atuação, seus escritos e outras formas de ação.

Os enfoques próprios ao estudo da Filosofia e da Teologia da FAJE na graduação, a saber, a perspectiva histórica e sistemática, também caracterizam as Propostas dos dois Programas de Pós-Graduação da instituição. Além dessa perspectiva de fundo, a pós-graduação da Faculdade segue as orientações e normas de suas respectivas áreas na CAPES: o Documento da área 33/Filosofia; o Documento da área 44/Ciências da Religião e Teologia, com suas respectivas Fichas de Avaliação. A Ficha de Avaliação se articula em três grandes quesitos e suas distintas questões: (1) Programa: articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular; o perfil do corpo docente e sua compatibilidade com a proposta do programa; o planejamento estratégico do programa e suas articulações com o planejamento estratégico da instituição; os processos de autoavaliação do programa, com foco na formação discente e na produção intelectual; (2) Formação: qualidade e adequação das teses e dissertações com relação às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do programa; qualidade da produção de discentes e egressos; destino, atuação e avaliação dos egressos em relação à formação recebida; qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente do programa; qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação do programa; (3) Impacto na sociedade: impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; impacto econômico, social e cultural do programa; internacionalização e visibilidade do programa.

Cada Programa possui um coordenador e um colegiado do curso. Auxiliado pelo colegiado, o coordenador é o responsável por acompanhar todos os processos acadêmicos do curso: relações com estudantes e docentes; elaboração dos editais do processo seletivo e da seleção de candidatos; organização do calendário anual; definição das bancas de defesa de dissertação e tese; reuniões com o corpo docente permanente; acompanhamento do preenchimento da Plataforma Sucupira; reuniões com os coordenadores das respectivas áreas na CAPES. O coordenador estabelece as relações com o Departamento ao qual pertence o curso e com a Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa, que, por sua vez, é o órgão encarregado de acompanhar os trabalhos da secretaria dos dois Programas, as relações com as agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, projetos de captação de recursos.

Os dois Programas possuem elementos comuns e distintos. Dentre os elementos comuns se destacam: organização em áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa; incentivo à criação de Grupos de Pesquisa, relacionados com as linhas e projetos de pesquisa; esforço por participarem das atividades das áreas às quais pertencem e suas associações (ANPOF, da Filosofia; ANPTECRE, das Ciências da Religião e Teologia); edição conjunta de *Pensar*: Revista Eletrônica da FAJE; busca por transformar os Grupos de Pesquisa em verdadeiros espaços de produção e difusão de conhecimento, através de organização de eventos e publicações, contato e colaboração com grupos similares de outras instituições de pesquisa em Filosofia e Teologia; participação de docentes e discentes na organização

e realização do Encontro de Pesquisa da FAJE e do Simpósio Internacional Filosófico-Teológico da Faculdade; investimento na transformação dos periódicos *Síntese* e *Perspectiva Teológica* em referência para as áreas de Filosofia e Teologia; interesse em criar e participar de redes nacionais interinstitucionais de pesquisa nas duas áreas; busca de inserção internacional, com participação de seus docentes e discentes em eventos, Grupos de Pesquisa, projetos editoriais de alcance internacional;

Dentre as diferenças, se destacam: carga horária geral dos currículos de mestrado: 22 créditos na Filosofia e 30 créditos na Teologia; uma área de concentração na Filosofia e duas linhas de pesquisa: (1) Ética, Filosofia Política e Sociedade, (2) Filosofia da Religião, Ciência e Cultura; duas áreas de concentração com duas linhas de pesquisa cada uma na Teologia: I. Teologia Sistemática: (1) Fontes Bíblicas da tradição cristã; (2) Interpretação da tradição cristã no horizonte atual; II. Teologia da Práxis: (1) Espiritualidade cristã e pluralismo cultural e religioso; (2) Problemas éticos atuais; as disciplinas obrigatórias da Filosofia são sempre as mesmas, as da Teologia têm maior variação; a maioria dos candidatos da Filosofia é constituída por profissionais leigos, enquanto a maior parte dos candidatos da Teologia é constituída por membros das igrejas cristãs: religiosos, padres, pastores.

A reforma no Estatuto da Carreira Docente, feita em 2020, tem, entre outros objetivos, estimular a produção docente dos pesquisadores dos dois Programas, uma vez que a maioria possui contrato de 40hs, das quais, no máximo 8hs são de ensino e 32hs de pesquisa. Os contratados por 30 ou 20hs, também contam com horas de pesquisa. Além da reforma do Estatuto, a Faculdade instituiu uma Política de credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes, dando base às coordenações dos Programas para o acompanhamento das atividades de seus docentes permanentes.

Os projetos pedagógicos dos dois cursos possuem uma organização parecida: apresentação, na qual são indicadas e descritas: Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa; Grupos de Pesquisa do Programa, com a descrição do que estudam; apresentação dos requisitos para ingresso no mestrado e no doutorado; descrição das orientações gerais de cada curso e dos graus acadêmicos que conferem, dos requisitos para sua obtenção; descrição do perfil do egresso e de suas competências, da estrutura curricular, com a apresentação do elenco das disciplinas ofertadas e suas respectivas ementas.

Mais ainda do que na graduação, a pós-graduação forma para a pesquisa. Os dois cursos oferecem ferramentas para a pesquisa dos estudantes, seja através de disciplinas de Metodologia, como no caso da Teologia, seja através de disciplinas que abarcam o tema central das Linhas de Pesquisa do Programa, como no caso da Filosofia. Os discentes são motivados a participarem dos Grupos de Pesquisa de seus orientadores, nos quais, muitas vezes apresentam o estado de sua pesquisa, colaboram na organização de eventos do Grupo. Também são incentivados a apresentarem comunicações nos congressos das áreas respectivas de suas pesquisas, a publicarem suas comunicações nos anais dos eventos. A Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa criou, em 2019, os Encontros de Pesquisa da FAJE, realizados no final do segundo semestre de cada ano, organizados pelos discentes dos dois Programas, nos quais participam egressos, estudantes da graduação e da pós-graduação, sendo abertos a estudantes de outras instituições e Programas de pós-graduação. *Pensar*. Revista Eletrônica da FAJE, é um periódico criado para estimular a produção discente e egressa, da FAJE e de outras IES.

2.6.1.3 Extensão

Como foi indicado no tópico 2.5.3.2, a FAJE concebe a extensão como prática acadêmica e social que efetiva a mediação entre a Faculdade e a sociedade, tendo como finalidade incidir sobre os caminhos da própria sociedade. A participação em ações extensionistas oportuniza a aplicação dos aprendizados obtidos por meio do ensino e da pesquisa, enriquecendo a formação pessoal e profissional e proporcionando aprendizados múltiplos, tanto teórico-prático-científicos, quanto de senso comum. A troca de saberes que se dá nessas atividades faz com que a comunidade aprenda com a instituição acadêmica e esta, por sua vez, aprenda com a comunidade. Esta interação visa à coprodução de conhecimentos e experiências, orientada à resolução de problemas e ao melhoramento da qualidade de

vida, com impactos nos mais variados aspectos da vida em sociedade, sejam necessidades locais ou superestruturais, contribuindo assim, para a promoção do bem-estar e a felicidade das pessoas e comunidades, em linha com os valores da instituição acadêmica, do ensino superior brasileiro e da agendas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da ONU.

Apesar de presente na Faculdade desde seu reconhecimento civil, em 2005, a formalização de uma Política Institucional da Extensão (PIE) se deu pela primeira vez com a Portaria FAJE 50/2014. Instituiu-se então uma coordenação das atividades de extensão, denominada Núcleo de Extensão e Especialização (NEE). Em 2020, em função do projeto de ingresso da FAJE na educação a distância, foi feita uma reforma em seu Regimento e o NEE passou a ser denominado Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária (CCAUE). Também foi criada uma Coordenação Central de Ensino a Distância (CCEAD). Em 2022, tendo em conta a Resolução CNE/CES nº 7, de 18/12/2018, de curricularização da extensão dos cursos de graduação, a Reitoria da FAJE, em diálogo com as coordenações dos cursos de graduação, elaborou uma Política para a Curricularização da Extensão (PCE), publicada em 16/12/2022, a partir da qual foi feita a mudança nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, neles incluindo os 10% de atividades extensionistas previstos pela Resolução.

O texto da Portaria FAJE 50/2014¹⁸, após apresentar três considerações sobre a compreensão institucional da extensão, a saber: (1) Que no âmbito da educação superior, a extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, representa um importante espaço de interface entre a instituição e a comunidade; (2) Que a interação entre ensino, pesquisa e extensão abre um horizonte para o atendimento às necessidades da comunidade; (3) Que a inserção da IES no contexto social representa uma contribuição para a formação profissional de seu corpo acadêmico; estabelecia da seguinte maneira sua PIE: (1) Políticas de Extensão são as ações visando a integração orgânica entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa local, nacional e internacional, em perspectiva interdisciplinar, bem como a formação da mentalidade social de seus próprios estudantes, mediante a promoção do desenvolvimento completo da pessoa humana e a contribuição para uma melhor e mais saudável hermenêutica das questões do mundo contemporâneo; (2) As atividades ligadas à Política de Extensão deverão envolver os diversos segmentos da comunidade acadêmica e construir espaços para a socialização das pesquisas realizadas pelo corpo de professores e pesquisadores, podendo também ser desenvolvidas pelos estudantes como estágios, trabalhos extraclasse e sob a forma do voluntariado; (3) A Política de Extensão está sob a responsabilidade do NEE (denominado a partir de 2020 CCAUE), cujas funções são coordenar, promover, organizar, planejar, executar, certificar, avaliar e mensurar as atividades, em diálogo e a pedido dos Departamentos de Filosofia e de Teologia; (4) A CCAUE é composta pelo coordenador, nomeado pelo Reitor, por uma equipe de consultoria, com um representante do quadro docente de cada Departamento, nomeado por seu Diretor, por um período de dois anos, e uma equipe de colaboradores técnico-administrativos, a quem caberá definir as atividades a serem desenvolvidas ao longo de cada semestre letivo; (5) Serão consideradas atividades de extensão as que são oferecidas pela CCAUE em forma de cursos (acima de 15h/aula), minicursos (atividades até 15h/aula), oficinas, vivências e similares, eventos acadêmicos (palestras, colóquios, seminários, simpósios, mesas redondas, bate-papos e similares), projetos de formação específicas, de longa duração entre outras.

O texto da Política para a Curricularização da Extensão (PCE), de 16/12/2022, após uma breve introdução, recordando a Resolução CNE/CES nº 7, de 18/12/2018, está organizado em seis pequenas partes. A primeira e a segunda, apresentam a compreensão de atividade extensionista da Resolução, que corresponde em grande parte ao que foi apresentado no tópico 2.5.3.2. A terceira, indica como será o processo de curricularização da extensão na Faculdade, estabelecendo que iniciará a partir de fevereiro de 2023 e de forma progressiva. Em 2023, o currículo será alterado para os que ingressam nos cursos de graduação; em 2024, se estenderá aos estudantes do 2º ano dos dois cursos; em 2025, estará implantada em toda a estrutura curricular da Faculdade. A carga horária estabelecida pela

¹⁸ Ver Anexo 18, Portaria que estabelece as Normas para a Política de Extensão da FAJE.

Resolução, a saber 10%, fica assim definida: bacharelado em Filosofia: 2400 horas totais, 240 de extensão; licenciatura em Filosofia: 3560 horas totais, 360 de extensão; bacharelado em Teologia: 3.390 horas totais, 345 de extensão. O texto da PCE lembra que atualmente esses cursos possuem as seguintes cargas horárias mínimas: bacharelado em Filosofia: 2400 horas, 240 horas de extensão; licenciatura em Filosofia: 3560 horas, 360 horas de extensão; bacharelado em teologia: 3.390 horas, 345 horas de extensão. Na quarta parte, são apresentadas as estratégias a serem seguidas: (1) articular a ação extensionista com as preferências apostólicas que orientam o PDI, a saber: formação de lideranças juvenis; eclesialidade e espiritualidade; compromisso e incidência social; cultura da ecologia integral; (2) privilegiar a ação extensionista na modalidade de projetos; (3) incluir os discentes de pós-graduação como orientadores ou coorientadores de projetos extensionistas; (4) envolver todos os docentes permanentes no processo. Na sexta parte, é apresentada a execução da implementação: validar as atividades realizadas por discentes no CITEP e no GRUFAJE como atividades extensionistas; oferta de 9 projetos por semestre, cada um com carga horária mínima de 60 horas. Sugere-se ainda que os projetos estejam ligados aos Grupos de Pesquisa, que a oferta de cursos de extensão seja relacionada com os projetos em curso. A última parte confia à CCAEU o processo de inscrição nas atividades.

2.6.1.4 Inovação

A inovação no âmbito acadêmico é muitas vezes associada a avanços em pesquisas feitas por disciplinas de caráter técnico-científico, como as ciências exatas e da terra, as biológicas, as engenharias, as da saúde, as agrárias, as sociais aplicadas, cujos impactos sobre a realidade se fazem sentir, sobretudo, através da produção de bens e serviços. Disciplinas humanísticas, como as das ciências humanas, entre as quais se encontram a Filosofia e a Teologia, nem sempre são tidas como de “inovação”, por privilegiarem a “teoria” em detrimento da “prática”, ou seja, por se esforçarem em compreender o mundo e o lugar que nele ocupa o ser humano, e não por nele intervirem com uma informação ou uma intervenção que modifique a realidade observada. Embora a racionalidade predominante no mundo contemporâneo seja a tecnocrática, mais do que nunca, diante das grandes mudanças introduzidas pela técnica, como as dos câmbios climáticos, as do mundo digital, e seu principal produto, a inteligência artificial, novas questões são levantadas à humanidade na atualidade.

A Filosofia e a Teologia, diferentemente da racionalidade técnico-científica, que é voltada, sobretudo, para compreender e manipular áreas isoladas da realidade, sempre levantaram questões de caráter mais amplo, que buscam estabelecer a interconexão do conjunto da realidade, através da reflexão sobre o sentido, que, no âmbito da Filosofia, é pensado ao redor dos problemas da verdade, da bondade e da beleza, e no âmbito da Teologia, no caso do cristianismo, é pensado pela fé, que o compreende a partir da revelação, ou, no caso de outras religiões, por aquilo que é tido como sagrado ou fonte última de sentido da realidade. Embora as questões de fundo sobre as quais se debruçam essas áreas do saber que são objeto do ensino, da pesquisa e da extensão da FAJE, possam parecer as que sempre atravessaram o coração humano, em cada época elas ganham contornos diferentes. Por isso, mais que repetir o que as grandes correntes filosóficas e teológicas disseram ao longo da história sobre o sentido, o pensamento filosófico e teológico deve interpretar a própria época em que essa questão é levantada, para poder oferecer respostas que ajudem a interpretá-la. Por isso, para ser significativo e relevante, o saber filosófico e teológico de cada época da história humana deve sempre ser inovador.

A inovação nas duas áreas do saber em que o ensino, a pesquisa e a extensão na FAJE se realizam, acontece, sobretudo, através das produções de seus docentes, discentes e egressos, e das metodologias e recursos didático-pedagógicos que utilizam nos processos de ensino-aprendizagem.

O caráter inovador das produções realizadas pela FAJE aparece no enfoque privilegiado, que é o de um diálogo contínuo e permanente dos docentes, discentes e egressos com a realidade a partir da qual se pensa o sentido em Filosofia e Teologia. Esse diálogo é de caráter interdisciplinar e acontece não só entre as duas áreas que constituem a missão principal da Faculdade, mas também com outras áreas, e isso aparece, sobretudo, nos Grupos de Pesquisa dos dois Programas de pós-graduação, nos

eventos que organizam, nas produções bibliográficas que resultam desses eventos. Além das questões significativas e relevantes abordadas nos Grupos de Pesquisa, é importante assinalar ainda a produção bibliográfica do corpo discente, docente e egresso, através de artigos, capítulos de livros e livros publicados, e três iniciativas que visam atingir o grande público através de novas mídia: o podcast “Passo-a-Pensar”, os vídeos “Nós Humanos”, e os artigos de opinião publicados em Palavra e Presença.

Com relação ao ensino, a inovação acontece sobretudo nos métodos e recursos didático-pedagógicos utilizados, que visam o protagonismo discente no processo de aprendizagem e o desenvolvimento das competências que os habilitam a interpretar a busca de sentido em cada contexto em que atuam, com destaque para as necessidades emergentes, como a da transformação digital, a dos dilemas ambientais e seus impactos no planeta e na sociedade, os conflitos e a polarização social etc. Esses métodos e práticas são dialógicos e estimulam a autonomia, a proatividade e a motivação nos discentes, tornando-os agentes e sujeitos de sua própria formação, e responsáveis no processo de aprendizagem e de desenvolvimento de suas potencialidades. Além de habilitar os discentes para certas competências e habilidades, os recursos didático-pedagógicos buscam igualmente criar atitudes, valores e sensibilidade para com as grandes questões sociais, econômicas e ambientais (em sintonia com a identidade e missão da Faculdade). Para isso, a formação continuada de docentes para a adoção dessas ferramentas são ações contínuas da Faculdade com o objetivo de enriquecer o processo dialógico de ensino-aprendizagem e de criação de um espaço educacional mais fértil, colaborativo e desafiador.

2.6.2 Setor de Publicações e Divulgação

A irradiação na sociedade do potencial acadêmico e da produção científica da FAJE ocorre também por meio de suas publicações. Além dos artigos e livros publicados por seus docentes, discentes e egressos, a Faculdade mantém os seguintes veículos institucionais de divulgação científica:

2.6.2.1 Periódicos

1. *Síntese* – Revista de Filosofia (<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese>), ISSN 0103-4332, sucedeu em 1974 à revista *Síntese Política, Econômica, Social* (1959-1968), de periodicidade quadrimestral, com 163 fascículos publicados desde 1974, publica textos filosóficos contemporâneos de interesse e qualidade para o enriquecimento da cultura filosófica nacional e internacional. Em 2010 ganhou também versão eletrônica (ISSN 2176-9389), é indexado por Crossref;

2. *Perspectiva Teológica* (<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva>), ISSN 0102-4469, criada em 1969, de periodicidade quadrimestral, divulga a reflexão teológica nacional e internacional no âmbito sistemático, bíblico e pastoral, com ênfase na leitura latino-americana. É aberta ao diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural. Tem qualidade científica reconhecida e, em 2010, ganhou versão eletrônica (ISSN 2176-8757). É indexada por Crossref, Web of Science, Scopus, Scielo.

3. *Pensar*. Revista Eletrônica da FAJE, (<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar>), ISSN 2179-9024, criada em 2010, oferece ao público interessado os resultados das pesquisas de estudantes, professores/as e Grupos de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e Teologia da FAJE e de outras instituições, com periodicidade semestral, perspectiva interdisciplinar, organizada em duas seções: Filo, com artigos específicos da Filosofia; Theo, com artigos da Teologia.

4. *Annales FAJE* (<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales>), ISSN 2526-0782, criada em 2016, dedica-se, sobretudo, à publicação das produções bibliográficas resultantes de comunicações apresentadas em eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa da Faculdade.

2.6.2.2 Coleções

Sob a coordenação do Setor de Publicações da FAJE, em parceria com Edições Loyola (São Paulo, SP), a Faculdade é responsável pelas seguintes coleções nas áreas da Filosofia e da Teologia:

1. Coleção “Filosofia” (107 títulos publicados)
2. Coleção “Estudos Vazianos” (4 títulos publicados)
3. Coleção “FAJE” (34 títulos publicados)
4. Coleção “Bíblica Loyola” (82 títulos publicados)
5. Coleção “Theologica” (54 títulos publicados)
6. Coleção “Obra filosófica inédita de Henrique Cláudio de Lima Vaz” (6 títulos publicados)
7. Coleção “Bíblia Passo-a-Passo” (15 títulos publicados) – considerando a coleção desde a sua 1ª versão – Na nova versão: Bíblia passo a passo [Comentário paráfrase] são 11 títulos publicados.

2.6.3 Enciclopédia Digital

Theologica Latinoamericana. Enciclopédia Digital (<http://theologicalatinoamericana.com/>), ISBN 978-85-61227-04-3, é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Teologia da FAJE, voltada para a publicação, na mídia digital, de conteúdos teológicos consistentes, fiel à tradição teológica inaugurada na América Latina no período pós-conciliar, na perspectiva de responder aos desejo de um público que queira aprofundar a Fé cristã ou tenha interesse em ter informações sobre ela na rede. O projeto é o resultado de uma parceria entre a FAJE, a PUC Rio, a UNICAP, a Unisinos e, a partir de 2021, com a Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia), e, a partir de 2024, da Université Laval (Canadá). Contou inicialmente com apoio de um projeto da FAPEMIG (PACCS), e, em seguida, de recursos do PROEX, para revisão e tradução dos textos. Originalmente, publicava os textos em espanhol e português e, a partir de 2025, com o apoio da FAPEMIG, iniciou a tradução para o inglês.

2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.7.1 Orientação geral

O projeto de Educação a Distância da FAJE considera a tradição e a excelência acadêmica do curso na modalidade presencial, e busca avançar por meio de novas perspectivas formativas que ampliem a flexibilidade do processo educativo, favoreçam o acesso e assegurem a permanência do público-alvo nas áreas de conhecimento oferecidas pela Faculdade. A perspectiva é que os egressos da EaD também levem consigo a marca da instituição em suas inserções profissionais e pastorais.

A FAJE elaborou seu modelo de Educação a Distância em consonância com o Art. 1º do Decreto MEC nº 9.057/2017, que definiu a EaD como uma modalidade fundamentada na mediação didático-pedagógica por meio de tecnologias de informação e comunicação, participação de pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis. O projeto possibilitou o desenvolvimento de atividades educativas por um público diversificado em tempos e espaços distintos.

O processo de implantação da EaD na FAJE foi marcado por importantes etapas regulatórias, entre elas o Parecer nº 4/2022, que aprovou o credenciamento da Faculdade, e a Portaria nº 977/2022, publicada em novembro do mesmo ano, que autorizou o bacharelado de Teologia na modalidade EaD.

Com a promulgação do novo Decreto nº 12.456/2025, que estabelece uma nova política nacional para a EaD, a FAJE deu início ao processo de atualização de seu Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com as diretrizes estabelecidas. De acordo com a definição do referido Decreto, Educação a Distância é o “processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos” (Art. 3º, I). A transição

será conduzida dentro do prazo de dois anos previsto na legislação, reafirmando o compromisso institucional com a qualidade acadêmica e a conformidade com o novo marco regulatório.

A oferta de cursos EaD da FAJE é voltada, sobretudo, para o público que, por razões de disponibilidade de tempo ou de distância física, tem dificuldade para estar presente no *campus* da Faculdade e necessita de uma experiência de aprendizado flexível e igualmente exitosa. Tal êxito decorre do nível de qualidade do corpo docente da FAJE, combinado com o engajamento de estudantes motivados e conscientes de seu papel no processo educativo de apropriação ativa do conteúdo ofertado.

O modelo pedagógico para a EaD da FAJE inspira-se na concepção de um novo caminho formativo, com percursos acadêmicos projetados por meio de novas tecnologias educacionais, midiáticas e interativas, que promovem uma experiência formativa marcada pelos princípios inspiradores da educação jesuíta da Faculdade. Tal experiência, conforme já mencionado em outros tópicos deste PDI, tem como objetivo o desenvolvimento integral do(a) estudante e futuro egresso(a).

Para isso, exige-se dele(a) espírito crítico, rigor metodológico e abertura ao cultivo de um pensamento sempre em construção. Busca-se, dessa forma, formar mulheres e homens com liberdade de expressão e plena capacidade de diálogo. Esse percurso pressupõe a prática da inter e da transdisciplinaridade, bem como a atuação em redes de colaboração, favorecendo a autonomia e a autoria da própria trajetória acadêmica e profissional. Tudo isso para que o(a) estudante imprima sua marca pessoal e se torne um(a) “pensador(a) para o mundo”.

Desse modo, o novo caminho formativo inaugurado pela FAJE segue um modelo estruturado a partir de cinco dimensões fundamentais: desenho curricular; agentes da formação; cenários formativos; MAGIS-personalização; excelência da educação jesuítica.

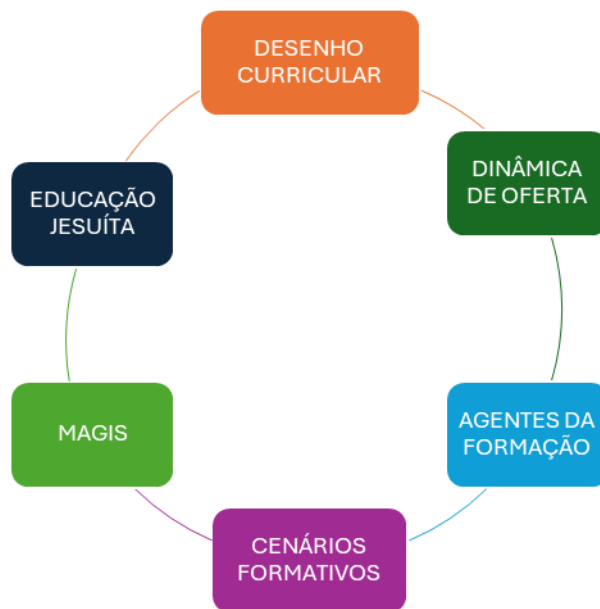


Figura 1 – Dimensões do Modelo EaD

2.7.2 Desenho curricular para a EaD da FAJE

O desenho curricular para a EaD da FAJE considera um percurso formativo que acolhe os(as) alunos(as) ingressantes, considerando o contexto das multimodalidades e, especialmente, a diversidade do público que busca a modalidade a distância. A ideia de percurso nasce da reflexão sobre o processo

educativo enquanto movimento contínuo e constante segundo um roteiro pré-definido; seu objetivo é garantir uma lógica interna que auxilie o(a) estudante a atribuir progressivamente significados ao longo de seu itinerário. Tal percurso abre caminhos que avançam no sentido de um aprofundamento e imersão na formação, em competências que se tornam mais complexas ao longo de cada período, contribuindo para uma sequência curricular que fundamente e articule os vários campos de conhecimento do Curso.

2.7.3 Dinâmica da oferta

Na EaD da FAJE, as Atividades Acadêmicas (disciplinas) contam com uma dinâmica pedagógica diferenciada, em etapas ou ciclos de aprendizagem. Esse tipo de oferta busca proporcionar aos(as) estudantes foco e interiorização das temáticas que permeiam as atividades acadêmicas ofertadas por meio de um processo formativo em espiral, que favorece a mobilização contínua de saberes e competências, conduzindo-o(a) a conhecer, interrogar-se, articular, analisar, interagir e apropriar-se das propostas pedagógicas de cada Atividade Acadêmica (AA).

Tais ciclos de aprendizagem estruturam-se em quatro etapas: (a) Introdução; (b) Aproximação; (c) Aprofundamento e (d) Síntese.

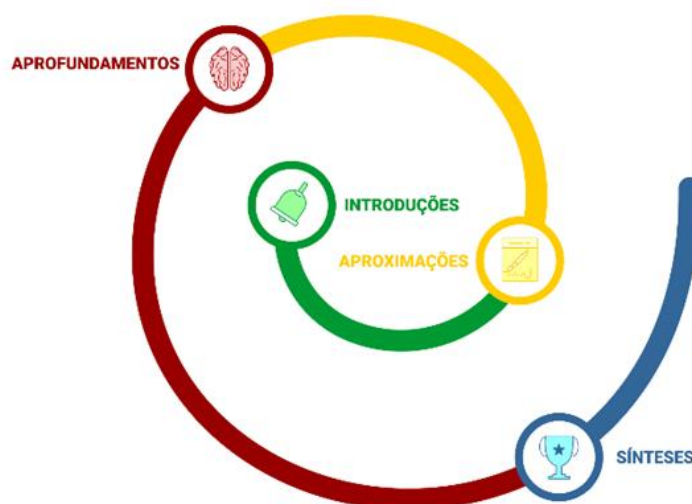


Figura 2 – Modelo espiral de organização das Atividades Acadêmicas

No ciclo de **Introdução**, os(as) discentes entram em contato com os conceitos básicos necessários à construção do saber específico, adquirindo uma visão panorâmica da temática, de seu lugar no campo de formação e de sua relevância.

Na etapa de **Aproximação**, o percurso segue de modo progressivo, permitindo um contato mais estreito com o tema. Nesse momento, novas descobertas se entrelaçam à consolidação do conteúdo já trabalhado, preparando o caminho para o ciclo seguinte do processo de ensino-aprendizagem: o **Aprofundamento**.

Esse é o momento mais denso da Atividade Acadêmica, no qual os(as) estudantes avançam gradualmente até o núcleo do tema e seus desdobramentos, realizando uma análise mais precisa das questões centrais envolvidas. O objetivo é mobilizar ativamente o(a) estudante em seu processo de aprendizagem e na construção de um pensamento autoral.

Por fim, a etapa de **Síntese** recolhe os aprendizados e descobertas realizados ao longo da Atividade Acadêmica. Trata-se de uma espécie de memória do percurso, que contribui para que o(a) aluno(a) elabore análises e autoavaliações a respeito do ciclo concluído.

2.7.4 Atores na formação

No cenário da EaD da FAJE, a interação com o(a) estudante será garantida por meio do acompanhamento pedagógico de um(a) profissional especializado(a) responsável pela mediação do aprendizado dos conteúdos de cada Atividade Acadêmica, bem como pela condução do processo formativo. Com o intuito de integrar egressos(as) com bom desempenho acadêmico nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da FAJE, e de possibilitar que continuem contribuindo para a excelência acadêmica da instituição, nossos(as) mestres e doutores(as) são convidados(as) a desempenhar essa função de mediação pedagógica.

Esta atividade conta ainda com a ajuda de um(a) professor(a) do quadro permanente, responsável pela Curadoria das Atividades Acadêmicas de sua especialidade. Esse(a) docente oferece suporte acadêmico e pedagógico ao(à) mediador(a) pedagógico(a), bem como um serviço de curadoria em vista da atualização e qualificação das Atividades Acadêmicas sob sua responsabilidade. A elaboração das Atividades Acadêmicas, a saber, dos conteúdos e estratégias de ensino na plataforma utilizada para a EaD, é de responsabilidade do(a) professor(a) Autor(a), indicado(a) pela Coordenação de cada curso.

Todos(as) esses(as) agentes são competentes em suas respectivas áreas de atuação e recebem capacitação por meio de um sistema orgânico de formação, a fim de potencializarem sua atuação no processo formativo, considerando as especificidades da EaD.

2.7.5 Equipe multidisciplinar

A FAJE conta com uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento que, junto com a Coordenação Central da EaD, é responsável pelo planejamento, pela implementação e gestão das tecnologias, metodologias e recursos educacionais para as Atividades Acadêmicas a distância. A equipe gerencia os processos de planejamento e produção das atividades e materiais de cada Atividade Acadêmica sendo composta por assessores(as) pedagógicos, designers instrucionais, analistas de criação digital, *webdesigners* e um(a) coordenador(a), que interagem e orientam docentes, mediadores(as) pedagógicos e discentes.

2.7.6 Cenários formativos

O desenho curricular proposto em cada Projeto Pedagógico de Curso é materializado através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Para isso, utiliza-se o *Moodle*, um LMS que oferece recursos e ferramentas para o desenvolvimento dos projetos de ensino-aprendizagem a serem produzidos pelos(as) autores(as). Além disso, para a interação síncrona e dinâmica com as turmas, adota-se a plataforma *Microsoft Teams*, com recursos específicos para atividades pedagógicas *on-line*. A combinação desses ambientes assegura cenários formativos consistentes e produtivos, alinhados às propostas de cada PPC dos cursos EaD da FAJE.

2.7.7 MAGIS | Personalização - retomada dos princípios com foco na EaD

Dentre os cinco pilares da Educação Jesuíta apresentados acima, a saber: Perspectiva Cristã, Formação Integral, Método ativo, Educação Personalizada, Dinamismo do “*Magis*”, os dois últimos ganham destaque na modalidade a distância. Num primeiro momento, o princípio da educação personalizada, tão caro à formação presencial, se mantém na EaD, na medida em que é oferecido um acompanhamento próximo, atento e especial para cada estudante em seu processo individual de ensino-aprendizagem por meio da figura do mediador(a) pedagógico, como anteriormente descrito.

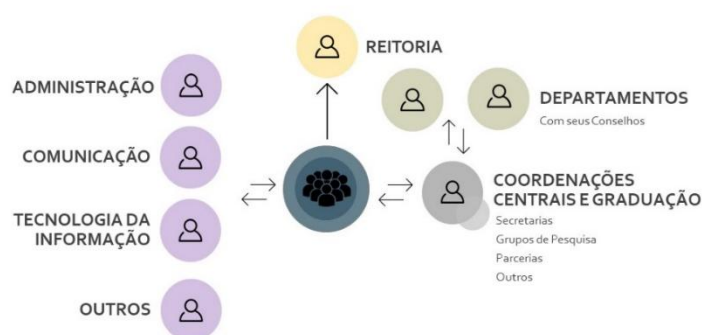
Num segundo momento, o dinamismo do “*Magis*” – entendido como aquilo que cada um pode fazer para se superar e se tornar alguém melhor – também será levado em conta no processo de formação dos(as) estudantes, de maneira a permitir que sejam incentivados(as) a ir além, consideradas suas características pessoais. Para tal, a própria oferta da formação a distância se mostra um espaço

flexível onde é possível desenvolver várias dimensões da personalidade do(a) estudante para que ela ou ele sejam *mais*.

2.7.8 Excelência da Educação Jesuíta

Outro diferencial do projeto EaD da FAJE é a excelência da Educação Jesuíta, reconhecida não só no Brasil, mas também em âmbito internacional. Com a modalidade a distância, busca-se ampliar e atualizar a oferta Jesuíta de educação superior de qualidade seguindo um movimento que já vem sendo feito em outras instituições vinculadas à Companhia de Jesus. A excelência do ensino na FAJE inspira-se diretamente nos princípios norteadores de formação da Companhia de Jesus. Ela pode ser comprovada na produção e atuação de seu corpo docente, potencializadas agora em novo formato educativo.

Abaixo, vê-se o **organograma** das relações da Coordenação EaD e outras instâncias administrativas da FAJE.



2.8 POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão da Faculdade são definidas em instrumentos institucionais que orientam decisões relativas às pessoas, ao desempenho institucional, à comunicação interna e externa, à sustentabilidade financeira, à responsabilidade socioambiental, à internacionalização e à infraestrutura.

2.8.1 Instrumentos de gestão

Os principais instrumentos que estabelecem a política de gestão da Faculdade são o PDI 2026-2030, com as diretrizes traçadas pelo Planejamento Estratégico para o quinquênio, e o Regimento da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, aprovado inicialmente pela Portaria nº 3.853, de 17/10/2005 (D.O.U. 18/10/2005), atualizado respectivamente em 04/09/2018 e 03/09/2020. A partir desses instrumentos foram elaborados os seguintes documentos: (1) Regulamento do Instituto Superior de Educação; (2) Estatuto do Magistério Superior, ambos aprovados pela Congregação da FAJE em 18/10/2007), o segundo com uma última atualização aprovada na reunião da Congregação da FAJE em 03/11/2020); (3) a Política de seleção, contratação e capacitação do corpo técnico-administrativo, estabelecida em 2014, pela Portaria 49/2014, de 12/12/2014, atualizada em 2018, e de novo atualizada pela Portaria 5, de 03/02/2021¹⁹; (4) as regras da Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa, estabelecendo normas e critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes dos Programas de Pós-Graduação, estabelecidas pela Resolução nº 01/2018, de 30/11/2018, atualizado em 03/11/2020; (5) Regulamento do Departamento de Filosofia, aprovado pelo Conselho Departamental, em 18/10/2018 (6) o Regulamento do Departamento de Teologia, aprovado pelo Conselho Departamental, em 17/05/2008, com alterações em 2009, 2010, 2011, 2014, 2018 e 2021;

¹⁹ Ver Anexo 19, Política de Seleção, Contratação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo da FAJE.

(7) as Orientações relativas à Comunicação institucional da FAJE, estabelecidas pelo Prot. 22/2017, atualizada em 31/10/2018.

2.8.2 Gestão de pessoas

O setor de Recursos humanos (RH) da FAJE é responsável pela seleção, acompanhamento e gestão de pessoas. Ele está subordinado à administração da Faculdade e trabalha em diálogo com os responsáveis pelos vários setores da instituição. Os colaboradores dividem-se em duas grandes categorias: Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo – que engloba também os Tutores da Educação a Distância –, cujos cargos estão descritos respectivamente no Estatuto do Magistério Superior e na Política de Seleção, Contratação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo.

Os membros do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo são contratados segundo as normas da CLT e as políticas internas institucionais. O Diretor Administrativo é responsável pela seleção, contratação e capacitação dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo; os Diretores dos Departamentos e o Coordenador da CCAEU, dos docentes; o Coordenador da EaD, dos profissionais envolvidos nessa modalidade de educação; e a Reitoria, dos colaboradores que estão diretamente subordinados à sua liderança.

Na contratação e acompanhamento de seus colaboradores, a Faculdade busca assegurar: (1) Preparação e formação de pessoas solidárias, inclusivas, qualificadas, que incorporem seus valores e princípios, e estejam dispostas ao aprendizado contínuo, assegurando um modelo organizacional flexível e eficiente; (2) Inclusão de pessoas independente de etnia/raça, gênero e sexualidade, religião, nacionalidade, classe social ou tipo de deficiência, garantindo direitos e oportunidades iguais para todas; (3) Progressiva integração e acompanhamento no quadro funcional da instituição, de modo a conhecer e familiarizar-se com sua estrutura administrativa, acadêmica e organizacional, como também com as normas e procedimentos que regulam a operacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e dos projetos e serviços oferecidos pela Faculdade; (4) Qualificação e ampliação de ações voltadas para a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência; (5) Capacitação dos docentes e dos membros do corpo técnico-administrativo para o atendimento a alunos e alunas com deficiência; (6) Contratação e preparação de colaboradores para as ações decorrentes do processo de transformação digital da Faculdade; (7) Avaliação de desempenho docente, em todos os níveis e modalidades, com participação dos principais segmentos impactados por suas atividades; (8) Avaliação do desempenho dos profissionais do corpo técnico-administrativo, com base nos critérios e finalidades de sua contratação.

2.8.3 Desempenho institucional

A gestão da Faculdade também se preocupa com seu desempenho, que tem uma dimensão interna, relacionada com a execução de seu planejamento estratégico-institucional, e uma dimensão externa, relacionada às exigências do mundo acadêmico nacional e internacional. Sua política de acompanhamento dessas dimensões busca levar em conta: (1) A adequação e efetividade da avaliação em relação aos projetos que integram o PDI e suas articulações com a missão e o projeto pedagógico da Faculdade; (2) A transparência nas decisões e execução dos projetos previstos no Planejamento Estratégico, na administração e no uso dos recursos; (3) A credibilidade, baseada nos princípios éticos, no cumprimento da legislação e do sistema normativo vigente, em coerência com os princípios professados pela instituição; (4) O fortalecimento da sustentabilidade da Faculdade, através do uso eficiente de seus recursos, da racionalização dos processos e custos, do cumprimento das metas e da eficácia dos resultados; (5) A eficácia, agilidade e flexibilidade nos serviços de apoio e nos processos críticos de natureza administrativa e acadêmica, dirigidos às necessidades dos discentes; (6) A consolidação das práticas avaliativas do desempenho acadêmico e científico da Faculdade; (7) A avaliação sistemática dos processos de gestão da Faculdade, gerando subsídios para seu planejamento

futuro; (8) A valorização da autoavaliação como processo de conhecimento da Faculdade, tendo em vista melhorias e apropriação de seus resultados para orientar as novas etapas de planejamento futuro.

2.8.4 Comunicação interna e com a sociedade

A FAJE possui um Setor de Comunicação Integrada, que assegura o intercâmbio interno de informações entre os vários segmentos da comunidade acadêmica, e a difusão externa das atividades da instituição, além de oferecer-lhe assessoria no diálogo com a sociedade e na oferta de novos projetos que ajudem a difundir o pensamento filosófico-teológico produzido pela Faculdade. Dentre as ações que viabilizam a política de gestão institucional da comunicação, se destacam: (1) Acompanhamento dos processos de comunicação e de relacionamento com os públicos que destaquem as finalidades e os valores próprios da educação jesuítica; (2) O uso de diversos canais, instrumentos e meios de comunicação com a sociedade em geral para que sejam divulgados os planos, projetos e contribuições da Faculdade, ampliando seu relacionamento com organizações sociais e eclesiais, e com profissionais de várias áreas, interessados numa reflexão filosófico-teológica séria, aberta ao diálogo com as diferentes opiniões; (3) Divulgação, como distintivo da Faculdade, de seu compromisso com a responsabilidade socioambiental e com o diálogo que contribua para a construção da fraternidade e da amizade social; (4) Transparência da instituição frente a comunidade, por meio da divulgação dos resultados de sua atuação; (5) Uso de mecanismos de comunicação que favoreçam o diálogo, a participação, a corresponsabilidade e o fortalecimento dos vínculos dos integrantes da comunidade acadêmica; (6) Ampliação e qualificação do contato com os discentes, com os egressos e com os demais usuários dos serviços educacionais prestados pela FAJE, por meio da ouvidoria institucional; (7) Ampliação dos meios e técnicas de comunicação para atender pessoas com deficiência visual e auditiva.

2.8.5 Sustentabilidade financeira

A FAJE é uma instituição acadêmica de pequeno porte, com cursos somente em duas áreas do saber, mas bastante complexa, pelos serviços que presta à Igreja e à sociedade, e por sua busca de excelência. Por isso, necessita de grandes investimentos para manter a qualidade de seus cursos e serviços. Parte desses recursos são gerados pelas matrículas dos estudantes, parte por subsídios provenientes de bolsas de agências de fomento à pesquisa (CAPES, FAPEMIG e CNPq, para a pós-graduação), e parte pela mantenedora (a AJEAS e os subsídios que ela capta através de outras instituições da Província Jesuíta do Brasil (BRA)). As dificuldades de sustentabilidade financeira fizeram com que no PDI 2021-2025 boa parte dos esforços de gestão institucional fossem direcionados a esse fim. O PDI 2026-2030 também mantém essa perspectiva, com uma política de gestão financeira baseada nas seguintes orientações: (1) Orçamento que busque melhor equilíbrio entre receitas e despesas; (2) Planejamento de atividades formativas, sobretudo no âmbito da extensão, que respondam a necessidades eclesiais e sociais e gerem receitas para a Faculdade; (3) Submissão de operações que impliquem gastos e despesas e que resultam em desembolsos, dispêndios e custos para a Faculdade à observância estrita do orçamento para o respectivo exercício e à realização das receitas; (4) Exame e priorização, por parte da Reitoria, de necessidades de infraestrutura, instalações, equipamentos e recursos tecnológicos dos diferentes setores da instituição, para previsão de orçamento específico de investimentos em cada exercício; (5) Condicionamento de gastos previstos no orçamento à disponibilidade de recursos financeiros; (6) Priorização de recursos para pagamento de salários e encargos e para compromissos da instituição com outros parceiros; (7) Destinação de recursos para atualização, aquisição e/ou ampliação de instalações, equipamentos e acervo bibliográfico; (8) Captação de recursos junto às agências de fomento para atividades passíveis de serem subsidiadas; (9) Captação de recursos para a disseminação da cultura em suas diferentes manifestações; (10) Priorização de investimentos em atividades de ensino e pesquisa e no desenvolvimento de cursos em EaD.

2.8.6 Responsabilidade socioambiental

A Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a Resolução nº 02/2012, de 15/06/2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; a Encíclica *Laudato si'*, do Papa Francisco, estimularam a FAJE a elaborar, em 2018, sua política de responsabilidade socioambiental. O Planejamento Estratégico do PDI 2026-2030 estabelece entre seus objetivos estratégicos: (1) Cultura da ecologia integral; (2) Compromisso e incidência social. O primeiro objetivo, já presente na política institucional da Faculdade, prevê as seguintes ações para o período: (1) Disseminação da responsabilidade socioambiental em todos os âmbitos da Faculdade; (2) Implementação das iniciativas da Rede Sustentabilidade, da Associação das Universidades Confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL); (3) O compromisso, assumido pelo Fórum das Instituições Superiores dos Jesuítas do Brasil (FORIES), em promover estudos que levem a iniciativas de defesa e coexistência sustentável na Amazônia. Para o segundo objetivo, a política institucional da Faculdade propõe as seguintes ações: (1) Promoção do compromisso com a superação da pobreza, a educação das relações étnico-raciais, a formação para a amizade social e a solidariedade, o respeito à diversidade, expressa sob muitas formas, e a defesa dos direitos humanos; (2) Organização de atividades que expressem o compromisso da Faculdade com a responsabilidade social, como é o caso das seguintes iniciativas: (a) o Curso de pré-ENEM oferecido pelo GRUFAJE. O Curso foi contemplado com recursos da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), programa do Ministério da Educação (MEC) voltado ao fortalecimento de iniciativas de educação popular destinadas à preparação de estudantes em situação de vulnerabilidade social para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o acesso à educação superior. A iniciativa conta, ainda, com o apoio financeiro da Central de Acompanhamento de Alternativas Penais de Minas Gerais (CEAPA-MG), ampliando as condições de desenvolvimento das atividades pedagógicas e socioeducativas oferecidas pelo projeto. Essa parceria contribui para a promoção da inclusão social, da cidadania e da equidade educacional, especialmente junto a públicos historicamente vulnerabilizados. O reconhecimento e o apoio recebidos fortalecem a atuação do GRUFAJE como espaço de formação humana, compromisso social e promoção do direito à educação, reafirmando o alinhamento da instituição com os princípios de democratização do acesso ao ensino superior, desenvolvimento social e transformação da realidade por meio da educação; (b) o Curso de Iniciação Teológico-Pastoral (CITEP), que proporciona formação teológica e pastoral a agentes de comunidades, lideranças e demais interessados, contribuindo para o diálogo entre fé, cultura e compromisso social; (c) a realização do Dia da Responsabilidade Social, desenvolvido em parceria com outras instituições e voltado à sensibilização da comunidade acadêmica para ações de cidadania, solidariedade e participação social; (d) o projeto Filmes para Pensar e Ser Mais, que incentiva a reflexão crítica sobre questões humanas, éticas, sociais e culturais; (e) o Projeto FAJE Cultura, que promove atividades artísticas e culturais abertas à comunidade, favorecendo a formação integral e o intercâmbio entre a instituição e a sociedade.

2.8.7 Internacionalização

Desde sua criação, em 1982, o CES foi marcado por uma forte presença de estudantes e professores de origem internacional, sobretudo na então Faculdade Eclesiástica de Teologia. Esse perfil tem se mantido ao longo dos mais de 30 anos do reconhecimento civil da Faculdade de Filosofia e dos mais de 20 anos do reconhecimento civil da FAJE. De fato, por um longo período grande parte do corpo docente do Departamento de Teologia foi constituído por professores provenientes de vários países e a maioria dos brasileiros possuía formação em centros internacionais de formação filosófica e teológica.. Muitos estudantes que faziam seu bacharelado na instituição também eram de diferentes nacionalidades, sobretudo de países latino-americanos. A escolha, em 2008, da FAJE como um dos centros de formação teológica dos efetivos da Companhia de Jesus, deu continuidade a essa característica da Instituição e, nos últimos anos, a vinda de estudantes jesuítas da África para estudos filosóficos, tem internacionalizado também o corpo discente do Departamento de Filosofia. Os cursos

de pós-graduação igualmente atraíram estudantes estrangeiros, embora em menor número. A nota 6 obtida pelo PPG de Teologia nas trienais da CAPES de 2011 e 2014, fizeram com que a Faculdade assumisse de modo mais explícito a orientação à internacionalização, através de vários convênios com instituições estrangeiras de referência em Filosofia e Teologia. Em 2019, uma Resolução da Reitoria estabeleceu a Política de Internacionalização da FAJE, que tem estimulado vários tipos de iniciativas²⁰.

Os convênios da FAJE com instituições acadêmicas internacionais preveem as seguintes iniciativas: (1) Intercâmbio de docentes para ensino, pesquisa e participação em eventos científicos; (2) Intercâmbio de discentes, para semestres de estudos ou pesquisa nas instituições parceiras, com possibilidade de dupla titulação; (3) Participação, da parte dos docentes das instituições conveniadas, em comissões científicas, projetos editoriais, Grupos de Pesquisa de interesse comum; (4) Organização de eventos acadêmicos em Filosofia e Teologia; (5) Pesquisas implicando as instituições parceiras.

A Política de Internacionalização da Faculdade, traçada pela Resolução Nº 01/2019, de 02/01/2019, tem os seguintes objetivos: (1) Consolidar e ampliar as relações com instituições acadêmicas, entidades e organismos de cooperação interuniversitário, nacionais e internacionais, em particular com a *Asociación de Universidades Jesuítas de América Latina* (AUSJAL), a *International Association of Jesuit Universities* (IAJU), a *International Federation of Catholic Universities* (FIUC); (2) Incrementar a qualificação da produção acadêmica da FAJE, medida por indicadores de referência internacionais; (3) Expandir o número de estudantes estrangeiros na graduação e na pós-graduação da Faculdade; (4) Promover a solidariedade acadêmica internacional, através da mobilidade docente e discente e de parcerias com instituições de países com menor nível de desenvolvimento científico; (5) Ampliar o número de discentes, docentes e corpo técnico-administrativo com proficiência em língua estrangeira, para melhor contribuírem nas iniciativas envolvendo a internacionalização da Faculdade.

A Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa da FAJE é o órgão encarregado pelo acompanhamento dos convênios assinados pela Reitoria e homologados pela Congregação. Ela deve motivar os dois Departamentos da Faculdade e seus Grupos de Pesquisa a promoverem iniciativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da publicação que tenham caráter internacional, ampliando o impacto da produção acadêmica desenvolvida pela FAJE, aprendendo com os pesquisadores das entidades parceiras, criando redes interinstitucionais de pesquisa ao redor de temas caros à missão da Faculdade.

A política de internacionalização da Faculdade tem permitido a realização das seguintes atividades: (1) Intercâmbio de docentes para cursos de curta duração, seja de professores da FAJE em instituições com as quais ela mantém convênio, seja de professores dessas instituições com a FAJE; (2) Intercâmbio discente, através de bolsas do PDSE (CAPES) ou da FAPEMIG, que contemplam doutorandos para pesquisa em instituição acadêmica estrangeira, e que tem viabilizado a realização de várias cotutelas de teses, com dupla titulação; (3) Participação de docentes das instituições conveniadas em eventos internacionais da FAJE, como o Simpósio Filosófico-Teológico, ou em eventos organizados pelos Grupos de Pesquisa da Faculdade com os das instituições conveniadas; (4) Projetos editoriais comuns, como a *Theologica Latinoamericana*. Enciclopédia Digital; (5) Rede de pesquisa envolvendo docentes de várias instituições conveniadas, como o Grupo de Santiago, de teologia prática-pastoral, ou o subgrupo Ecoteologia: singularidade, temas relevantes, perspectivas, do Grupo de Pesquisa Fé e Contemporaneidade, que tem realizado uma série de atividades envolvendo instituições com as quais a Faculdade tem convênio; (6) Participação de docentes e discentes da FAJE em eventos internacionais; (7) Publicação bibliográfica da Faculdade em língua estrangeira. Grande parte dessas iniciativas começaram a ser realizadas em 2014, através dos recursos do PACCS, da FAPEMIG, em convênio com a CAPES, e, a partir da concessão dos benefícios de custeio do PROEX, com os recursos desse Programa da CAPES. Em 2023, como foi dito em outros tópicos desse PDI, a CCPP apresentou um projeto para a Chamada FAPEMIG 009/2023 – Fomento à Internacionalização das ICTMGs, tendo sido contemplada com recursos que têm contribuído para ampliar o processo de

²⁰ Ver Anexo 20, Política de Internacionalização da FAJE.

internacionalização da Faculdade. Em 2025, também através da CCPP, juntamente com outras IES do Brasil, a Faculdade participou do edital CAPES Global. Apesar de o projeto apresentado não ter sido contemplado, a iniciativa motivou a instituição a ampliar sua participação em redes internacionais.

2.8.8 Infraestrutura

Um dos objetivos estratégicos do PDI 2021-2025 foi a criação e implementação do Plano Diretor, que previa uma melhor definição do espaço acadêmico do *campus* ocupado pela Faculdade, um investimento em reformas nas estruturas de seus edifícios, a adequação do espaço destinado a Livraria Pe. Reus – FAJE, a modernização do espaço dos Diretórios Acadêmicos - CATA e CALMA -, a criação do espaço do Laboratório de Informática, a mudança da sala de atendimento e da sala de reuniões para a equipe da TI FAJE e servidor, a mudança da sala da Tesouraria junto com os Secretários, a mudança no layout da Secretaria e na sala do Arquivo Permanente, pinturas nos blocos da administração, Biblioteca e Salas de Aulas, a troca no forro do Acervo da Biblioteca para receber as novas instalações elétricas, a modernização da infraestrutura elétrica em todos os edifícios da Faculdade, a instalação de fibra ótica, adaptações para a acessibilidade, ampliação nas instalações de antenas de WIFI para melhor conexão de acesso à internet. Também se buscou investir na formação da consciência da sustentabilidade, na coleta dos resíduos sólidos, no esforço por abolir o plástico, no controle biológico das pragas que atacam os jardins do *campus*. Investiu-se ainda na aquisição de equipamentos para uso didático-pedagógico, em *softwares* de gestão administrativa, acadêmica e de ensino-aprendizagem, como MOODLE-AVA, implantação do App eduCONNECT e assinaturas digitais. A política de gestão da infraestrutura para o próximo quinquênio, PDI 2026-2030, prevê: (1) A criação de uma usina fotovoltaica, para redução dos custos e investimento mais efetivo em energia renovável; (2) Partição do terreno no qual se encontra a Faculdade, para que a separação entre área acadêmica e área comunitária, já realizada, não faça incidir sobre o conjunto dos edifícios que ocupam o terreno a obrigatoriedade de leis específicas para atividades educacionais e atividades residenciais; (3) Otimização do uso dos espaços da Biblioteca Padre Vaz, através da aquisição de estantes deslizantes; (4) a reforma do antigo edifício da residência dos professores, adaptando-o para abrigar as secretarias acadêmicas e a administração da FAJE, liberando o atual edifício ocupado com essas funções para possíveis investimentos que possam reverter em recursos para serem aplicados na realização da missão da Faculdade; (5) a locação de um espaço livre ao lado do atual edifício administrativo, para práticas esportivas, e a aplicação do recurso na redução do subsídio feito pela AJEAS e Província BRA; (6) a atualização contínua de equipamentos e *softwares* para a gestão acadêmica, administrativa e educacional; (7) a continuidade na aquisição de obras importantes para o acervo da biblioteca, ampliando a aquisição de *E-books*; (8) a criação de um Memorial Jesuíta, que possa abrigar o material de professores jesuítas que atuaram na Faculdade, tornando-o acessível a pesquisadores; (9) o investimento na captação de água da chuva.

2.8.9 Acervo acadêmico em meio digital

A FAJE avança na modernização de sua gestão com a digitalização do seu acervo acadêmico, atendendo às exigências legais de segurança e eficiência da Portaria MEC nº 315/2018 e do Decreto nº 9.235/2017. O projeto assegura a preservação de documentos históricos e acadêmicos em ambiente digital seguro e de rápida consulta. Todo o processo de migração, indexação e conformidade legal está sendo coordenado por um Comitê Gestor especializado, nomeado diretamente pela Reitoria da instituição.

A gestão do acervo digital é realizada de acordo com as políticas institucionais de gestão documental e preservação da informação, observando os requisitos técnicos e legais para produção, armazenamento, recuperação, proteção e descarte de documentos. Os processos de digitalização seguem padrões que garantem a fidelidade entre o documento digital e seu correspondente original, quando aplicável.

A previsão é de que em janeiro de 2026 os colaboradores da Secretaria Acadêmica participarão de um curso sobre a Secretaria Acadêmica Digital de Instituições de Ensino Superior e em abril de 2026, a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) contratará a empresa CONSAE – Consultoria em Assuntos Educacionais por um período de 12 meses, para dar continuidade ao projeto de implementação da Secretaria Digital, com o objetivo de modernizar a gestão acadêmica, aprimorar os processos de digitalização, organização e preservação do acervo acadêmico, bem como assegurar o atendimento às exigências legais e regulatórias aplicáveis. A implementação da Secretaria Digital contempla a adoção de soluções tecnológicas voltadas à gestão eletrônica de documentos, à segurança da informação, à rastreabilidade dos processos e à ampliação da eficiência administrativa.

A Instituição adota mecanismos de controle de acesso, registro de operações, cópias de segurança (backup) e preservação digital, visando à segurança das informações e à continuidade dos serviços acadêmicos. O acervo é organizado de forma a possibilitar a rápida localização e recuperação dos documentos, atendendo às demandas de estudantes, egressos, órgãos reguladores e demais públicos autorizados.

A gestão do acervo acadêmico em meio digital permanece sob acompanhamento da administração institucional, por meio de instância designada para orientar, monitorar e aperfeiçoar continuamente os processos relacionados à gestão documental, garantindo o atendimento às exigências legais e regulatórias e às boas práticas de governança da informação.

3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FAJE E DOS CURSOS

Como foi assinalado em outros tópicos deste PDI, desde a instalação das Faculdades Eclesiásticas de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte, em 1982, somente cursos nessas duas áreas do saber são oferecidos pela instituição, inicialmente, pelo CES, e a partir de 2005, pela FAJE. O bacharelado em Filosofia, como indicado anteriormente, foi autorizado em 1992 e reconhecido em 1996, dando origem à Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus. Em 1997, foi credenciado o mestrado em Teologia junto à CAPES, sendo reconhecido em 1999, e o doutorado em 2002. O mestrado em Filosofia foi autorizado em 2005 e começou a funcionar em 2006, tendo sido reconhecido em 2008, e o doutorado, reconhecido em 2023, iniciou naquele ano. Em 2007 foi criado o ISE, que permite à FAJE oferecer cursos de licenciatura em Filosofia. Desde o reconhecimento oficial pelo MEC, a Faculdade recebeu visitas *in loco* de credenciamento e reconhecimento institucional, como também de autorização e reconhecimento dos cursos de graduação em Filosofia e Teologia. Os cursos de graduação também foram avaliados e renovado o reconhecimento a partir dos resultados do ENADE. O mestrado e o doutorado em Filosofia e Teologia são avaliados pela CAPES. Nos últimos dez anos a Faculdade investiu em cursos de especialização, ingressando também na Educação a Distância (EaD), com a graduação em Teologia autorizada em 2022 e iniciada em 2023, e alguns cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização em EaD.

3.1 MODALIDADE PRESENCIAL, SEMIPRESENCIAL E A DISTÂNCIA

3.1.1 Graduação

Os Cursos de Graduação da FAJE destinam-se à formação básica, de nível superior, sobretudo, nas áreas da Filosofia e da Teologia, em vista do desenvolvimento humano e intelectual e da capacitação profissional. Trata-se de preparar profissionais qualificados nessas áreas, capazes de articular teoria e prática, mediante o desenvolvimento de competências que os habilitem a contribuir para o bem-estar da sociedade, por uma atuação cientificamente fundamentada e eticamente responsável.

O curso de graduação em Filosofia oferece anualmente 50 vagas para o Bacharelado e 50 vagas para a Licenciatura, em um único processo seletivo. As disciplinas do Bacharelado são requisito para

obtenção da Licenciatura, oferecida pela Faculdade através do ISE, unidade acadêmica constituída por exigência legal em função da oferta do curso de Licenciatura em Filosofia pela FAJE. O ISE é responsável pela coordenação da Licenciatura em Filosofia na sua dimensão específica, enquanto formação de docentes para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. O Bacharelado em Teologia oferece, na modalidade presencial, 50 vagas por ano, em processo seletivo realizado em duas oportunidades, a primeira no início do mês de dezembro e a segunda, no final do mês de janeiro.

O ingresso da Faculdade na educação a distância, feito através de pedido credenciamento junto ao MEC em 2020, tornou-se realidade em 2022, com a portaria nº 563, de 02/08/2022 (D.O.U 04/08/2022). Naquele ano o Departamento de Teologia solicitou autorização para iniciar o bacharelado em Teologia na modalidade EaD, com a previsão, inicial, de oferta de 80 vagas, oferecidas no polo sede. A Portaria nº 977, de 25/11/2022 (D.O.U de 29/11/2022) autorizou o curso, que começou em 2023.

As aulas do Bacharelado em regime presencial funcionam no turno da manhã, das 8hs às 11h40. O Departamento de Filosofia oferece, no turno da tarde, disciplinas eletivas não necessárias para a integralização do currículo do Bacharelado. As disciplinas de Licenciatura, oferecidas pelo ISE, também acontecem eventualmente no turno da tarde (das 14h às 17h40). A autorização do bacharelado na modalidade a distância possibilita a oferta de disciplinas na modalidade EaD para os cursos presenciais. O Estágio Curricular Supervisionado do bacharelado em Teologia é acompanhado por um docente pelas tardes.

A matrícula de todos os cursos de Graduação na modalidade presencial é semestral, compreendendo, no primeiro semestre, um período letivo especial (no mês de fevereiro, com disciplinas ministradas em regime intensivo), e o primeiro período letivo regular, que vai de março a junho, inclusive. O segundo período letivo regular estende-se de agosto a novembro, inclusive. Na modalidade EaD, a oferta das Atividades Acadêmicas é bimestral, compondo os Programas de Aprendizagem. A matrícula supõe, da parte do estudante, a realização da etapa (Programa) precedente.

O corpo discente dos cursos de Graduação compreende estudantes regulares e estudantes não regulares. Os primeiros são aqueles que ingressam no curso por processo seletivo, transferência ou como portadores de diploma em vista da obtenção de novo título acadêmico. Estudantes não regulares da graduação são aqueles que se inscrevem em disciplinas isoladas ou estudam uma parte delas sem pleitear a titulação. As turmas dos cursos de Graduação da Faculdade têm no máximo 50 estudantes.

Os quadros I e II apresentam a evolução numérica do corpo discente da graduação 2021-2025.

Quadro I - CORPO DISCENTE – GRADUAÇÃO – FILOSOFIA

ANO	Matrícula total	Formados	
		Bacharelado	Licenciatura
2021	84	7	6
2022	82	15	7
2023	72	12	01
2024	83	12	0
2025	89	--	--

Quadro II – CORPO DISCENTE – GRADUAÇÃO - TEOLOGIA

ANO	Matrícula total	Formados Bacharelado
2021	114	37
2022	104	33
2023	94	19
2024	103	26
2025	102	--

Quadro II – CORPO DISCENTE – GRADUAÇÃO – TEOLOGIA - EaD

ANO	Matrícula total	Formados Bacharelado
2023	64	--
2024	83	--
2025	99	--

3.1.2 Pós-Graduação stricto sensu

A pós-graduação supõe o amadurecimento intelectual do estudante e seu interesse em aprofundar um tema específico de uma área do saber. O mestrado é o primeiro nível e tem duração de 2 anos. Implica, além do cumprimento dos créditos previstos (22 para o mestrado em Filosofia e 30 para o mestrado em Teologia), a realização de uma pesquisa acompanhada por um professor do respectivo Programa de Pós-Graduação, seguindo os critérios metodológicos próprios à Área de Concentração, Linha e Projeto de Pesquisa no qual se insere o tema estudado e a elaboração de uma dissertação, que é submetida à avaliação de uma banca, constituída de dois docentes do Programa e um docente externo, ou em alguns casos, de um docente do Programa e dois externos. O doutorado supõe um maior investimento de tempo e uma contribuição original ao saber da área em que é realizada a pesquisa. Nos dois Programas, o estudante deve cursar os créditos requeridos (42, dos quais pode aproveitar 30 do mestrado), realizar a pesquisa segundo os métodos próprios à temática do projeto aprovado no processo seletivo e elaborar uma tese. Finalizada a redação da tese, ela é submetida à defesa perante uma banca, constituída por três docentes do Programa e 2 docentes externos. O Processo seletivo dos dois Programas é realizado em fevereiro, para o início dos cursos em março, e junho, para início dos cursos em agosto. Para o mestrado, a Filosofia oferece 15 vagas anuais e 10 para o doutorado. A Teologia oferece 15 vagas por processo seletivo para o mestrado e 10 vagas por processo seletivo para o doutorado. As disciplinas dos dois cursos são oferecidas pela tarde (14-17h40).

O PPG de Teologia já realizou dois Mestrados Interinstitucionais (MINTER), com a FADISI, em Rio Branco, Acre, com a FATEO, em Brasília, Distrito Federal, e projeta para o período 2026-2030, a oferta de outro MINTER e de um Doutorado Interinstitucional (DINTER), a ser realizado com uma instituição teológica de ensino superior do Nordeste do Brasil. Para isso, deverá elaborar um Projeto de Cooperação Interinstitucional (PCI) e submetê-lo à CAPES. Os contatos para a realização desta iniciativa têm sido feitos com o Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI).

O número de discentes do Programa de Filosofia evoluiu da seguinte maneira entre 2021-2025.

Quadro III - CORPO DISCENTE – PÓS-GRADUAÇÃO – FILOSOFIA

ANO	Matrícula Inicial		Matrícula total		Formados	
2021	5		23		6	
2022	8		20		7	
2023	8		20		7	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2024	11	2	31	2	5	-
2025	9	7	33	9	6	-

O número de discentes evoluiu da seguinte maneira no Programa de Teologia entre 2021-2025.

Quadro IV - CORPO DISCENTE – PÓS-GRADUAÇÃO – TEOLOGIA

ANO	Matrícula inicial		Matrícula total		Formados	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2021	14	4	23	23	6	8
2022	5	4	24	26	6	4
2023	9	3	24	27	15	6
2024	10	5	21	23	7	4
2025	9	5	24	23	6	8

3.1.3 Pós-Graduação lato sensu e Educação continuada

A Pós-Graduação *lato sensu* compreende os cursos de Especialização, destinados à formação de especialistas em determinada área acadêmico-profissional, mediante estudos orientados, observada a legislação vigente.

Os cursos de Aperfeiçoamento e Atualização destinam-se ao aprofundamento e ao incremento de conhecimentos e/ou técnicas em determinada área acadêmico-profissional.

Os quadros abaixo mostram a evolução, entre 2021-2025, das modalidades de cursos oferecidas: Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização.

QUADRO V – CORPO DISCENTE ESPECIALIZAÇÃO

Ano	Cursos Especialização	Processo seletivo	Matrícula 1.º sem.	Concluintes 1.º sem.	Matrícula 2.º sem.	Concluintes 2.º sem.
2021	ECOE 4	-	24	24	-	-
	Liturgia 2	-	24	15	-	-
	Juventude 4	-	49	-	50	-

	Pastoral 4	-	-	-	20	-
2022	Juventude 4	-	48	43	-	-
	ECOE 5	50	-	-	47	-
	Pastoral 4	-	19	-	17	17
2023	ECOE 5	-	46	-	44	42
	Pastoral 5	21	-	-	19	-
	Juventude 5	28	-	-	20	-
2024	Pastoral 5	-	19	-	19	19
	Juventude 5	-	19	-	18	18
	Pastoral 6	40	40	-	39	-
	ECOE 6	47	-	-	44	-
	Ensino Religioso	4	-	-	3	-
	Ensino Religioso (RJE)	59	-	-	58	-
2025	Pastoral 6	-	36	-		34
	ECOE 6	-	39	-	38	35
	Ensino Religioso	4	3	-	3	3
	Ensino Religioso (RJE)	59	54	-	53	46
	Catequética	80	75	-		-
	Pastoral 7	18	17	-	16	-
	Saúde Mental	33	-	-	29	-

QUADRO VI - CORPO DISCENTE – APERFEIÇOAMENTO

Ano	Curso – Aperfeiçoamento	Processo seletivo	Matrícula 1.º sem.	Concluintes 1.º sem.
2021	-	-	-	--
2022	-	-	-	-
2023	-	-	-	-
2024	Ensino Religioso	18	32	11
2025	-	-	-	-

QUADRO VII – CORPO DISCENTE - ATUALIZAÇÃO

Ano	Curso - Atualização	Processo seletivo	Matrícula 1.º sem.	Concluintes 1.º sem.	Matrícula 2.º sem.	Concluintes 2.º sem.
2021	-	-	-	-	-	-
2022	Cidadãos para o Mundo (RJE) 2	83	81	-	68	52
2023						

2024	Projeto de vida	136	134	104	-	-
	Acompanhantes Vocacionais	144	-	-	144	103
	Igreja e Cultura Digital	22	21	17	-	-

4 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O Corpo Docente da FAJE é composto por professores de nível superior que exercem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os membros do Corpo Docente distinguem-se de acordo com sua categoria e seu vínculo institucional.

4.1 CATEGORIAS

4.1.1 Corpo Docente

Em função da categoria, os membros do corpo docente de cada Departamento são classificados em:

- a. *Professores Auxiliares*: incumbidos de tarefas complementares de ensino;
- b. *Professores Assistentes* (I, II, III): devem ter, pelo menos, o grau de mestre ou méritos consistentes no respectivo campo de atuação, com experiência didática satisfatória e dedicação à pesquisa científica;
- c. *Professores Adjuntos* (I, II, III): devem ter o grau de doutor ou título equivalente ou méritos científicos notáveis e ter exercido, por no mínimo 06 (seis) anos, o magistério na área respectiva como professor assistente da Faculdade (ou de categoria equivalente em outro estabelecimento congênere), demonstrando real capacidade didático-pedagógica e tendo publicado estudos científicos originais;
- d. *Professores Titulares*: devem ter o grau de doutor ou título equivalente ou méritos excepcionais, ter exercido, por no mínimo 9 (nove) anos, o magistério na área respectiva como professor adjunto da Faculdade (ou de categoria equivalente em outro estabelecimento congênere), dedicando-se de maneira plena e permanente ao ensino e à investigação, demonstrando notável capacidade pedagógica e tendo publicado estudos científicos originais como professor adjunto.

A classificação dos membros do corpo docente por categoria nos últimos cinco anos está indicada nos quadros abaixo:

Quadro VIII - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR CATEGORIA

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ANO	TITULAR + EMÉRITO	ADJUNTO	ASSISTENTE	AUXILIAR E VISITANTE	TOTAL
2021	6	8	13	1	28
2022	6	7	11	4	28
2023	5	6	14	2	27
2024	5	7	13	2	27
2025	5	7	16	0	28

Quadro IX - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR CATEGORIA

DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA

ANO	TITULAR E EMÉRITO	ADJUNTO	ASSISTENTE	AUXILIAR E VISITANTE	TOTAL
2021	5	10	12	0	27
2022	5	7	14	1	27
2023	4	6	15	1	26
2024	3	6	13	4	26
2025	3	5	12	2	22

Quadro X - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR CATEGORIA

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	TITULAR	ADJUNTO	ASSISTENTE	AUXILIAR E VISITANTE	TOTAL
2021	-	1	1	-	2
2022	-	1	1	1	3
2023	-	1	1	1	3
2024	-	1	-	-	1
2025	-	1	-	-	1

Quadro XI - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR CATEGORIA

DPTO. FILOSOFIA + DEPTO. TEOLOGIA + INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	TITULAR E EMÉRITO	ADJUNTO	ASSISTENTE	AUXILIAR E VISITANTE	TOTAL
2021	11	19	26	1	57
2022	11	15	26	6	58
2023	9	13	30	4	56
2024	8	14	26	6	54
2025	8	13	28	2	51

4.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A FAJE oferece oportunidades de aperfeiçoamento aos docentes do quadro permanente, seja mediante o tempo contratual reservado ao estudo e à pesquisa, seja facilitando a sua participação em eventos científicos. A Portaria FAJE 018/18, de 19/04/2018 permite aos professores do quadro permanente a liberação por um semestre das atividades de docência em vista de estágio pós-doutoral.

No início de cada semestre, a Reitoria promove um Seminário do corpo docente, no qual são refletidos temas que dizem respeito à formação continuada dos professores e professoras da Faculdade, com base em apresentação e discussões de questões de interesse dos dois Departamentos. A produção científica séria é estimulada, também, pela facilidade de divulgação dos trabalhos através dos periódicos (impressos e eletrônicos) e das coleções da própria FAJE. Outro fator que contribui para o aprimoramento do corpo docente é a qualidade excepcional do acervo de livros e periódicos da Biblioteca Padre Vaz.

Os quadros XI, XII, XIII e XIV abaixo demonstram os frutos da política de capacitação do corpo docente perseguida pela FAJE nos últimos 05 anos.

Quadro XI - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ANO	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZ.	GRADUAÇÃO	TOTAL
2021	20	8	--	--	28
2022	19	7	--	--	26
2023	22	4	1	--	27
2024	20	5	1	--	26
2025	21	4	1	--	26

Quadro XII - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA

ANO	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZ.	GRADUAÇÃO	TOTAL
2021	23	5	--	--	28
2022	20	4	--	--	24
2023	20	4	--	--	24
2024	23	2	1	--	26
2025	19	2	1	--	22

Quadro XIII - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZ.	GRADUAÇÃO	TOTAL
2021	1	1	--	--	2
2022	1	1	1	--	3
2023	1	1	1	--	3
2024	1	--	--	--	1
2025	1	--	--	--	1

Quadro XIV - MEMBROS DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO

DEPTO. FILOSOFIA + DEPTO. TEOLOGIA + INST. SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZ.	GRADUAÇÃO	TOTAL
2021	44	14	--	--	58
2022	40	12	1	--	53
2023	43	9	2	--	54
2024	44	7	2	--	53
2025	41	6	2	--	49

4.3 CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO E PROMOÇÃO

O ingresso na carreira docente depende de processo seletivo, que compreende a coleta de informações de pessoas criteriosas a respeito de eventuais candidatos e o levantamento do seu perfil, mediante entrevistas e análise dos respectivos currículos. A seleção é feita em função da competência científica, qualificação didático-pedagógica, responsabilidade profissional e sintonia com os princípios e valores que orientam a Faculdade Jesuíta.

Como docentes do quadro permanente só são admitidos candidatos que possuam, pelo menos, o grau de mestre. Os professores contratados passam por uma fase de experiência de um semestre letivo, antes de serem integrados plenamente no quadro docente.

A admissão e promoção de professores do quadro permanente, titulares e adjuntos, depende do parecer da Comissão da Carreira Docente, constituída pela Congregação da Faculdade, que avalia as credenciais do candidato, segundo está definido no *Estatuto do Magistério Superior* (aprovado pela Congregação da FAJE em 18/10/2007, com última atualização aprovada pela Congregação da FAJE em 05/11/2020).

O Plano de Carreira Docente tem como princípios básicos:

- a. Valorização da qualificação e mérito do docente, em função da titulação, desempenho e produtividade;
- b. Profissionalização, entendida como dedicação ao magistério;
- c. Paridade de remuneração para os docentes integrantes da carreira, com qualificação análoga;
- d. Progressão na carreira, mediante promoção horizontal e vertical.

A avaliação do desempenho e produtividade do professor, em vista de sua promoção na carreira docente, obedece aos seguintes critérios, aplicados pelo respectivo Conselho Departamental:

- a. Produção e publicação de artigos em periódicos de projeção nacional ou internacional, catalogados ou validados pela comunidade acadêmico-científica;
- b. Publicação de livros com o respectivo aval de qualidade pela comunidade acadêmica;
- c. Desenvolvimento, execução e participação efetiva em projetos de pesquisa de valor comprovado;
- d. Destaque no exercício do magistério pelo valor do conteúdo dos cursos e o aproveitamento dos estudantes;
- e. Palestras e conferências proferidas, especialmente em congressos científicos;
- f. Exercício de atividades administrativas relevantes na área educacional;
- g. Distinção obtida em razão de relevância na atividade magisterial.

4.4 REGIME DE TRABALHO

Em função do vínculo institucional, os membros do corpo docente e tutorial de cada Departamento são classificados em:

a. *Professores do Quadro permanente*: adscritos de maneira estável e plena à Faculdade nos respectivos Departamentos, dedicando de 20 a 40 horas de serviço à instituição, das quais, no máximo 8 horas, são empregadas em atividades de ensino e as demais em atividades de pesquisa, de orientação e de caráter administrativo;

b. *Professores Colaboradores* (nomenclatura específica para o corpo docente da pós-graduação): adscritos à Faculdade nos respectivos Departamentos, participando de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição;

c. *Professores Visitantes*: colaboram eventualmente com a instituição em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo na pós-graduação, sem vínculo permanente;

d. *Professores Associados*: exercem regularmente atividades, basicamente de ensino, nos Departamentos da Faculdade, com contrato de até no máximo 20 horas semanais.

e. *Tutores*: atuam na EaD da Faculdade, em atividades de tutoria, com contrato de horistas, exercendo a função de mediadores no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes inscritos na modalidade a distância.

A remuneração mensal dos docentes tem como referencial o número de horas semanais de trabalho, respeitada a legislação em vigor e as convenções coletivas de trabalho. A carga horária semanal do docente está diretamente relacionada com o seu regime de trabalho. O regime de trabalho dos professores do quadro permanente obedece a um duplo contrato: o primeiro refere-se às horas/aula, na mesma base dos professores associados, até no máximo 8 horas semanais; o segundo regula as horas dedicadas à pesquisa, orientação de alunos e tarefas administrativas, de modo que a soma do tempo de dedicação à Faculdade corresponda, no máximo, a 40 horas semanais.

Os quadros XV, XVI, XVII e XVIII mostram a evolução da porcentagem de professores do quadro nos Departamentos e no conjunto da FAJE.

Quadro XV - CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ANO	Quadro	Associados	Visitantes e Colaboradores	TOTAL
2021	14	15	0	29
2022	14	14	0	28
2023	12	13	3	28
2024	12	12	3	27
2025	13	11	4	28

Quadro XVI - CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE TEOLOGIA

ANO	Quadro	Associados	Visitantes e Colaboradores	TOTAL
2021	17	6	5	28
2022	17	6	4	27
2023	16	7	3	26
2024	15	7	4	26
2025	14	6	2	22

Quadro XVII - CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	Quadro	Associados	Visitantes e Colaboradores	TOTAL
2021	--	2	--	2
2022	--	3	--	3
2023	--	3	--	3
2024	--	1	--	1
2025	--	1	--	1

Quadro XVIII - CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO

DEPTO. FILOSOFIA + DEPTO. TEOLOGIA + INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

ANO	Quadro	Associados	Colaboradores e Visitantes	TOTAL
2021	31	23	5	59
2022	31	23	4	58
2023	28	23	6	57

2024	27	20	7	54
2025	27	18	6	57

4.5 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Abaixo encontra-se o período de início da atuação no magistério superior da FAJE de novos docentes por período, após a criação, em 1984, do CES, que então era constituído por um grupo importante de docentes provenientes das antigas Faculdades de Filosofia e Teologia dos jesuítas:

Quadro XIX – INÍCIO ATIVIDADE DOCENTE

Período de início de atividade no magistério superior	Número de docentes
entre 1986-1990	2
entre 1991-1995	2
entre 1996-2000	1
entre 2001-2005	3
entre 2006-2010	8
entre 2011-2015	10
entre 2016-2020	7
entre 2021-2025	18

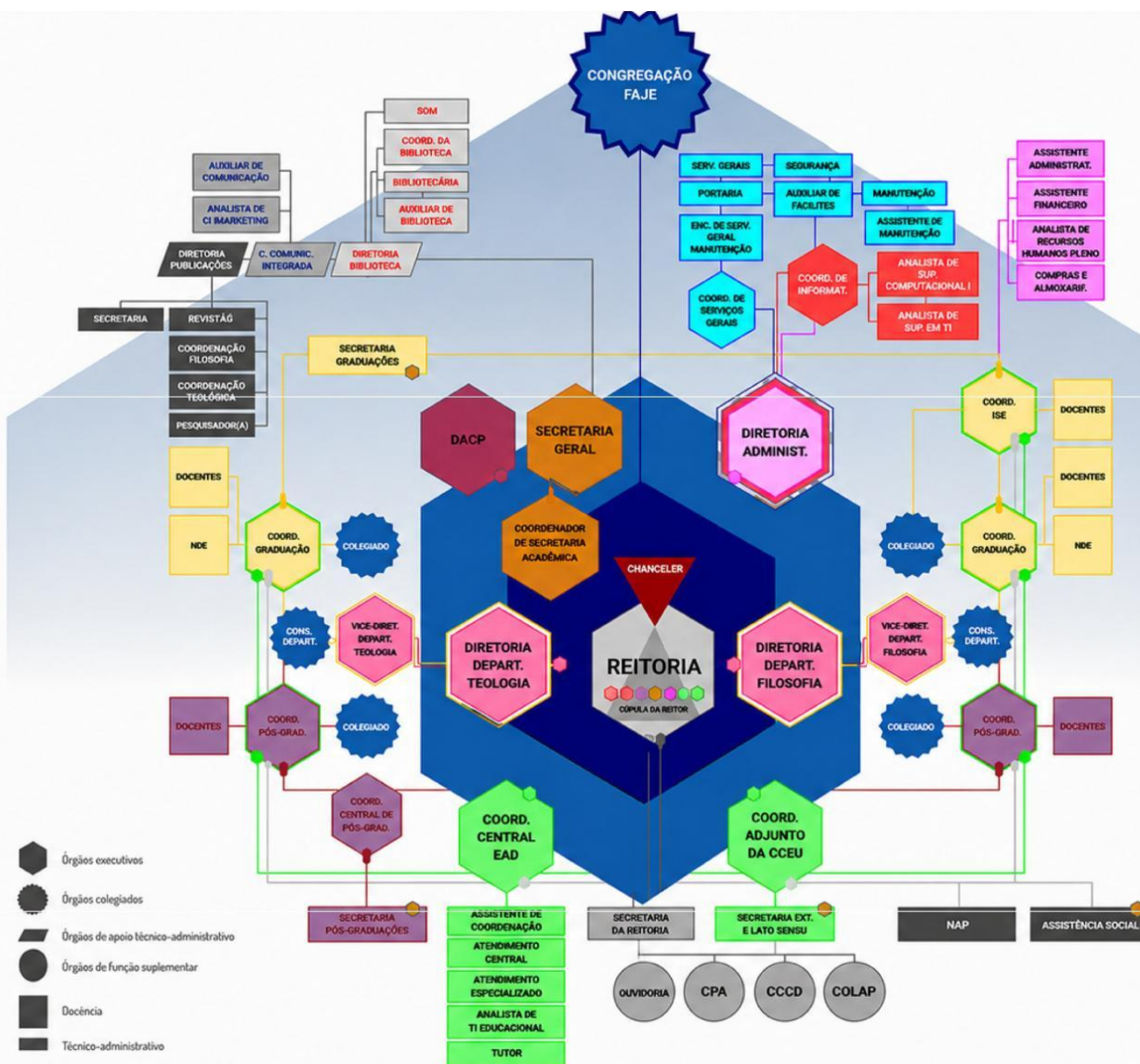
4.6 EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Percebe-se nos quadros apresentados acima que houve um significativo aumento no número de docentes do quadro permanente da Teologia e da Filosofia, como também de associados e colaboradores/visitantes e à contratação de professores para o EaD. Em parte, o crescimento de colaboradores se deve à bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), que beneficiou o PPG de teologia até 2023, às bolsas de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico, que contemplou o PPG de Filosofia entre 2023-2025, e à bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD), que contemplou um bolsista do PPG de Teologia a partir de 2025. A atuação permanente de professores visitantes se deve ao PROEX, que, em geral, custeia a cada ano a vinda de dois docentes estrangeiros para atuação no PPG de Teologia. Quanto ao crescimento dos associados, ela se deve, sobretudo, ao programa de Humanidades, criado pelo Departamento de Filosofia como preparação para melhor aproveitamento do curso.

5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Os múltiplos organismos e instâncias da FAJE, previstos em seu Regimento, atuam de maneira integrada, em vista de suas deliberações e da respectiva execução para fazer funcionar a instituição.

5.1 ORGANOGRAMA DA FAJE



5.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

5.2.1 Congregação

A Congregação, órgão máximo da Faculdade, tem funções deliberativas, consultivas e normativas em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira, especificadas no Regimento da FAJE. Ela reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocada pelo Reitor, seu presidente, por própria iniciativa ou mediante requerimento de um terço de seus membros.

5.2.2 Conselho Departamental

O Conselho Departamental, com funções de natureza deliberativa, normativa e consultiva, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, especificadas no Regimento da FAJE e nos Regulamentos dos Departamentos, é a autoridade máxima em cada Departamento.

5.2.3 Colegiado de Curso

Colegiado de Curso é um órgão consultivo, de assessoria ao Coordenador do curso em assuntos didáticos e de administração acadêmica, com as funções especificadas no Regimento da FAJE e pelos Regulamentos dos Departamentos. Há Colegiados tanto para os cursos de graduação quanto para os de pós-graduação de cada Departamento. O Colegiado de Curso reúne-se com a frequência requerida para o bom funcionamento do curso.

5.3 ÓRGÃOS EXECUTIVOS

5.3.1 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades da Faculdade, é exercida pelo Reitor, assessorado pelos Diretores dos Departamentos Acadêmicos, pelo Secretário Geral, pelo Diretor Administrativo, pelo Diretor da DACP, pelo Coordenador da CCAEU. Compete ao Reitor dirigir, promover, administrar, superintender e coordenar todas as atividades da Faculdade e representá-la perante as pessoas e as instituições públicas ou privadas. As atribuições específicas do Reitor e as determinações relativas à sua escolha e nomeação, seu mandato e sua substituição constam do Regimento da FAJE.

5.3.2 Diretoria dos Departamentos Acadêmicos e Coordenação do ISE

O Departamento, unidade básica da Faculdade, é constituído pelos professores da respectiva área, pelos alunos matriculados nas disciplinas dos cursos por ele oferecidos e pelo pessoal técnico e administrativo a ele vinculado. O Departamento é dirigido pelo Diretor, auxiliado pelo Vice-Diretor e pelos Coordenadores dos Cursos do Departamento, que atuarão como seus Consultores. Compete ao Diretor promover, coordenar e superintender as atividades acadêmicas, administrativas e comunitárias do Departamento, adotando as medidas necessárias ao bom funcionamento dos cursos que o integram. As atribuições específicas do Diretor e as determinações relativas à sua escolha e nomeação, mandato e substituição, constam no Regimento da FAJE.

O Diretor do Departamento é assessorado, no exercício de suas funções, pelo Grupo de Professores do Quadro, que se reúne pelo menos uma vez por mês no decorrer dos períodos letivos ordinários, sob sua coordenação. As atribuições do Grupo de Professores do Quadro são definidas no Regimento da FAJE e pelo Regulamento do Departamento. As coordenações dos cursos de graduação são assessoradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituído pelo coordenador do respectivo curso, que o preside, e mais quatro professores pertencentes ao corpo docente do mesmo curso. As atribuições do NDE são estabelecidas pelo Regimento da FAJE e pelos Regulamentos dos cursos.

O Coordenador do ISE é responsável por articular a formação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores. Suas atribuições, modo como é nomeado, mandato e substituição constam também no Regimento da Faculdade.

5.3.3 Diretoria Administrativa

À Diretoria Administrativa, dirigida pelo Diretor Administrativo, cabe a supervisão, coordenação e execução dos serviços administrativos referentes à contabilidade, às finanças, à gestão dos recursos humanos, à aquisição, manutenção e preservação do patrimônio físico da Faculdade, e às relações da Faculdade com órgãos públicos e privados no que tange aos aspectos financeiros, jurídicos e patrimoniais. As atribuições específicas do Diretor Administrativo, bem como a maneira de sua designação constam do Regimento da Faculdade. O Diretor Administrativo exerce suas funções sob a orientação do Reitor e em estreita colaboração com os responsáveis pelos Departamentos acadêmicos, a Secretaria Geral e demais Órgãos de apoio técnico e administrativo.

5.3.4 Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais

A Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais (DACP), é dirigida pelo Diretor de Assuntos Comunitários e Pastorais. Compete-lhe a coordenação e supervisão dos serviços de apoio comunitário e a promoção de um clima de respeito, entendimento, solidariedade e bem-estar entre os membros da comunidade acadêmica. Em particular é de sua responsabilidade: (a) Oferecer atividades extracurriculares de formação espiritual e religiosa a professores, alunos e funcionários; (b) Acompanhar as atividades das associações estudantis; (c) Promover, na medida das possibilidades técnicas e financeiras da FAJE, serviços de assistência e aconselhamento aos membros da comunidade; (d) Participar da Comissão de bolsas e auxílios financeiros aos estudantes.

As atribuições específicas do Diretor Comunitário, bem como a maneira de sua designação constam do Regimento da FAJE.

5.3.5 Secretaria Geral

À Secretaria Geral, assumida por um Secretário Geral, compete: (a) Estabelecer comunicações administrativas entre a Reitoria e os órgãos e serviços da FAJE; (b) Executar as tarefas definidas pelo Reitor; (c) Tomar as providências necessárias à organização e execução de atividades e eventos comuns a toda a Faculdade; (d) Assumir as funções e tarefas próprias do Procurador Institucional. As atribuições específicas do Secretário Geral, bem como a maneira de sua designação, encontram-se no Regimento da FAJE. O Secretário Geral exerce suas funções sob a orientação do Reitor, em estreita colaboração com os responsáveis dos Departamentos acadêmicos e dos Órgãos de apoio técnico e administrativo.

5.3.6 Coordenações Centrais

Os Órgãos de Coordenação Central, dirigidos por um Coordenador, designado pelo Reitor, ouvida a Congregação, têm por objetivo a coordenação de atividades acadêmicas, de determinada natureza, comuns a vários Departamentos. Os Coordenadores Centrais exercem suas funções em articulação e colaboração com os responsáveis pelas atividades respectivas no âmbito dos Departamentos.

São Órgãos de Coordenação Central: a Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPP), a Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária (CCAUE), a Coordenação Central de Educação a Distância (CCEAD). Ao Coordenador CCPP cabe, em diálogo e colaboração com as coordenações dos Programas de Pós-Graduação da FAJE, a coordenação das atividades de pesquisa da Faculdade, com especial atenção às relações com os órgãos oficiais de educação superior e com as instituições internacionais com as quais a Faculdade tem convênio de cooperação. Ao Coordenador da CCAUE compete, em diálogo e colaboração com as direções dos Departamentos,

coordenar a implantação da política de extensão da FAJE e a organização de atividades específicas de extensão, como também de serviços extensionistas e culturais à comunidade externa. Ao Coordenador da CCEAD compete estimular a implantação e coordenação da educação nesta modalidade de educação na Faculdade, em diálogo com os Diretores dos Departamentos e o Coordenador da CCAEU.

5.3.7 Coordenações de Curso

A Coordenação dos Cursos de Graduação e Pós-graduação é exercida por Coordenadores de Curso, assessorados pelo Colegiado de Curso, sob a orientação do Diretor do Departamento e segundo as normas traçadas pelo Regulamento do Departamento. Nos cursos de graduação, a coordenação do curso conta com a assessoria do NDE, principal instância de discussão e atualização do PPC. O NDE reúne-se com a frequência necessária, por iniciativa de seu presidente ou da maioria dos membros.

5.4 ÓRGÃOS DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo são dirigidos por Diretores, designados pelo Reitor, ouvida a Congregação. Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo são:

- a. Biblioteca Padre Vaz
- b. Setor de Publicações e Divulgação
- c. Setor de Comunicação Integrada

6 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO PARA O INGRESSO NA FAJE

Embora os cursos sejam pagos e o processo seletivo seja eliminatório, a FAJE utiliza mecanismos para que o acesso a eles não fique restrito a candidatos com maior poder aquisitivo ou que tenham cursado o ensino médio em escolas de melhor nível. Desde 2015, a Faculdade oferece bolsas através do sistema PROUNI, bem como do programa do FIES. Na primeira etapa do processo seletivo para ingresso nos cursos da graduação, a Faculdade adota o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Aprovado pelo critério próprio de seleção, o estudante é encaminhado para o Setor Social. Após a entrevista com a Assistente Social, que fará a avaliação socioeconômica, responderá a um questionário, ao qual anexará os documentos exigidos. Se o parecer do Assistente Social comprovar carência socioeconômica, concede-se bolsa de estudo integral ou parcial, de caráter filantrópico.

Anualmente a instituição planeja, de acordo com o seu orçamento financeiro e a avaliação do cumprimento das exigências legais, conforme os critérios da CEBAS, o processo de novas concessões e renovações das bolsas de estudo assistenciais dos estudantes que estão em curso. Também é exigido do candidato à bolsa que passe por processo de avaliação socioeconômica, conforme as normas da FAJE.

A continuidade do benefício de concessão nas modalidades de bolsas de estudos tem como exigência que o estudante alcance resultados escolares satisfatórios, mantendo a média semestral mínima de 7,5.

Desde 2013 existe um convênio com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – SEPLAG, concedendo aos funcionários públicos estaduais e seus dependentes desconto de 20% nas mensalidades nos cursos ofertados.

Também são concedidas bolsas institucionais a estudantes que, embora tenham uma renda familiar acima do teto de carência, tenham dificuldades, por várias razões, de pagar o valor integral das mensalidades. Em ambos os casos, exige-se que o candidato à bolsa passe por processo de avaliação

socioeconômica, conforme as normas da FAJE para o requerimento de bolsa de estudo (especificadas na página eletrônica da Faculdade).

São concedidas também bolsas de estudos para estudantes associados aos Sindicatos dos Professores de Minas Gerais – SINPRO-MG e dos Auxiliares da Administração Escolar de Minas Gerais – SAAEMG, com percentuais diversos, de acordo com os critérios estipulados pelos sindicatos.

Na pós-graduação, para os estudantes do mestrado em Filosofia são disponibilizadas cotas de bolsas e taxas da CAPES (PROSUC), bolsas do CNPq e FAPEMIG e de bolsas CEBAS e institucionais. Para estudantes do mestrado e doutorado em Teologia são disponibilizados bolsas e taxas da CAPES (PROEX), bolsas do CNPq e FAPEMIG. Para estágios pós-doutorais, o PPG de Filosofia foi beneficiado pelo Programa Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico, e o PPG de Teologia por uma bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD). O projeto apresentado pela CCPP à Chamada FAPEMIG 009/2023 – Fomento à Internacionalização das ICTMGs, beneficiou dois docentes da Faculdade com bolsa de pós-doutorado.

6.2 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

Em primeiro lugar, o número relativamente reduzido de alunos da FAJE contribui para a criação de um ambiente de relações de amizade, companheirismo e solidariedade entre os membros dos vários seguimentos da comunidade acadêmica. Além disso, o limite do número de estudantes em cada turma favorece uma metodologia participativa, com forte interação entre eles e deles com os professores. A permanência dos discentes na FAJE, seu acompanhamento e o incentivo ao progresso nos estudos são favorecidos ainda de diversas maneiras, dentre as quais se destacam:

a. Jornada de Integração: para que se crie e se consolide um ambiente de entrosamento entre os estudantes da graduação e deles com as várias dimensões da vida acadêmica, no início de cada ano acadêmico, as coordenações dos cursos organizam uma “Jornada de Integração”. Realizada em duas manhãs sucessivas, essa atividade prevê uma programação comum para os estudantes dos dois Departamentos e uma programação diferenciada para cada um deles, e neles, programação para as diferentes turmas. Nessas atividades dão-se as boas-vindas aos alunos novos, apresentando-lhes a Faculdade, os Departamentos, os Programas de estudo de cada curso, a Biblioteca Padre Vaz e outras informações importantes. Propõe-se ainda a integração entre os calouros e entre eles e os alunos veteranos. Estes, por sua vez, têm atividades dirigidas às especificidades da etapa que estão por iniciar.

b. Tarde de Integração: para estudantes dos dois Programas de Pós-Graduação, é oferecida uma atividade similar, no início de cada semestre letivo, com a seguinte programação: (1) Apresentação da instituição, dos programas de pós-graduação, com suas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa; (2) Informações sobre as bolsas das agências de fomento; (3) Apresentação dos discentes e docentes; (4) Encontros dos distintos grupos, com informações relevantes para a etapa em que se encontram.

c. Acompanhamento de Estudos: na graduação em Teologia na modalidade presencial o Acompanhamento de Estudos, obrigatório, é uma instância privilegiada de diálogo e de discernimento da vida acadêmica do estudante, facilitando a compreensão do estudo teológico como uma contínua leitura hermenêutica das fontes e da práxis histórica da fé cristã. Cada estudante é confiado a um docente do quadro permanente que o acompanha ao longo do curso. Além desse acompanhamento personalizado, o Conselho dos Professores do Quadro do curso se reúne, mensalmente, para a avaliação do andamento geral do curso e dos estudantes, buscando encaminhamento e soluções para dificuldades que demonstrem. Na modalidade a distância, o acompanhamento é feito para cada turma por um tutor, que é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, e, quando acontecem os seminários de integralização, os docentes curadores, também intervêm para esclarecer dúvidas. Na graduação em Filosofia, o Acompanhamento de Estudos, optativo, é oferecido pelos docentes do quadro permanente, com horários à disposição para encontro com os discentes, os quais, segundo seu interesse e

disponibilidade, inscrevem-se para o atendimento, de modo que cada um possa ter um orientador, que o acompanha no seu desempenho escolar e no seu desenvolvimento científico e cultural.

d. Apoio psicopedagógico: a Faculdade criou uma instância para acompanhamento dos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), com um profissional que dispõe de uma sala e horário semanal de atendimento para os que o solicitam.

e. Semana de Estudos: nos cursos de graduação, no final do primeiro bimestre de cada semestre letivo, é proposta uma “semana de estudos pessoais”, na qual, em lugar das aulas, os estudantes podem se dedicar em tempo integral ao estudo pessoal das disciplinas que estão cursando. Eles as retomam ou revisam os conteúdos já trabalhados, aprofundam temas de seu interesse, releem textos e artigos propostos pelos professores ou ampliam leituras de textos de seu interesse particular. O estudante faz a programação da semana sob orientação e supervisão do seu acompanhante de estudos.

f. Preparação para exame conclusivo: em vista do Exame Compreensivo dos cursos presenciais, com o qual se conclui a graduação em Filosofia e Teologia, são oferecidos seminários de estudo nos quais os estudantes têm oportunidade de receber orientação e esclarecimento de dúvidas por parte dos docentes. Na modalidade EaD o exame compreensivo é substituído por um seminário final conclusivo.

g. Reforço em língua portuguesa: aos estudantes que apresentam dificuldades no domínio da expressão escrita em língua portuguesa, são oferecidas as disciplinas “Exercício de Redação” I e II (proposta na matriz curricular do curso de Filosofia e aberta aos estudantes do curso de Teologia). Para os estudantes estrangeiros é oferecida a disciplina “Língua portuguesa para estrangeiros”.

h. Aprendizagem de línguas estrangeiras: aos estudantes que tenham interesse em adquirir ou aprimorar o domínio instrumental de línguas estrangeiras, são oferecidas as disciplinas de Francês Instrumental I e II e Inglês Instrumental I e II, na matriz curricular da graduação em Filosofia. No âmbito da extensão, são oferecidos os seguintes cursos de línguas estrangeiras: Latim, Grego do Novo Testamento, Hebraico Bíblico, Italiano Instrumental, Francês Instrumental e Inglês Instrumental.

i. Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso (monografia): os estudantes participam de seminários nos quais recebem orientação para a elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso e são acompanhados por um docente em sua elaboração. A monografia deve resultar da investigação pessoal sobre um tema filosófico ou teológico e mostrar a capacidade do estudante em aplicar o método filosófico ou teológico de pesquisa e elaboração de texto de caráter acadêmico.

j. Programa de Monitoria: a monitoria é exercida por estudantes, selecionados pela Coordenação dos cursos de graduação, que demonstraram o resultado satisfatório na disciplina ou na área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino. O programa proporciona aos que assumem a tarefa de monitor a oportunidade de aprofundar a sua compreensão da problemática das disciplinas correspondentes e de desenvolver a capacidade pedagógica para ajudar outros na mesma compreensão. O programa oferece ainda, aos estudantes que recorrem à monitoria, condições para o melhor aproveitamento do estudo das disciplinas que estão cursando, sobretudo as mais relevantes e difíceis, criando um clima de colaboração e solidariedade entre os estudantes no interesse comum pelo progresso de todos no desenvolvimento de sua capacidade intelectual e de seus conhecimentos.

k. Estímulo à pesquisa: os estudantes da graduação, sobretudo os que fazem Iniciação Científica (IC) e da pós-graduação, são estimulados a participar dos Grupos de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação dos respectivos Departamentos. A IC, com ou sem bolsa, é organizada nos dois Departamentos, com um Coordenador institucional, acompanhantes por Departamento e orientadores.

l. Recursos de infraestrutura física: um fator decisivo para a boa qualidade da vida acadêmica é a ampla área de recreio e convivência, na qual existe uma cantina que oferece a possibilidade de lanches e refeições. Encontram-se nessa a sede dos Diretórios Acadêmicos, e próximo dela, armários

de aço, nos quais os estudantes podem guardar seus pertences. Nos jardins do *campus*, os estudantes dispõem ainda de mesas e bancos onde podem acomodar-se para a convivência, estudo em grupo ou estudo pessoal. A FAJE dispõe ainda de duas quadras multiesportivas (uma delas com iluminação própria para atividade noturna) à disposição dos estudantes, sob agendamento prévio.

6.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os Centros Acadêmicos “Tito de Alencar” – CATA (Filosofia) e “Luciano Mendes de Almeida” – CALMA (Teologia) garantem a representação estudantil nos órgãos colegiados correspondentes e promovem eventos culturais, esportivos e de lazer. A FAJE oferece salas para uso dos Centros Acadêmicos, os quais contam também com seu apoio em várias de suas iniciativas.

6.4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O PDI 2021-2025 previa ações mais explícitas e sistemáticas de acompanhamento de egressos, buscando tornar efetiva sua política de acompanhamento de egressos²¹. Dentre essas ações foram realizadas: (1) Envio da *Newsletter* da Faculdade aos egressos dos últimos cinco anos, tanto da graduação quanto da pós-graduação; (2) Contato com egressos nos processos de Autoavaliação Institucional, organizados pela CPA, quanto em iniciativas importantes nas quais seja necessária tal escuta; (3) Criação de uma aba no Portal institucional, possibilitando a interação entre a Faculdade e os egressos. Para o próximo quinquênio, PDI 2026-2030, essas iniciativas deverão se desdobrar em novas ações. O intuito da Faculdade é que uma associação de egressos possa ser criada, assumindo as iniciativas para um diálogo contínuo entre a Faculdade, suas iniciativas e os egressos. É digna de nota a presença de egressos da Faculdade em seus Grupos de Pesquisa e entre os membros do corpo docente.

7 INFRAESTRUTURA

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O *campus* da FAJE ocupa uma área de 44.304 m², com uma Área construída de 15.108 m². A infraestrutura da Faculdade é adequada para o exercício de sua missão enquanto instituição educativa universitária. No decorrer do tempo, foram realizadas várias adaptações e melhorias, com a criação, a partir do Plano Diretor 2016-2020, de novos ambientes para atender às necessidades da FAJE. Para o período de 2026-2030, como foi descrito no tópico 2.8.8, está prevista a continuidade de adaptações, tendo em vista a otimização do uso dos espaços e a contínua adaptação às exigências de modernização.

7.1.1 Áreas internas

1º Bloco: Administração (área construída = Subsolo 39,75m², 1º pavimento 604,86m², 2º pavimento 577,46m², 3º pavimento 129,84m². Total = 1.351,91m²)

Subsolo (39,75m²): Reprografia e papelaria.

1º pavimento (604,86m²): 1. Recepção; 2. Setor Administrativo, Diretoria Administrativa, Reuniões, e Assistente de Administração; Almoxarifado; Refeitório dos funcionários; Área para guarda de material; Departamento de Pessoal (RH); Setor de Tecnologia da Informação (T.I.); Sala conjunta de Atendimento e Assistente Social; Sanitário feminino e masculino; Sala de CPD e central telefônica; Sala com arquivo das chaves do campus; 3. Setor Acadêmico: Gabinetes das Coordenações da graduação em Filosofia e Teologia, da Coordenação Central de Extensão Universitária, da Coordenação Central de EaD, da Secretaria unificada (graduação, pós-graduação, extensão e EaD); da Secretaria Geral; Sala de arquivo das secretarias.

²¹ Ver Anexo 21, Política de Acompanhamento de Egressos.

2º pavimento (577,46m²): Sala de espera da Reitoria; Sanitário masculino (2) e feminino (2); Sala da Reitoria; Sala de reuniões da Reitoria; Sala da secretaria da Reitoria; Gabinete do Diretor do Departamento de Filosofia; Gabinete do Diretor do Departamento de Teologia; 7 gabinetes para professores; Acervo Publicações; Salas do Setor de Comunicação Integrada; Sala da Coordenação da Pós-Graduação em Teologia e Filosofia; Sala da Coordenação Central de Pós-Graduação; Sala Medicina do Trabalho; Sala do Setor de Publicações; Sala da Revista Perspectiva Teológica; Sala com espólios de jesuítas que ensinaram na Faculdade.

3º pavimento (129,84m²): Sala de espera; Sala de Reunião da Congregação; Sala da Ouvidora e da CPA; Copa; Sanitário.

2º Bloco (Padre Libanio): Salas de Aula (área construída: 1.179,50m²)

1º pavimento (708,41m²): sala de estudo em grupo (01); 01 sala de aula (35m²), onde funciona um laboratório de informática com 21 computadores, para o polo EaD ; 03 salas de aula (70m²); Sala de Professores; Área de convivência (180m²); Conjuntos sanitários masculino e feminino, 01 sanitário Familiar e de PNE com fraldário; Área de circulação; Depósito de material de limpeza, copa, Cantina, Refeitório; **2º pavimento: (471,09m²):** Sanitários masculino e feminino, 01 sanitário Familiar e de PNE com fraldário; sala da Coordenação e biblioteca do CITEP; 03 salas de aula (70m²); 02 salas equipadas para ensino de línguas; 02 salas de estudo em grupo. Todas as salas de aula possuem recursos audiovisuais, com capacidade em média de 45 a 50 alunos em sala de aula.

3º Bloco (Dom Helder Câmara) (área construída: 1.336,00m²)

O conjunto dispõe de: sala de videoconferência; 2 salas com capacidade para 45 alunos (uma com 70,47m² e outra com 69,16m²), ambas com instalações de recursos audiovisuais; 01 sala de apoio; o *foyer* do auditório; sanitários masculino e feminino, ambos com acesso a PNE; auditório com capacidade para 184 pessoas (237,28m²); um teatro de arena (22,84m²), e 01 sala disponibilizada para depósito.

4º Bloco: Biblioteca Padre Vaz (área construída: 1.755,00m²) (cf. detalhamento em 7.2.2).

5º Bloco: Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida (área construída: 759,95m²)

O Edifício é composto pelos seguintes espaços: *foyer*; auditório com capacidade para 240 pessoas; instalações sanitárias e 2 camarins.

6º Bloco: Espaços compartilhados: (área construída: 199,00m²)

O edifício abriga salas utilizadas para as seguintes atividades: Centro Acadêmico; Coordenação do Grupo de Estudo Pré-ENEM (GRUFAJE); Livraria da FAJE; garagem coberta para 02 carros e 01 bicicletário.

7º Bloco: Espaço Funcionários (área construída: 285,32 m²)

O edifício dispõe de uma sala de descanso e convivência, com refeitório para funcionários, sanitário feminino e masculino; Oficina de Manutenção, depósito de material de limpeza.

8º Bloco: Capela Santo Inácio de Loyola (área construída: 199,00 m²)

O edifício abriga uma capela com capacidade para 200 pessoas, uma sacristia.

9º Bloco (Dom Oscar Romero) (área construída: 697,20 m²)

1º Pavimento: Hospedaria, com 15 quartos, todos com sanitários, cozinha-copa, sala de estar, lavanderia, dispensa e varanda.

2º Pavimento: 18 gabinetes individuais para professores, uma sala de reunião, copa, sala de estação de trabalho para professores horistas, sanitários feminino, masculino e PNA com fraldário.

10º Bloco

1º Pavimento (Pilotis): duas salas que abrigam os escritórios da mantenedora; uma sala que abriga as duplicatas da biblioteca; duas salas onde funciona o Studio de gravação; amplo espaço aberto nos pilotis, utilizado para eventos organizados pela Faculdade.

2º Pavimento (...). Será adaptado para abrigar as atividades atualmente abrigadas no 1º Bloco.

7.1.2 Áreas externas

- a. Quadra de esporte com iluminação noturna (1.454,13m²)
- b. Área verde (30.552m²)
- c. Área de estacionamento (250m²)
- d. Área de circulação
- e. Garagem
- f. Arquivo morto

7.2 BIBLIOTECA

7.2.1 Breve Histórico

A Biblioteca da FAJE, especializada em Filosofia e Teologia, foi iniciada em Nova Friburgo (RJ), em 1923. Em 1965, foi transferida para São Paulo, ficando na cidade por 10 anos. Em 1975, a biblioteca foi transferida para o Rio de Janeiro e, finalmente, em 1981, para Belo Horizonte. O nome, “Biblioteca Padre Vaz”, é uma homenagem de reconhecimento à fundamental contribuição do filósofo e professor jesuíta, que trabalhou por muitos anos na Faculdade, para a constituição do acervo.

7.2.2 Infraestrutura física

As instalações da Biblioteca compreendem 18 setores/salas (Garantindo 118 assentos para estudos)

- a. Recepção
- b. Área técnico-administrativa: secretaria, sala de digitação, processamento técnico, sala de triagem, sala de duplicatas
- c. Cozinha
- d. Biblioteca dos Professores: Obras selecionadas (fontes e comentários)
- e. Obras raras
- f. Acervo Geral (Espaço complementar de Teologia, Filosofia, sala de literatura)
- g. Obras de referência (dicionários, gramáticas, enciclopédias, manuais etc.)
- h. Sala para periódicos recentes 2004-2026 (Espaço para leitura de jornais e revistas)
- i. Memorial Padre Vaz e Memorial Padre Libanio
- j. Sala de informática (Espaço para uso de internet e trabalhos acadêmicos)
- k. Sala para estudo de Filosofia e de Teologia

l. Sala para estudos em grupo

m. Sala de Literatura.

n. Espaço cedido pelo Residencial Jesuíta para guarda provisória do acervo da Biblioteca do Secretariado de Colaboração, Fé e Espiritualidade, doado para a Biblioteca da FAJE em 2019.

7.2.3 Acervo

O acervo é constituído por mais de 302.049 exemplares, assim distribuídos:

Livros:

Considerando Obras de Referência/Dissertações/Teses/CDs DVDs, Obras raras e Memoriais:

Títulos: 115.851

Exemplares 130.236

Periódicos:

Títulos = 2801 (Dos quais 657 correntes)

Total de fascículos = 171.806

A representação do acervo por área do conhecimento fica da seguinte forma:

Acervo de <u>livros</u> por área do conhecimento			
Área de Conhecimento	Livros/Dissertações/Teses		Vídeos, CDs, DVDs
	Títulos	Volumes	
Ciências Agrárias	15	16	1
Ciências Biológicas	202	210	2
Ciências da Saúde	115	119	2
Ciências Exatas e da Terra	658	665	1
Ciências Humanas	104.324	120.653	521
Ciências Sociais Aplicadas	2.300	2.396	17
Engenharia/Tecnologia	24	24	0
Linguística Letras e Artes	8.213	5.556	53
TOTAL	115.851	129.639	597

Acervo de <u>periódicos</u> por área do conhecimento		
Área de Conhecimento	Periódicos	
	Títulos/	Volumes
Ciências Agrárias	6	38
Ciências Biológicas	5	75
Ciências da Saúde	45	1.337
Ciências Exatas e da Terra	45	513
Ciências Humanas	2.389	157.827

Ciências Sociais Aplicadas	229	8.666
Linguística Letras e Artes	82	3.350
TOTAL	2.801	170.209

Além do acervo físico, a biblioteca conta com acesso a conteúdos digitais. A expansão do acervo *on-line* é possível por três meios: (1) O *do Portal de Periódicos da Capes*, que ano a ano amplia a oferta, tanto de bases de dados como de *e-books*, garantindo aos usuários acesso cada vez maior a textos completos de periódicos eletrônicos nas áreas de Filosofia e Teologia, e acesso a várias áreas do conhecimento. É possível atualmente a pesquisa em mais de 40 mil periódicos. Na área de Filosofia é possível acesso a 546 títulos e na área da Teologia a 419 títulos, 1481 na área de Sociologia e 718 na Antropologia Além disso, o Periódicos Capes proporciona acesso a 274 mil livros e mais de 346 bases de dados nacionais e internacionais e repositórios digitais. Estas bases disponibilizam acesso a materiais diversos como: artigos, resumos, referências, estatísticas, teses, dissertações, material audiovisual, dentre outros; (2) Através do *consórcio da AUSJAL (Asociación de Universidades Jesuítas de América Latina)*, que adquiriu 12 bases de dados, *Academic Search Ultimate*, *eBook Academic Collection (EBSCOhost)*, *eBook Collection EBSCOhost*, ERIC, *Fuente Académica Plus GreenFILE*, *Legal Collection*, *MLA International Bibliography*, *Psychology and Behavioral Sciences Collection*, *SocINDEX with Full Text*, *Religion and Philosophy Collection*; *SeLaDoc: Base de datos de Teología Latinoamericana*. (3) Através da Biblioteca Virtual da Pearson, que disponibiliza acesso a mais de 15.317 títulos de livros em várias áreas do conhecimento.

7.2.4 Conservação e Segurança do Acervo

Iniciou-se, em 2008, a implantação de um projeto, com financiamento do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)* e da *Fundação Porticus*, para a segurança do acervo de livros. Implantou-se desde então um sistema de proteção contra furtos através de tecnologia eletromagnética (antenas magnéticas, etiquetas protetoras, reativador e desativador). Com esse sistema, todo livro deve necessariamente passar pelo serviço de empréstimo para ser desativado, antes de sair da biblioteca, caso contrário, é acionado um alarme de segurança.

Além disso, periodicamente, são feitas campanhas (através de cartazes e exposições) no sentido de conscientizar os usuários quanto ao uso adequado e a conservação do material que a biblioteca coloca à sua disposição.

Para garantir a segurança das pessoas, dos acervos de livros, documentos e equipamentos, investe-se, continuamente, na modernização do sistema de segurança (circuito interno de TV) e ampliação dos números de câmeras na biblioteca. O setor é monitorado por um sistema de alarme e vigilância 24 horas.

7.2.5 Recursos

7.2.5.1 Corpo Técnico Administrativo

A equipe da Biblioteca é formada por 2 bibliotecárias, 5 auxiliares e 2 auxiliares de serviços gerais.

7.2.5.2 Informática

Todo acervo da Biblioteca está informatizado. O sistema utilizado, desde dezembro de 2019, é o Pergamum. Ele permite o gerenciamento dos serviços referentes à catalogação, circulação dos materiais, aquisição e relatórios gerenciais e estatísticos.

O sistema possibilita ainda consultas através da WEB aos livros, teses, dissertações, artigos de periódicos indexados, sumários, e à coleção de periódicos existentes na biblioteca. Além disso é possível a pesquisa ao catálogo das obras raras e aos memoriais do Padre Vaz e do Padre Libanio.

A equipe da biblioteca dispõe de 10 computadores para uso administrativo. Já os usuários dispõem de 06 computadores para consulta do acervo e ainda outros 16 computadores para elaboração de trabalhos acadêmicos e acesso à internet.

7.2.6 Serviços

A Biblioteca disponibiliza aos seus usuários os seguintes serviços:

- a. Visitas orientadas ao acervo;
- b. Orientação para pesquisas no sistema da Biblioteca, incluindo bases locais de livros, periódicos e artigos, bem como treinamentos e atendimentos personalizados destinados a discentes e docentes;
- c. Apoio à realização de levantamentos bibliográficos;
- d. Empréstimo, renovação e reserva de materiais bibliográficos;
- e. Serviços remotos: consulta ao acervo de livros e periódicos acesso às novas aquisições, renovações de empréstimos e realização de reservas;
- f. Serviços de alertas por e-mail, que informa automaticamente aos usuários sobre empréstimos, renovações, reservas e devoluções, permitindo o acompanhamento das movimentações e pendências;
- g. Encaminhamento dos usuários ao serviço de reprografia para cópia de materiais permitidos pela legislação vigente;
- h. Orientação sobre a utilização das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do Serviço de Orientação Metodológica (SOM), da FAJE, para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;
- i. Treinamento para utilização das bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, destinados especialmente a discentes e docentes ingressantes;
- j. Disponibilizações de acessos remotos ao portal de Periódicos CAPES;
- l. Indexação de artigos dos periódicos de interesse da comunidade acadêmica, ampliando e facilitando as possibilidades de pesquisas. Estão disponíveis mais de 77 mil registros para pesquisa;
- m. Indexação de sumários dos periódicos possibilitando consultas especializadas ao conteúdo das publicações. Atualmente mais de 47.000 registros;
- n. Divulgação e exposição de novas aquisições de livros e periódicos;
- o. Realização de exposições temáticas relacionadas às áreas de interesse da comunidade acadêmica.

7.2.7 Usuários

A Biblioteca está aberta ao público e pode ser acessada tanto pela internet quanto presencialmente. O horário de funcionamento local, em dias úteis, é das 7h45 às 17h45. Seus usuários regulares são os membros da instituição, como discentes, docentes e funcionários, que, além de consultar o acervo, podem realizar empréstimos de materiais, conforme as normas estabelecidas pela biblioteca.

7.2.8 Memorial Jesuítas

Esta secção reúne documentação relativa aos escritos, especialmente inéditos, dos professores jesuítas da instituição já falecidos. Os dois principais grupos de material são os relativos à obra do Prof.

Henrique Claudio de Lima Vaz: (a) Obras do Prof. Henrique Vaz já publicadas: livros (19, em diversas edições); capítulos de livros e verbetes (22); artigos em periódicos (168); artigos/entrevistas em jornais (09); (b) Material não publicado: manuscritos classificados (292); fitas (178); vídeos (19), CDs (09), fotos (150). Diplomas e condecorações (10) e (c) Escritos sobre o Prof. Henrique Vaz: livros (18); textos e comentários em livros (65); artigos em periódicos (153); artigos/matérias em jornais, boletins, sites (63); teses e dissertações (46). Também, de forma especial, o memorial reúne informações sobre a vida e obra de João Batista Libanio, falecido em 2014. O acervo desse memorial é composto por obras publicadas (livros, capítulos, artigos publicados em periódicos impressos, em revistas), material fotográfico, textos que não foram publicados (manuscritos, notas de cursos, palestras, resumos), arquivos digitais (cursos, palestras, homilias), cursos em vídeo etc. Em 2015, iniciou-se a organização, a catalogação e a digitalização desses documentos, uma parceria entre a biblioteca e bolsistas do PIBIC sob a orientação do Diretor do Memorial. Para o período 2026-2030, deverá iniciar-se o processo de identificação, tratamento técnico e inclusão no memorial do espólio dos seguintes jesuítas professores da FAJE, cujo material encontra-se no depósito do 1º Bloco: Johan Konings, João Mac Dowell, Juan Ruiz de Gopegui, Paulo César Barros, Carlos Palácio.

7.2.9 Projetos futuros

Para os próximos anos, estão previstos projetos para a biblioteca:

- a. Projeto para revitalizar e reorganizar os espaços institucionais, visando ao aproveitamento racional das áreas disponíveis, à melhoria das condições de trabalho e estudo, e à segurança das pessoas, dos acervos de livros, documentos e equipamentos;
- b. Projeto para trabalhar em rede com outras IES da Companhia de Jesus e/ou realizar parcerias com instituições afins, para potencializar ações e fortalecer institucionalmente a FAJE.
 - a. Ampliação e modernização da Biblioteca Padre Vaz;
 - c. Investimento na aquisição de bibliografia digital.

7.2.10 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo

A formação do acervo é orientada pela direção da Faculdade, à luz das necessidades acadêmicas, e consignada no orçamento anual, que prevê recursos para aquisição de diferentes tipos de materiais entre livros, periódicos, jornais, entre outros. Esses materiais devem atender às seguintes finalidades:

- a. Atender às necessidades dos cursos de Graduação, seguindo as orientações dos Instrumentos de Avaliação de Curso do MEC;
- b. Atender às necessidades dos cursos de Pós-Graduação, segundo as necessidades dos projetos de pesquisa das Linhas de Pesquisa e Áreas de Concentração dos dois Programas de Pós-Graduação;
- b. Apoiar os programas de pesquisa e extensão ofertados pela Faculdade.

a. Formas de Atualização

A atualização constante do acervo será realizada mediante aquisição do material por compra, permuta e doação. A aquisição do acervo bibliográfico será norteadada pela seleção, que utilizará as sugestões de professores, pesquisadores, autoridades nas diversas áreas, usuários, bibliotecários. Serão utilizadas também as pesquisas em sites, catálogos de editoras e bibliografias dos cursos. Na seleção de materiais serão levados em conta:

- a. Adequação ao currículo acadêmico e às Linhas de Pesquisa da pós-graduação da FAJE;

b. Indicação do título em bibliografias básicas e complementares, com adequação à quantidade de exemplares necessários, conforme relatório referendado e assinado pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso;

c. Acessibilidade do idioma;

d. Aquisições de novas mídias virtuais que promovam a acessibilidade.

b. Expansão do acervo

A expansão do acervo de livros fica estimada num mínimo de 1.500 a 2.000 volumes por ano. Esse material será adquirido basicamente mediante compra e doações. Os livros adquiridos por compra, em sua maioria, estrangeiros, serão pagos com verba obtida através de projetos de financiamento. Nos últimos anos, a *Ação Episcopal ADVENIAT* tem auxiliado na aquisição de material bibliográfico. A Biblioteca tem também preparado projetos para aquisição de livros técnicos e científicos para a Pós-Graduação aprovados pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG). Doações de instituições educativas da Companhia de Jesus e Brasil e de pessoas físicas também têm contribuído para a aquisição de obras em língua estrangeira.

No que diz respeito aos periódicos, os 657 títulos correntes são mantidos basicamente através de assinaturas diretas, permutas com os periódicos publicados pela FAJE e doações. As permutas garantem 344 títulos (128 nacionais e 216 internacionais). A estimativa de expansão do acervo de **periódicos** fica em torno de 3.000 fascículos anuais.

Os usuários da Biblioteca têm ainda acesso a textos completos de periódicos eletrônicos nas áreas de Filosofia e Teologia devido à nota recebida pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia (nota 6). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) concedeu à comunidade acadêmica da FAJE, desde 2004, o acesso ao Portal Capes. Além do acesso a várias áreas do conhecimento, é possível a pesquisa em várias bases de dados filosóficas e Teológicas, Repositórios e Teses e Dissertações para ambas as áreas.

c. Avaliação do acervo

Para identificar lacunas, duplicações e obsolescência no acervo, são feitas avaliações contínuas. Essas avaliações norteiam as aquisições dos materiais para completar coleções, atualizar o acervo com obras relevantes de acordo com as necessidades e indicações da comunidade acadêmica, descartar obras, doar e permutar materiais em duplicidade.

Nessa atividade avaliativa são gerados alguns relatórios, tais como:

a. Levantamentos detalhados do acervo, através de análises quantitativas e qualitativas;

b. Levantamentos detalhados de registro do uso do material existente etc.

c. Levantamento detalhado de material obsoleto ou em duplicidade desnecessária.

Desta forma, se mantém, de forma satisfatória, o acervo especializado da FAJE.

d. Política de doação de duplicatas

A Biblioteca recebe regularmente doações de obras que já integram seu acervo ou que não atendem aos critérios de incorporação estabelecidos pela instituição. Após o recebimento, o material é submetido à identificação, triagem e armazenamento em local apropriado. Em seguida, é elaborada uma relação das obras disponíveis para doação, a qual é divulgada a instituições de ensino filosófico e teológico, nacionais e internacionais. As instituições interessadas manifestam interesse pelos títulos selecionados e, posteriormente, as obras são formalmente doadas e encaminhadas aos respectivos destinatários, em conformidade com os procedimentos institucionais vigentes.

7.3 LABORATÓRIO

A Faculdade Jesuíta oferece 2 (dois) laboratórios. Um está localizado na Biblioteca Padre Vaz. É composto por recursos físicos (equipamentos, softwares etc.) e organizacionais (programas de treinamentos de bases de periódicos e e-books, cursos em áudio, vídeos e documentos digitalizados). Possui 16 computadores à disposição dos usuários para elaboração de trabalhos acadêmicos e acesso à internet. O laboratório atende o quesito acessibilidade, de acordo com a Norma da ABNT (NBR 9050) no que diz respeito aos espaços de pesquisa para cadeirantes. São disponibilizadas ferramentas de auxílio (softwares) para deficientes visuais: o Microsoft Narrator, além da lupa e do teclado virtual para auxiliar a leitura de deficientes visuais nos programas de pesquisa. O segundo laboratório encontra-se no Bloco das salas de Aula. Possui 21 (vinte e um) computadores, que estão disponíveis para atividades acadêmicas com os mesmos recursos que o laboratório da Biblioteca, além de recursos multimídia.

7.4 RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL

Há serviços de audiovisuais instalados em uma das salas do Bloco Dom Hélder Câmara e no Auditório, como também no Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida. Um funcionário garante o apoio técnico e o atendimento adequado às solicitações de professores e alunos, sob agendamento. O quadro abaixo especifica os recursos disponíveis nesses espaços, como também nos demais espaços da Faculdade.

RECURSOS AUDIOVISUAIS	
BLOCO DOM HÉLDER CAMARA	
AUDITÓRIO DOM HELDER CÂMARA	
Equipamento	Quantidade
Microfone sem Fio	2
Microfone com Fio	1
Mesa de Som	1
Tela de Projeção	1
Potência	1
Computador	1
Projeto Multimídia	1
Caixa de Som	6
Sistema de Iluminação	1
Pedestal para Mesa	2
Divisor de Saída	1
SALAS DE AULA (Zilda Arns e Doroty Stang)	
Computadores	2
Projeto Multimídia	2
Tela de Projeção	2
Amplificador	2
Caixa de Som	4
SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA (Pe. Ulpiano Vázquez)	
Computador	1

Amplificador	1
Monitor	1
Smart TV 50"	1
Microfones sem Fio	2
Tela Retrátil Elétrica	1
Codec AVER (composto por um microfone e uma câmara e um receptor)	1
Arandela de Som	6
AUDITÓRIO DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	
Equipamento	Quantidade
Microfone sem Fio	2
Microfone com Fio	2
Projetor Multimídia	1
Tela de Projeção	1
Computador	1
Equalizador	1
Amplificador	1
Potência	1
Caixas de Som	7
Cabos para Microfone	4
Pedestais de Mesa	2
Pedestais Verticais	3
Extensão de Microfone	2
Estudio de Gravação	
Equipamento	Quantidade
Computador	1
Mesa de Som	1
Microfone com Fio	6
Microfone sem Fio	7
Microfone de Lapela	4
Câmera	1
Teleprompter	1
Holofotes	5
Caixas de Som	3
BLOCO PADRE LIBANIO	
SALAS DE AULA	
Equipamento	Quantidade
Computadores	6
Projetores	6
Amplificador	6

Tela de Projeção	6
Caixas de Som	12
Smart TVs 50"	4
Smart Tv 55"	1
Câmera e Microfone para Sistema de Videoconferência	3
SALA DOS PROFESSORES	
Equipamento	Quantidade
Computadores	2
Webcam	2
LABORATÓRIO EAD	
Equipamento	Quantidade
Computadores	20
Projektor	1
Tela de projeção retrátil	1
Amplificador	1
SALA CITEP	
Computadores	5
BIBLIOTECA PADRE VAZ	
Equipamento	Quantidade
Computadores	15
BLOCO OSCAR ROMERO	
Equipamento	Quantidade
Smart TV 43"	1
Conferência Polykon Trio	1

Em todo o campus da Faculdade Jesuíta há acesso à internet sem fio, inclusive nas salas de aula. Os serviços de administração acadêmica foram aperfeiçoados com a disponibilização do sistema acadêmico que permite aos estudantes acesso a informações on-line.

7.5 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Tendo presente os Decretos nº 5.290/04 e nº 5.773/06, e a Portaria FAJE 25/2020, de 28/09/2020, a área do *campus* foi adequada para permitir a acessibilidade e o atendimento diferenciado de portadores de necessidades especiais. Foram instaladas rampas que possibilitam o acesso de cadeirantes e outras pessoas com dificuldades de locomoção a todas as áreas do *campus*, bem como uma plataforma para acesso ao 2º pavimento do Bloco Padre Libanio. Também foram construídas instalações sanitárias adaptadas e adequadas para o uso de cadeirantes em todos os blocos do *campus* como no das salas de aula, da biblioteca, dos auditórios, dos gabinetes dos professores e da hospedaria. Os balcões da secretaria e da administração foram adaptados para atendimento de cadeirantes. Também foram adquiridos bebedouros apropriados para portadores de necessidades especiais (PNE), alocados nos prédios das aulas e na biblioteca. Há vagas especiais de estacionamento para PNE. Os corredores dos edifícios e o espaço interno da Faculdade receberam piso tátil, para pessoas com deficiência visual.

Quanto aos deficientes auditivos, os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS são contratados quando necessário dentre os profissionais do mercado que atuam nestas atividades.

Um passo importante no sentido da atenção com relação às pessoas com necessidades especiais foi a introdução da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular da Licenciatura em Filosofia a partir de 2010, cumprindo assim com as exigências da legislação brasileira.

Todo suporte aos portadores de necessidades especiais é sempre prioridade para a FAJE, não só como responsabilidade a partir das normas, mas sim como possibilidade de colaboração na capacitação humana dessas pessoas.

7.6 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Boa parte da revitalização do *campus*, prevista no PDI 2021-2025, foi realizada: (1) Rampas de acessibilidade por toda o campus; (2) Reforma do sistema elétrico no edifício da administração e na biblioteca; (3) Modernização da infraestrutura tecnológica para ampliação da conectividade no campus. Como já descrito no tópico 2.8.8, o PDI 2026-2030 prevê reformas no edifício que abrigava a residência dos professores jesuítas, que deverá abrigar as atividades atualmente realizadas no 1º Bloco, Administração. No telhado da Biblioteca serão instaladas células fotovoltaicas para captação de energia solar. Está prevista a captação de água pluvial do conjunto dos edifícios e uma reforma mais abrangente do edifício que abriga o Auditório Dom Luciano Mendes de Almeida, para transformar o local num espaço cultural aberto à região norte da cidade de Belo Horizonte. O projeto deverá, porém, aguardar mais tempo para execução. Estão previstas ainda pequenas intervenções no espaço das calçadas externas e a construção de novas rampas internas para acessibilidade ao conjunto do *campus*.

8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES), a FAJE prioriza a avaliação como um aspecto fundamental do processo acadêmico e institucional, ao lado do planejamento e da execução das atividades planejadas. A avaliação corresponde a um compromisso com a qualidade dos serviços prestados pela instituição, oferecendo chaves de leitura da sua realidade, apontando caminhos, corrigindo percursos, organizando prioridades, em vista da efetivação de um projeto acadêmico de alto nível. O êxito do processo de avaliação institucional depende da clareza em relação à identidade e missão da instituição, seus objetivos e metas específicos e, em particular, dos projetos pedagógicos de seus cursos, com os quais ela deverá estar em estrita consonância.

8.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é feita regularmente das seguintes maneiras:

- a. Avaliação do rendimento escolar dos estudantes pelos professores em cada disciplina e prática educativa, ao longo do curso;
- b. Avaliação permanente das atividades escolares por meio de reuniões formais e informais dos diretores e coordenadores de curso com os representantes das turmas;
- c. Avaliação semestral por parte dos estudantes da graduação e da pós-graduação das disciplinas oferecidas, por meio de ficha escrita distribuída a todos, cujas observações são levadas em consideração pela direção dos Departamentos da Faculdade;
- d. Avaliação anual da formação recebida nos Programas de Pós-Graduação, realizada pelos egressos, por meio de fichas enviadas no final do ano, cujas observações são depois levadas em conta pela coordenação do curso;
- e. Avaliação anual dos currículos e do desempenho docente dos professores, pela direção dos Departamentos da FAJE e pelos respectivos Conselhos, levando a mudanças em vista do aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

8.3 AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS PROFESSORES

Esta avaliação é feita pela direção de cada Departamento, à luz das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Magistério Superior, através de relatórios anuais que devem ser apresentados pelos docentes, indicando sua produção científica (projetos de pesquisa) e a divulgação dos seus resultados em publicações, congressos, conferências e outros veículos de difusão. Os professores que atuam nos programas de pós-graduação têm a possibilidade de ter um espelho de sua produção acadêmica a cada ano, através da Plataforma Sucupira, onde são inseridas suas atividades do ano.

8.4 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS

Os órgãos diretivos, de caráter colegiado e executivo, refletem regularmente sobre a vida da instituição à luz de seus princípios e sua finalidade, tomando medidas para suprir lacunas, corrigir tendências, aperfeiçoar os serviços prestados. Em particular, os serviços administrativos são avaliados pelos órgãos diretamente responsáveis e/ou hierarquicamente superiores, levando em conta, entre outros fatores, as observações recebidas dos membros da comunidade acadêmica, tanto alunos, como professores e funcionários.

8.5 AVALIAÇÃO GLOBAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Para tal, dispõe de procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação institucional – realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES – a avaliação externa *in loco*, a avaliação dos cursos de graduação, feita através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a avaliação dos cursos de pós-graduação, feita a cada quatro anos, segundo as normas definidas pelas respectivas áreas da CAPES.

A avaliação institucional, interna e externa, deve contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da referida instituição de educação superior e de seus cursos.

No que se refere à Autoavaliação Institucional, esta é realizada anualmente, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), devidamente convocada e estabelecida, contemplando representantes dos corpos acadêmicos e da sociedade civil. Toda a comunidade acadêmica é convocada a participar da autoavaliação e o envolvimento de professores, estudantes e funcionários tem se revelado crescente a cada ano.

As estratégias e a construção de instrumentos para coleta de dados foram definidas pela instituição, tendo em vista os diferentes aspectos a serem avaliados. A metodologia utilizada nos últimos anos tem sido um questionário eletrônico fechado (Google Docs, em três modelos distintos, adequados à realidade institucional de cada um dos seguimentos da comunidade acadêmica: estudantes, professores e funcionários do corpo técnico-administrativos) e aplicado durante a “Semana de Autoavaliação Institucional”, realizada na primeira semana de outubro de cada ano. A ferramenta possibilita que a CPA obtenha resultados estatisticamente fiéis e direcione suas energias para a análise dos resultados dos questionários, a elaboração de instrumentos adicionais para avaliação das dimensões não contempladas e, principalmente, o diagnóstico de pontos fracos para contribuir com recomendações de ações de melhorias eficazes. A pesquisa realizada pela CPA da FAJE é de amplo espectro e, potencialmente, pode cobrir a maior parte da Comunidade Acadêmica. Esse método é preferível ao modelo por amostragem, dado o tamanho da comunidade da FAJE ser manejável pela Avaliação Institucional.

Os resultados de cada Autoavaliação Institucional são processados em planilha estatística, sendo que os diversos indicadores são analisados pela CPA, visando à formulação de um relatório final,

o qual apresenta propostas de melhorias nos diversos setores institucionais. Essa avaliação é postada no portal do E-MEC e no Portal da Faculdade, sendo acessível a toda a comunidade acadêmica.

8.6 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Para conduzir a avaliação institucional, seguindo as diretrizes do Programa de Avaliação Institucional, bem como a legislação brasileira pertinente, é constituída a Comissão Própria de Avaliação (CPA) composta de representantes de todos os seguimentos da comunidade acadêmica da FAJE e que também conta com membros externos da sociedade civil que auxiliam no processo avaliativo.

A CPA da FAJE, criada em 2004, tem atuado de forma programática, segundo as normas da educação superior, sobretudo a partir de 2010. Ela tem contribuído de modo significativo na realização da Avaliação Institucional, produzindo relatórios importantes sobre os vários aspectos da Faculdade.

No que se refere à Autoavaliação institucional, a partir de então, a cada ano, a CPA segue o seguinte cronograma:

1. Elaboração de uma versão inicial dos Questionários de Autoavaliação - junho e julho;
2. Distribuição do protótipo da avaliação ente os gestores para sugestões – agosto;
3. Organização e Divulgação da Autoavaliação – setembro;
4. Aplicação da Pesquisa a toda a comunidade acadêmica – outubro;
5. Organização dos dados, análise inicial e distribuição das considerações iniciais entre os gestores - novembro e dezembro;
6. Respostas dos gestores - dezembro do ano vigente e janeiro do ano seguinte;
7. Avaliação dos membros da CPA quanto aos resultados/ elaboração do relatório - janeiro e fevereiro;
8. Divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e publicação no site da FAJE / postagem no sistema e-MEC – março.

Constituição da CPA em 2025:

Presidente: Daniel Felipe Couto Vieira

Representante Docente Filosofia: Daniel de Luca Silveira de Noronha

Representante Docente Teologia: Franklin Alves Pereira

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo: Juliana Guilherme da Silva e

Bertolino Alves Resende

Representante Discente Filosofia: Sophia Rosa de Oliveira;

Representante Discente Teologia: Andrea Marelli;

Representante da Sociedade Civil: Edward Neves Monteiro de Barros Guimarães.

8.7 AVALIAÇÃO EXTERNA

Além da avaliação formal da CPA, as atividades da FAJE são avaliadas pelas seguintes instâncias:

- a. Os Programa de Pós-Graduação são avaliados pela CAPES. Até 2012, a avaliação era trienal. A partir de 2013, passou a ser quadrienal. O PPG de Teologia obteve a nota 6 (seis) nas últimas avaliações da CAPES e o PPG de Filosofia recebeu a nota 4 (quatro) na última avaliação.

b. O curso de Filosofia bacharelado obteve nota 4 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE de 2021 e na avaliação *in loco* de 2023, obteve nota 5 e a licenciatura em Filosofia obteve nota 5 no ENADE de 2025 e na avaliação *in loco* de 2023, também obteve nota 5;

c. O curso de Teologia foi avaliado com nota 4 no ENADE realizado em 2022;

d. O Curso de Graduação em Filosofia vem sendo classificado como Muito Bom (****) pelo *Guia Abril do Estudante* desde 1998;

e. O Departamento de Teologia foi escolhido, em 2008, pela Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina como um dos centros de formação teológica em nível do bacharelado para os estudantes jesuítas latino-americanos;

(f) Os periódicos *Síntese – Revista de Filosofia e Perspectiva Teológica* têm sido canal privilegiado de divulgação da produção intelectual dos docentes da FAJE e de seus colaboradores. As coleções científicas (Filosofia, FAJE, *Theologica*, Bíblia Passo a Passo, Bíblica Loyola, Obra filosófica inédita de Henrique Cláudio de Lima Vaz) e *Theologica Latinoamericana*. Enciclopedia Digital, são canais privilegiados de difusão do pensamento filosófico-teológico da FAJE.

9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A gestão econômico-financeira da FAJE é assumida primeiramente pela Diretoria Administrativa, a quem está vinculada a responsabilidade de supervisionar, coordenar e executar os serviços administrativos relacionados com a contabilidade, o pessoal (gestão de pessoas), bem como a aquisição, manutenção e preservação do patrimônio físico da FAJE.

Todas as normas de condução da gestão seguem as orientações e os parâmetros administrativos, financeiros e contábeis estabelecidos pelos órgãos competentes nestas áreas para a consecução da manutenção da funcionalidade da Faculdade. A Administração da FAJE obedece a todos os requisitos de recolhimento, fiscalização e pagamentos junto aos órgãos públicos e privados, além de praticar uma política de remuneração salarial para os membros dos seus quadros docente e administrativo de acordo com as convenções coletivas das categorias e das leis trabalhistas em vigor. Para tal, são cumpridas as leis e as normas jurídicas para proteção da instituição.

A Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social (AJEAS) é a entidade mantenedora da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, responsável perante as autoridades públicas e o público em geral. Em corresponsabilidade com a Mantenedora, a FAJE promove adequadamente as condições de funcionamento de suas atividades. A Mantenedora coloca à sua disposição os bens móveis e imóveis necessários para o funcionamento das atividades, bem como lhe assegura os recursos financeiros de custeio. Para isso, toda previsão financeira e orçamentária é apresentada à Mantenedora, que reserva para si a homologação de peça orçamentária e delega sua execução à Administração da FAJE.

No quinquênio 2026-2030 a FAJE deverá passar a ter como mantenedora a Associação Antônio Vieira (ASAV). Parte do processo já se realizou nos últimos anos, devendo se completar em um futuro próximo.

9.2 PLANOS DE INVESTIMENTOS

A previsão orçamentária para 2026 e para os anos subsequentes tomará como base os gastos realizados em 2025 sendo aplicado índice inflacionário a partir das principais fontes de informação disponíveis para essa construção (BACEN, Relatório Focus, Relatório da Inflação).

9.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS)

A FAJE possui um quadro estável de cursos (Filosofia e Teologia) nos níveis de Graduação e Pós-Graduação, além de cursos de pós-graduação *lato sensu*. No entanto, existe uma constante preocupação com o crescimento qualitativo do investimento feito nos cursos e estruturas já em funcionamento. Assim sendo, para a composição da previsão orçamentária neste PDI, relativo ao quinquênio 2026-2030, será tomado, como base, o balanço contábil até o mês de agosto de 2025, por não ter sido encerrado o exercício, projetado até dezembro de 2025.

É necessário salientar que os recursos da FAJE vêm não somente dos serviços prestados na Faculdade, mas também de contribuições da Entidade Mantenedora, que fornece recursos financeiros para investimentos e outras despesas.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2026 A 2030

Despesas	Base 2025	2026	2027	2028	2029	2030
1. Operacional	13.895.572,14	14.601.507,59	15.330.186,28	16.100.751,29	16.896.923,62	17.733.462,80
1.1 Pessoal	8.063.472,34	8.506.963,30	8.991.860,21	9.508.892,18	10.041.390,15	10.603.707,99
1.1.1 Docente	4.744.725,05	5.005.684,92	5.291.008,96	5.595.241,98	5.908.575,53	6.239.455,76
1.1.2 Técnico-Administrativo	1.693.463,81	1.786.604,31	1.888.440,76	1.997.026,10	2.108.859,57	2.226.955,70
1.1.3 Encargos Sociais	1.625.283,48	1.714.674,07	1.812.410,49	1.916.624,10	2.023.955,05	2.137.296,53
1.2 Despesas Gerais	5.832.099,80	6.094.544,29	6.338.326,07	6.591.859,10	6.855.533,47	7.129.754,81
1.2.1 Serviços/terceiros	1.137.421,50	1.188.605,47	1.236.149,69	1.285.595,67	1.337.019,50	1.390.500,28
1.2.2 Materiais	504.548,49	527.253,17	548.343,30	570.277,03	593.088,11	616.811,64
1.2.3 Outras despesas	4.190.129,81	4.378.685,65	4.553.833,08	4.735.986,40	4.925.425,86	5.122.442,89
2. Investimentos	1.377.877,91	612.754,72	637.264,91	662.755,52	689.265,73	716.836,36
2.1 Biblioteca	116.553,32	121.798,21	126.670,14	131.736,95	137.006,43	142.486,68
2.2 Móveis	9.758,10	10.197,21	10.605,10	11.029,31	11.470,48	11.929,30
2.3 Máq., equip. e apar. de exp. e informática	187.934,37	196.391,42	204.247,07	212.416,96	220.913,63	229.750,18
2.4 Reformas Edificações	1.063.632,12	284.367,88	295.742,60	307.572,30	319.875,19	332.670,20
Total (1 + 2)	15.273.450,05	15.214.262,31	15.967.451,19	16.763.506,81	17.586.189,35	18.450.299,16

ANEXOS

ANEXO 1 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA: LINHAS, PROJETOS DE PESQUISA E GRUPOS DE PESQUISA

O Programa de Pós-Graduação possui a Filosofia como Área de Concentração e duas Linhas de Pesquisa:

1. Ética, Filosofia Política e Sociedade: propõe investigar questões éticas e políticas que nos ajudem a pensar a práxis individual e coletiva e a organização da sociedade. Em primeiro lugar, numa perspectiva ética, vários são os temas que podem ser pesquisados. Dentre eles, podemos destacar: a relação entre razão teórica e razão prática, a possibilidade de fundamentação racional da ética, a relação entre justiça e bem, ética e religião, ética e metafísica, ética e ciência, ética e hermenêutica, ética e economia, ética e política. Do ponto de vista da filosofia política, abre-se a possibilidade de investigar ainda a respeito de vários temas: a questão da organização social, da formação e da constituição do Estado de Direito, das formas de exercício do poder. Os direitos humanos, a democracia, as políticas públicas, o direito como mecanismo de integração social, a bioética, a crise ecológica e a tecnociência também se apresentam como temas sobre os quais podem ser realizadas pesquisas, a partir de abordagem filosófica. Estimula-se, sobretudo, uma investigação que, partindo de problemas concretos, possa auxiliar numa melhor compreensão do agir individual e coletivo, e consequentemente, ajude a compreender melhor a realidade social.

2. Filosofia da Religião, Ciência e Cultura: a linha de pesquisa tem por objetivo promover a investigação e a discussão acerca de dimensões fundamentais da autoexpressão do ser humano segundo os três focos apresentados: religião, ciência e cultura. No tocante ao primeiro foco, enfatiza-se a reflexão sobre as condições de legitimidade e viabilidade de uma abordagem filosófica sobre o fato humano, cultural e histórico da religião, em suas diversas dimensões e manifestações, no interior do espaço epistemológico que define a modernidade, tanto do ponto de vista de uma filosofia da religião *stricto sensu*, quanto de uma teologia filosófica. O segundo foco contempla o campo abrangente do problema do conhecimento, e privilegia em particular uma reflexão sobre a ciência, seu método e sua validade, suas esferas de atuação, seus limites e pressupostos, assim como sobre o estatuto ontológico de suas entidades. Por fim, pelo terceiro foco a linha se abre para pesquisas dirigidas a outros âmbitos da Cultura, como a arte, a literatura e a linguagem, examinados sob a perspectiva histórico-filosófica, estética e de filosofia da cultura. Estimula-se, sobretudo, o desenvolvimento de pesquisas que estabeleçam vínculos entre os focos em questão.

GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA

I. DESAFIOS PARA UMA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

[GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O principal objetivo do grupo consiste em investigar e refletir a respeito dos desafios éticos com os quais somos continuamente confrontados. Entre tais desafios podemos citar, por exemplo, o problema da relação entre razão teórica e razão prática, o problema da fundamentação racional da ética e o problema da sua aplicação, a questão da relação entre justiça e bem, entre tradição e modernidade, as questões colocadas pela ética do meio ambiente e também aquelas levantadas pela bioética. Outras

questões podem ainda ser apresentadas a partir do exame da relação entre ética e economia, ética e psicanálise, ética e ciência moderna.

Líder: Prof. Elton Vitoriano Ribeiro

PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS AO GRUPO

1. *A IDEIA DA EMPATIA REGULADA*

Uma das críticas acerca do papel da empatia nas reações e juízos morais incide sobre sua suposta vulnerabilidade ao chamado viés de similaridade. Basicamente, a ideia é que sentimos empatia por aqueles que são parecidos conosco. Assim, de acordo com Jesse Prinz, para sentirmos empatia por indivíduos que estão fora do nosso grupo social, focamos nossa atenção nos aspectos que nos aproximam deles em detrimento daqueles aspectos que nos diferenciam. De certo modo, essa crítica ecoa o influente modelo intuicionista de Jonathan Haidt, segundo o qual, nossas respostas morais são concebidas como rápidas, automáticas e irrefletidas. De acordo com esse modelo, embora o raciocínio prático possa rever as intuições morais, ele aparece como uma tentativa posterior de justificar nossas reações emocionais prévias. No entanto, um problema, ao menos para aqueles que são simpáticos ao cognitivismo, é que esse modelo tende a minar a credibilidade e a autoridade normativa das nossas respostas morais. Tendo essa discussão presente, os objetivos da presente pesquisa são: (i) investigar um dos pilares desse modelo, a saber, de que os mecanismos da empatia afetiva são encapsulados e insensíveis a constrangimentos normativos; (ii) investigar a imagem de racionalidade prática que é assumida pelo modelo intuicionista; e (iii) avaliar a possibilidade de um conceito de empatia como um sistema de ajuste flexível no mundo social, de maneira a atender, de um modo particular, às demandas de normatividade.

Professor responsável: Prof. Daniel De Luca Silveira de Noronha

2. *DESAFIOS PARA UMA ÉTICA CONTEMPORÂNEA*

A pesquisa pretende examinar, a partir da leitura de textos de autores contemporâneos, a atualidade de dois paradigmas éticos fundamentais: o paradigma aristotélico e o paradigma kantiano. Trata-se de avaliar de que modo cada um dos paradigmas assumidos e reformulados na contemporaneidade nos ajudam a enfrentar os desafios éticos com os quais somos continuamente confrontados. Entre tais desafios podemos citar, por exemplo, o problema da relação entre razão teórica e razão prática, o problema da fundamentação racional da ética e o problema da sua aplicação, a questão da relação entre justiça e bem, entre tradição e modernidade, as questões colocadas pela ética do meio ambiente e também aquelas levantadas pela bioética. Entre os autores contemporâneos que propomos investigar podemos citar A. MacIntyre, Ch. Taylor, J. Habermas, J. Rawls, K. O. Apel.

Professor responsável: Prof. Elton Vitoriano Ribeiro

3. *O RECONHECIMENTO DE PESSOAS E SUAS REPERCUSSÕES PARA A FILOSOFIA DO DIREITO*

Nos últimos anos, pesquisas nas ciências cognitivas têm despertado a atenção e o interesse de juristas e filósofos do Direito. Os resultados dessas pesquisas não devem, por certo, fundamentar o

caráter normativo de teorias jurídicas, mas, dado que estabelecem limites importantes acerca das capacidades humanas, podem contribuir para a reflexão crítica acerca dessas teorias. Nesse contexto, o projeto situa-se no domínio da Filosofia da mente em diálogo com a cognição social, particularmente da percepção e reconhecimento de faces. Sabe-se que o reconhecimento de suspeitos por parte de vítimas constitui-se como um meio de prova fortemente valorada no âmbito penal. Entretanto, pesquisas recentes mostram um elevado índice de erro no reconhecimento de suspeitos, fato que concorre para condenações espúrias. Tendo em vista esse problema, o projeto tem como objetivo geral investigar os aspectos cognitivos e emocionais presentes no reconhecimento de faces e, com base nessa investigação, refletir acerca dos procedimentos relacionados ao reconhecimento facial e suas repercussões para o Direito processual penal brasileiro.

Professor responsável: Prof. Daniel De Luca Silveira de Noronha

4. PROBLEMAS E FUNDAMENTOS DA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

O projeto visa estudar alguns autores da ética contemporânea em sua vertente continental e, de modo especial, na filosofia francesa. Dentre os autores estudados estão Sartre, Foucault e Ricoeur, mas também o pensamento de Lima Vaz. Dentre os temas mais importantes estão a questão da inter-relação entre ética e direito, entre normatividade e liberdade e a discussão crítica em torno da herança kantiana.

Professor responsável: Prof. Carlos Roberto Drawin

5. PSICANÁLISE E FILOSOFIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA CRÍTICA DA CULTURA

Trata-se de um projeto mais amplo e que, portanto, está subdividido em algumas etapas específicas: (1) Interpretação filosófica e psicanalítica da violência contemporânea; (2) O significado ético da psicanálise; (3) O significado ontoantropológico da psicanálise.

Professor responsável: Prof. Carlos Roberto Drawin

II. REFHIL [GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O objetivo fundamental do grupo é discutir as condições de viabilidade e legitimidade de uma reflexão filosófica sobre o fato humano, cultural e histórico da religião no interior do espaço epistemológico que define a modernidade. Assim, o horizonte maior de nossas pesquisas desenha-se a partir dos polos definidos pelas noções de “religião” e “modernidade”. A partir daí vários trajetos podem ser definidos. Cada pesquisador desenvolve um tema específico, sendo que ao final pretende-se discutir o estatuto da própria definição de “filosofia da religião” (incluindo aí a própria designação que se dá a esta área da reflexão filosófica).

Líder: Daniel De Luca Silveira de Noronha

PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS AO GRUPO:

1. A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA A PARTIR DA FILOSOFIA DA MENTE E DA CIÊNCIA COGNITIVA

O projeto insere-se no campo da filosofia da mente em conexão com a ciência cognitiva tendo como foco a experiência religiosa. Dentro desse domínio, a experiência religiosa é tomada, sobretudo, como um fenômeno constitutivo da mente humana. Meu propósito é investigar tanto aspectos fenomenológicos quanto cognitivos dessa experiência. Quanto à fenomenologia, algumas questões pertinentes são as seguintes: existe uma fenomenologia restrita à experiência religiosa? É possível tomar a experiência religiosa pelo seu valor de face, ou seja, independentemente de aspectos doxásticos que figuram em doutrinas particulares? Essa experiência teria uma contrapartida perceptual? Já quanto aos aspectos cognitivos, as questões são: qual é o estatuto da crença religiosa? As crenças afetam a qualidade da experiência religiosa? Qual é a influência das emoções nessas crenças? Crenças religiosas modulam a experiência perceptiva com o mundo físico? Qual é o papel de metarrepresentações na experiência religiosa? Por fim, o objetivo central do projeto é integrar essas diferentes respostas num quadro teórico geral sobre a experiência religiosa.

Professor responsável: Prof. Daniel De Luca Silveira de Noronha

2. FILOSOFIA DA RELIGIÃO NA PLURALIDADE DAS RELIGIÕES – DESAFIOS, PERSPECTIVAS, TAREFAS URGENTES

A religião constitui uma expressão fundamental da cultura. No Ocidente, ao longo de dois milênios, essa expressão foi predominantemente configurada pelo cristianismo, cuja elaboração contou com quadros filosóficos que fizeram a filosofia da religião aproximar-se, muitas vezes, de uma filosofia do cristianismo. Diante da consciência contemporânea da pluralidade de culturas e religiões, impõe-se à filosofia da religião repensar o fenômeno religioso em sua riqueza e pluridimensionalidade, bem como a própria questão de “Deus”. A filosofia da religião requer um quadro teórico capaz de articular, de modo coerente e inteligível, o ser humano, o cosmos e a divindade. E, assim, o projeto investiga a natureza antropológica, cósmica e metafísica da religião.

Professor responsável: Prof. Luiz Carlos Sureki

3. NIILISMO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

A meta da pesquisa é refletir sobre a situação (formas, possibilidades, legitimidade) da experiência religiosa em suas relações com o niilismo contemporâneo, entendido como determinante de fato das condições da existência humana na modernidade. Para tanto, a pesquisa desdobra-se em três frentes: (1) uma reflexão contínua sobre a própria noção de niilismo, especialmente sob o prisma da filosofia da cultura; (2) estudo sobre fenômenos culturais de valência religiosa, à luz da relação niilismo-experiência religiosa (visando especialmente os fundamentos e pressupostos de algumas propostas de espiritualidade/religiosidade contemporâneas de inspiração romântica); (3) investigação em chave filosófico-cultural da psicologia analítica de C.G. Jung, entendida simultaneamente como expressão e resposta ao niilismo contemporâneo, na medida em que propõe um “mito do sentido” como solução para a consciência moderna que perde a conexão com seus símbolos religiosos significativos. A pesquisa, em seu tríplice desdobramento, será norteadada pela hipótese de ser o niilismo um momento ou uma forma (ainda que degradada, deformada ou invertida) de experiência religiosa.

Professor responsável: Prof. Marco Heleno Barreto

4. O PENSAMENTO DO ABSOLUTO NA FILOSOFIA CONTINENTAL CONTEMPORÂNEA: UM ITINERÁRIO DE HEGEL A ZIZEK

A exigência racional de se pensar o Absoluto encontrou a sua expressão exemplar no sistema hegeliano. Mas grande parte do pensamento pós-hegeliano rejeitou tal exigência como uma forma inaceitável de panlogismo e a rejeitou em nome de dimensões irreduzíveis da experiência humana como a vontade irracional (Schelling, Schopenhauer), o indivíduo (Kierkegaard), os modos sociais de produção (Marx) etc. No entanto, a questão tem sido retomada a partir da profunda crise espiritual da modernidade e abordada em diferentes perspectivas por filósofos como Slavoj Žižek, Markus Gabriel, Mark Johnston e outros. O projeto de pesquisa tem como objetivo a reconstrução dos argumentos desses pensadores contemporâneos.

Professor responsável: Prof. Carlos Roberto Drawin

III. ESTUDOS VAZIANOS (GEVAZ) [GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O objetivo do grupo consiste em pesquisar os temas trabalhados por Henrique Cláudio de Lima Vaz. Trata-se de uma tentativa de compreender a proposta limavaziana e de promover a sua valorização e atualização diante dos desafios colocados pelo tempo e contexto atual.

Líder: Profa. Patrícia Reis.

PROJETOS DE PESQUISA VINCULADO AO GRUPO:

1. LIMA VAZ E OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

As obras filosóficas de Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921- 2002) são de inestimável riqueza e, de certa forma, precisam ser descobertas e exploradas. Pretendemos investigar as obras de Lima Vaz enquanto representam uma reflexão audaciosa e profunda a respeito dos desafios com os quais nos vemos continuamente confrontados na atualidade.

Professora responsável: Profa. Cláudia Maria Rocha de Oliveira

2. EDIÇÃO DA OBRA FILOSÓFICA DE HENRIQUE CLÁUDIO DE LIMA VAZ

Com financiamento da FAPEMIG, em dois projetos, foram já publicados seis volumes da Coleção Obra Filosófica inédita de Henrique de Lima Vaz por Ed. Loyola, SP: (1) LIMA VAZ, H. Contemplação e Dialética nos Diálogos Platônicos, 2012 (editor: Juvenal Savian Filho, UNESP); (2) LIMA VAZ, H. A formação do pensamento de Hegel, 2014 (editor: Arnaldo Fortes Drummond, UFU); (3) LIMA VAZ, H. Introdução ao pensamento de Hegel, vol. 1: A Fenomenologia do Espírito e seus antecedentes, 2020 (editor: Arnaldo Fortes Drummond); (4) HEGEL, G. F. W. A Ciência da Lógica. Trad. parcial de Henrique C. de Lima Vaz, 2022 (editor: Manuel Moreira da Silva, UNICENTRO); (5) LIMA VAZ, H. Filosofia da natureza e filosofia do mundo, 2022 (Gabriel Almeida Assumpção); (6) LIMA VAZ, H. Moralidade e felicidade: comentário ao capítulo ‘O espírito certo de si mesmo. A moralidade’ da Fenomenologia do Espírito (1807), 2022 (Leonardo Alves Vieira, UFMG).

Professor responsável: Profa. Cláudia Maria Rocha de Oliveira.

3. O DIREITO, A POLÍTICA E A JUSTIÇA NA FILOSOFIA DE HENRIQUE CLÁUDIO DE LIMA VAZ

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as reflexões de Henrique Cláudio de Lima Vaz sobre temas da filosofia política. Conceitos que serão investigados: cidadania, agir ético, regime político, Estado, justiça, entre outros.

Professor responsável: Profa. Patrícia Reis

IV. ÉTICA E CIÊNCIA [GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O Grupo de pesquisa Ética e Ciência é um grupo interdisciplinar e interinstitucional que tem por objetivo pesquisar e discutir temas relacionados à relação entre Filosofia e Ciência, com especial atenção aos efeitos de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial.

Líder: Prof. Carlos Barth

V. FILOSOFIA DO BRASIL – GRUPO FIBRA [GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O grupo de Estudos de Filosofia do Brasil (FIBRA) foi criado em 2001. De 2001 a 2006, esteve sediado na UFMG. Em 2007, com a transferência do líder Prof. Paulo Margutti para a FAJE, passou a ficar sediado nesta instituição. Conta, entre seus membros, com professores e alunos da FAJE, da UFMG e de diversas instituições do país. Um dos resultados das atividades do Grupo foi o aumento das preocupações com a filosofia brasileira nas instituições envolvidas. O Grupo já promoveu diversos encontros e colóquios sobre filosofia brasileira, dos quais resultaram inúmeros livros e artigos especializados sobre o assunto. O Grupo Fibra possui página na internet localizada no Google Sites, onde podem ser obtidas maiores informações sobre as atividades desenvolvidas e onde pode obter material relevante online.

Líder: Profa. Marília Murta de Almeida

PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS AO GRUPO:

1. PENSAMENTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

No contexto dos estudos de Filosofia Brasileira, cujo âmbito de interesse na comunidade filosófica nacional tem se ampliado, este projeto visa acompanhar estes desdobramentos na atualidade. Seguindo o caminho indicado por Lúcio Marques em seu recente livro *Formas da filosofia brasileira* (Editora Fi, 2023), pretendemos perseguir trilhas abertas por pensadores e profissionais da filosofia brasileiros em nossa época, especialmente nas dimensões da relação com a sociedade, a política e a cultura, em particular com a literatura.

Professor responsável: Profa. Marília Murta de Almeida

*2. FILOSOFIAS FEMINISTAS **

Este projeto busca investigar as filosofias feministas, desde a obra clássica de Simone de Beauvoir e com especial interesse pela obra contemporânea de Judith Butler. Os desdobramentos decoloniais da vertente feminista, tais como os chamados feminismos comunitários, assim como toda

a produção que leva em conta a interseccionalidade em suas várias dimensões são também considerados no âmbito do projeto.

Professor responsável: Karen Colares e Marília Murta de Almeida

* O projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Teologias e Filosofias Feministas registrado pelo Departamento de Teologia da FAJE.

VI. NIETZSCHE, CONSCIÊNCIA E CULTURA. AS SENDAS MARCADAS POR INSTANTES DE PLENITUDE

[GRUPO DE PESQUISA - CNPQ]

O grupo se dedica, a partir da literatura nietzschiana, a investigar os temas da má consciência e do ressentimento, mediante uma ética que é plenitude vital, que a cada momento, está destinada a atingir novos pontos culminantes, em instantes inscritos por uma vontade transvalorada. Entre os diversos temas que a pesquisa suscita, se destaca o papel que o matiz desta reflexão nietzschiana traz para se pensar questões como a instituição, a moral e a cultura.

Líder: Prof. Adilson Feiler

PROJETO DE PESQUISA VINCULADO AO GRUPO:

1. *MÁ CONSCIÊNCIA E RESENTIMENTO. NIETZSCHE E O PROJETO DE UMA CULTURA ARISTOCRATA, PARA ALÉM DE UM RADICALISMO FUNDAMENTALISTA. UM DIÁLOGO COM GEORG BRADES E HEGEL*

O marco epistêmico deste projeto é a má consciência como um problema ético. Esta pesquisa tem a intenção de contribuir para o desenvolvimento da perspectiva da reflexão filosófica sobre a cultura, influenciada pela má consciência. O marco teórico referencial deste projeto se encontra nas leituras que Hegel e Nietzsche fazem sobre o problema da moral no contexto do pietismo protestante. Em Hegel isso se dá a partir do fenômeno do estranhamento originado da distância entre Deus e o ser humano. E em Nietzsche se dá pelo fenômeno do rebaixamento do ser humano ao nível do rebanho. No lastro desta discussão apresentamos alguns possíveis efeitos da má consciência e do ressentimento na leitura que Georg Brandes faz de Nietzsche. Por essa razão, o projeto, também, trata de como o pensamento de Nietzsche foi recepcionado na Dinamarca, por Georg Brandes. E, nesta recepção, se destaca a forma pela qual o aristocratismo nietzschiano passa a ser interpretado em terras escandinavas. E, em que medida esta interpretação não está na base de um projeto fundamentalista, com viés marcado pelo ressentimento.

Professor responsável: Prof. Adilson Feiler

VII. G-PEB GRUPO DE PESQUISA EM FILOSOFIA DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO

Líder do Grupo: Profa. Nara Lucia de Melo Lemos Rela

PROJETO DE PESQUISA VINCULADO AO GRUPO:

1. *FILOSOFIA DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO*

Estudar o comportamento econômico a partir das abordagens filosófica, psicológica e econômica: psicologia da economia, psicologia da personalidade, economia comportamental, filosofia das emoções, filosofia da economia, neurofilosofia, nudges e outras técnicas que influenciam a tomada de decisão, ética do comportamento econômico, ética da tomada de decisão, ética do sistema financeiro (bancos, startups, bancos digitais, investimentos, moedas criptográficas etc.), educação/saúde/condição sociocultural/ emprego/renda versus comportamento econômico, influência dos algoritmos na tomada de decisão, comportamento econômico e globalização.

Professor responsável: Profa. Nara Lucia de Melo Lemos Rela

VIII. OBSERVATÓRIO DA DOR: INTERFACES ENTRE FILOSOFIA E NEUROCIÊNCIA

O grupo de pesquisa, que possui caráter interinstitucional, insere-se no domínio da filosofia da mente, em diálogo com a neurociência e a medicina. Tendo em vista a complexidade do fenômeno da dor, o grupo conta com pesquisadores destas diferentes áreas. O objetivo principal é investigar a experiência da dor no seu caráter multidimensional, que inclui tanto aspectos mentais, quanto não mentais, bem como o que pode ser descrito em termos fisiológicos. São nossos interesses de pesquisa: o papel dos relatos de primeira pessoa para a compreensão do fenômeno da dor, a influência de conceitos comuns na modulação da dor, a relação entre a consciência e a dor, o caráter subjetivo da experiência da dor, entre outros. Para além do interesse teórico, espera-se que os resultados das pesquisas possam contribuir para a fundamentação das terapias da dor na área da saúde.

Professor responsável: Prof. Daniel De Luca Silveira de Noronha

IX. CLEA - Cognição, Linguagem, Enativismo e Afetividade

O Grupo CLEA foi criado em 2020 e busca aproximar os pesquisadores que atuam na grande área da filosofia da mente e da cognição. Através de encontros regulares entre seus membros e demais convidados, o grupo permite acompanhar de perto não apenas o trabalho em andamento de seus próprios membros, mas também de outros pesquisadores do Brasil e de fora cujos trabalhos sejam de interesse do Grupo. Dessa forma, o grupo busca 1) incentivar o estudo, o debate e a produção acadêmica em torno desses temas; e 2) estabelecer um grupo de apoio e debate sobre trabalhos em andamento e novas propostas. Além dos pesquisadores regulares e convidados, discentes (especialmente de pós-graduação) desenvolvendo pesquisas na área são comumente convidados para os encontros. O Grupo promove, portanto, um permanente intercâmbio entre os pesquisadores da área em nosso país, além de encontros e oficinas que possam atrair o interesse da comunidade acadêmica em torno desses temas.

Professor responsável: Prof. Carlos Henrique Barth

ANEXO 2 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA: LINHAS, PROJETOS DE PESQUISA E GRUPOS DE PESQUISA

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS DE PESQUISA E PROJETOS DE PESQUISA

O conceito da teologia cristã que subjaz ao ensino na Pós-Graduação é o que preside a compreensão de teologia na FAJE, a saber, “da fé para a fé” ou “da práxis para a práxis”. Daí se segue a referência do Programa às Fontes e à Práxis da Fé que dão origem às suas duas Áreas de Concentração, com suas respectivas Linhas de Pesquisa: I. Teologia Sistemática: (1) Fontes Bíblicas da Tradição Cristã; (2) Interpretação da Tradição Cristã no Horizonte Atual; II. Teologia da Práxis Cristã: (1) Espiritualidade Cristã e Pluralismo Cultural e Religioso; (2) Tendências Éticas Atuais. Neste quadro se situam os Projetos de Pesquisa do PPG, que envolvem seus docentes e discentes.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO TEOLOGIA SISTEMÁTICA

LINHA DE PESQUISA 1: FONTES BÍBLICAS DA TRADIÇÃO CRISTÃ

Esta linha de pesquisa estuda o uso da Bíblia judaica e cristã como fonte da Teologia segundo as exigências da crítica científica, no quadro da vida da comunidade cristã hoje.

Projetos em andamento

(1) *Tradições teológicas do Antigo Testamento*

(2) *Tradições teológicas do Novo Testamento*

(3) *Hermenêuticas da/na Bíblia*

(3) *A Bíblia em leitura cristã*

(1) Tradições teológicas do Antigo Testamento

Jaldemir Vitório; Rivaldave Paz Torquato

A pesquisa terá duas vertentes. Por um lado, será centrada na tradição profética, com especial ênfase nos profetas pré-exílicos (Amós, Oséias, Isaías, Miqueias e Jeremias), em Ezequiel e no Dêutero-Isaías. Por outro, no âmbito da tradição sapiencial, privilegiará Jó, Qohelet e Sabedoria. As questões literário-teológicas, em vista de uma hermenêutica latino-americana, serão o eixo vertebrador.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2019** → Natureza: **Pesquisa**

(2) Tradições teológicas do Novo Testamento

Jaldemir Vitório; Rivaldave Paz Torquato, Franklin Alves Pereira; Márcia Eloi Rodrigues

O projeto propõe-se a levar adiante a hermenêutica latino-americana da tradição bíblica neotestamentária, privilegiando os Evangelhos. Além das questões literário-teológicas, serão verificadas suas raízes veterotestamentárias, bem como a relação com a tradição intertestamentária e a tradição rabínica.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2025** → Natureza: **Pesquisa**

(3) Hermenêuticas da/na Bíblia

Franklin Alves Pereira; Márcia Eloi Rodrigues

O projeto tem como objetivo aprofundar a leitura da Bíblia nas dimensões histórico-arqueológica, hermenêutica e literário-poética, contribuindo para o fazer teológico, que se constrói a partir da experiência mística – experiência de Deus – gerada pelas perguntas existenciais de ontem e de hoje.

Situação: **Novo** → Ano de início: **2025** → Natureza: **Pesquisa**

(4) A Bíblia em leitura cristã

Jaldemir Vitório; Rivaldave Paz Torquato; Franklin Alves Pereira; Márcia Eloi Rodrigues

O objetivo do projeto é pesquisar e aprofundar a leitura cristã da Bíblia, ou seja, das Escrituras judaicas (Antigo Testamento) e do Novo Testamento cristão, nas dimensões histórica – como nasceram e foram unidos na Bíblia cristã – e hermenêutica – como são investigadas e interpretadas no âmbito cristão. Exame das escrituras cristãs “canônicas” (Novo Testamento) e das Escrituras judaicas (no Tanac e Septuaginta) sob o ângulo da (re)leitura cristã.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2014** → Natureza: **Pesquisa**

LINHA DE PESQUISA 2: INTERPRETAÇÃO DA TRADIÇÃO CRISTÃ NO HORIZONTE ATUAL

Esta linha de pesquisa visa a interpretar a tradição cristã como interpelação da fé e da revelação face às problemáticas sociais, culturais, religiosas que o momento histórico levanta, e ao mesmo tempo acolher as interpelações da atualidade à teologia.

Projetos em andamento

(1) *A nomeação cristã de Deus*

(2) *A dimensão escatológica da fé cristã*

(3) *Temas eclesiológicos atuais: ecumenismo, colegialidade Episcopal, inculturação do Evangelho nas e pelas Igrejas locais*

(4) *Aspectos atuais da teologia sacramental e suas raízes na tradição*

(5) *As interfaces da antropologia na teologia*

(6) *Teologia sistemática em perspectiva multidisciplinar*

(7) *Fé e contemporaneidade (Cf. Projeto comum às duas áreas e suas duas linhas de pesquisa)*

(8) *Diálogo inter-religioso na teologia recente (Cf. Projeto comum às duas áreas e suas duas linhas de pesquisa)*

(9) *Concílio Vaticano II: evento, documentos e recepção*

(10) *Ciência e teologia*

(11) *Teologia e novos paradigmas*

(12) *Grandes figuras da teologia cristã*

(1) A nomeação cristã de Deus

Priscila Cirino Teixeira; Alfredo Sampaio Costa

Deus se diz de muitas formas. A tradição cristã, baseada na revelação cristológica, confessa-O como Pai, Filho e Espírito Santo. Esta nomeação trinitária de Deus é fundamental na compreensão do cristianismo, tanto na oração, na liturgia e nos sacramentos das igrejas cristãs, quanto na compreensão do mundo, do ser humano e dos distintos aspectos do agir cristão na história. Visa-se com esse projeto aprofundar o conhecimento do Deus cristão, sejam os postos em relevo pela teologia contemporânea, sejam os que estiveram na formulação do dogma trinitário e que foram tematizados pelos grandes teólogos cristãos.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(2) A dimensão escatológica da fé cristã

Cesar Andrade Alves

A escatologia bíblica está no centro de grande parte da renovação teológica do último século, conferindo novo significado e pertinência à existência e à práxis cristãs. Os temas que tradicionalmente compunham os tratados dos novíssimos foram então profundamente modificados, ganhando novos acentos e leituras. O projeto pretende mostrar os desdobramentos dessa renovação, além de estudar as novas abordagens feitas a temas como morte, juízo pessoal, céu, inferno, purgatório, ressurreição dos mortos (em contraponto com o tema da reencarnação), reino de Deus e milenarismo, parusia ou segunda vinda do Cristo, novo céu e nova terra, juízo final.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(3) Temas eclesiológicos atuais: ecumenismo, colegialidade Episcopal, inculturação do Evangelho nas e pelas Igrejas locais

Sinivaldo Silva Tavares; Francisco das Chagas de Albuquerque

O diálogo ecumênico, quando levado a efeito com transparência e honestidade, contribui enormemente para que as grandes tradições cristãs se questionem sobre sua fidelidade ao Evangelho. Desta forma, a partir de documentos conclusivos do diálogo teológico ecumênico, o projeto de pesquisa

propõe-se a trabalhar problemas que constituem pontos de conflito entre as Igrejas e comunidades cristãs, discutindo-os enquanto busca de caminhos de convergência teológica entre elas.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(4) Aspectos atuais da teologia sacramental e suas raízes na tradição

Alfredo Sampaio Costa; Rosana Araújo Viveiros

A teologia sacramental está sofrendo fortes questionamentos na atualidade. A formulação que recebeu no período medieval e posteriormente na Escolástica e neoescolástica não pode mais ser mantida sem uma releitura que vá a suas bases. É preciso voltar à tradição patrística e às fontes litúrgicas para recuperar sua riqueza, de forma a retomar a interpretação medieval e escolástica sob nova luz. O projeto visa a voltar às fontes na Patrística e na tradição litúrgica para propor uma renovação da teologia atual.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2002** → Natureza: **Pesquisa**

(5) As interfaces da antropologia na teologia

Geraldo Luiz De Mori; Priscila Cirino Teixeira; Rosana Araujo Viveiros

Fusão de projetos anteriores (Reflexão cristológica contemporânea e existência cristã; Teologia da criação em debate; Leituras oriental e ocidental do humano: modelos para se pensar antropologias plurais e dialógicas; Questões antropológicas e éticas referentes ao corpo), este projeto busca estudar as seguintes questões: 1) a encarnação e suas repercussões na reflexão sobre a humanidade, a fraqueza e o sofrimento de Deus, e sobre a humanização dos seres humanos; 2) o reino de Deus e o mistério pascal, mostrando seu significado cristológico e antropológico; 3) a singularidade e a universalidade do evento Jesus Cristo nas vertentes antropológica e cristológica e suas repercussões no atual debate da teologia das religiões.

Situação: **Em andamento** → Ano de Início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(6) Teologia sistemática em perspectiva multidisciplinar

Afonso Tadeu Murad; José Célio dos Santos

O projeto visa desenvolver a pesquisa, a elaboração e a publicação de obras científicas (artigos e livros) e o acompanhamento de estudantes (mestrandos e doutorandos) na área de teologia sistemática, sobretudo a mariologia e a escatologia, considerados em sua relação com outras disciplinas da teologia, tais como a cristologia e a antropologia teológica. Além disso, articula-se com outros saberes, especialmente as ciências da religião e a antropologia cultural. Nesta mesma perspectiva de convergência de saberes, inclui-se a “Ecoteologia”, que exige a interface da teologia com a ecologia, enquanto ciência, paradigma e ética. Por fim, o projeto contempla a elaboração de material teológico de divulgação, de cunho pastoral, em linguagem escrita e/ou vídeos de curta duração.

Situação: **Em andamento** → Ano de Início: **2011** → Natureza: **Pesquisa**

(7) Fé e contemporaneidade

Cesar Andrade Alves; Geraldo Luiz De Mori; Priscila Cirino Teixeira

A fé cristã está sofrendo o impacto dos problemas da modernidade e pós-modernidade. Interessa-nos perceber quais são os maiores desafios que a fé enfrenta nesse campo. Entram em questão principalmente o neoliberalismo, a globalização, a tendência secularista. A teologia tem refletido sobre eles tanto em nível mundial como de América Latina.

Situação: **Em Andamento** → Ano de início: **2005** → Natureza: **Pesquisa**

(8) Diálogo inter-religioso na teologia recente

Cesar Andrade Alves

Pesquisar os principais teólogos que se dedicam ao diálogo inter-religioso e perceber quais são as tendências dominantes. Sob o ponto de vista da teologia fundamental, captar as perguntas levantadas pelo diálogo inter-religioso e oferecer pistas de solução.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2001** → Natureza: **Pesquisa**

(9) Concílio Vaticano II: evento, documentos e recepção

Francisco das Chagas de Albuquerque

O Concílio Vaticano é tido como o maior evento eclesial do século XX, e o conteúdo de seus documentos está em franco processo de recepção pelas comunidades eclesiais de todo o mundo. O projeto tem por escopo estudar temas diversos contemplados pela eclesiologia do Concílio, tais como colegialidade episcopal, *Sensus Fidei* e ecumenismo.

Situação: **Em andamento** → Ano de Início: **2003** → Natureza: **Pesquisa**

(10) Ciência e teologia

Cesar Andrade Alves

O objetivo geral do projeto é pesquisar e aprofundar as interfaces da Teologia com as Ciências modernas. Propõe-se a estudar, do ponto de vista teológico-científico, temas a respeito das realidades, conceitos, forças e leis que estruturam o universo, o multiverso e a presença aí do ser humano, com a intenção de aprofundar a compreensão das realidades do ser humano e do universo físico. O projeto tem como ponto de partida, por um lado, a Tradição Cristã, e por outro lado, questões como: 1) O Universo tem um propósito ou fundamento? 2) Caso sim, tal fundamento é valorativamente neutro ou orientado? 3) Qual é a natureza do espaço e do tempo? 4) A Ciência torna obsoleta a fé em Deus? 5) O que as Ciências nos ensinam sobre os campos espiritual e subjetivo? O projeto estuda ainda questões de epistemologia da Ciência e da Teologia.

Situação: **Novo** → Ano de Início: **2017** → Natureza: **Pesquisa**

(11) Teologia e novos paradigmas

Sinivaldo Silva Tavares

A teologia cristã se sente hoje desafiada a construir-se em diálogo com os assim chamados 'novos paradigmas'. Interpelada pelas graves e urgentes questões postas pela crise dos atuais paradigmas, dentre os quais se destaca a crise do paradigma ocidental hegemônico, a teologia cristã se propõe a acolher com responsabilidade tais desafios acreditando que essa poderá se tornar ocasião propícia para que ela se recrie enquanto discurso genuinamente cristão e, ao mesmo tempo, relevante para o 'nosso tempo'. Fiel às suas raízes evangélicas, o discurso teológico cristão produzir-se-á no contexto de um diálogo intercultural. Hoje fala-se em 'nova evangelização' como uma das preocupações maiores da Igreja contemporânea no cumprimento de sua missão. Isso pressuposto, como reapresentar o 'evento Cristo' como boa-nova, isto é, como 'Evangelho', em um mundo caracterizado pela multiculturalidade? Como, em outras palavras, potencializar o diálogo como possibilidade fecunda de recriar o anúncio cristão como proposta relevante para nossos contemporâneos e fiel à mais genuína tradição?

Situação: **Em andamento** → Ano de Início: **2012** → Natureza: **Pesquisa**

(12) Grandes figuras da teologia cristã

Afonso Tadeu Murad

A pesquisa tem como enfoque principal as obras de algumas das figuras da teologia que marcaram profundamente tanto o pensar teológico como a práxis eclesial, tais como Irineu, Orígenes, Agostinho, Anselmo, Tomás de Aquino, Boaventura, Lutero, De Lubac, Jungmann, Daniélou, Karl Rahner, Urs Von Balthasar, Schillebeeckx, Karl Barth, R. Bultmann, etc. Elas se tornam exemplares e inspiradoras para a teologia atual quando, através de uma hermenêutica apropriada, são compreendidas como expressão da tradição da fé em determinadas situações culturais.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO TEOLOGIA DA PRÁXIS CRISTÃ

LINHA DE PESQUISA 1: ESPIRITUALIDADE CRISTÃ E PLURALISMO CULTURAL E RELIGIOSO

Esta linha estuda manifestações concretas e contextualizadas da prática da comunidade eclesial, dando particular ênfase à sua realização na atualidade.

Projetos em andamento

- (1) *Prospectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina: trajetórias, diagnósticos, horizontes***
- (2) *Temas de espiritualidade inaciana***
- (3) *A prática eclesial e a reflexão teológica***

(4) *Vida religiosa consagrada: problemática atual e teologia*

(5) *Teologia e novos paradigmas*

(6) *Fé e contemporaneidade* (Cf. Projeto Comum com Teologia Sistemática, Linha Pesquisa 2)

(7) *Diálogo inter-religioso na teologia recente* (Cf. Projeto comum com Teologia Sistemática, Linha Pesquisa 2)

(8) *Protestantismos em diálogo*

(9) *Tradições e práxis da espiritualidade cristã*

(1) Prospectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina: trajetórias, diagnósticos, horizontes

Francisco das Chagas de Albuquerque; Jaldemir Vitório

Traçar um quadro das diversas formas de cristianismo na América Latina com suas especificidades. Trabalhar elementos teóricos que iluminem esse quadro. Delinear algumas perspectivas globais para o cristianismo e para Igreja. Em particular, em relação à modernidade e pós-modernidade, como elas se concretizam no Continente latino-americano.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2003** → Natureza: **Pesquisa**

(2) Temas de espiritualidade inaciana

Alfredo Sampaio Costa; Geraldo Luiz De Mori

O projeto visa a estudar e analisar as peculiaridades da espiritualidade inaciana nos diversos contextos da Igreja e da sociedade e nos diferentes espaços culturais.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(3) A prática eclesial e a reflexão teológica

Francisco das Chagas de Albuquerque; Jaldemir Vitório; José Célio dos Santos

O projeto propõe analisar criticamente a prática eclesial à luz do Concílio Vaticano II, ressaltando as questões teológicas de fundo e suas implicações para a atuação da Igreja e a reflexão teológica na América Latina. Destaca-se a Teologia da Libertação latino-americana e suas bases antropológica, cristológica e eclesiológica.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2010** → Natureza: **Pesquisa**

(4) Vida religiosa consagrada: problemática atual e teologia

Jaldemir Vitório; Afonso Tadeu Murad

A contínua mutação do contexto socio eclesial exige da Vida Religiosa repensar-se, atenta aos “sinais dos tempos”, para responder aos novos desafios da história. Este projeto visa pesquisar sobre a identidade e a missão da Vida Religiosa, numa sociedade complexa. Trabalha-se em parceria com pesquisadores da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e da Conferência dos Religiosos/as da América Latina e do Caribe (CLAR)

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2002** → Natureza: **Pesquisa**

(5) Teologia e novos paradigmas

Sinivaldo Silva Tavares; Rosana Araujo Viveiros

A teologia cristã se sente hoje desafiada a construir-se em diálogo com os assim chamados 'novos paradigmas'. Interpelada pelas graves e urgentes questões postas pela crise dos atuais paradigmas, dentre os quais se destaca a crise do paradigma ocidental hegemônico, a teologia cristã se propõe a acolher com responsabilidade tais desafios acreditando que essa poderá se tornar ocasião propícia para que ela se recrie enquanto discurso genuinamente cristão e, ao mesmo tempo, relevante para o 'nosso tempo'. Fiel às suas raízes evangélicas, o discurso teológico cristão produzir-se-á no contexto de um diálogo intercultural. Hoje fala-se em "nova evangelização" como uma das preocupações maiores da Igreja contemporânea no cumprimento de sua missão. Isso pressuposto, como reapresentar o "evento Cristo" como boa-nova, isto é, como "Evangelho", em um mundo caracterizado pela multiculturalidade? Como, em outras palavras, potencializar o diálogo como possibilidade fecunda de recriar o anúncio cristão como proposta relevante para nossos contemporâneos e fiel à mais genuína tradição?

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2012** → Natureza: **Pesquisa**

(6) Fé e contemporaneidade

Geraldo Luiz De Mori; Priscila Cirino Teixeira; José Célio dos Santos

A fé cristã está sofrendo o impacto dos problemas da modernidade e pós-modernidade. Interessa-nos perceber quais são os maiores desafios que a fé enfrenta nesse campo. Entram em questão principalmente o neoliberalismo, a globalização, a tendência secularista. A teologia tem refletido sobre eles tanto em nível mundial como de América Latina.

Situação: **Em Andamento** → Ano de início: **2005** → Natureza: **Pesquisa**

(7) Diálogo inter-religioso na teologia recente

Cesar Andrade Alves

Pesquisar os principais teólogos que se dedicam ao diálogo inter-religioso e perceber quais são as tendências dominantes. Sob o ponto de vista da teologia fundamental, captar as perguntas levantadas pelo diálogo inter-religioso e oferecer pistas de solução.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2001** → Natureza: **Pesquisa**

(8) Protestantismos em diálogo

Afonso Tadeu Murad

Estudo de temas teológicos à luz da tradição da teologia protestante e evangélica. Dentre os temas da tradição protestante, destacam-se: Trindade, revelação, pecado, graça, justificação, igrejas, espiritualidade e esperança. Diálogo com questões atuais sobre a justiça, a política, a ecologia e o pensar Deus em perspectiva contemporânea, considerando o impacto da teologia protestante e evangélica para a América Latina e o Brasil.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2021** → Natureza: **Pesquisa**

(9) Tradições e práxis da espiritualidade cristã

Alfredo Sampaio Costa

O projeto de pesquisa quer aprofundar o estudo das diversas tradições e escolas cristãs de espiritualidade ao longo da história e sua contribuição para o desenvolvimento do pensamento e da práxis teológica no mundo de hoje.

Situação: **Novo** → Ano de início: **2025** → Natureza: **Pesquisa**

LINHA DE PESQUISA 2: TENDÊNCIAS ÉTICAS ATUAIS

Esta linha de pesquisa estuda as dimensões éticas do agir cristão em relação à pessoa e à sociedade, com atenção especial a questões emergentes: justiça socioambiental, direitos humanos e violência, gênero, diversidade sexual e feminismos, trabalho, capitalismo neoliberal e cultura digital, ética da libertação, Bioética.

Projetos em andamento

(1) A teologia cristã e os grandes desafios ético-morais da cultura contemporânea

(2) Doutrina Social da Igreja, capitalismo e trabalho

(3) Ecoteologia: singularidade, temas relevantes, perspectivas

(1) A teologia cristã e os grandes desafios ético-morais da cultura contemporânea

Élio Estanislau Gasda

O projeto aborda, em perspectiva multidisciplinar, os novos paradigmas da ética e a significação da sua hermenêutica teológico-filosófica diante dos grandes desafios da civilização contemporânea: consciência moral, direitos humanos, cultura digital, bioética, teorias de gênero, estudos feministas e sexualidade humana, ética latino-americana.

Grupos de Pesquisa vinculados ao projeto: Diversidade afetivo-sexual e teologia; Teologias e filosofias feministas.

Situação: **Em andamento** → Ano de início: **2009** → Natureza: **Pesquisa**

(2) Doutrina social da Igreja, capitalismo e trabalho

Élio Estanislau Gasda

O projeto de pesquisa investiga, em perspectiva multidisciplinar, as principais temáticas da Economia e da Política a partir da ética social e da Doutrina Social da Igreja: Capitalismo e Neoliberalismo, economia digital e mundo do trabalho, justiça social, crise ecológica, migrantes e refugiados, ética da empresa, movimentos sociais, sistemas e ideologias políticas

Situação: **Em andamento** → Ano de Início: **2012** → Natureza: **Pesquisa**

Ecoteologia: singularidade, temas relevantes, perspectivas

Afonso Tadeu Murad; Francisco das Chagas de Albuquerque; Sinivaldo Silva Tavares

A pesquisa visa elaborar trabalhos teológicos que apresentem - de forma clara, sintética e articulada - uma visão global acerca da ecoteologia, compreendendo o estatuto epistemológico, temas relevantes, relações com outros enfoques teológicos e a contribuição para a sociedade, enquanto teologia pública em vista da sustentabilidade e do crescimento da consciência planetária. Além disso, a pesquisa acerca da Ecoteologia apresenta uma finalidade social, didática, de disseminação do conhecimento. Parte da produção é destinada a pessoas sensibilizadas ou engajadas em causas socioambientais, através de palestras, cursos, programas de rádios e pequenos vídeos. Trata-se de uma opção de elaborar uma visão conjunta do assunto, atuando simultaneamente nos âmbitos teórico e prático.

Situação: **em andamento** → Ano de Início: **2013** → Natureza: **Pesquisa**

GRUPOS DE PESQUISA

São grupos que reúnem professores/as e estudantes do Departamento de Teologia, bem como pesquisadores/as e estudantes de outras instituições interessados/as em aprofundar temáticas relacionadas com os projetos de pesquisa do PPG de Teologia da FAJE.

I. AS INTERFACES DA ANTROPOLOGIA NA TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Objetivo geral do grupo é pesquisar e aprofundar as interfaces da antropologia na teologia contemporânea. Para isso, estudará a questão do ser humano à luz das distintas disciplinas sistemáticas da teologia cristã, abrindo-se às questões antropológicas levantadas na atualidade pelas ciências, pela filosofia e por outras religiões. Temáticas de interesse do grupo: (1) relação corpo e alma, vista nas

seguintes perspectivas: a) corpo e alma na cultura ocidental; b) a questão do corpo nas análises sociológicas e psicanalíticas da contemporaneidade; c) corpo e sexualidade; d) a relação corpo e mente nas neurociências; e) a compreensão fenomenológica do corpo e sua relação com a carne; f) visão do ser humano nas culturas indígenas e afrodescendentes; (2) o tema da encarnação, abordado na perspectiva filosófica e teológica; (3) o conceito de pessoa, lido do ponto de vista histórico, filosófico e teológico; (4) o problema da liberdade, estudado em chave histórica, filosófica e teológica; (5) a questão do mal e sua relação com o tema do pecado.

Líderes: Geraldo Luiz De Mori; Rosana Araújo Viveiros

II. FÉ CRISTÃ E CONTEMPORANEIDADE

O grupo possui duas frentes de pesquisa: uma dedicada aos estudos dos impactos da modernidade e da pós-modernidade sobre a religião e a fé; outro sobre a relação entre religião, meio ambiente e consciência planetária.

Líderes: Sinivaldo Silva Tavares e Afonso Tadeu Murad.

Subgrupo 1: Teologia contemporânea: desafios, possibilidades, perspectivas

Acolhendo os desafios postos pela contemporaneidade como interpelações à teologia, o grupo se propõe a: 1) analisar criticamente o momento sociopolítico, econômico e cultural atual; 2) abordar teologicamente: neoliberalismo, globalização, cultura digital, cultura de massa, fenômeno religioso, biotecnologia etc.; 3) articular discurso teológico com prática pastoral; 4) manter e aprofundar a perspectiva dos pobres e de sua libertação como diferencial do modo de fazer teologia no continente latino-americano e caribenho; 5) dar atenção especial à temática ecológica, étnica e de gênero no contexto da teologia latino-americana.

Coordenador: Sinivaldo Silva Tavares.

Subgrupo 2: Ecoteologia: singularidade, temas relevantes, perspectivas

Este subgrupo estuda e publica material teórico-prático acerca da relação entre fé cristã, religiões e ecologia. Sediado na FAJE, tem abrangência interinstitucional e âmbito multidisciplinar. Organiza o GT “Religião, ecologia e cidadania planetária” nos Congressos da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciência da Religião) e o GT “Consciência planetária, religião e ecoteologia” nos Congressos da ANPTECRE. Promove iniciação à pesquisa científica e produz atividades de educação socioambiental. Compõe o Grupo Interinstitucional com a Faculdade de Direito Dom Helder Câmara, para realizar os seminários de Múltiplos Olhares sobre ecologia. Chaves temáticas de pesquisa: (1) Estatuto epistemológico da Ecoteologia; (2) Consciência planetária, sustentabilidade e bem-viver; (3) Religiões e visão ecológica; (4) Ecoespiritualidade. (5) Bíblia e ecologia; (6) Ecoteologia e correntes teológicas contemporâneas; (7) Educação da consciência planetária; (8) Estudos da Encíclica Laudato Si.

Coordenadores: Sinivaldo Tavares e Afonso Murad

III. A BÍBLIA EM LEITURA CRISTÃ

O objetivo do grupo é pesquisar e aprofundar a leitura cristã da Bíblia, ou seja, das Escrituras judaicas (Antigo Testamento) e do Novo Testamento cristão, nas dimensões histórica – como nasceram e foram unidos na Bíblia cristã – e hermenêutica – como são investigadas e interpretadas no âmbito cristão. Exame das Escrituras cristãs “canônicas” (Novo Testamento) e das Escrituras judaicas (no Tanac e na Septuaginta) sob o ângulo da (re)leitura cristã.

Líderes: Jaldemir Vítório e Franklin Alves Pereira

IV. TEOLOGIA E PASTORAL

O principal objetivo do grupo é aprofundar a relação entre teologia e pastoral, mostrando o caráter indissociável que existe entre a reflexão sobre a fé, a práxis cristã e as práticas ou ações pastorais que encarnam hoje o ser e o agir cristão e eclesial. Para realizar este objetivo o grupo pretende: (1) analisar e divulgar experiências concretas na área da pastoral, escolhendo igrejas consideradas referências (comunidades, paróquias, dioceses), por seu caráter inovador e criativo e por sua resposta às questões levantadas na atualidade à ação pastoral da Igreja; (2) aprofundar as grandes questões levantadas hoje à pastoral da Igreja, através de estudos de grandes teólogos práticos ou pastoralistas e de temas que são pertinentes para a ação pastoral dos/as cristãos/as e da Igreja no atual contexto pós-moderno; (3) organizar e participar de colóquios, seminários, simpósios e congressos sobre teologia e pastoral em busca de interlocução entre pastoralistas e teólogos/as que se interrogam e refletem sobre a relação entre teologia e pastoral na atualidade.

Líder: Francisco das Chagas de Albuquerque (FAJE)

V. DIVERSIDADE AFETIVO-SEXUAL E TEOLOGIA

Este grupo de pesquisa tem como objetivo articular um diálogo interdisciplinar entre a Teologia e as diversas áreas do conhecimento, no esforço de compreensão dos fenômenos que envolvem as diversas manifestações afetivo-sexuais com base nas teorias das relações de gênero. O grupo propõe uma leitura das subjetividades enfatizando as relações sociais e políticas sob o olhar da teologia. A abordagem de temas transversais receberá contribuições das distintas áreas do saber: Psicologia, Ciências Sociais, Filosofia, Direito, Pedagogia e outras. Temas de interesse: Teorias de Gênero, Teorias Feministas, Biopolítica, Bíblia e Sexualidade, Subjetividades, Corporeidade e Teologia, Sexualidade e Documentos da Igreja, Famílias, Direitos humanos e LGBTQIA+.

Líderes: Élio Gasda e Karen de Souza Colares.

VI. MUNDOS DO TRABALHO, TEOLOGIA E ÉTICA

De caráter multidisciplinar (Teologia, Sociologia, Economia, História, Filosofia, Direito, Ciências Políticas, Educação), este grupo tem por finalidade investigar, produzir e divulgar conhecimentos sobre a eticidade do trabalho humano e as condições de realização do seu potencial emancipatório no atual contexto dos mundos do trabalho: por um lado, a perda de direitos, exclusões, degradações e crise socioambiental; por outro, as mobilizações em prol da emancipação humana e efetivação de novas relações sociais. Temas de interesse: relações de trabalho, teologia e trabalho, Doutrina Social da Igreja, trabalho no capitalismo, Marx e marxismos, movimentos sociais e sindicalismo, teóricos do trabalho, Direito do Trabalho, religião e espiritualidade, trabalho na história,

trabalho e ecologia, trabalho e educação, trabalho na economia social, processos auto gerenciários de organização do trabalho, cidade e trabalho.

Líder: Élio Gasda

VII. EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS, TEOLOGIA, CIÊNCIAS HUMANAS E PASTORAL: APROPRIAÇÕES CRIATIVAS NOS SÉCULOS XX E XXI

O grupo, de carácter interinstitucional, busca realizar uma leitura crítica de autores e questões que, pautando-se nos Exercícios Espirituais (EE) de Inácio de Loyola, foram considerados relevantes nos campos da teologia, das ciências humanas e da pastoral nos séculos XX e XXI, em espacialidades tão distintas como a Europa, os Estados Unidos e a América Latina. Vários temas centrais dos EE serão objeto de pesquisa, com especial interesse pelas possíveis contribuições da vertente teórico-política conhecida como “Epistemologias do Sul”. Em termos metodológicos, a pesquisa recorrerá à abordagem interdisciplinar, delineando, num primeiro momento, as referências bibliográficas e conceituais empregadas por cada pesquisador, para, em seguida, precisar e aprofundar concepções que viabilizem a interdisciplinaridade e o interculturalismo pretendidos.

Líderes: Alfredo Sampaio Costa e Geraldo De Mori

Pesquisadores: Maria Clara Bingemer; Álvaro Pimentel; Alfredo Sampaio Costa; Geraldo De Mori; Jaldemir Vitorio; Ceci Maria Costa Baptista Mariani; Pedro Lima Junior; Ales Villas Boas; Andreia Cristina Serrato; Marcos Lopes; José Benedito de Almeida Junior; Nancy Raquel; Eileen FitzGerald; Dayse Agretti.

VIII. PROTESTANTISMOS EM DIÁLOGO

O Grupo discute temas teológicos à luz da tradição da teologia protestante e evangélica. As pesquisas abrangem assuntos vinculados à sistemática protestante, tais como Trindade, revelação, pecado, graça, justificação, igrejas, espiritualidade e esperança. Dialoga-se com questões atuais sobre a justiça, a política, a ecologia e o pensar Deus em perspectiva contemporânea, considerando o impacto da teologia protestante e evangélica para a América Latina e o Brasil. Além de duas reuniões periódicas por semestre, o grupo promove eventos para compartilhar os resultados de suas pesquisas. Mantém parceria com iniciativas ecumênicas e outros grupos de pesquisa similares no país. Dirige-se tanto à academia quanto às comunidades cristãs e suas lideranças. Os membros publicam artigos em revistas especializadas.

Líder: Afonso Tadeu Murad

IX. TEOLOGIAS E FILOSOFIAS FEMINISTAS

Este grupo de pesquisa tem como objetivo articular o conhecimento teológico e filosófico com os impulsos dos movimentos feministas no intuito de compreender a influência da tradição judaico-cristã na manutenção das dissimetrias de gênero e de estruturas sociais patriarcais. A pesquisa se desdobrará no desenvolvimento de conceitos e hermenêuticas capazes de contribuir para uma práxis baseada em relações de equidade e justiça construtora do humanismo integral.

Líder: Karen de Souza Colares e Marília Murta de Almeida

ANEXO 3 - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

(Aprovado pela Resolução da Congregação nº 01/2007 de 02/04/2007; atualizado pela Portaria 38/2012, de 19/09/2012, pela Portaria 08/2014, de 06/04/2014 e pela Portaria 030/2018, de 11/09/2018)

A bolsa de iniciação científica destina-se a alunos matriculados nos cursos de graduação da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e tem por objetivo a iniciação do aluno na produção do conhecimento e sua convivência cotidiana com o procedimento científico tanto em seu espírito de investigação e busca da verdade como em suas técnicas, organização e métodos.

1. Características Gerais

O Programa tem um caráter institucional, o que possibilita um modo de gestão da pesquisa, que amplia e revitaliza a produção científica não apenas em áreas já consolidadas, mas também naquelas em que as atividades de pesquisa estão ainda em processo de estruturação.

2. Clientela

Alunos de graduação da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia engajados em projetos de pesquisa sob a orientação de professores da Faculdade.

3. Objetivos

- 1) Despertar vocações científicas e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação;
- 2) Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação;
- 3) Estimular uma maior articulação entre graduação e pós-graduação;
- 4) Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- 5) Estimular pesquisadores a envolverem alunos de graduação nos seus projetos de pesquisa;
- 6) Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como o desenvolvimento do pensar crítico e criativo e das demais atitudes próprias da investigação científica.

4. Estrutura Institucional

- a) Anualmente a direção da Faculdade através de Edital, divulgado entre o corpo docente e discente, indicará o número e o valor das bolsas oferecidas e convocará os professores interessados em participar do Programa a apresentarem seus projetos de pesquisa e a indicarem alunos para concorrerem às bolsas oferecidas.
- b) As bolsas terão a duração de 12 meses a partir de 01 de agosto de cada ano.
- c) Os projetos de pesquisa apresentados pelos professores devem estar articulados com as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação.
- d) O professor deve apresentar o plano de trabalho a ser realizado pelo estudante bolsista. Nele deve estar bem definido qual será a contribuição do estudante para o desenvolvimento da pesquisa.

- e) O professor deve se comprometer a orientar e auxiliar o aluno na execução do plano de trabalho.
- f) Os bolsistas deverão:
 - 1. Estar regularmente matriculados em curso de graduação, normalmente até o quarto período letivo do curso de filosofia ou no sexto período letivo do curso de teologia, de modo que, em qualquer caso, possam completar a sua pesquisa antes de concluir os respectivos cursos. Dependendo das normas específicas estabelecidas pelo órgão de fomento, pode haver um tempo mínimo de curso exigido para a elegibilidade da proposta;
 - 2. Ser indicados por um professor orientador e selecionados pela Comissão Institucional de Avaliação;
 - 3. Dar pelo menos 12 (doze) horas semanais à execução do plano de trabalho. Dependendo das normas específicas estabelecidas pelo órgão de fomento, esta disponibilidade mínima exigida pode ser superior;
 - 4. Apresentar ao Gestor Acadêmico e ao Coordenador Institucional de Iniciação Científica relatórios das atividades referentes ao plano de trabalho, a saber:
 - Relatório Parcial, após completados os 06 (seis) primeiros meses de vigência da bolsa, com tolerância de 01 (um) mês para a entrega;
 - Relatório Final, após completados 12 (doze) meses de vigência da bolsa, ou seja, no final do Programa, também com tolerância de 01 (um) mês para a entrega

5. Coordenação Institucional e Gestão Acadêmica do Programa

- a) O Programa terá como autoridade máxima um Representante Institucional, nomeado pelo Reitor, cujas atribuições serão:
 - 1. Ser o responsável pela relação direta com os órgãos de fomento;
 - 2. Realizar a indicação dos novos bolsistas a cada ciclo de iniciação científica aos órgãos de fomento;
 - 3. Indicar os demais membros constituintes da Comissão Institucional de Iniciação Científica, a serem nomeados pelo Reitor. Esta Comissão será composta, além do próprio Representante Institucional, por um Coordenador Institucional de Iniciação Científica, um Gestor Acadêmico para cada Departamento, um Comitê Institucional de Iniciação Científica (cujas atribuições estão dispostas no item 6) e um Comitê Externo de Iniciação Científica.
- b) São atribuições do Coordenador Institucional de Iniciação Científica:
 - 1. Coordenar o processo de seleção das propostas;
 - 2. Ser o responsável pelo acompanhamento e estruturação dos ciclos de iniciação científica;
 - 3. Organizar o calendário dos Seminários de Acompanhamento;
 - 4. Realizar e coordenar, ao final de cada ciclo, um Seminário de Iniciação Científica, no qual os estudantes deverão apresentar a sua produção científica sob a forma de resumos ou exposições orais;
 - 5. Receber e organizar os documentos e produtos do PIBIC;
 - 6. Produzir os relatórios de prestação de contas dos ciclos de iniciação científica;
 - 7. Cuidar da divulgação dos processos seletivos e dos resultados alcançados pelo PIBIC.

c) O Gestor Acadêmico para a Iniciação Científica de cada Departamento, designado pelo Diretor, deverá lecionar em nível de graduação, e tem as seguintes atribuições:

1. Coordenar os Seminários de Acompanhamento do Programa Institucional de Iniciação Científica;
2. Supervisionar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo orientador e pelo bolsista, em particular, quanto à entrega e à avaliação dos Relatórios Parcial e Final nos prazos devidos.
3. Indicar, para auxiliá-lo no processo de acompanhamento dos trabalhos de iniciação científica, um estudante como Avaliador Discente do PIBIC. A atividade de Avaliador Discente será voluntária e não remunerada. Pode manifestar interesse em realizá-la qualquer estudante regularmente matriculado nos cursos de pós-graduação stricto sensu em Filosofia e Teologia. Ao final do período de sua participação como Avaliador Discente do PIBIC, o estudante receberá um certificado atestando a realização desta atividade na instituição, com a especificação das horas a ela dedicadas.

Serão atribuições do Avaliador Discente:

- Conhecer os planos de trabalho dos estudantes em iniciação científica, assim como os projetos de pesquisa dos professores-pesquisadores aos quais aqueles estão vinculados;
- Participar dos Seminários Parciais e Finais de Iniciação Científica, contribuindo com perguntas e sugestões aos estudantes que apresentarem os seus trabalhos;
- Redigir e encaminhar, ao Gestor Acadêmico do PIBIC para a sua área, ao final de cada semestre, um breve relatório sobre a atividade realizada nestes seminários e sobre o desempenho dos estudantes em iniciação científica neste período.
- São objetivos da instituição da categoria do Avaliador Discente:
- Reforçar a articulação entre a graduação e a pós-graduação, com um novo canal institucional de integração dos estudantes dos dois níveis;
- Propiciar uma experiência acadêmica nova e formadora aos alunos dos PPGs;
- Qualificar os seminários de iniciação científica, com a presença ativa de estudantes dos PPGs.

6. Processo Seletivo

- a) As inscrições deverão ser feitas pelo professor na Secretaria do respectivo Departamento nos prazos indicados no Edital, com a entrega de toda a informação e documentação requeridas e a indicação do estudante que concorrerá à bolsa de iniciação científica.
- b) Um Comitê Institucional de Iniciação Científica, nomeado pelo Reitor, além de ser corresponsável pelo gerenciamento do Programa e pelo cumprimento de seu regulamento, atuará como Comissão Avaliadora no Processo Seletivo das propostas. Poderá integrar esta Comissão Avaliadora um Comitê Externo, também nomeado pelo Reitor, a depender das normas específicas estabelecidas pelo órgão de fomento. Esta Comissão, levando em conta os objetivos do programa (Item 3), atribuirá as bolsas disponíveis de acordo com os seguintes critérios específicos:
 - Qualidade do projeto;
 - Qualidade do plano de trabalho;

- Integração com a pós-graduação;
- Curriculum do pesquisador;
- Histórico escolar e perfil acadêmico do aluno;

c) As bolsas disponíveis só serão atribuídas a projetos que satisfaçam os requisitos necessários para uma pesquisa frutuosa no nível de iniciação científica, podendo deixar de ser concedidas, caso não se apresentem propostas suficientemente válidas.

7. Dispositivos gerais

- a) O Orientador poderá, com justificativa, solicitar ao Gestor do Programa a exclusão de um bolsista, podendo indicar outro aluno para a vaga, desde que satisfeitos os prazos operacionais adotados pela Faculdade.
- b) Será suspensa a bolsa do aluno que não apresentar o Relatório Parcial no prazo acima definido.

ANEXO 4 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Institui a Política de Educação em Direitos Humanos da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE.

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento da Instituição,

CONSIDERANDO que a Faculdade Jesuíta tem como ponto fundamental de sua missão a reflexão, filosófica e teológica, e a promoção e a defesa dos direitos humanos. Missão que visa contribuir para a defesa dos direitos humanos, da vida e de uma cultura de paz e justiça;

CONSIDERANDO o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014);

CONSIDERANDO A Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/1996); o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto n. 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visam assegurar o direito à educação a todos e todas;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução é o instrumento por meio do qual a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) cria sua Política de Educação em Direitos Humanos, firmando, assim, seu compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos; na perspectiva de contribuir para a defesa dos direitos humanos, da vida e de uma cultura de paz e justiça;

Art. 2º Esta Política de Educação em Direitos Humanos tem como objetivo estabelecer diretrizes e objetivos para nortear as ações administrativas e acadêmicas desenvolvidas no Campus da FAJE.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES

Art. 3º As ações de planejamento, execução e avaliação das atividades de Pesquisa, Ensino, Extensão e Gestão da FAJE serão orientadas pelas seguintes diretrizes:

- I – Valorização da Dignidade Humana e dos Direitos Humanos como um dos elementos essenciais na formação integral do ser humano;
- II – Conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre os impactos da efetivação dos Direitos Humanos na vida pessoas e das sociedades;
- III – Democratização do acesso aos resultados de estudos e pesquisas sobre os Direitos Humanos;

IV – Promoção do debate e reflexões sobre a Educação em Direitos Humanos com a finalidade de estimular uma educação para a mudança e transformação social.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Art. 4º No que diz respeito à Política de Educação em Direitos Humanos, a FAJE, em sua atividade de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, procurará sempre alcançar os seguintes objetivos:

I – Quanto às atividades de Ensino:

a) Buscar, junto aos Coordenadores e do Corpo Docente, a inserção de temas relacionados aos Direitos Humanos. Desenvolver pesquisas e atividades acadêmicas como seminários, colóquios, minicursos visando estudar as relações étnico-raciais, quilombola e indígena; o meio ambiente e a sustentabilidade planetária; a identidade de gênero e orientação sexual; a inclusão educacional das pessoas com deficiência; a soberania das nações e a organização dos povos ou classes; a migração, o tráfico humano e a liberdade religiosa, nos Projetos Pedagógicos dos cursos, bem como nos planos de ensino das disciplinas;

b) Promover entre Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo o debate e a reflexão crítica sobre a Educação em Direitos Humanos;

c) Promover em sala de aula uma abordagem articulada entre questões de Direitos Humanos e os conteúdos próprios das disciplinas.

II – Quanto às atividades de Pesquisa:

a) Estimular os grupos de pesquisa existentes que já têm a questão dos Direitos Humanos em seu horizonte de pesquisa a aprofundar seus estudos, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, em parceria com outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais;

b) Incentivar, em nível de graduação e de pós-graduação, a investigação de temas relacionados à problemática dos Direitos Humanos.

c) Promover uma maior divulgação dos resultados de pesquisas voltadas à temática dos Direitos Humanos em toda sua variedade de questões apresentadas anteriormente;

d) Implementar a Educação em Direitos Humanos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) a partir dos cursos de Ética, Política e Doutrina Social da Igreja;

e) Garantir a Educação em Direitos Humanos como componente curricular obrigatório nos cursos destinados aos profissionais da educação nos cursos de licenciatura;

f) Incentivar a reflexão crítica dos alunos por meio de grupos de pesquisa e trabalhos na comunidade acadêmica e social, com o objetivo de formar cidadãos e cidadãs capazes de intervir na sociedade para torná-la mais justa e solidária;

g) Desenvolver pesquisas e atividades acadêmicas como seminários, colóquios, minicursos visando estudar as relações étnico-raciais, quilombola e indígena; o meio ambiente e a sustentabilidade

planetária; a identidade de gênero e orientação sexual; a inclusão educacional das pessoas com deficiência; a soberania das nações e a organização dos povos ou classes; a migração, o tráfico humano e a liberdade religiosa.

III - Quanto às atividades de Extensão:

a) Promover palestras, seminários, colóquios e simpósios com temas sobre os Direitos Humanos e suas várias relações com os temas da Dignidade Humana, da Igualdade de Direitos, do reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, da Laicidade do Estado e o Papel da Religiosidade, da Democracia na educação, da Globalização, Interculturalidade e Multiculturalismo e da Sustentabilidade Socioambiental;

b) Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino que promovam ações voltadas a questões de Direitos Humanos.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Esta Política de Educação em Direitos Humanos, sempre que necessário, será reavaliada e aprimorada com o intuito de se adequar às diretrizes da Política Nacional de Educação.

Art. 6º As questões omissas nesta Resolução serão tratadas pelas instâncias competentes desta Instituição.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO 5 - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Institui a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE.

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento da Instituição,

CONSIDERANDO que a Faculdade Jesuíta trabalha em prol de uma formação cidadã responsável e construtora de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, e pretende fortalecer a valorização da cultura e o reconhecimento da diversidade étnico-racial como elemento imprescindível para uma educação para a cidadania;

CONSIDERANDO que a formação da identidade brasileira é marcada por uma diversidade e heterogeneidade étnica, racial, cultural e religiosa muito grande. Por um lado, fonte de riqueza e desafios socioculturais, esta realidade tem despertado a atenção da sociedade brasileira e suas instituições. Por outro lado, uma tensão, muitas vezes oculta e disfarçada, entre a cultura afro-brasileira, a cultura indígena e a cultura branca e europeia, revela ideologias, desigualdades e estereótipos que são fontes de polêmicas, desigualdades e violências;

CONSIDERANDO que a Faculdade Jesuíta defende a necessidade de uma educação de reconhecimento e valorização das diversas culturas formadores da sociedade brasileira, em uma busca dialógica de um projeto comum para toda a sociedade;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei n.10.639/03) da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Ministério da Educação.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução é o instrumento por meio do qual a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) cria sua Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Art. 2º Esta Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena tem como objetivo estabelecer diretrizes e objetivos para nortear as ações administrativas e acadêmicas desenvolvidas no Campus da FAJE.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES

Art. 3º As ações de planejamento, execução e avaliação das atividades de Pesquisa, Ensino, Extensão e Gestão da FAJE serão orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – Valorização da Educação das Relações Étnico-Raciais e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena como um dos elementos essenciais na formação e conscientização, especialmente, de todo cidadão que vive na sociedade brasileira;

II – Conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre as Relações Étnico-Raciais e sobre as culturas Afro-Brasileira e Indígena;

III – Democratização do acesso aos resultados de estudos e pesquisas sobre questões referentes às políticas públicas voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

IV – Incentivo ao debate e reflexões sobre a problemática e o conhecimento das Relações Étnico-Raciais e sobre as Culturas Afro-Brasileira e Indígena;

V – Incorporação da dimensão das Relações Étnico-Raciais e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena em projetos institucionais e pedagógicos;

VI – Estímulo ao estudo histórico, social e religioso das relações étnico-raciais, do reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro e indígena e da diversidade da nação, em prol do combate ao racismo e à discriminação;

CAPÍTULO III – OBJETIVOS

Art. 4º No que diz respeito à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a FAJE, em sua atividade de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, procurará sempre alcançar os seguintes objetivos:

I – Quanto às atividades de Ensino:

a) Buscar, junto aos Coordenadores e ao Corpo Docente, a inserção de temas relacionados à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Culturas Afro-Brasileira e Indígena nos Projetos Pedagógicos dos cursos, bem como nos planos de ensino das disciplinas;

b) Promover entre Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo o debate e a reflexão crítica sobre a problemática das Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena;

c) Promover em sala de aula uma abordagem articulada entre questões de Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena e os conteúdos próprios das disciplinas, especialmente, no estudo das Religiões Afro-brasileiras no Departamento de Teologia; e no estudo das questões de Racismo, Etnias e Culturas no estudo da Ética Filosófica e da Filosofia Política no Departamento de Filosofia;

d) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à educação para as relações étnico-raciais nos cursos de graduação e licenciatura.

II – Quanto às atividades de Pesquisa:

a) Estimular os grupos de pesquisa existentes que já têm a questão da Política das Relações Étnico-Raciais e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena em seu horizonte de pesquisa a aprofundar seus estudos, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, em parceria com outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais;

- b) Incentivar, em nível de graduação e de pós-graduação, a investigação de temas relacionados à problemática das Relações Étnico-Raciais e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena;
- c) Promover uma maior divulgação dos resultados de pesquisas relacionadas à temática das políticas públicas voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e, também, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- d) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas, seminários e grupos de pesquisa de promoção das relações étnico-raciais e sobre as culturas afro-brasileira e indígenas;

III - Quanto às atividades de Extensão:

- a) Promover palestras, seminários, colóquios e simpósios com temas sobre as Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- b) Buscar, através das atividades de extensão, uma maior conscientização tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade local a respeito das Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e do conhecimento das Culturas Afro-Brasileira e Indígena;
- c) Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino que promovam ações voltadas à preservação das Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais das Culturas Afro-Brasileira e Indígena;
- d) Estimular apresentações artísticas no campus da Faculdade, observando o respeito à diversidade e, com isso, incentivar e apoiar o potencial artístico-cultural da comunidade universitária.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Esta Política de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, sempre que necessário, será reavaliada e aprimorada com o intuito de se adequar às diretrizes da Política Nacional de Educação.

Art. 6º As questões omissas nesta Resolução serão tratadas pelas instâncias competentes desta Instituição.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO 6 - POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Institui a Política de Sustentabilidade Socioambiental da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE.

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento da Instituição,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece em seu art. 3º, II, que “compete às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 02/2012, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

CONSIDERANDO o apelo da Encíclica do Papa Francisco Laudato si, que apela toda a humanidade ao cuidado da casa comum, e as orientações da Companhia de Jesus no Brasil, que tem como uma de suas preferências apostólicas a questão socioambiental;

CONSIDERANDO ainda o que PDI estabelece que a FAJE, inspirada na mensagem evangélica e na pedagogia da Companhia de Jesus, tem como um de seus objetivos “construir um humanismo solidário, fundado na dignidade inalienável da pessoa humana, na sua abertura para o Transcendente, somada a um senso agudo de justiça e de responsabilidade socioambiental”;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução é o instrumento por meio do qual a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) cria sua Política de Sustentabilidade Socioambiental, firmando, assim seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, através da preservação do meio ambiente e da educação ambiental.

Art. 2º Esta Política de Sustentabilidade Socioambiental tem como objetivo estabelecer diretrizes e objetivos para nortear as ações administrativas e acadêmicas desenvolvidas no Campus da FAJE.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES

Art. 3º As ações de planejamento, execução e avaliação das atividades de Pesquisa, Ensino, Extensão e Gestão da FAJE serão orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – Valorização da Educação Socioambiental como um dos elementos essenciais na formação integral do ser humano;

II – Conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente;

III – Democratização do acesso aos resultados de estudos e pesquisas sobre questões socioambientais;

IV – Promoção do debate e reflexões sobre a problemática socioambiental;

V – Incorporação da dimensão socioambiental em projetos institucionais e pedagógicos;

VI – Preocupação com o reaproveitamento e a destinação correta dos resíduos sólidos gerados no Campus.

CAPÍTULO III – OBJETIVOS

Art. 4º No que diz respeito à Sustentabilidade Socioambiental, a FAJE, em sua atividade de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, procurará sempre alcançar os seguintes objetivos:

I – Quanto às atividades de Ensino:

a) Buscar, junto aos Coordenadores e ao Corpo Docente, a inserção de temas relacionados ao meio ambiente nos Projetos Pedagógicos dos cursos, bem como nos planos de ensino das disciplinas;

b) Promover entre Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo o debate e a reflexão crítica sobre a problemática socioambiental;

c) Promover em sala de aula uma abordagem articulada entre questões socioambientais e os conteúdos próprios das disciplinas.

II – Quanto às atividades de Pesquisa:

a) Estimular os grupos de pesquisa existentes que já têm a questão socioambiental em seu horizonte de pesquisa a aprofundar seus estudos, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, em parceria com outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais;

b) Incentivar, em nível de graduação e de pós-graduação, a investigação de temas relacionados à problemática socioambiental;

c) Promover uma maior divulgação dos resultados de pesquisas voltadas à temática socioambiental.

III - Quanto às atividades de Extensão:

a) Promover palestras, seminários, colóquios e simpósios com temas sobre o meio ambiente;

b) Buscar, através das atividades de extensão, uma maior conscientização tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade local a respeito do meio ambiente;

c) Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino que promovam ações voltadas à preservação do meio e à educação ambiental.

IV - Quanto às atividades de Gestão:

a) Minimizar sempre os riscos ambientais de eventuais intervenções na infraestrutura do Campus;

b) Fazer o devido reaproveitamento e a destinação correta dos resíduos sólidos gerados no Campus;

c) Observar sempre a legislação municipal no que diz respeito à questão ambiental.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Esta Política de Sustentabilidade Socioambiental, sempre que necessário, será reavaliada e aprimorada com o intuito de se adequar às diretrizes da Política Nacional de Educação.

Art. 6º As questões omissas nesta Resolução serão tratadas pelas instâncias competentes desta Instituição.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO 7 - POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL

Institui a Política de valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE.

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento da Instituição,

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Art. 3º, inciso II, propõe como um dos princípios do ensino a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”;

CONSIDERANDO o Art. 2º, Parágrafo único, Incisos I, III, IV, V e VII do Regimento da FAJE, segundo os quais a Faculdade “realiza as finalidades da educação superior, legalmente estabelecidas, a saber: I – estimular a criação cultural [...]; III incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência [...] e a criação e difusão da cultura [...]; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...]; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural [...]; VII – promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural [...]”;

CONSIDERANDO que o PDI da FAJE, na apresentação da identidade da Faculdade, afirma que sua razão de ser é “a busca constante da verdade, a promoção do saber e da cultura e a sua transmissão [...]”;

CONSIDERANDO que o mesmo PDI estabelece como Missão da FAJE “Formar pessoas com excelência acadêmica em Filosofia, Teologia e Ciências afins, promovendo o diálogo entre a fé e a cultura contemporânea, à luz do humanismo cristão”, assumindo como um de seus valores a “criatividade cultural”, definida como “diálogo com a cultura contemporânea por meio da pesquisa e produção científica inovadora”;

CONSIDERANDO que a Faculdade é possuidora de um patrimônio científico e cultural de grande valor para o conhecimento filosófico e teológico, presente no acervo de sua biblioteca, nos Memoriais Padre Vaz e João Batista Libanio;

CONSIDERANDO que a Faculdade encontra-se numa região de Belo Horizonte com poucos espaços culturais e de difusão das várias expressões artísticas e que os espaços da instituição podem ser utilizados para a difusão artística e cultural.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Criar a Política de valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da FAJE, estabelecendo seus objetivos, orientações e ações nos diferentes níveis de organização e missão da Faculdade.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 2º Inspirada pela história da presença jesuítica no mundo das artes e da cultura, esta política tem os seguintes objetivos:

I – Promover o encontro e o debate entre fé e cultura, à luz da tradição cristã e em diálogo intercultural e inter-religioso;

II – Preservar e cuidar dos distintos acervos bibliográficos, documentais e artísticos da Faculdade, para que possam continuar sendo disponibilizados à pesquisa, ao ensino e à divulgação de pesquisadores e pessoas interessadas;

III – Oferecer à comunidade acadêmica e aos públicos atendidos pela Faculdade ocasiões para apreciar as distintas manifestações da produção artística e refletir sobre sua importância no campo filosófico e teológico.

CAPÍTULO III – DAS DIRETRIZES

Art. 3º A Política de valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da Faculdade Jesuíta é pautada pelas seguintes diretrizes:

I – O responsável pela guarda, desenvolvimento e uso da sala de obras raras e especiais da Biblioteca Padre Vaz é o Diretor, auxiliado pelas bibliotecárias;

II – O Reitor da Faculdade nomeia os responsáveis pela cura e acompanhamento dos memoriais Padre Vaz e João Batista Libanio, sendo auxiliados pelas bibliotecárias;

III – A organização de eventos artístico-culturais é confiada a uma Comissão ad hoc nomeada pelo Reitor.

CAPÍTULO IV – DAS AÇÕES

Art. 4º Baseada na experiência já realizada, esta Política prevê para os próximos anos as seguintes ações:

I - Acervo geral da Biblioteca Padre Vaz:

- Promover ações de conscientização, por meio de exposições e campanhas, a fim de despertar nos usuários a reflexão para o dever social no cuidado com o patrimônio cultural da FAJE.

- Exposições temáticas que visem divulgar o acervo nas suas variadas classes de assuntos.

II – Sala de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Padre Vaz:

- Continuar o processo de guarda e cuidado em condições adequadas do acervo da Sala de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Padre Vaz, oferecendo ao corpo técnico-administrativo condições de formação em guarda e cuidado dessas obras;

- Aproximar a comunidade acadêmica e dos livros raros, através de exposições, a fim de divulgar essas fontes riquíssimas de pesquisa e conhecimento e de grande valor histórico e cultural.

III – Memoriais:

- Assegurar a guarda e o cuidado do acervo dos Memoriais Padre Vaz e João Batista Libanio, pelo valor que representam para a filosofia e a teologia no Brasil;
- Promover e estimular a pesquisa e a reflexão acerca do pensamento filosófico do Padre Vaz e do pensamento teológico de João Batista Libanio, garantindo informação para estudantes, pesquisadores e interessados em geral;
- Com relação ao Memorial Padre Libanio: conclusão da organização física do acervo e sua disponibilização para pesquisas, a fim de abrir novas perspectivas de estudo sobre a vida e a obra desse renomado teólogo;
- Com relação ao Memorial Padre Vaz: continuar acompanhando o trabalho e publicação dos textos inéditos do eminente filósofo mineiro.

IV – Atividades artísticas:

- Promoção de eventos como concertos, cine-fóruns, visando ofertar, em especial aos moradores da Região Norte de Belo Horizonte, atividades que valorizem e difundam as criações artísticas e culturais.

V – Coral

- Busca de parcerias para reaver as atividades do Coral José de Anchieta, a fim de dar continuidade ao projeto que promove a integração entre Faculdade e Comunidade externa através do diálogo musical.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Esta Política de valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, sempre que necessário, será reavaliada e aprimorada com o intuito de se adequar às diretrizes da Política Nacional de Educação.

Art. 6º As questões omissas nesta Resolução serão tratadas pelas instâncias competentes desta Instituição.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO 8 – POLÍTICA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

ART. 1º - A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do MEC, nos põe em face da necessidade de repensar a prática de extensão em nossa Faculdade. Temos exercido a extensão por meio da oferta de cursos, palestras e eventos acadêmicos. Contudo, de acordo com a Resolução, a extensão precisa ser pensada como uma real interação entre a instituição e a comunidade. Algumas de suas principais marcas deve ser o protagonismo discente e a interdisciplinaridade.

ART. 2º - RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

I - A Resolução nº7, no seu artigo 3º, traz uma definição para a atividade extensionista. Trata-se de “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. Outra definição para as atividades de extensão pode ser encontrada no artigo 7º da resolução. De acordo com ela, atividades de extensão são “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”.

II - O artigo 5º, nos seus vários incisos, elenca os elementos que estruturam a concepção e a prática das diretrizes da extensão. Dentre esses vários elementos indicados no documento, cabe mencionar: 1) interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, que torna possível o contato com questões presentes no contexto social; 2) formação cidadã, constituída pela vivência, pela relação interprofissional e pela interdisciplinaridade; 2) construção e aplicação de conhecimentos capazes de gerar mudanças na instituição e na sociedade; 3) processo pedagógico único, capaz de articular ensino/extensão/pesquisa.

III - O artigo 6º traz as metas a atingir através do processo de curricularização da extensão. As metas são: 1) “formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável”; 2) respeito e promoção da interculturalidade, por meio da promoção “de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional”; 3) compromisso social da instituição, especialmente, com as seguintes áreas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Esse compromisso precisa estar alinhado “às diretrizes para educação ambiental, educação étnico-racional, direitos humanos e educação indígena”; 4) reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa; 5) contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; 6) compromisso social assumido pelas instituição de ensino; 7) produção e construção de conhecimentos, atualizados e coerentes com a realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável.

IV - Finalmente, o art. 8º indica quais as modalidades de “intervenção” devem ser consideradas práticas de extensão. O documento cita cinco modalidades: programas; projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

ART. 3º - DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO

I - A partir desses elementos indicados na Resolução nº 7, chegamos à seguinte definição de extensão, que passa a ser a orientadora de todo o processo de curricularização da extensão em nossa instituição:

II - A extensão se define como uma ação articuladora dos processos educacionais da instituição, intimamente vinculada aos processos de ensino e de pesquisa, através da qual torna-se possível o estabelecimento de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Tal ação pode tomar a forma concreta de projetos, programas, cursos, eventos, entre outras, desde que cada atividade específica esteja alinhada com o horizonte articulador e integrador da ação extensionista. O ensino e a pesquisa são importantes para apoiar o planejamento e a organização de cada atividade. Por outro lado, a sociedade se apresenta como fonte de demandas que dão origem às propostas extensionistas. Os discentes assumem papel fundamental. Ele é o protagonista do processo de interação com a sociedade. Os docentes atuam oferecendo apoio e orientação, garantindo assim melhor qualificação da atuação dos discentes nos contextos concretos. Além disso, a ação extensionista deve estimular a interdisciplinaridade e o diálogo interinstitucional. Devem, portanto, ser valorizadas iniciativas envolvendo discentes de todos os departamentos e também de outras instituições parceiras.

ART. 4º - IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO

I - A Curricularização da Extensão será implantada na FAJE a partir de fevereiro de 2023 progressivamente, da seguinte maneira: em 2023 o currículo será alterado para os estudantes ingressantes nos dois cursos de graduação da faculdade – teologia e filosofia –, em 2024 a curricularização se estenderá aos estudantes do 2º ano dos dois cursos e em 2025 estará implantada em toda a estrutura curricular da faculdade.

II - Em relação à carga horária, o art. 4º, da Resolução 7, determina que no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação deve ser integralizado através de atividades de extensão.

III - A carga horária dos cursos de graduação oferecidos pela FAJE ficará definida nos seguintes termos:

- a) Bacharelado em Filosofia: 2400 horas totais - 240 de extensão
- b) Licenciatura em Filosofia: 3560 horas totais - 360 de extensão
- c) Bacharelado em Teologia: 3945 horas totais - 405 de extensão

IV - Atualmente, os cursos oferecidos pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia possuem as seguintes cargas horárias mínimas:

- a) Bacharelado em Filosofia: 2400 horas
- b) Bacharelado em Teologia: 3390 horas
- c) Licenciatura em Filosofia: 3555 horas

V - Será necessário que cada discentes cumpra pelo menos:

- a) Bacharelado em Filosofia: 240 horas (Carga horária total 2.400h – 10% = 240,0)

b) Bacharelado em Teologia: 345h (Carga horária total – 3.390 horas – 10% = 339,0)

c) Licenciatura em Filosofia: 360h (Carga horária total – 3.560 horas – 10% = 356,0)

ART. 5º - ESTRATÉGIAS A SEREM SEGUIDAS:

I - Ao conceber uma proposta de projeto de extensão, deve-se levar em conta atividades já realizadas pelos discentes em pastorais.

II - Toda a ação extensionista deve se orientar de acordo com as preferências apostólicas que orientam o PDI institucional:

- a) Formação de lideranças juvenis;
- b) Eclesialidade e espiritualidade;
- c) Compromisso e incidência social;
- d) Cultura da Ecologia Integral

III - Privilegiar a extensão na modalidade de projetos. Isso significa que, neste caso, um ou mais professores podem atuar como orientadores do projeto, mas os protagonistas serão os discentes. Em consequência, a maior parte das horas dedicadas aos projetos estariam relacionadas às atividades desenvolvidas pelos discentes, e uma parte menor seria dedicada ao encontro de acompanhamento com o orientador do projeto.

IV - Incluir os discentes de pós-graduação como orientadores ou coorientadores de projetos. Isso ampliaria uma maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão e ofereceria a oportunidade de maior integração entre graduação, pós-graduação e os departamentos da instituição.

V - Importante envolver todos (as) professores (as) permanentes. A orientação dos projetos, como não se trata de aula, poderia ser realizada considerando as horas que o professor dispõe como pesquisador. Isso seria importante para não aumentar o custo dos cursos.

ART. 6º - EXECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO:

I - Validar como horas de extensão as atividades realizadas pelos discentes no CITEP e no GRUFAJE.

II - Oferta de 9 projetos de extensão por semestre, cada um com carga horária mínima de 60hs. Cada estudante poderá se vincular a um projeto por semestre. O número de vagas por projeto será limitado, de modo a não haver sobrecarga de número de participantes em nenhum deles. Como a implementação será progressiva, em 2023 haverá a oferta de 3 projetos por semestre, em 2024, de 6 projetos, e em 2025 chegaremos ao limite de 9 projetos por semestre.

III - Criação de quatro projetos institucionais de caráter permanente, sendo dois ofertados em cada semestre, cada um relacionado com uma das preferências apostólicas:

- a) Formação de lideranças juvenis;

- b) Eclesialidade e espiritualidade;
- c) Compromisso e incidência social;
- d) Cultura da Ecologia Integral

IV - Criação de projetos de extensão ligados aos grupos de pesquisa. As reuniões dos grupos seriam o momento que serviria como orientação do projeto.

V - Criação de disciplinas híbridas, que terão um braço extensionista ligado ao seu desenvolvimento teórico: Os professores poderiam propor práticas extensionistas nas disciplinas. A proposta deveria ser apresentada na forma de projeto no período de elaboração da programação anual. Neste caso, além da parte teórica, os estudantes teriam a possibilidade de se inscrever na extensão ligada à disciplina. O professor passaria as orientações para os estudantes inscritos na extensão. Eles precisariam apresentar algum resultado ligado a extensão para que a carga horária de extensão pudesse ser validada. Não haveria redução da carga horária da parte teórica da disciplina. A inscrição a extensão seria a parte, vinculada ao núcleo de extensão.

VI - Oferta de cursos de extensão relacionados aos projetos em curso. Tais cursos, por se relacionarem diretamente com a ação extensionista, não seriam contabilizados como Atividades Complementares.

VII - Organização de eventos abertos à comunidade.

ART. 7º - INSCRIÇÃO DOS DISCENTES NAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS:

I - As inscrições às atividades de extensão são realizadas através do núcleo de extensão da faculdade. É necessário que ao final de cada atividade o professor valide a participação do estudante, não havendo atribuição de nota

II - Ao final de cada semestre, o núcleo de extensão comunicará à graduação todas as participações validadas. Com isso, é realizado o registro dessas horas no histórico do estudante.

ART. 8º - Questões e situações não previstas nessa política serão encaminhadas aos Conselhos Departamentais, cujas decisões deverão ser homologadas pelo Reitor. Caso não se chegue a um acordo, caberá à Congregação o parecer final.

Obs.: Essa “Política de Curricularização da Extensão da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia” foi aprovada na reunião da Congregação da Faculdade em 10 de novembro de 2022.

ANEXO 9 – NORMAS DE TRATAMENTO ESPECIAL AOS DISCENTES

PORTARIA

Prot. FAJE 04/2015

Ficam estabelecidas as seguintes normas, em se tratando do tratamento especial a ser dispensado ao corpo discente da FAJE:

Artigo 1º. O Regime de Tratamento Especial (RTE) é a realização em domicílio das atividades acadêmicas pelo aluno impossibilitado de frequentar as atividades regulares.

Artigo 2º. Estão aptos a requerer o tratamento especial os alunos que se encontrarem temporariamente em alguma situação que impossibilite sua presença física às atividades acadêmicas, desde que não haja o comprometimento das condições intelectuais.

Enquadram-se neste caso:

- a) Lei n. 6.202/75 de 17/04/75. Gestantes, a partir do 8º mês de gravidez, por um período de 03 (três) meses.
- b) Decreto-Lei n. 1.044/69 de 21/10/69. Portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

i — Incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

ii — Ocorrência isolada ou esporádica;

Artigo 3º. Alunos que se encontrarem em situação psicológica incapacitante podem solicitar o RTE desde que a atividade intelectual para as atividades acadêmicas não seja afetada, conforme atestado por laudo médico.

Artigo 4º. São condições para o requerimento ao RTE:

- a) Período mínimo de afastamento de 15 dias.
- b) Laudo médico que ateste a impossibilidade de comparecimento às atividades acadêmicas regulares.
- c) Laudo médico que ateste que as condições intelectuais não foram afetadas.

Artigo 5º. Da duração do RTE.

Reserva-se ao Coordenador do Curso a anuência ao prazo de duração do RTE solicitado pelo aluno que deve ser, no mínimo, de 15 (quinze) dias e, no máximo, de 70% (setenta por cento) das atividades acadêmicas regulares do semestre.

O RTE pode ser estendido por 02 (dois) semestres letivos seguidos e, no máximo, por 03 (três) semestres alternados.

Artigo 6º. As atividades do RTE serão determinadas pelo(s) professor(es) da(s) disciplina(s), podendo ser indicadas atividades adicionais. Os prazos para a entrega das atividades devem ser compatíveis com as do semestre regular.

Artigo 7º. O aluno deverá disponibilizar uma forma de contato entre ele, os professores e o coordenador do curso. Caso o aluno não puder comparecer à IES, deverá ser indicado um responsável legal que se encarregará de coletar e enviar aos respectivos professores todas as atividades acadêmicas realizadas no âmbito da presente Portaria.

Artigo 8º. O pedido do RTE deverá ser feito na Secretaria de Graduação, através do preenchimento do formulário apropriado.

ANEXO 10 – NORMAS PARA PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

PORTARIA

Prot. FAJE 08/2019

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso de suas atribuições previstas no Art. 28 Inciso V do Regimento, considerando que a FAJE:

- a) É uma instituição acadêmica de ensino e pesquisa inserida no contexto brasileiro, aberta à internacionalização por seus convênios, pela presença de pesquisadores, professores, alunos e pessoas de várias nacionalidades;
- b) Oferece seus cursos em língua portuguesa,

Estabelece as seguintes normas para a proficiência em língua portuguesa para os candidatos brasileiros e estrangeiros dos cursos de graduação e pós-graduação:

Art. 1º – Os alunos regulares deverão comprovar um conhecimento suficiente da língua portuguesa para o acompanhamento das atividades acadêmicas.

Art. 2º – Será aplicado no processo de seleção dos candidatos que possuem o português como língua materna uma prova de redação com o objetivo de demonstrarem capacidade de reflexão e domínio do idioma.

§ 1º – Os candidatos que não obtiverem a nota 8 (oito) poderão se inscrever nos cursos regulares, porém deverão cursar durante dois semestres os cursos de "Exercícios de Redação I e II" oferecidos pela Faculdade;

§ 2º – Será exigida a aprovação nos cursos de Exercícios de Redação para a continuação do curso. Caso contrário, o aluno será desligado do curso;

§ 3º – Caso o aluno opte por não fazer o curso de português na FAJE, deverá submeter-se ao exame que será oferecido duas vezes ao ano, no final do primeiro semestre e no final do segundo semestre; para aprovação será exigida a nota 8 (oito).

Art. 3º – Será exigido dos candidatos que desejam se matricular como alunos regulares cuja língua materna não seja o português:

(a) exame de conhecimentos básicos da língua portuguesa (compreensão oral e escrita), ou

(b) apresentação do Certificado de Proficiência para Estrangeiros (Celpe-Bras) emitido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Ministério da Educação - www.portal.inep.gov.br).

§ 1º – Os alunos que não obtiverem a nota mínima 7 (sete) no exame de conhecimentos básicos da língua portuguesa poderão matricular-se normalmente nos cursos, mas deverão frequentar o curso de "Português para estrangeiros", oferecido pela Faculdade, devendo também obter a nota 7 (sete).

§ 2º – Caso o aluno opte por não fazer o curso de português na FAJE, deverá submeter-se ao exame que será oferecido duas vezes ao ano, no final do primeiro semestre e no final do segundo semestre; para aprovação será exigida a nota 7 (sete).

Art. 4º - Exige-se a certificação da proficiência em língua portuguesa no primeiro ano de estudos para a inscrição no ano acadêmico sucessivo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 11 – NORMAS PARA COIBIR A PRÁTICA DO PLÁGIO

PORTARIA

Prot. FAJE 19/2013

Visando a coibir a prática do plágio no exercício das atividades acadêmicas e a defender os direitos autorais de textos publicados, ficam estabelecidas as seguintes normas no âmbito da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE:

Das definições e dos processos:

1. Considera-se plágio, um tipo de fraude, consumada pela apresentação, utilização e/ou reivindicação pública desde que, na comparação com o original seja, claramente, identificável:

a) apropriação indébita – cópia na íntegra – de produção intelectual alheia, sem as devidas referências bibliográficas ou a devida autorização;

b) apropriação mascarada por pequenas mudanças ou inserção de detalhes;

c) paráfrase feita sem identificação de fonte, usando o conteúdo e/ou ideia de outro autor com palavras diferentes do original, com a pretensão de originalidade, em texto científico;

d) utilização de várias fontes de informação, com a organização desta para construção de texto e/ou trabalho, utilizando conceitos, teorias e/ou argumento de outrem sem a citação destes e indicações das obras consultadas.

2. O plágio – integral (transcrição de um texto inteiro ou paráfrase, sem citação da fonte) ou parcial (composição de parágrafos ou frases selecionadas de um ou de diversos autores, sem referência às obras de onde foram tirados) – será considerado falta grave se, devidamente, comprovado.

3. A suspeita de plágio deverá ser comunicada por escrito e em caráter sigiloso, por qualquer interessado, através de protocolo encaminhado ao Diretor do respectivo Departamento do(a) autor(a) do texto ou trabalho, instruída com as provas necessárias, obedecendo às normas desta Portaria e em conformidade com o Regimento da FAJE. O Diretor nomeará uma Comissão de 2 (dois) professores, para avaliar a veracidade dos fatos e dar o seu parecer, no prazo máximo por ele determinado.

4. Caso seja necessário, a Comissão convocará o(a) aluno(a) faltoso(a) ou o(a) professor(a) e lhe pedirá explicações, que poderão ser aceitas ou não. A Comissão citará o(a) autor(a) do texto e/ou trabalho sob sindicância, concedendo-lhe vista às provas e estabelecendo prazo para apresentação de ampla defesa, que poderá ser realizada na forma oral ou escrita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, garantindo-lhe sempre o devido processo legal e o contraditório.

5. Após a certificação do decurso de prazo, a Comissão lavrará parecer fundamentado conclusivo, opinando pelo prosseguimento da sindicância ou seu arquivamento, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis.

6. O Diretor do Departamento, uma vez comprovado o plágio, encaminhará o Parecer da Comissão ao Reitor, a quem competirá aplicar as sanções cabíveis.

Dos casos típicos e das sanções:

7. As provas e os trabalhos escolares (dos discentes de graduação e pós-graduação), quando se comprove a prática de plágio, receberão nota zero. Além da repreensão oral ou escrita, poderá ser estabelecida, como sanção suplementar, que a média final não ultrapasse os seis pontos sobre dez, no curso ou seminário em questão.

8. Monografias conclusivas de bacharelado, quando comprovada a prática de plágio, serão anuladas e o estudante poderá ter suspenso o direito de apresentar novo trabalho por, ao menos, um semestre, em conformidade com o Art. 119 do Regimento da FAJE, item III inciso b.

9. Dissertações de mestrado e teses de doutorado, quando comprovada a prática de plágio, serão rejeitadas antes de serem defendidas e seus autores poderão ser desligados da Faculdade, em conformidade com o Art. 119 do Regimento da FAJE, item IV inciso c.

10. Caso a suspeita de plágio se dê no dia da defesa da Dissertação ou da Tese, a defesa será suspensa. Cuide-se para que a comunicação da suspeita seja feita de forma sigilosa, reunindo-se à parte os membros da banca e o aluno em questão. Após investigação, se o plágio ficar comprovado, o(a) aluno(a) será, automaticamente, reprovado(a) e poderá ser desligado(a) da Faculdade em conformidade com o Art. 119 do Regimento da FAJE, item IV inciso c.

11. Caso o plágio seja descoberto e comprovado após a defesa da Dissertação ou Tese, ou após a entrega do texto definitivo, será suspensa a emissão do respectivo diploma.

12. Após a investigação sigilosa do caso, por comissão devidamente constituída pelo Diretor do respectivo Departamento, e os necessários esclarecimentos, caso se comprove a prática de plágio por um dos(as) professores(as) ou pesquisadores(as) da FAJE, inclusive jesuítas, seja qual for a categoria, serão aplicadas as sanções disciplinares previstas no Regimento da FAJE, Art. 116-118, por macular a boa fama da instituição e violar o princípio da honestidade intelectual.

ANEXO 12- CUSTEIO DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE EM ATIVIDADES EXTRACLASSES

R E S O L U Ç Ã O

Prot. FAJE 13/2019

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28 Inciso VI, RESOLVE destinar uma verba para custeio de participação do corpo discente em atividades extraclasse.

1. A previsão orçamentária, a partir de 2019, podendo ser, anualmente, corrigida, será de R\$ 6.000,00, assim destinados: R\$ 1.200,00 para alunos do bacharelado em Filosofia; R\$ 1.200,00 para alunos do bacharelado em Teologia; R\$ 1.800,00 para alunos de pós-graduação em Filosofia; R\$ 1.800,00 para alunos de pós-graduação em Teologia.

1.1. O teto máximo de ajuda individual será de R\$ 600,00 para alunos de graduação e de R\$ 900,00 para alunos de pós-graduação.

1.2. Na eventualidade de haver saldo de um ano não será acumulado no orçamento do ano seguinte.

2. O custeio terá como objetivo abrir novos horizontes para alunos (as) da FAJE com melhor desempenho acadêmico, facilitando-lhes a participação em congressos, simpósios e atividades similares.

3. São estas as condições para a obtenção do custeio:

3.1. Ter obtido nota 9,0 (nove), como média global, no conjunto das disciplinas cursadas.

3.2. Apresentar carta de recomendação de um professor do Departamento, relativa à relevância da participação no evento.

3.3. Estar cursando o 3º semestre dos cursos de graduação em diante ou serem alunos regulares da pós-graduação.

3.4. Ser o evento na área da Filosofia, da Teologia ou de ciências humanas de interesse para a reflexão filosófico-teológica.

4. Na concessão do custeio serão levadas em consideração as seguintes normas:

4.1. A solicitação deverá ser encaminhada, em formulário próprio, ao coordenador do respectivo curso, a quem compete aprová-la ou não.

4.2. A aprovação dependerá da eventual existência da verba, no momento do pedido, respeitando-se o teto máximo previsto no orçamento.

4.3. São contempladas no custeio as passagens interestaduais e intermunicipais e a taxa de inscrição.

4.4. Terão prioridade os alunos que usufruem da Bolsa de Iniciação Científica ou que apresentarão comunicação. Neste caso, deverá ser apresentada a declaração de aceitação da comunicação proposta.

4.5. Após o evento, o beneficiário deverá apresentar o certificado de participação.

4.6. A não apresentação do certificado de participação implicará na devolução do recurso recebido.

ANEXO 13 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO PSICOPEDAGÓGICO (NAP)

PORTARIA

Prot. FAJE 37/2018

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28 do Regimento, cria o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), com as seguintes características e atribuições:

Art. 1º – O NAP responsabiliza-se pelo atendimento psicopedagógico ao corpo discente e o apoio didático-pedagógico-humano aos professores, aos coordenadores dos cursos e ao corpo técnico-administrativo.

Art. 2º – Em relação ao corpo discente o NAP tem a tarefa de:

- a. Atender os alunos e as alunas em suas necessidades individuais ou coletivas, emocionais ou cognitivas, que afetam o aprendizado e o modo de ser e de se relacionar no mundo do ensino superior;
- b. Desenvolver estratégias de acolhimento, apoio e orientação aos alunos e às alunas por meio da escuta qualificada, em busca de compreender seus conflitos e demandas, criar melhores condições pedagógicas e favorecer o desenvolvimento intelectual e emocional e, assim, prevenir ou superar bloqueios e problemas, especialmente, o fracasso acadêmico;
- c. Ajudar os alunos e alunas a estabelecer novas relações interpessoais e a se adaptar ao ambiente sócio-acadêmico;
- d. Oferecer suporte psicopedagógico às práticas acadêmicas, atividades de estudo, acompanhamento e desenvolvimento cognitivo;
- e. Elaborar uma orientação de estudo individualizada para cada aluno e aluna que apresenta dificuldade de aprendizagem;
- f. Organizar oficinas e palestras sobre temas relevantes para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e alunas;
- g. Acompanhar e promover, quando solicitado, reuniões com representações de turmas e outras entidades estudantis para enfrentar as demandas relacionadas à sua função.

Art. 3º – Em relação ao corpo docente e coordenadores de cursos, o NAP tem a tarefa de:

- a. Ser um canal de apoio aos coordenadores de curso em sua função de acompanhar e supervisionar a vida acadêmica dos discentes;
- b. Atuar junto ao corpo docente para atender suas demandas didático-pedagógicas e psicopedagógicas no tocante ao desempenho acadêmico insuficiente do corpo discente;
- c. Acompanhar situações de conflito nas relações entre o corpo docente ou as coordenações de cursos e o corpo discente.

Art. 4º – Em relação ao corpo técnico-administrativo, o NAP tem a tarefa de:

- a. Atender os colaboradores em suas necessidades individuais ou coletivas, emocionais ou cognitivas que afetam o modo de ser e de se relacionar no ambiente de trabalho;
- b. Oferecer oficinas de formação humana, em vista de potencializar as relações interpessoais no ambiente de trabalho;
- c. Sugerir ações que tornem sempre mais agradável o ambiente de trabalho e, por consequência, o bom desempenho profissional;
- d. Assessorar a administração da FAJE nas situações de conflito, sugerindo ações que promovam a boa convivência e o clima de solidariedade.

Art. 5º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 14 - POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Ingresso:

O ingresso na carreira docente depende de processo seletivo, que compreende a coleta de informações de pessoas criteriosas a respeito de eventuais candidatos e o levantamento do seu perfil, mediante entrevistas e análises dos respectivos currículos. A seleção é feita em função da competência científica, qualificação didático-pedagógica, responsabilidade profissional e sintonia com os princípios e valores que orientam a instituição.

Princípios:

Os princípios básicos são:

- a. valorização da qualificação e mérito do docente em função da titulação, desempenho e produtividade;
- b. profissionalização, entendida como dedicação ao magistério;
- c. paridade de remuneração para os docentes integrantes da carreira, com qualificação análoga;
- d. progressão na carreira, mediante promoção;

A avaliação do desempenho e produtividade do professor em vista de sua promoção na carreira docente obedece aos seguintes critérios, aplicados pelo respectivo Conselho Departamental:

- a. desenvolvimento, execução e participação efetiva em projetos e grupos de pesquisa de valor comprovado;
- b. produção e publicação de artigos em revistas de projeção nacional ou internacional catalogadas ou validadas pela comunidade acadêmico-científica;
- c. publicação de livros com o respectivo aval de qualidade pela comunidade acadêmica;
- d. destaque no exercício do magistério pelo valor do conteúdo dos cursos e o aproveitamento dos estudantes;
- e. palestras e conferências proferidas, especialmente em congressos científicos;
- f. exercício de atividades administrativas relevantes na área educacional;
- g. distinção obtida em razão de relevância na atividade magisterial.

Classificação e Regime de Trabalho:

Os membros do corpo docente dos Departamentos são classificados em:

- a. Professores do Quadro permanente: adscritos de maneira estável e plena à Faculdade nos respectivos Departamentos, dedicando de 20 a 40 horas de serviços à instituição, das quais no máximo 10 horas são empregadas em atividades de ensino e as demais em atividades de pesquisa, de orientação e de caráter administrativo;
- b. Professores Colaboradores (nomenclatura específica para o corpo docente da pós-graduação): adscritos de maneira estável e plena à Faculdade nos respectivos Departamentos, dedicando de 10 a 20 horas de serviços à instituição, das quais, no máximo, 8 horas em atividades de ensino e as demais em atividades de pesquisa e orientação;

- c. Professores Visitantes: colaboram eventualmente com a instituição em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo na pós-graduação, sem vínculo permanente;
- d. Associados: exercem regularmente atividades, basicamente de ensino, nos Departamentos da Faculdade, com um compromisso com a instituição de até 10 horas semanais.

Categorias de titulação:

Os professores do quadro e associados se distribuem segundo as categorias abaixo indicadas, dependendo sua admissão ou promoção dos requisitos mencionados no Regulamento Interno da Faculdade:

- a. Professor titular;
- b. Professor Adjunto;
- c. Professor Assistente;
- d. Professor Auxiliar.

Remuneração:

O referencial da remuneração mensal dos docentes é o número de horas semanais trabalhadas, dentro da legislação e convenção coletiva de trabalho em vigor. A carga horária semanal está relacionada diretamente com o seu regime de trabalho. O regime de trabalho dos professores do quadro permanente obedece a um duplo contrato: o primeiro refere-se às horas/aula, na mesma base dos professores associados, até no máximo 10 horas semanais; o segundo regula as horas dedicadas à pesquisa, orientação de alunos e tarefas administrativas, de modo que a soma do tempo de dedicação à Faculdade corresponda no máximo a 40 horas semanais.

ANEXO 15 – POLÍTICA DE APOIO À PESQUISA DOCENTE

PORTARIA

Prot. FAJE 02/2021

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 28 do Regimento e tendo em vista o disposto nos Artigos 24, 25, 26 e 27 do Estatuto do Magistério Superior, atualizado e aprovado pela Congregação em 05/11/2020, e o Regimento da FAJE de 03/09/2020, atualiza normas para POLÍTICA DE APOIO À PESQUISA DOCENTE.

Art. 1º. O Docente poderá usufruir de licença, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de congressos ou reuniões de natureza científica ou técnica, relacionados com sua função, por no máximo 15 (quinze) dias.

§ 1º O requerimento da licença deverá ser solicitado pelo docente por escrito com, no mínimo, 1 (um) mês de antecedência, e deve conter a finalidade desta licença e a estratégia de eventual reposição das aulas.

§ 2º A licença poderá ser concedida pelo Diretor do Departamento, ouvido o coordenador do Curso.

§ 3º A decisão do Diretor do Departamento será comunicada à Diretoria Administrativa da FAJE, a quem competirá encaminhar os trâmites trabalhistas.

Art. 2º. Após 5 (cinco) anos de exercício efetivo e ininterrupto do magistério na FAJE, o docente terá direito a licença não remunerada, pelo período de até 2 (dois) anos, para tratar de interesses particulares, ou pelo período de 6 (seis) meses, para realização de programa de pesquisa ou pós-doutorado.

§ 1º O pedido de licença não remunerada, obedecendo às exigências da legislação trabalhista, deverá ser encaminhado por escrito ao Diretor do Departamento, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, com a devida justificativa e a indicação do período previsto para a ausência, para que seja providenciada a substituição do docente.

§ 2º O Diretor do Departamento, a quem caberá conceder a licença não remunerada, ouvirá o Coordenador do Curso e pedirá o parecer do Conselho Departamental. Excepcionalmente, o Diretor do Departamento poderá autorizar a licença e comunicar sua decisão ao Conselho Departamental a posteriori.

§ 3º Caberá ao Diretor do Departamento comunicar à Reitoria os pedidos de concessão de licença não remunerada recebidos e as eventuais aprovações.

§ 4º O Diretor do Departamento deverá comunicar a aprovação da licença não remunerada à Diretoria Administrativa da FAJE, a quem competirá encaminhar os trâmites trabalhistas.

§ 5º Mediante pedido do docente, a prorrogação da licença não remunerada poderá ser, excepcionalmente, concedida pelo Diretor do Departamento.

Art. 3º. Excepcionalmente, a Reitoria poderá conceder licença remunerada a docentes que se afastam de suas atividades para realização de estágio de aperfeiçoamento ou especialização, cursos de pós-graduação, ou programa de pesquisa ou pós-doutorado por um período de 6 (seis) meses.

§ 1º O pedido deverá ser feito junto ao Diretor do Departamento com antecedência mínima de 1 (um) ano.

§ 2º O Diretor do Departamento ouvirá o Coordenador do Curso e pedirá o parecer do Conselho Departamental, e encaminhará à Reitoria o pedido, o qual deve conter breve apresentação da pesquisa a ser realizada e os resultados esperados ao final do período de licença remunerada, sobretudo no que diz respeito à publicação de artigos e/ou livros.

§ 3º Caso seja deferido o pedido, o docente assumirá, por escrito, o compromisso de retornar à FAJE para um período mínimo de 1 (um) ano de docência, imediatamente após o término da licença.

§ 4º A decisão da Reitoria será comunicada à Diretoria Administrativa da FAJE, a quem competirá encaminhar os trâmites trabalhistas.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 16 - A POLÍTICA DE CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E REcredENCIAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 01/2018 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

Estabelece normas e critérios de credenciamento, recredenciamento e desc credenciamento de docentes dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

A COORDENAÇÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE), no uso de suas atribuições e em atendimento à Portaria Capes n.º 81, de 03 de junho de 2016, publicada no DOU de 06/06/2016, em seu art. 4.º, inciso IV, aprova a presente resolução.

Art. 1º - Credenciamento é o processo por meio do qual se dá o ingresso de um professor no corpo docente do PPG. **Recredenciamento** é o processo por meio do qual é feita a renovação do credenciamento do docente no PPG. **Desc credenciamento** é o processo por meio do qual se faz o desligamento do docente que não atenda aos critérios exigidos nesta Resolução;

Art. 2º - As regras de credenciamento, desc credenciamento e recredenciamento aplicam-se indistintamente sobre o quadro de docentes dos PPGs;

Art. 3º - A avaliação dos pedidos de recredenciamento será realizada anualmente no período de encaminhamento de dados de produção do PPG à CAPES (Coleta CAPES). Para tal, o Colegiado de Pós-graduação poderá designar, caso necessário, uma comissão para análise. Os pedidos podem ser solicitados para compor uma das seguintes categorias: docentes permanentes, docentes e pesquisadores visitantes e docentes colaboradores.

Art. 4º - São considerados **docentes permanentes** declarados anualmente pelo PPG na plataforma Sucupira e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

I - Desenvolvimento de atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação;

II - Participação em projetos de pesquisa do PPG;

III - Orientação de alunos de mestrado ou doutorado do PPG, sendo devidamente credenciado como orientador pela instituição;

IV - Vínculo funcional-administrativo com a instituição e enquadramento em uma das seguintes condições:

- a) Quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;
- b) Quando, na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do PPG;
- c) Quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do PPG;

d) A critério do PPG, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não atender ao estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, desde que atendidos os demais requisitos fixados.

Art. 5º - A atuação como **docente permanente** poderá se dar, no máximo, em até 3 (três) PPG's.

I - O docente poderá ser declarado permanente em qualquer combinação de PPG's, sejam eles programas acadêmicos ou profissionais, programas com composição tradicional, em redes ou outras formas associativas, de quaisquer áreas de avaliação de quaisquer instituições desde que atue em no máximo 3 (três) PPG's;

II - A carga horária dedicada a cada PPG do qual participe como docente permanente deverá ser estabelecida juntamente aos respectivos Coordenadores dos PPG's, respeitando-se o regime jurídico pelo qual sua relação trabalhista é regida, bem como as orientações previstas nos Documentos de Área.

III - A estabilidade, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPG será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação.

Art. 6º - Para **credenciamento** deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I. Diploma de Doutorado reconhecido pelo Ministério de Educação (MEC);

II. Curriculum Lattes atualizado;

III. Desenvolvimento de projeto de pesquisa compatível com as áreas de concentração e as linhas de pesquisa do respectivo Programa;

Art. 7º - Para **recredenciamento** como docente permanente deverá:

I. Apresentar curriculum lattes atualizado;

II. Evidenciar produção bibliográfica mínima prevista no Documento de Área para a nota em que se encontra o PPG ou a nota que o mesmo PPG pretende alcançar na quadrienal seguinte;

III. Evidenciar participação em grupo de pesquisa cadastrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPQ, relacionado à linha de pesquisa à qual está vinculado;

IV. Evidenciar atividades em eventos acadêmicos da Área: conferências, seminários, comunicações;

V. Ter ministrado pelo menos uma disciplina no Programa por ano e ter orientado, pelo menos, duas dissertações ou teses no quadriênio;

VI. Ter seu recredenciamento aprovado pela Comissão.

Art. 8 - O **descredenciamento** ocorrerá nos seguintes casos, com efeito para o novo quadriênio:

I. Não atendimento ao previsto no Documento de Área da CAPES, em especial, evidenciando produção bibliográfica insuficiente;

II. Ausência de projeto pesquisa por período maior que um ano;

III. Não participação em grupo de pesquisa;

- IV. Ser ou ter sido, no quadriênio concluído, objeto de processo disciplinar, cujo julgamento indique o afastamento das atividades docentes.

Art. 9 - Nenhum docente do **quadro permanente** poderá ficar mais de um ano letivo afastado das atividades curriculares (aulas, bancas e orientações) do PPG, exceto nos casos de afastamento para continuidade de estudos e de pesquisa, ou de licença regulamentada pela legislação vigente, pelos órgãos competentes da instituição.

Parágrafo único – nos casos de afastamento superior a um ano letivo, salvo nos casos excepcionais mencionados, o docente será descredenciado e deverá encaminhar novo pedido de credenciamento.

Art. 10º – O descredenciamento automático, salvo disposição em contrário, ocorrerá nos seguintes casos:

- I. Por solicitação do docente;
- II. Por decisão do Colegiado de Pós-graduação, de acordo com as normas regimentais.
- III. Por desligamento do docente, feito pela Direção do curso;

Art. 11º- São considerados **docentes colaboradores** os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

Art. 12º - O docente colaborador, deverá ainda atender aos seguintes requisitos:

- I. Evidenciar produção bibliográfica mínima prevista no Documento de Área para a nota em que se encontra o PPG-FAJE, ou, caso sua produção não seja contabilizada na avaliação da CAPES, mostrar que sua participação no Programa contribui para o crescimento do mesmo;
- II. Ter vínculo formal com a instituição (pós-doutoramento com bolsa PNPd; termo de compromisso de participação como docente do programa);
- III. Ter ministrado pelo menos uma disciplina no Programa no ano;
- IV. Desenvolver pesquisa compatível com a área de concentração e a linha de pesquisa do Programa;
- V. Evidenciar participação em grupo de pesquisa cadastrado no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do CNPQ, relacionado à linha de pesquisa à qual está vinculado.

Art. 13º - Para **recredenciamento**, o **docente colaborador** deverá comprovar, além das exigências listadas anteriormente:

- I. Ter ministrado pelo menos uma disciplina no ano em que estiver credenciado no Programa;
- II. **Ter seu recredenciamento aprovado pelo Colegiado.**

Art. 14º - O **descredenciamento de um docente colaborador** ocorrerá nos seguintes casos, com efeito para o novo quadriênio:

- I. Não atendimento ao previsto no Documento de Área da CAPES, em especial, evidenciando produção bibliográfica insuficiente, ou não mostrar que sua presença no Programa é importante para o desenvolvimento das atividades do mesmo;
- II. Ausência de projeto pesquisa por período maior que um ano;
- III. Não participação em grupo de pesquisa;
- IV. Ser ou ter sido, no quadriênio concluído, objeto de processo disciplinar, cujo julgamento indique o afastamento das atividades docentes.

Art. 15º - São considerados **docentes visitantes** os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 16º - Para **recredenciamento** o docente visitante deverá comprovar, além das exigências acima mencionadas:

- I. Ter ministrado pelo menos uma disciplina no ano em que atua como docente no Programa;
- II. Solicitar continuidade de sua participação nas atividades do Programa e ter sua solicitação aprovada pelo colegiado do curso;
- III. Mostrar que sua participação nas atividades do Programa é de interesse para as pesquisas nele realizadas.

Art. 17 - O **descredenciamento** de um docente visitante ocorrerá nos seguintes casos, com efeito para o novo quadriênio:

- I. Ter concluído as atividades no ano em que atuou como docente visitante no Programa;
- II. Não mostrar interesse em colaborar com as linhas e projetos de pesquisa do Programa;
- III. Não ser do interesse do Programa a continuidade de suas atividades como visitante.

Art. 18º - Os credenciamentos e recredenciamentos terão validade de até 2 anos. Uma avaliação de cada docente será realizada anualmente. Os resultados serão comunicados ao docente pelo coordenador do curso. O descredenciamento ou recredenciamento do docente levará em consideração as avaliações anuais.

Art. 19º - Os docentes permanentes e colaboradores deverão ser **recredenciados** a cada dois anos no Programa. Ficará a cargo do colegiado a composição de comissões para a avaliação das solicitações. Caso o docente colaborador seja beneficiário de bolsa PNPd, seu recredenciamento se dará a cada ano.

Art. 20º - A secretaria do Programa deverá informar ao docente o período de vigência de seu credenciamento em até 90 dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 21º - As solicitações de credenciamento deverão ser encaminhadas diretamente à Coordenação do Programa, contendo os documentos que comprovam os requisitos mínimos exigidos. O parecer final será homologado pelo Colegiado do Programa. O docente que não atingir os critérios para credenciamento, será descredenciado do Programa.

Art. 22º - O docente, quando descredenciado, não necessariamente continuará a orientar dissertações e teses. Quando a continuidade das orientações não se fizer possível, o colegiado deve solicitar, para que os discentes não fiquem prejudicados, que outro docente assuma a orientação da pesquisa.

Art. 23º - O docente descredenciado poderá pedir credenciamento quando atingir os critérios exigidos;

Art. 24º - Casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pelo Colegiado da Coordenação.

Art. 26º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

ANEXO 17 - ESTATUTO DA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Prot. FAJE 29/2020

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28 do Regimento, considerando a necessidade de atualização do Estatuto do Magistério Superior da Instituição, aprovado em 18/10/2007, modificado em 20/05/2010 e em 05/11/2015, após aprovação da Congregação da Faculdade, realizada no dia 05/11/2020, modifica e atualiza novamente o mesmo Estatuto, que passa a vigorar a partir desta data com a seguinte formulação:

Título I Disposições Gerais

Art. 1º - O Magistério Superior é constituído pelas categorias de professores/as, que exercem regularmente atividades de magistério no âmbito da Faculdade.

§ único – Consideram-se atividades de magistério as vinculadas de forma indissociável ao ensino, à pesquisa e à extensão, e as inerentes à administração acadêmica, exercidas pelos/as docentes.

Art. 2º - O Magistério Superior da Faculdade rege-se pelo presente Estatuto, observados o Regimento da Faculdade, a legislação civil, no que lhe disser respeito, e as disposições complementares estabelecidas pelas autoridades competentes.

Título II Da Comissão da Carreira Docente

Art. 3º - A Comissão da Carreira Docente, órgão de assessoria da Congregação e de seu Presidente, será constituída por três professores/as titulares ou adjuntos/as, com mandato de quatro anos, sendo:

- I. Um designado pelo Reitor, com aprovação da Congregação, na qualidade de Presidente;
- II. Dois designados, respectivamente, pelo Conselho de cada Departamento e aprovados pela Congregação.

Art. 4º - Compete à Comissão da Carreira Docente assessorar as autoridades responsáveis pela admissão e promoção de membros do corpo docente nos termos deste Estatuto.

Título III Do Corpo Docente

Art. 5º – O ingresso e a permanência no corpo docente da Faculdade implicam, além da competência científica, da qualificação didático-pedagógica e da responsabilidade profissional, o compromisso de respeitar os princípios e os valores expressos no Regimento da Faculdade.

Art. 6º – O corpo docente compreende as seguintes modalidades de professores/as:

I – Professores/as do quadro, adscritos/as de maneira estável e plena à Faculdade, nos respectivos Departamentos;

II – Professores/as Associados/as, que exercem regularmente atividades nos Departamentos da Faculdade, sem, entretanto, manter com ela vínculo pleno e estável;

III – Professores/as Visitantes, que pela competência e renome, são convidados/as a participar temporariamente nas atividades de pesquisa dos Departamentos e/ou ministrar cursos de sua especialidade.

§ 1º – Os/as professores/as do quadro dedicam-se a atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou também de administração acadêmica, conforme estabelecido pela direção dos respectivos Departamentos.

§ 2º – Os/as Professores/as Associados/as são contratados/as por horas/aula basicamente para atividades de ensino.

§ 3º – Os/as Professores/as Visitantes exercem atividades em períodos curtos e são remunerados pelas horas trabalhadas, sem manter vínculo empregatício com a Faculdade.

Art. 7º – Os/as professores/as do quadro distribuem-se conforme as seguintes categorias:

- I. Professor/a Auxiliar;
- II. Professor/a Assistente: Nível I, II e III;
- III. Professor/a Adjunto/a: Nível I, II e III;
- IV. Professor/a Titular.

Art. 8º – O quadro de professores/as de cada Departamento será determinado por Portaria do Reitor, estabelecendo o número de Professores/as Auxiliares, Assistentes, Adjuntos/as e Titulares do Departamento, de acordo com as necessidades definidas em seu plano de atividades.

Art. 9º – O convite a professores/as associados/as e visitantes será feito pelos Diretores dos Departamentos, com a aprovação do Conselho Departamental.

Art. 10º – Ao completarem setenta anos de idade, os/as professores/as serão jubilados/as, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, podendo, a critério da Faculdade, continuar a prestar serviços de ensino, pesquisa, orientação e administração, correspondendo-lhes os mesmos direitos e deveres dos/as docentes de sua categoria.

Art. 11º – Aos/às Professores/as Titulares jubilados/as que se tenham distinguido por sua posição eminente no meio acadêmico e pelos serviços prestados à Faculdade, poderá ser concedido o título de Professor/a Emérito/a, aprovado nos termos do Regimento.

Art. 12º – Ao completarem setenta e cinco anos de idade, os/as professores/as de qualquer categoria deixarão de ministrar cursos obrigatórios na graduação e na pós-graduação, podendo, excepcionalmente, por um tempo a ser determinado pelo Conselho Departamental, continuar a ministrá-los. Entretanto, poderão oferecer cursos optativos ou por módulos, presenciais ou on-line, bem como colaborar em setores da Faculdade que estejam dentro de suas capacidades e habilidades.

Título IV **Dos Direitos e Deveres do Corpo Docente**

Art. 13º – São direitos do/a docente:

- I. participar, diretamente ou por representação, dos Colegiados da Faculdade, nos termos de seu Regimento;
- II. votar e ser votado;
- III. recorrer da decisão dos órgãos administrativos e colegiados, observada a hierarquia institucional;
- IV. receber remuneração e tratamento profissional condizente com a atividade do magistério, recursos e apoio didático e administrativo no desenvolvimento regular de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 14º – São deveres do/a docente:

- I. dedicar-se ao exercício do magistério na modalidade presencial ou por acesso remoto síncrono e assíncrono, nos cursos regulares de graduação, licenciatura e pós-graduação stricto sensu, bem como lato sensu, nas variadas programações dos Departamentos;
- II. aplicar-se com diligência ao exercício das atividades acadêmicas de que esteja incumbido, buscando o aperfeiçoamento constante de seu desempenho em tais tarefas;
- III. comprometer-se com sua formação permanente em termos científicos e metodológicos, em vista de uma crescente capacitação para o desempenho de suas funções;
- IV. apresentar semestralmente ao Diretor do Departamento o relatório de suas atividades;
- V. participar de reuniões, solenidades, seminários internos e eventos acadêmicos promovidos pela Faculdade, quando convocados pela Direção do Departamento ou pela Reitoria;

VI. integrar diretorias, comissões, equipes, grupos de trabalho e afins, quando convocados/as pela Direção do Departamento ou pela Reitoria.

Art. 15º – O/a professor/a responsabiliza-se pelo andamento das disciplinas a seu cargo, competindo-lhe ainda:

- I. participar do planejamento das atividades dos cursos em que leciona, em vista da elaboração e implementação da respectiva proposta pedagógica;
- II. elaborar o plano de ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o conteúdo programático e a carga horária estabelecidos;
- III. organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos/as alunos/as;
- IV. efetuar os registros correspondentes à frequência e notas relativas ao rendimento escolar, assim como outros que lhe forem devidamente solicitados;
- V. entregar na data estabelecida à Secretaria do respectivo Departamento os resultados do aproveitamento de cada aluno/a;
- VI. dedicar-se à investigação e produção científica, de acordo com projetos por ele/a propostos, participando de grupos de pesquisa departamental e interdepartamental, segundo sua disponibilidade;
- VII. participar das atividades destinadas à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VIII. zelar pela boa ordem no recinto da Faculdade e, particularmente, pela disciplina das turmas a seu cargo;
- IX. participar das reuniões e atividades dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado/a e exercer outras atribuições que decorram do exercício de sua função.

Título V

Da Capacitação e Avaliação dos/as professores/as

Art. 16º – A Faculdade promoverá, na medida de suas possibilidades, a capacitação e a formação permanente dos/as professores/as, especialmente dos/as que pertencem ao quadro, em particular:

- I. proporcionando-lhes o tempo, os recursos bibliográficos, as instalações e equipamentos necessários para o estudo e investigação científica;
- II. incentivando a sua participação em eventos acadêmicos de real proveito para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos e de sua prática didático-pedagógica;
- III. facilitando a realização de cursos ou de estágios de estudos avançados no país ou no exterior.

Art. 17º – A atuação do/a professor/a será avaliada semestralmente pelo Diretor do Departamento, à luz dos seguintes elementos:

- I. desempenho didático-pedagógico, levando em conta, entre outros fatores, a avaliação feita pelos/as alunos/as;
- II. produção científica, levando em conta, entre outros fatores, o número e qualidade das publicações e a participação em eventos científicos;
- III. atitude de colaboração e de sintonia com os valores da Faculdade, levando em conta, entre outros fatores, a participação em atividades administrativas e de extensão universitária.

§ único – Como elemento de sua avaliação, o Diretor poderá solicitar a autoavaliação do/a professor/a.

Título VI

Da Admissão e Promoção dos/as Docentes

Art. 18º – Na admissão e promoção de professores/as e no convite a professores/as visitantes serão levados em conta os seguintes fatores:

- I. As condições gerais determinadas no Art. 8º do presente Estatuto;
- II. Os requisitos próprios de cada categoria conforme o presente Estatuto;
- III. A existência de vagas no quadro do Departamento e a previsão de recursos orçamentários ou de fundos especiais para a remuneração do/a professor/a.

Art. 19º – A promoção funcional do/a professor/a se dará por:

I - Promoção horizontal:

- a. entende-se por promoção horizontal o ato que confere a integrante da carreira docente a ascensão, dentro da mesma categoria, a nível imediatamente superior ao da sua classificação;
- b. ocorrerá por mérito, independentemente da existência de vaga, após cada interstício de dois anos de efetivo exercício do magistério na Faculdade na categoria de professor assistente e de três anos na categoria de professor adjunto, quando atendidas as exigências previstas no presente Estatuto;
- c. poderá ser requerida pelo interessado ao Diretor do Departamento ou proposta por iniciativa do Diretor do Departamento, a qualquer tempo, uma vez cumprido o tempo mínimo de magistério na Faculdade a que se refere o item I-b. do presente artigo;
- d. o requerimento, respaldado com a documentação pertinente, será dirigido à Comissão de Carreira Docente, que procederá à avaliação do mérito, levando-se em consideração o resultado da avaliação mais recente de desempenho do/a professor/a e dos seguintes elementos:
 - 1. participação em atividades, eventos e cursos voltados ao aperfeiçoamento e atualização acadêmica;
 - 2. qualidade das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
 - 3. exercício de funções ou cargos acadêmico-administrativos na Faculdade;
 - 4. desenvolvimento de atividades técnico-profissionais, externas à Faculdade, em área de conhecimento relacionada à atuação docente;
 - 5. produção científica;
- e. na avaliação do mérito, a Comissão de Carreira Docente será subsidiada pelo resultado da avaliação dos cursos ministrados pelo/a docente, realizada semestralmente pelo Departamento, examinando sua atuação no triênio imediatamente anterior ao respectivo requerimento;
- f. a avaliação de mérito de professor/a assistente e adjunto/a efetuada pela Comissão de Carreira Docente, depois de aprovada pelo Conselho Departamental, será encaminhada pelo Diretor do Departamento ao Reitor, para homologação, a quem cabe dar ciência formal ao/a professor/a.

II - Promoção vertical:

- a. entende-se por promoção vertical o ato que confere aos integrantes da carreira docente a ascensão à categoria superior àquela em que se encontra;
- b. para a admissão no nível de Professor/a Auxiliar, o/a candidato/a deverá:
 - 1. ter conhecimento da missão, visão e valores da Faculdade e comungar com eles;
 - 2. possuir o título de mestre na área em que pretende lecionar;
 - 3. ter obtido nota geral ou conceito equivalente igual ou superior a oito no mestrado; apresentar carta de recomendação de um/a ex-professor/a;
- c. a admissão de Professores/as Auxiliares obedecerá ao seguinte procedimento:
 - 1. ser requerida pelo/a interessado/a, mediante requerimento dirigido ao Diretor do Departamento, ou proposta por iniciativa do Diretor do Departamento ao Conselho Departamental;
 - 2. ser aprovada pelo Conselho Departamental com o parecer favorável do Colegiado do Curso no qual pretende lecionar;
 - 3. ser proposta ao Reitor pelo Diretor do Departamento;
 - 4. ser ratificada pelo Reitor com a nomeação;
- d. para a admissão ou promoção ao nível I da categoria de Professor/a Assistente, o/a candidato/a deverá:
 - 1. possuir o título de mestre na sua área de atuação;

2. ter experiência didática satisfatória no exercício do magistério de, no mínimo, dois anos;
 3. ter demonstrado capacidade de trabalhar em equipe e assimilação da missão e dos valores da Faculdade;
 4. estar dedicado/a à pesquisa científica.
- e.** a admissão ou promoção à categoria de Professores/as Assistentes e Adjuntos/as obedecerá ao seguinte procedimento:
1. ser requerida pelo/a docente ao Diretor do Departamento ou proposta por iniciativa do Diretor do Departamento ao Conselho Departamental;
 2. ser proposta ao Reitor pelo Diretor do Departamento com aprovação do Conselho Departamental;
 3. ser encaminhada pelo Reitor à Comissão da Carreira Docente para parecer;
 4. ser aprovada pela Congregação, ouvido o parecer da Comissão da Carreira Docente;
 5. ser ratificada pelo Reitor com a nomeação;
- f.** para a admissão ou promoção ao nível I da categoria de Professor/a Adjunto/a, o/a candidato/a deverá:
1. possuir o título de doutor/a ou título equivalente ou méritos científicos notáveis;
 2. ter exercido pelo menos durante dois anos o magistério na área respectiva como Professor/a Assistente nível 3 em qualquer nível da Faculdade ou de categoria equivalente em outra IES congênere, demonstrando real capacidade pedagógica;
 3. ter publicado estudos científicos originais durante o dito biênio;
- g.** a admissão ou promoção à categoria de Professor/a Titular obedecerá ao seguinte procedimento:
1. Ser solicitada pelo/a docente, mediante requerimento dirigido ao Diretor do Departamento;
 2. Ser proposta ao Reitor pelo Diretor do Departamento com aprovação do Conselho Departamental;
 3. Ser encaminhada pelo Reitor à Comissão da Carreira Docente para parecer;
 4. Ser aprovada pela Congregação, ouvido o parecer da Comissão da Carreira Docente;
 5. Ser remetida pelo Reitor ao Chanceler para nomeação;
- h.** para a admissão ou promoção à categoria de Professor/a Titular o/a candidato/a deverá:
1. possuir grau de doutor/a, título equivalente ou méritos científicos excepcionais;
 2. ter exercido pelo menos durante três anos o magistério na área respectiva como Professor/a Adjunto/a nível 3 da Faculdade ou de categoria equivalente em IES congênere, demonstrando notável capacidade pedagógica;
 3. ter publicado estudos científicos originais durante o período previsto no inciso anterior;
 4. estar dedicado de maneira plena e permanente ao ensino e à investigação, destacando-se no meio acadêmico por seu desempenho profissional e sua identificação com os princípios e valores da instituição, segundo a avaliação feita pelos órgãos competentes;
- i.** o processo de promoção para a categoria de Professor/a Titular constará de:
1. apresentação de memorial crítico concernente à vida acadêmica e profissional do/a candidato/a;
 2. entrevista na qual o/a candidato/a será arguido/a publicamente por uma banca de dois/duas Professores/as Titulares nomeados/as pelo Reitor, sobre as informações contidas no memorial crítico;
 3. avaliação da disponibilidade do/a candidato/a para cumprir o regime de trabalho que lhe for atribuído na Faculdade, considerado o disposto na definição das atividades do Professor/a Titular;

j. o Conselho Departamental poderá pleitear, junto ao Reitor, o encaminhamento à Congregação de proposta visando à alteração do número de vagas de Professor/a Titular no respectivo Departamento, em decorrência do volume de atividades didáticas nele desenvolvidas ou do número de Professores/as Adjuntos/as em condições de solicitar a promoção.

§ 1º – Os títulos a que se referem os incisos acima deverão ser expedidos pelos órgãos competentes, com validade em todo o Território Nacional, e corresponder ao campo de conhecimento do Departamento em que o/a docente exerce suas atividades, ou corresponder a um campo de conhecimento afim, a ser definido pela Comissão da Carreira Docente, ouvindo a direção do respectivo Departamento, caso haja alguma dúvida.

§ 2º – Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras deverão ser reconhecidos por uma universidade brasileira, devidamente credenciada, nos termos do Art. 48

§ 3º, da Lei nº 9.394/96, correspondente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Título VII

Da Dispensa de Professores/as

Art. 20º – Os professores/as poderão ser dispensados/as por iniciativa da Faculdade e ato do Reitor, nos termos da legislação trabalhista, sem que tal procedimento implique em desabono de sua conduta como professor/a.

§ 1º – A dispensa de Professores/as Titulares só poderá ocorrer por motivos de força maior, de caráter econômico ou administrativo, a critério da Congregação, ressalvado o disposto no Art. 22º item II § 1º e 2º.

§ 2º – A dispensa dos demais professores/as poderá ocorrer por proposta do Diretor do Departamento, ouvida a Coordenação do curso em que lecionam.

Art. 21º – Os professores/as poderão ser demitidos/as por:

I. negligência grave e contumaz no cumprimento de suas obrigações;

II. incompetência científica comprovada;

III. incapacidade didática notória;

IV. atos graves ou reiterados incompatíveis com a dignidade e orientação da Faculdade.

§ único – A demissão prevista neste item será precedida de processo administrativo, sendo assegurado ao/à professor/a amplo direito de defesa.

Art. 22º – São competentes para efetuar a demissão:

I. de Professores/as Auxiliares, Assistentes e Adjuntos/as, o Reitor, com base nos resultados de processo disciplinar efetuado por Comissão por ele nomeada;

II. de Professores/as Titulares, o Chanceler, sancionando o voto da maioria absoluta dos membros da Congregação, com base em processo disciplinar efetuado por Comissão de professores/as, eleita pela mesma Congregação.

§ 1º – Em caso de urgência, poderão ser suspensos de suas funções, até que seja concluído o processo disciplinar, os/as Professores/as Auxiliares, Assistentes e Adjuntos/as, pelo Reitor, e os Professores/as Titulares, pelo Chanceler.

§ 2º – Cabe a qualquer professor/a demitido/a recurso in suspensivo à Congregação.

Título VIII

Do Regime de Trabalho

Art. 23º – Os professores/as do quadro serão contratados/as em regime de tempo contínuo, com o compromisso de vinte a quarenta horas semanais de trabalho na Faculdade. Para tanto, firmarão um duplo contrato com a Faculdade, um de docente, referente às atividades de ensino, e outro de pesquisador/a.

§ 1º – As horas de trabalho previstas no contrato de pesquisador/a correspondem ao estudo e à pesquisa propriamente dita, à complementação das tarefas de ensino, à orientação de alunos/as e às tarefas administrativas, numa proporção estabelecida ou reconfirmada em cada semestre letivo por proposta do/a docente, com a aprovação do Diretor do respectivo Departamento, e o parecer dos/as Coordenadores/as de Graduação e de Pós-Graduação.

§ 2º – Os/as professores/as com cargo de direção ou coordenação receberão, de acordo com tabela fixada pela Reitoria, uma bonificação, que cessará com o respectivo mandato.

Art. 24º – Com autorização do Diretor do Departamento, os/as professores/as poderão afastar-se, anualmente, de suas atividades, por período não superior a quinze dias, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de congressos e reuniões de natureza científica ou técnica, relacionados com sua função docente.

§ único – A manutenção da remuneração poderá ser condicionada à reposição integral ou parcial das aulas ou das horas contratuais não cumpridas.

Art. 25º – A critério da Faculdade e com o consentimento dos interessados, concede-se licença não remunerada, por prazo determinado, aos/as professores/as:

- I. que lecionam em períodos letivos alternados, nos períodos em que não lecionam;
- II. que se afastam de suas atividades, por período igual ou superior a um período letivo, para:
 1. realizar estágio de aperfeiçoamento ou especialização, cursos de pós-graduação, ou programa de pesquisa ou pós-doutorado;
 2. exercer temporariamente atividade de ensino, pesquisa e extensão em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras;
 3. desempenhar temporariamente funções de assessoria ou direção em entidades nacionais ou estrangeiras.

Art. 26º – Depois de cinco anos de efetivo e ininterrupto exercício do magistério na Faculdade, o/a docente terá direito a licença não remunerada, pelo período de até dois anos, prorrogáveis por mútuo entendimento, para tratar de interesses particulares.

Art. 27º – Excepcionalmente a Reitoria poderá conceder licença remunerada a professores/as que se afastam de suas atividades nas condições e finalidades definidas no Art. 25º item II n. 1.

§ único – O/a docente a quem for concedida licença remunerada obrigar-se-á, após o seu término, a servir a Faculdade, se essa o exigir, por período igual ao de seu afastamento, de acordo com o Termo de Compromisso a ser firmado com a instituição.

Art. 28º – O corpo docente terá direito a férias anuais coletivas, nos termos da legislação pertinente, bem como ao recesso escolar.

Art. 29º – Fica assim estabelecida a organização dos horários e atividades dos/as professores/as, segundo as necessidades dos Departamentos:

I. Para professores/as de quarenta horas semanais:

1. Oito horas/aula (ensino): aulas na graduação, pós-graduação (stricto/lato sensu) e extensão;
2. Seis horas/aula (administração): funções administrativas;
3. Vinte e seis horas/aula (pesquisa): pesquisa, produção/divulgação, orientações, coordenação/participação em Grupos de Pesquisa.

§ 1º – Por hora/aula entende-se um período de sessenta minutos.

§ 2º – A distribuição das horas entre as diversas atividades acima especificadas refere-se à disponibilidade do/a professor/a. Caso o Departamento não requeira do/a professor/a o total de horas previsto para o ensino ou a administração, as horas restantes deverão ser empregadas em estudo e pesquisa.

§ 3º – O número de horas/aula semanais das diversas atividades, especialmente no que concerne às atividades de administração, corresponde à média semestral de um total de seiscentas horas/aula (40 horas semanais x 15 semanas), por exemplo, noventa horas/aula para atividades administrativas (6 x 15).

§ 4º – Os/as professores/as poderão ser solicitados/as a oferecer mais de oito horas/aula em caso de necessidade do respectivo Departamento.

II. Professores/as com carga horária diferente de quarenta horas semanais poderão:

1. diminuir, proporcionalmente, as horas segundo o modelo acima;
2. diminuir, proporcionalmente, as horas, segundo o modelo acima, excluindo as horas de atividades administrativas.

§ único – A escolha de ambos os itens acima fica a cargo do Diretor, segundo as necessidades do Departamento, em comum acordo com o/a professor/a.

Art. 30º – Em relação à divisão das horas:

I. cada professor/a deverá apresentar no início de cada semestre sua agenda de trabalho para a aprovação da Direção do Departamento, especificando os momentos em que estará, efetivamente, na Faculdade, para o conhecimento do Departamento de Pessoal;

II. para o preenchimento das aulas dos cursos de graduação, serão prioritariamente designados/as professores/as do quadro, até que todos cumpram as horas/aula para as quais foram contratados/as. A contratação de professores/as horistas ocorrerá apenas em casos muito especiais, ou quando não houver horas/aula de professores/as do quadro disponíveis;

III. os/as professores/as do quadro deverão participar regular e obrigatoriamente de, pelo menos, um Grupo de Pesquisa;

IV. as horas de administração serão efetivadas em trabalhos nas várias atividades administrativas da Faculdade, como, por exemplo, NDE (Núcleo Docente Estruturante), CPA (Comissão Permanente de Avaliação), Reuniões do Departamento, Conselho do Departamento, Conselho da Pós-graduação, Coordenação do PIBIC, trabalhos de editoração, avaliação e assessoria nas várias revistas da Faculdade, Coordenação Central de Atividades de Extensão, Coordenação Central de Ensino a Distância e outras atividades administrativas solicitadas pela Faculdade;

V. na eventualidade de haver necessidade de mais horas para as atividades administrativas, como no caso das Coordenações e das Diretorias, serão usadas horas de aulas a serem ministradas, que serão diminuídas ao longo do período.

Art. 31º – Para os seguintes casos especiais, serão computadas as seguintes horas/aula:

I. coordenação de cursos de graduação: seis horas/aula semanais;

II. coordenação de cursos de pós-graduação: seis horas/aula semanais;

III. diretorias dos Departamentos: seis horas/aula semanais;

IV. editoria das Revistas *Síntese*, *Perspectiva Teológica*, *Pensar*, *Annales FAJE e Theologica Latinoamericana*. *Enciclopedia Digital*: seis horas/aula semanais.

Art. 32º – Para efeito de avaliação das atividades de pesquisa, serão utilizados critérios estabelecidos periodicamente, como anexos do presente Estatuto, que levem em conta os diversos gêneros de produção bibliográfica, bem como as várias manifestações de profundidade, abrangência, originalidade e rigor científico na investigação, de acordo com a apreciação vigente no ambiente cultural.

Art. 33º – Compete aos Diretores dos Departamentos acompanhar a implementação e a execução do presente Estatuto.

Art. 34º – Questões e situações não previstas nesse Estatuto serão encaminhadas aos Conselhos Departamentais, cujas decisões deverão ser homologadas pelo Reitor. Caso não se chegue a um acordo, caberá à Congregação o parecer final.

ANEXO - Critérios para a avaliação das atividades de pesquisa

Exige-se dos/as professores/as do quadro em produção bibliográfica e técnica uma pontuação mínima de duzentos pontos anuais e oitocentos pontos por quadriênio, de acordo com os seguintes critérios.

Quadro 1 – Publicação em periódico

- Publicação de artigo em periódico científico A1 – 100pts
- Publicação de artigo em periódico científico A2 – 85 pts
- Publicação de artigo em periódico científico A3 – 75 pts
- Publicação de artigo em periódico científico A4 – 65 pts
- Publicação de artigo em periódico científico B1 – 55 pts
- Publicação de artigo em periódico científico B2 – 40 pts
- Publicação de artigo em periódico científico B3 – 25 pts
- Publicação de artigo em periódico científico B4 – 10 pts

Quadro 2 – Outras publicações qualificadas

- Publicação de livro autoral vinculado a projeto de pesquisa – 180 pts
- Publicação de Capítulo de livro vinculado a projeto de pesquisa – 45 pts
- Publicação de Verbete – 10 pts

Quadro 3 - Produção técnica

- Produção técnica classificada como T1 – Resenha, mostra, material didático – 50 pts
- Produção técnica classificada como T2 – Curso de formação profissional, organização de evento – 40 pts
- Produção técnica classificada como T3 – Produção de comunicação, acervo, produção de editoração – 35 pts
- Produção técnica classificada como T4 – Tecnologia social – 20 pts
- Produção técnica classificada como T5 – Tradução – 10pts

ANEXO 18 – NORMAS PARA POLÍTICA EXTENSÃO DA FAJE

PORTARIA

Prot. FAJE 50/2014

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento, considerando que:

- a. No âmbito da educação superior a extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, representa um importante espaço de interface entre a instituição e a comunidade;
- b. A interação entre ensino, pesquisa e extensão abre um horizonte para o atendimento às necessidades da comunidade;
- c. A inserção da IES no contexto social representa uma contribuição para a formação profissional de seu corpo acadêmico,

estabelece as seguintes normas para a Política de Extensão (PE) da FAJE.

1ª – PE são as ações visando a integração orgânica entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa local, nacional e internacional, em perspectiva interdisciplinar. E também a formação da mentalidade social de seus próprios alunos, mediante a promoção do desenvolvimento completo da pessoa humana e a contribuição para uma melhor e mais saudável hermenêutica das questões do mundo contemporâneo.

2ª – As atividades ligadas à PE deverão envolver os diversos segmentos da comunidade acadêmica e construir espaços para a socialização das pesquisas realizadas pelo corpo de professores e pesquisadores, podendo também ser desenvolvidas pelos estudantes como estágios, trabalhos extraclasse e sob a forma do voluntariado.

3ª – A PE estará sob a responsabilidade do Núcleo de Extensão e Especialização (NEE), com as funções de coordenar, promover, organizar, planejar, executar, certificar, avaliar e mensurar as atividades, em diálogo e sob demanda dos Departamentos de Filosofia e de Teologia.

4ª – O NEE será composto pelo coordenador, nomeado pelo Reitor, e uma equipe de colaboradores técnico-administrativos, a quem caberá definir as atividades a serem desenvolvidas ao longo de cada semestre letivo.

5ª – O coordenador do NEE será coadjuvado por uma equipe de consultores composta por um (01) representante do quadro docente de cada Departamento, nomeado por seu respectivo Diretor, por um período de dois (02) anos.

6ª – Serão consideradas PE as atividades oferecidas pelo NEE em forma de cursos (acima de 15h/aula), minicursos (atividades até 15h/aula), oficinas, vivências e similares, eventos (palestras, colóquios, seminários, simpósios, mesas redondas, bate-papos e similares), projetos de formação específicos de longa duração entre outras.

7ª – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 19 - POLÍTICA DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 05, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

Prot. FAJE 05/2021

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 28 do Regimento, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas para POLÍTICA DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

Art. 2º O corpo técnico-administrativo da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE é constituído por todos os funcionários não docentes contratados nos setores de administração, secretarias, biblioteca, serviços gerais, manutenção, publicações, comunicação, tutoria da Educação a Distância e demais setores.

Art. 3º A contratação será feita de acordo com a legislação trabalhista brasileira constante na Consolidação das Leis do Trabalho, regendo-se também pelas normas da respectiva categoria profissional e pelo Regimento da FAJE.

Art. 4º A seleção e a contratação seguirão os seguintes trâmites:

I - Recebimento da demanda encaminhada pelo Diretor ou Coordenador do respectivo setor, com a análise do perfil do candidato a ser contratado;

II - Análise de currículos constantes no banco de dados, levando em consideração a experiência profissional e o desenvolvimento acadêmico do candidato;

III - Entrevista com o responsável da área de pessoal para avaliação das informações contidas no currículo;

IV - Entrevista e teste psicotécnico para avaliação da compatibilidade do perfil do candidato com aquele traçado por quem fez a solicitação;

V - Entrevista com o responsável da área em que o candidato desenvolverá as atividades, em caso de aprovação.

Art. 5º A capacitação e o desenvolvimento do corpo técnico-administrativo, de forma contínua e proativa, direta ou indiretamente, serão garantidos dentro das possibilidades da IES, visando a potencializar o desempenho do seu capital humano, alinhando-o às suas necessidades e potencializando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Art. 6º Internamente, a formação e a capacitação do corpo técnico-administrativo poderão acontecer, dentre outras, das seguintes formas:

I - Incentivo à participação em oficinas e cursos de idiomas, ofertados dentro da própria IES, através da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária, com a finalidade de que os

funcionários de linha de frente possam interagir com a comunidade acadêmica estrangeira presente nos cursos da Faculdade. Além disso, são ofertados também cursos de redação, oratória e Libras, este último voltado para promover cada vez mais a acessibilidade;

II - Incentivo à participação em eventos culturais, simpósios, palestras e sessão de filmes para Pensar e Ser Mais, através da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária;

III - Incentivo à participação em atividades de formação humana e espiritualidade Inaciana, retiros, através da Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais – DACP;

IV - Incentivo à filiação ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar – SAAE-MG, que disponibiliza bolsas de estudos para o funcionário, conforme convenção coletiva de trabalho;

V - Encontro Semestral dos Funcionários, que promove a reflexão e realiza dinâmicas de grupo, com palestras de profissionais de diversas áreas, através da Diretoria de Assuntos Comunitários e Pastorais – DACP;

VI - Convênio de descontos nas mensalidades de cursos de graduação e especialização entre a FAJE e a UNISINOS para cursos que fazem parte do polo EaD da Unisinos dentro do campus da FAJE.

Art. 7º Cursos de capacitação profissional em outras instituições, relacionados preferencialmente à área de atuação do funcionário, objetivando seu desenvolvimento profissional, poderão ser custeados pela Faculdade.

I - A solicitação do curso pretendido deverá obrigatoriamente ser submetida à chefia imediata do setor ao qual o funcionário está vinculado;

II - O responsável do setor avaliará a pertinência e a relevância da capacitação, encaminhando o pedido à administração geral para autorização.

Art. 8º O Departamento de Pessoal será responsável pela formação e capacitação do corpo técnico-administrativo, desenvolvendo, de modo especial, as seguintes ações, em parceria com outros funcionários da própria IES ou externos:

I - Treinamento de boas-vindas aos novos funcionários;

II - Formação de lideranças e equipes.

Art. 9º O Departamento de Pessoal, na definição de suas atividades, deverá:

I - Identificar, com a Administração da FAJE, os setores mais carentes de formação e de capacitação e os pontos a serem especialmente trabalhados;

II - Elencar, com o responsável por cada setor, as pessoas mais carentes de formação ou de capacitação e as respectivas especificidades;

III - Verificar, com a Administração e a coordenação do respectivo setor, a melhor maneira de liberar o funcionário para a atividade de formação e capacitação;

IV - Dar preferência aos cursos de capacitação profissional oferecidos pelo SINEP e outras instituições de consultoria educacional;

V - Solicitar ao funcionário o comprovante de participação e/ou conclusão do curso de capacitação realizado;

VI - Comunicar, nos encontros semestrais, os nomes dos funcionários que fizeram ou estão fazendo cursos de formação e capacitação.

Art. 10 Os cursos de formação e capacitação serão considerados, em vista de uma eventual promoção, ao surgir uma vaga no respectivo setor ou em outro que se enquadre na qualificação obtida pelo funcionário que deseja ocupá-la.

Art. 11 A Coordenação Central de Educação a Distância será responsável pelo programa de capacitação exclusivo do corpo tutorial dos cursos a distância, regulamentado pelo Plano de Capacitação e Acompanhamento de Docentes e Tutores e Apoio Pedagógico da Educação a Distância.

Art. 12 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 20 – POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA FAJE

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 DE 02, DE JANEIRO DE 2019.

Institui a Política de Internacionalização da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE.

O REITOR DA FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento da Instituição,

CONSIDERANDO o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAJE para o quinquênio 2016-2020, que prevê ações no âmbito da internacionalização, em relação com a Missão da Faculdade – “formar pessoas com excelência acadêmica em Filosofia, Teologia e Ciências afins, promovendo o diálogo entre a fé e a cultura contemporânea, à luz do humanismo cristão” – e com sua Visão – “ser um centro de excelência acadêmica de projeção nacional e internacional”;

CONSIDERANDO que o saber universitário se tornou cada vez mais global, e que a Filosofia, a Teologia e as Áreas afins supõem um diálogo intercultural e interdisciplinar exigente, para responderem às grandes questões da humanidade em tempos de globalização e pós-modernidade;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que orienta os programas brasileiros de Pós-Graduação a uma inserção internacional;

CONSIDERANDO as orientações da Congregação para a Educação Católica, do Estado do Vaticano e do Secretariado para a Educação Superior da Companhia de Jesus, que incentivam a criação de redes internacionais de pesquisa e cooperação acadêmica;

CONSIDERANDO a identidade e a história da Faculdade, que sempre contou em seu corpo docente e discente com professores e alunos originários de países de vários continentes;

CONSIDERANDO as várias iniciativas no âmbito da internacionalização da FAJE nos últimos anos;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Criar a Política de Internacionalização da FAJE, estabelecendo seus objetivos, orientações e ações nos distintos níveis de ensino, nos grupos de pesquisa, por meio de sua conexão com redes e instituições internacionais de ensino e pesquisa nas áreas de estudo próprias à Faculdade.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 2º Baseada na vocação internacional da Faculdade e na experiência de diversas ações na perspectiva da internacionalização dos últimos dez anos, esta política tem como objetivos:

I – Consolidar e expandir as relações da FAJE com instituições educativas, científicas, órgãos públicos e privados, entidades e organismos de representação e cooperação interuniversitária, nacionais

e internacionais, com especial destaque para as instituições pertencentes à Associação Internacional de Universidades Jesuítas (IAJU), à Associação de Universidades Confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL) e à Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC);

II – Interagir com instituições educacionais e científicas internacionais de referência nas áreas de interesse da Faculdade, com vistas ao intercâmbio institucional que promova a cooperação no desenvolvimento da pesquisa acadêmica;

III – Fomentar, entre grupos de pesquisa e entre pesquisadores/as das instituições internacionais com as quais a FAJE possui convênio de cooperação, projetos comuns de pesquisa, eventos interinstitucionais, iniciativas editoriais que aprofundem temas de interesse comum nos campos da Filosofia, Teologia e Áreas afins;

IV – Incentivar a vinda de professores/as visitantes de instituições internacionais parceiras da FAJE para cursos de curta, média ou longa duração no âmbito da graduação e da pós-graduação, e a participação de docentes da FAJE como professores/as visitantes nas mesmas instituições;

V – Promover a participação da FAJE em programas de intercâmbio acadêmico, mobilidade internacional de discentes e dupla titulação;

VI – Expandir o número de alunos/as estrangeiros/as na Faculdade nos níveis de graduação e pós-graduação;

VII – Incentivar práticas de internacionalização “em casa”, incluindo discentes, docentes e membros do corpo técnico-administrativo nesse processo;

VIII – Promover a solidariedade acadêmica internacional, proporcionando oportunidades de mobilidade e parcerias com instituições de países com menos recursos para a pesquisa em Filosofia, Teologia e Áreas afins. Uma atenção especial será dada à cooperação com instituições acadêmicas de países de língua portuguesa.

CAPÍTULO III – DAS DIRETRIZES

Art. 3º A Política de Internacionalização da FAJE é pautada pelas seguintes diretrizes:

I – A Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa da FAJE é o órgão responsável por acompanhar os convênios com instituições acadêmicas internacionais, assinados pela Reitoria e homologados pela Congregação, incentivando os dois Departamentos da Faculdade a promoverem iniciativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da publicação em perspectiva internacional;

II – Os Grupos de Pesquisa dos dois Programas de Pós-Graduação são incentivados a participarem de redes internacionais de pesquisa em seus respectivos campos de interesse, aprimorando assim a qualidade da produção acadêmica;

III – Os periódicos dos dois Programas de Pós-Graduação, Síntese e Perspectiva Teológica, devem enviar esforços para serem incluídos nos grandes indexadores, ampliando a difusão e o impacto da pesquisa da FAJE no âmbito acadêmico mundial;

IV – Levando em conta os recursos orçamentários da Faculdade e os de agências de fomento nacionais e internacionais que apoiam a mobilidade docente, os dois Programas de Pós-Graduação da Faculdade devem incentivar a vinda de professores/as visitantes para cursos de curta duração, e disponibilizar membros de seus corpos docentes para cursos de curta duração como professores/as visitantes em entidades estrangeiras;

V – Com relação à acolhida de alunos/as estrangeiros/as para a graduação e a pós-graduação na FAJE, os procedimentos iniciais de inscrição no processo seletivo devem ser feitos junto à Secretaria Geral e às Coordenações dos cursos, que providenciarão a documentação acadêmica necessária para visto de estudante;

VI – Para casos de mobilidade estudantil, as Coordenações dos cursos acompanharão, junto às respectivas Secretarias, os procedimentos acadêmicos necessários para que estudantes estrangeiros sejam recebidos na FAJE e estudantes da FAJE sejam recebidos em instituições parceiras da Faculdade;

VII – A Faculdade deve proporcionar ao seu corpo técnico-administrativo formação para melhor cooperarem no processo de internacionalização da instituição.

CAPÍTULO IV – DAS AÇÕES

Art.4º Baseada na experiência já realizada, esta Política de Internacionalização prevê para os próximos anos as seguintes ações:

I – Participação em redes internacionais cujas instituições dedicam-se ao ensino, à pesquisa e à publicação em Filosofia, Teologia e Áreas afins, como a FIUC, a IAJU, a AUSJAL;

II – Consolidação dos acordos firmados com as seguintes instituições: Universidade Católica Portuguesa (Lisboa e Braga, Portugal), Pontificia Universidad Católica de Chile (Santiago, Chile), Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colômbia), Pontificia Universidad de Comillas (Madrid, Espanha), Université Catholique de Louvain (Louvain-la-Neuve, Bélgica), Katholieke Universiteit Leuven (Leuven, Bélgica), Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres (Paris, França), Pontificio Istituto Orientale (Roma, Itália), Université Laval (Québec, Canadá), através de incentivo à mobilidade docente e discente, à participação em grupos de pesquisa, organização de eventos e projetos editoriais interinstitucionais, teses em cotutela e dupla titulação;

III – Ampliação de acordos de cooperação com outras instituições de excelência acadêmica, sobretudo na América do Norte, África e Ásia;

IV – Acolhida de professores/as visitantes na FAJE para cursos nas respectivas línguas, como também de pesquisadores para estágios pós-doutorais, além de disponibilização de docentes da Faculdade para atividades em instituições estrangeiras;

V – Aperfeiçoamento do Portal institucional, com as principais informações da Faculdade em inglês e espanhol, além da oferta de formação em algumas dessas línguas;

VI – Oferta, por parte da Faculdade, de cursos de inglês e espanhol para o corpo técnico-administrativo envolvido nos processos de internacionalização da FAJE.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Esta Política de Internacionalização, sempre que necessário, será reavaliada e aprimorada com o intuito de se adequar às diretrizes da Política Nacional de Educação.

Art. 6º As questões omissas nesta Resolução serão tratadas pelas instâncias competentes desta Instituição.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO 21 – POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

PORTARIA

Prot. FAJE 34/2018

O Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Regimento, estabelece as seguintes normas para a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) da FAJE.

1ª – PAE são as ações realizadas com o objetivo de obter informações sobre os egressos desta IES, bem como de integrar, preservar e aprimorar a memória do corpo discente.

2ª – São objetivos da PAE:

- a. Valorizar os egressos da FAJE;
- b. Obter informações atualizadas sobre os egressos da FAJE;
- c. Conhecer o perfil dos egressos com especial atenção na inserção no mercado de trabalho e no desempenho pastoral;
- d. Proporcionar à FAJE uma compreensão adequada de seu papel a partir do desempenho profissional e pastoral dos egressos com a formação oferecida;
- e. Favorecer a aproximação e a interação dos egressos entre si e com a IES;
- f. Preservar a memória da FAJE;
- g. Criar oportunidades de encontros virtuais e presenciais entre os egressos;
- h. Realizar ações que motivem os egressos a voltarem à FAJE;
- i. Divulgar informações relevantes para os egressos;
- j. Abrir perspectivas de melhorias nos cursos da FAJE considerando o desempenho e o interesse dos egressos em sua vida profissional e pastoral;
- k. Apresentar casos específicos de egressos que são motivo de orgulho para a FAJE.

3ª – O acompanhamento dos egressos será realizado em cooperação entre três setores da IES: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), as Coordenações de Curso e a Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa, cada um com atribuições específicas, contando com o apoio do Setor de Comunicação Integrada (SCI).

4ª – A coordenação da PAE será assumida, em regime de alternância, por um dos responsáveis pelos setores encarregados do acompanhamento dos egressos.

5ª – Compete à CPA:

- a. propor e acompanhar as pesquisas voltadas aos egressos, que visem a identificá-los, atualizar dados e levantar informações sobre questões relativas à IES;
- b. analisar as avaliações realizadas pelos vários setores e propor ações que potencializem a PAE;
- c. divulgar as avaliações e a suas análises por meio de relatórios anuais;
- d. criar, com o apoio do setor de informática (TI) e do SCI, uma aba própria dos egressos no Portal da IES;
- e. alimentar a aba específica dos egressos no Portal da FAJE com os resultados obtidos nas pesquisas e outras informações.

6ª – Compete às Coordenações dos cursos de graduação:

- a. criar uma pesquisa específica para os egressos de cada curso, por meio digital, ao término de cada ano letivo;
- b. enviar os resultados da pesquisa à CPA para serem integrados ao relatório anual da PAE.

7ª – Compete à Coordenação Central de Pós-graduação e Pesquisa:

- a. Acompanhar os egressos dos PPGs de Teologia e Filosofia;
- b. Realizar anualmente uma pesquisa de acompanhamento de egressos, seguindo as determinações da CAPES;
- c. Enviar à CPA os dados obtidos pela pesquisa para serem inseridos no relatório anual sobre a PAE.

8ª – Caberá ao SCI a produção de material informativo e visual (fotos e vídeos) a ser disponibilizado na aba do Portal da IES voltada aos egressos, além da realização de ações de comunicação digital com o objetivo de mobilizar os egressos em torno dos projetos da IES.

9ª – Cada um dos setores realizará a própria pesquisa por meio eletrônico, servindo-se de recursos como o *Google Docs* ou outra ferramenta digital.

10ª – Os critérios para a pesquisa serão decididos pelos respectivos setores, devendo contar necessariamente as seguintes informações:

- a. Ano de ingresso na FAJE;
- b. Ano da titulação;
- c. Se o curso tinha o objetivo de inserção profissional e se o alcançou;
- d. Se o curso tinha o objetivo de formação para a vida religiosa ou presbiteral e a pastoral, onde o egresso se encontra no momento e seu engajamento;

- e. Se o egresso se sente satisfeito com a formação recebida na FAJE;
- f. Se o egresso tem alguma crítica, sugestão ou elogio a fazer à FAJE.

11^a – A pesquisa deverá abranger os egressos até os dez (10) primeiros anos após o término dos respectivos cursos.

12^a – A pesquisa será aplicada sempre a partir do ano seguinte ao da conclusão do curso.

13^a – Os resultados da pesquisa obtidos pelos vários setores serão divulgados anualmente pela CPA.

14^a – Os dados das pesquisas deverão ser objeto de análise qualitativa e quantitativa a ser realizada pela CPA.

15^a – Os resultados das pesquisas e as respectivas análises serão disponibilizados na aba do Portal da FAJE dedicada aos egressos.

16^a – Uma vez por semestre, o SCI selecionará o egresso de destaque que será entrevistado, por escrito ou em vídeo, para divulgação no Portal institucional, no *You Tube* e nas redes sociais da IES.

17^a – O egresso de destaque será escolhido em diálogo com as coordenações dos cursos e o coordenador da CPA, considerando o critério de excelência acadêmica, pastoral ou profissional, bem como a atuação no âmbito sociocultural, eclesial ou político.

18^a – Periodicamente (a cada ano ou a cada dois anos), será realizado um evento no Campus da FAJE com o objetivo de trazer os egressos à instituição, podendo ter o formato de seminário, palestra, celebração, *happy-hour* etc.

19^a – Por ocasião do evento anual o SCI fará a cobertura fotográfica e colherá depoimentos filmados e escritos a serem divulgados nos canais da IES.

20^a – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.